

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**JEAN MARCEL OLIVEIRA ARAUJO**

*Bahia: negra, mas simpinha.*



Salvador (BA),  
Março de 2006.

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**JEAN MARCEL OLIVEIRA ARAUJO**

**BAHIA:  
negra, mas limpinha.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do professor Carlos Geraldo D'Andrea (Gey) Espinheira.

Salvador (BA),  
Março de 2006.

**Universidade Federal da Bahia**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**  
Estrada de São Lázaro, 197 – Federação  
40210-730 – Salvador / Bahia  
msociolo@ufba.br

Jean Marcel Oliveira Araujo, 2006

Capa: Jean Marcel Oliveira Araujo  
Foto da Capa: João Apolinário da Silva

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do CRH

A663 Araujo, Jean Marcel Oliveira,  
BAHIA: negra, mas limpinha / Jean Marcel Oliveira Araujo -  
Salvador: 2006.  
280p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais, 2006.

Orientador: Carlos Geraldo D'Andrea (Gey) Espinheira.

1. Sociologia urbana. 2. Sociologia histórica. 3. Grupos sociais –  
Sociologia. 4. Cultura – Aspectos sociais. 5. Salvador (BA) – História.  
6. Urbanização - Salvador (BA). 7. Urbanismo. 8. Planejamento  
urbano. 9. Cidade – Aspectos sociais. 10. Controle social. I. Título.  
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas.

CDU: 364.122.5

*Aos meus pais,  
sr. Francisco Araujo  
e sr.<sup>a</sup> Alina Santana Oliveira Araujo, e aos meus  
irmãos Reinaldo,  
Rennan Geovanny e Carlos Alberto  
Oliveira Araujo.*

*Ao professor Gey Espinheira.*



Esta pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.





Bahia de Todos os Santos (e de quase todos os pecados)  
casas trepadas umas por cima das outras  
casas, sobrados, igrejas, como gente se espremendo pra  
sair num retrato de revista ou jornal  
( vaidade das vaidades ! diz o *Eclesiastes*)  
igrejas gordas (as de Pernambuco são mais magras)  
toda a Bahia é uma maternal cidade gorda  
como se dos ventres empinados dos seus montes  
dos quais saíram tantas cidades do Brasil  
inda outras estivessem pra sair  
ar mole oleoso  
cheiro de comida  
cheiro de incenso  
cheiro de mulata  
bafos quentes de sacristias e cozinhas  
panelas fervendo  
temperos ardendo  
o Santíssimo Sacramento se elevando  
mulheres parindo  
cheiro de alfazema  
remédios contra sífilis  
letreiros como este:  
*Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo*  
(Para sempre ! Amém !)  
automóveis a 30 a hora  
e um *ford* todo osso sobe qualquer ladeira  
saltando pulando tilintando  
pra depois escorrer sobre o asfalto novo  
que branqueja como dentadura postiça em terra encarnada  
(a terra encarnada de 1500)  
gente da Bahia !  
preta, parda, roxa, morena  
cor dos bons jacarandás de engenho do Brasil  
(madeira que cupim não rói)  
sem rostos cor de fiambre  
nem corpos cor de peru frio  
Bahia de cores quentes, carnes morenas, gostos picantes  
eu detesto teus oradores, Bahia de Todos os Santos,  
teus ruisbarbosas, teus otaviosmangabeiras  
mas gosto das tuas iaiás, tuas mulatas, teus angus  
tabuleiros, flor de papel, candeeirinhos,  
tudo à sombra das tuas igrejas  
todas cheias de anjinhos bochechudos  
sãojões sãojosés meninozinhosdeus

(...)

*Freyre, Gilberto. "Bahia de Todos os Santos e de quase todos os pecados".*



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a quem, direta ou indiretamente, contribuiu para concretização deste estudo.

A Deus, por encontrar em Ti, calmaria nos momentos de aflição.

A minha família: meus pais, sr. Francisco Araujo e sr.<sup>a</sup> Alina Santana Oliveira Araujo, e meus irmãos Reinaldo, Rennan Geovanny (que me inscreveu no programa de Pós-graduação em Ciências Sociais) e Carlos Alberto Oliveira Araujo, a quem dedico este trabalho, pela compreensão e colaboração durante esse percurso.

A Márcia de Souza Maia e Araújo, minha cunhada, pela revisão da dissertação e pelos primeiros esboços para a capa.

Aos meus colegas da Universidade Estadual de Feira de Santana, em especial, à Edna Moreira Oliveira, Eronize Lima Souza, Iara Almeida Ferreira, Josimeire Conceição, Luana Marques Pereira, Marilda Nogueira Ramos, Patrícia Brito Pereira, Tânia de Oliveira Santana e Vânia Pereira Moraes Lopes.

A Aldenora Cristina Lima (Aborígene) e Gleide Sacramento (Entidade), duas grandes amigas do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, que me ajudaram a diminuir a saudade de casa e pelos bons momentos que passamos juntos. A vocês, eu (Bárbaro), só tenho a agradecer.

À Sandra Sousa Leite de Oliveira, amiga desde os tempos do curso de Pedagogia, que me ajudou na digitação de parte do material coletado nos arquivos.

Aos professores do Programa de Ciências Sociais, pela contribuição a este estudo, pois parte do que se encontra aqui escrito contou com as discussões em sala de aula.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Maria Auxiliadora (Dôra) e Reinaldo, sempre prontos a ajudar no que preciso fosse.

Aos professores Cecília Soares e Wálney da Costa Oliveira pela orientação no projeto de pesquisa; Acácia Batista Dias e Ione Celeste Jesus de Souza, pelas sugestões durante o decorrer da pesquisa e; principalmente, a Maria Aparecida (Cida) Prazeres Sanches, pelas significativas aulas de História do Brasil Império e História da Bahia, das quais eu tive a oportunidade de participar como aluno.

Aos funcionários do Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Salvador, do Arquivo Público do Estado da Bahia, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e das Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia, das Bibliotecas Central da Universidade Estadual de Feira de Santana e Central da Universidade do Estado da Bahia, pela presteza no atendimento. E, sobretudo, a Marina Santos, prestativa funcionária (não sei o que seria de mim sem ela), por facilitar meu acesso ao acervo bibliográfico da Biblioteca do Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e à Ana Cristina, funcionária da biblioteca do Centro de Recursos Humanos (CRH), pela orientação para composição da ficha catalográfica.

Aos motoristas que muitas vezes me ajudaram a encurtar as distâncias, principalmente no primeiro ano, quando ainda realizava viagens, fazendo o percurso Santo Estevão-Feira de Santana-Salvador e Salvador-Feira de Santana-Santo Estevão.

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pela concessão de bolsa de estudos, que contribuiu para o desenvolvimento do presente trabalho.

Por fim, quero agradecer a pessoa que foi o meu companheiro no desenvolvimento desta pesquisa, fazendo sugestões, indicando bibliografia e disponibilizando-a sempre que possível. Àquele cujo primeiro contato se deu em uma calorosa discussão acerca dos marcos referenciais do projeto e da validade de algumas hipóteses. A sua constante orientação – rigorosa no método e tolerante com minhas escolhas – foi essencial na execução desta pesquisa. Professor Gey Espinheira – orientador e amigo, a quem também dedico este trabalho - meu muitíssimo obrigado.

## SIGLAS

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia.  
AHPMS – Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Salvador.  
ANPUH – Associação Nacional de História.  
CAB – Centro Administrativo da Bahia.  
CEAS – Centro de Estudo e Ação Social.  
CEAB – Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia.  
CEB – Centro de Estudos Baianos.  
CEDHAL - Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina.  
CIA – Centro Industrial de Aratu.  
CONDER - Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (até 1996: Companhia de Desenvolvimento do Recôncavo).  
CPUCS - Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador.  
EDIPUCRS – Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.  
EDUFBA – Editora da Universidade Federal da Bahia.  
EDUSC \_ Editora da Universidade de São Carlos.  
EDUSF – Editora da Universidade São Francisco.  
EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo.  
EGBA – Empresa Gráfica da Bahia.  
EPU \_ Editora Pedagógica e Universitária.  
EPUCS – Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador.  
EUST - Estudo de Uso do Solo e Transportes.  
FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.  
FCEBA - Fundação Cultural do Estado da Bahia.  
FCJA – Fundação Casa de Jorge Amado.  
IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.  
INL – Instituto Nacional do Livro.  
OCEPLAN – Órgão Central de Planejamento da Prefeitura Municipal de Salvador.  
PLANDURB – Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador.  
PMCS – Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador.  
PUF – Presses Universitaires de France.  
RSM – Região Metropolitana de Salvador.  
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.  
UFBA – Universidade Federal da Bahia.  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.  
UNB – Universidade de Brasília.  
UNESP – Universidade Estadual Paulista.  
UNICAMP – Universidade Federal de Campinas.  
USP – Universidade de São Paulo.



**RESUMO:** Este estudo tem por finalidade investigar o processo de desenvolvimento urbano implementado pelos grupos de elite da cidade da Bahia durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, permitindo compreender a configuração da cidade no início do século XXI. Tal processo foi impulsionado por um discurso modernizador que procurou efetivar, mediante uma política de controle social, a prevenção de enfermidades, a intervenção na estrutura física da cidade e a implantação da campanha de normatização para o uso pelos habitantes da cidade tanto do espaço público quanto privado, em especial, pelas camadas populares. Tem início, então, a produção do espaço capitalista que acontecia por intermédio de novas relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente, no processo de construção de representações sobre os domínios do espaço citadino, constituindo, portanto, uma ferramenta essencial para os pensamentos e as ações voltados à produção e reprodução do capitalismo. Além de meio de produção, o espaço também constitui meio de controle, dominação e poder. A produção do espaço urbano na cidade da Bahia, a exemplo de outras cidades brasileiras e européias, seguia cada vez mais um parâmetro de segregação social, em que os grupos de elite, impulsionados pelo discurso de modernização, determinavam sua conformação, excluindo abertamente as camadas populares.

**ABSTRACT:** This study aims at investigating the process of urbanization developed by the elite group in the city of Bahia during the seconde half of 19<sup>th</sup> century and the first half of 20<sup>th</sup> century, in order to understand the structure of the city at the beginning of the 21<sup>st</sup> century. Such process was encouraged by a modernizing speech that, by means of the implantation of one policy on social control, searched for implementing the prevention of diseases, the intervention in the physical structure of city and the development of a campaign for regulating the use the public spaces as well as the private ones by the city inhabitants, specially, by the popular social classes.. Then, the capitalist space begins to be produced by the new social relationships, in the movement of life, nature and artificiality, mainly, in the process of construction of representations on the dominion over the urban area. The production of the space has therefore constituted an essential tool for the thoughts and the actions concerned with the production and reproduction of capitalism. In addition to the means of production, the space has also represented a resource for control, domination and power. Similarly to other Brazilian and European cities, the production of the urban space in the city the Bahia used to follow more and more the parameter of social segregation, in which the elite groups, stimulated by the modern discourse, determined its conformation in such a way that it has clearly excluded the popular classes.



**RÉSUMÉ:** Cette étude a la finalité d'analyser le processus de développement urbain mis en oeuvre par les groupes d'élite dans la ville de Bahia pendant la seconde moitié du XIX<sup>e</sup> siècle et la première moitié XX<sup>e</sup> du siècle, pour mieux comprendre la configuration de la ville au début XXI<sup>e</sup> siècle. Tel processus a été déclenché par un discours modernisateur qui a cherché à accomplir, selon l'implantation d'une politique de contrôle social, la prévention des maladies, l'intervention dans la structure physique de la ville et l'implantation de la campagne de normatisation pour l'utilisation par les habitants de la ville des espaces, en particulier, par les groupes populaires. La production de l'espace capitaliste se faisait à travers les nouvelles relations sociales, dans le mouvement de la vie, de la nature et de l'artificialité, surtout dans le processus de construction des représentations sur les domaines de l'espace citadin, en constituant donc, un outil essentiel pour les pensées et les actions concernées à la production et à la reproduction du capitalisme. En plus, l'espace serait aussi un moyen de contrôle, de domination et de pouvoir. La production de l'espace urbain dans la ville de Bahia, à l'exemple d'autres villes brésiliennes et européennes, suivait de plus en plus un paramètre de ségrégation sociale, dans lequel les groupes d'élite déterminaient leur conformation, en excluant nettement groupes populaires.

**RESUMEN:** Este estudio tiene por finalidad la investigación del proceso de desarrollo urbano puesto en ejecución por los grupos de la élite urbana en la ciudad de la Bahía durante la segunda mitad del siglo XIX y la primera mitad del siglo XX, permitiendo comprenderse la configuración de la ciudad en el principio del siglo XXI. Este proceso fue estimulado por un discurso del modernizador que buscó efectivizar, por medio de una política de control social, la prevención de enfermedades, la intervención en la estructura física de la ciudad y la implantación de la campaña de normatización de uso del espacio tanto público, como privado, por los habitantes de la ciudad, especialmente, de las capas populares. Un nuevo espacio estaba en formación, combatiendo las viejas formas y, por intermedio de nuevas relaciones, tuvo lugar, entonces, la producción del espacio capitalista que ocurría en el movimiento de la vida, de la naturaleza y de la artificialidad, mente, en proceso construcción de representaciones sobre los dominios del espacio urbano, constituyendo, portanto, una herramienta esencial para los pensamientos y acciones volvidas para la producción y reproducción del capitalismo. Además de servir como medio de producción, el espacio también se constituye en un medio de control, dominación y poder. La producción del espacio urbano en la ciudad de la Bahía, así como en otras ciudades brasileñas y europeas, seguía cada vez más un parámetro de la segregación social, en el que los grupos de la elite, impulsados por el discurso de modernización, determinaban su conformación, excluyendo abiertamente las capas sociales.

# SUMÁRIO

19 INTRODUÇÃO: EU NÃO ESTAVA LÁ, ...

## **PARTE I – A CIDADE**

33 CAPÍTULO I – DA CIDADE À FORTALEZA: SÃO SALVADOR DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS, SIMPLISMENTE, BAHIA

53 CAPÍTULO II – CIDADE COMO CENTRO: ADMINISTRAÇÃO, COMÉRCIO E CULTURA

89 CAPÍTULO III – O ROSTRO POR TRAS DA CIDADE: A SOCIEDADE BAIANA SENHORIAL-ESCRAVISTA

## **PARTE II – OS AGENTES**

113 CAPÍTULO IV – O MUNDO CAIU: A CIDADE DA BAHIA NA DESESTRUTURAÇÃO DO MUNDO MARÍTIMO PORTUGUÊS

133 CAPÍTULO V – NOVA ELITE URBANA: DESESTRUTURAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO SOCIAL PATRIARCAL

155 CAPÍTULO VI – CIDADE COMO IDEOLOGIA: CIVILIZAR, HIGIENIZAR, MODERNIZAR, MORALIZAR, NORMATIZAR, REGULAMENTAR, URBANIZAR

## **PARTE III – O PROCESSO**

179 CAPÍTULO VII – BAHIA: CIDADE NEGRA, CIDADE SUJA

201 CAPÍTULO VIII – A CASA E A RUA: HIGIENIZANDO OS ESPAÇOS, DESAFRICANDO OS COSTUMES

229 CAPÍTULO IX – JOGANDO COM A LÓGICA: RESISTINDO AO DISCURSO

255 ... MAS EU ESTOU AQUI.

267 FIGURAS, MAPAS, QUADROS E TABELAS

269 FONTES

271 BIBLIOGRAFIA



## INTRODUÇÃO: EU NÃO ESTAVA LÁ,...

Esta manhã, ao raiar da aurora, meus olhos abriram-se diante de um dos mais belos espetáculos que jamais contemplei. Uma cidade, magnífica de aspecto, vista do mar, está colocada ao longo da cumeeira e na declividade de uma alta e íngreme montanha. Uma vegetação riquíssima surge entremeadada com as claras construções e além da cidade estende-se até o extremo da terra, onde ficam a pitoresca igreja e convento de Santo Antonio da Barra. Aqui e ali o solo vermelho vivo harmoniza-se com o telhado das casas. O pitoresco dos fortes, o movimento do embarque, os morros que se esfumam a distância, e a própria forma da baía, com suas ilhas e promontórios, tudo completa um panorama encantador; depois há uma fresca brisa marítima que dá ânimo para apreciá-lo, não obstante o clima tropical (Graham, 1990: 164).

[E quando] se desembarca na Bahia, o povo que se movimenta nas ruas corresponde perfeitamente à confusão das casas e vielas. De fato, poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia. Se não se soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro; até os cavalos dos carros na Bahia são negros. A mim pelo menos pareceu que o inevitável meio de condução da Bahia, as cadeirinhas, eram como cabriolés nos quais os negros faziam às vezes de cavalos (Ave-Lallemant, 1980: 22).



Quando se aproximavam da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, os viajantes estrangeiros, como a inglesa Maria Graham (1785-1842) e o alemão Robert Christian Berthold Ave-Lallemant (1812-1884), ficavam deslumbrados com a paisagem vista das embarcações que adentravam a baía de Todos os Santos com destino ao porto da cidade. Vista do mar, a cidade, situada “ao longo da cumeeira e na declividade de uma alta e íngreme montanha” (Graham, 1990: 164), desdobrava-se “tanto para o leste da baía quanto o seu nome por extenso no papel” (Ave-Lallemant, 1980: 21), deixando-os pasmados com o espetáculo que se desvelava ante os seus olhos. Magnífica, a cidade se impunha aos viajantes como um panorama encantador, ordenado de tal modo que, da entrada da baía, eles a viam disposta sob a forma de anfiteatro. Vista de longe, era um espetáculo digno de apreciação.

Em terra firme, quer seja pelo conhecimento das deficiências da cidade, em particular, as higiênicas, quer seja pelo estranhamento resultante do encontro com os habitantes citadinos, em sua maioria de negros e mestiços, a visão surpreendente parecia se desfazer. Os viajantes ficavam desapontados com o que viam e o demonstravam abertamente. Para alguns, a cidade era “sem nenhuma exceção o lugar mais sujo em que [tinham] estado”, pois “não h[avia] nada de limpeza que se observa em [sua] terra” (Graham, 1990: 164/5); para outros, ela parecia “uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa[va] inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros” (Ave-Lallemant, 1980: 22).

Para aqueles que se avizinhavam da cidade pelo interior, as impressões ao que parece se formavam ao contrário, como é possível constatar nas Memórias de d. Anna Ribeiro de Góis Bittencourt. Após três dias de viagem, percorrendo a distância que separava o “Engenho da Cidade” e a casa de seu tio Pedro Ribeiro e pernoitando em casas de amigos e conhecidos, o grupo em que viajava atravessou a freguesia de Santo Antonio além Carmo para chegar ao referido largo (apud Nascimento, 1996: 23):

Meu tio morava no Largo do Pelourinho. Não sei o nome das ruas percorridas da Lapinha até ali, recordo, porém, a decepção que sofri à vista de casas enegrecidas, ruas tortuosas percorridas pelos moleques esfarrapados ou sujos, negros maltrapilhos, enfim gente da ínfima plebe. A luz mortiça dos lampiões de azeite de peixe, tornava ainda mais tristonho o aspecto da cidade (...) No dia imediato, quando acordei, minha tia levou-me à sala de visitas que dava para o Largo do pelourinho, ladeado de casas de boa aparência, com pinturas frescas; aí transitavam homens de cor branca, decentemente vestidos, cadeiras de arruar levadas pelos possantes negros africanos. Quase sempre traziam senhoras, mas às vezes delas se utilizavam homens que não podiam ou não queriam fazer longas caminhadas. Os carros puxados a cavalo eram raríssimos. Tudo me deleitava a vista, apagando a má impressão experimentada na véspera, ao entrar na cidade.

Tanto as imagens quanto os odores lhes eram desagradáveis. O que viam em nada se assemelhava ao cenário encantador descrito por aqueles viajantes que vinham por mar: harmonizado sobremaneira com o solo vermelho vivo, o casario batido pelo sol, entremeado por uma vegetação riquíssima (Graham, 1990: 164), cedia lugar ao “espetáculo da pobreza” - “casas enegrecidas, ruas tortuosas percorridas pelos moleques esfarrapados ou sujos, negros maltrapilhos, enfim gente da ínfima plebe”, que com o cair da noite, “tornava ainda mais tristonho o aspecto da cidade” (apud Nascimento, 1996: 23).

Tal qual um transporte, esses relatos portam em si a capacidade de conduzir o leitor a outras cidades da Bahia que se dispersaram no tempo, sem antes, contudo, serem retratadas por meio de palavras. Através deles percorre-se espaços, presencia-se cenas da vida citadina fragmentadas no tempo, mas reconstruídas a partir dos indícios e evidências impregnados nas narrativas. Conforme argumenta Certeau, (1994: 201), os relatos, como práticas do espaço, organizado ao mesmo tempo em que é experienciado, permitem “precisar algumas formas elementares das práticas organizadoras de espaço: a bipolaridade “mapa” e “percurso”, os processos de delimitação ou de “limitação” e as “focalizações enunciativas” (ou seja, o índice do corpo do discurso), pois são práticas espacializantes, organizam o espaço sob a ação do “olhar” (p. 200)

Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um “suplemento” aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto [ou depois] que os pés a executam.

Portanto, ao efetuar o trabalho que organiza os lugares e ordena os espaços, os relatos estabelecem a distinção entre lugar e espaço. Enquanto o lugar seria a ordem conforme a qual são distribuídos os elementos nas relações de coexistência, ou seja, uma configuração instantânea de posições, implicando uma certa instabilidade (p. 201); o espaço seria “um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanista (ou não) é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pelas práticas do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito” (p. 202).

Essas descrições/narrativas, ao configurarem instantaneamente posições a partir das quais a ação humana constrói o espaço, produzem imagens que permitem pensar a cidade enquanto lugar praticado, experienciado pela ação do olhar. Nas muitas narrativas produzidas sobre a cidade da Bahia, ela pôde ser pensada como “cabeça do Brasil”, “cidade de Tomé de Souza”, “cidade-fortaleza”, “cidade colonial”, “cidade negra da Bahia”, “cidade de negros e brancos” (mais negros que brancos), “a cidade das mulheres” a espera de um salvador, “a Atenas brasileira”, “cidade moderna e civilizada”, “Roma negra”, “cidade turística”, etc. Mas, ainda assim, ela se apresenta relativizando todos esses estereótipos. Invisibilizada, encoberta tal qual o véu que a vela, como nos apresenta Espinheira (apud Espinheira, 2002: 81), a

cidade da Bahia “é uma cidade dissimulada. Jamais é [tão somente] o que se diz dela, jamais se apresenta ao olhar em toda a sua plenitude”. Em cada uma das descrições que dela foi feita e se fará, a cidade sempre se apresentará como uma nova cidade, uma versão sobre si, refluída das recordações e dilatada. E, assemelhando-se à cidade de Zaíra, não conta o seu passado, apenas “o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras” (Calvino, 1990: 14/5).

Como diria Foucault (2004: 146), a cidade da Bahia se apresenta enquanto um arquivo: “um sistema de enunciados” articulado segundo um *a priori* histórico, pois não está restrita à soma de todas as suas descrições. Isso porque, além de ser a lei que rege as descrições sobre si enquanto acontecimentos singulares, ela não permite que estas descrições se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, inscrevam-se em uma linearidade sem rupturas ou desapareçam ao simples acaso de acidentes externos. As descrições estão sempre agrupadas enquanto figuras distintas, compondo-se uma das outras segundo relações múltiplas, mantendo-se ou esfumando-se segundo regularidades específicas. Elas comportam ao mesmo tempo uma região próxima, mas diferente de nossa atualidade. A cidade as diferencia em sua existência múltipla, especificando-as em sua duração própria, não sendo nunca descritível em sua totalidade ou contornável em sua atualidade.

A cidade da Bahia se apresenta, então, sob a forma de um discurso tempo-espacial. No entanto, como adverte Marco Pólo a Khau, uma cidade não pode ser confundida com o discurso que a descreve, porque ela “não é [apenas] feita disso, mas [também] das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado” (Calvino, 1990: 14). A cidade também se apresenta como uma configuração específica formada pelas interdependências das pessoas umas com as outras (Elias, 1999), ou seja, uma construção simbólica mediatizada na cultura circunscrita por uma civilização. Assim, tendo por base o conceito de experiência, tal qual cunhado por Thompson (1981) e retomando as contribuições de Certeau (1994), pode-se afirmar que a cidade da Bahia seria um espaço experimentado por seus habitantes, visitantes e migrantes. Como resultado da experiência, ela os retoma enquanto sujeitos históricos, preservados em sua especificidade (Thompson, 1981: 182)

Não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras, [para em seguida, mas nem sempre] agir[em], por sua vez sobre a situação determinada.

Os sujeitos são vislumbrados enquanto agentes ativos e conhecedores dotados de um senso prático, de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão de estruturas cognitivas duráveis e de esquemas de ação que orientam a sua percepção da situação (campo) e a resposta adaptada (Bourdieu, 1996).

A cidade da Bahia é um lugar praticado, o espaço especificado pela ação de diferentes agentes, que condicionam a produção do espaço citadino e o associa a uma história. Assim, ela se constituiu ao longo do processo histórico, assumindo formas e conteúdos diversos. É uma criação constituída ao longo do tempo, realização humana que ganha materialização concreta e diferenciada, em virtude das especificidades históricas. A cidade não é somente o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho ou do poder nela centralizado, mas o resultado de lutas sociais, do confronto entre agentes a partir de “princípio[s ou disposições] gerador[es] e unificador[es] que retraduz[em] as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco” (Bourdieu, 1996: 21).

Ao se praticar o lugar com a finalidade de construir o espaço, estamos construindo também representações acerca desse espaço. As representações envolvem atos de apreciação, conhecimento e reconhecimento, vindo a se constituir um campo no qual os agentes sociais investem seus interesses e sua abordagem cultural. Neste campo, o pensado, o dito e o expresso têm outro sentido para além (mas não totalmente fora) daquele que foi manifesto, pois, expressas em coisas ou ações, tais representações são produto de estratégias de interesse e; evocam, enunciam e se reportam para algo não-explicito e não-presente, ou seja, configuram-se enquanto um campo de manifestações de lutas sociais e de um jogo de poder.

As representações sociais contribuem para entendimento do mundo, conferindo aos indivíduos ou grupos uma dada identidade. As representações sociais influenciam na construção de identidades e, por isso, na definição dos papéis dos indivíduos na sociedade. Logo, os diferentes grupos sociais disputam por meio da construção de representações que, fazendo leituras particulares do mundo, concebam para si e para os outros, identidades que atendam a seus interesses, pois



a construção das identidades sociais deve ser pensada como resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou resistência, produzida por cada indivíduo ou grupo sobre si mesmo (Chartier, 1991: 183). Dessa forma, dentro do campo do imaginário social são travados combates pela legitimação de representações, que justificam a construção do espaço.

Na elaboração das representações, não se faz necessário uma total correspondência com uma possível verdade social, mas com o imaginário social, que “Embora seja de natureza distinta daquilo que por hábito chamamos de real, [seria] por seu turno um sistema de idéias-imagens, que dá significado à realidade, participando, assim, da sua existência” (Pesavento, 1995: 16). As representações somente podem ser decifradas no momento em que o *texto* - imagens, discursos, símbolos (...) presentes no campo do imaginário, articula-se ao contexto, pois “não se pode abandonar a idéia da totalidade para estabelecer a compreensão de um texto” (p. 17/8). E, enquanto uma representação, o imaginário procura revelar um sentido ou envolver uma significação para além das aparências. Isso porque “o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação” (p. 16). Desse modo, podemos afirmar que a cidade poderia ser instituída imaginariamente, uma vez que ela se expressa simbolicamente por um sistema de idéias-imagens que constituem a representação do real. Por isso, ao serem investigadas, as representações não podem ser tomadas como a realidade material, mas como elemento simbólico, que a ela se articula, mantendo maior ou menor aproximação com o real. Enquanto imagens permeadas pelo simbólico, elas são constituídas numa dimensão da realidade, cujo significado é encontrado não na direta correspondência com o real, mas na forma como os indivíduos o interpretam.

As imagens produzidas pelos viajantes estrangeiros e visitantes no contexto do século XIX se constituem representações do real, que, ao serem acionadas, permitindo a compreensão do concreto, passam a integrar a própria realidade. Realidade esta decodificada individualmente através de representações mentais, apresentando uma pluralidade de significados, que são externalizados através do discurso. Contudo, essas representações não informam sobre a formalidade das relações sociais, mas como os indivíduos procuram perceber a realidade a sua volta, ou seja, percepções que cada sociedade constitui e formaliza sobre si mesma e sobre as outras sociedades.

Assim, impelidos pelo acaso, inquietude, ciência, arte, fé, ambição ou fastio, os viajantes estrangeiros e visitantes vêm a se constituir um grupo marcado pela exterioridade, imerso numa realidade diferente daquela de onde provinha. Seus relatos revelam muito do seu posicionamento frente à realidade, de seu grau de objetividade, da imparcialidade e impessoabilidade do seu testemunho, da carga de estranhamento ou de seu estado emocional durante as observações. Por isso, sua objetividade, marcada por uma visão de mundo distinta do grupo no qual se encontra inserido, é operada numa relação de proximidade e distanciamento: o estranhamento. Na busca da compreensão dos impactos deste estranhamento na vida dos habitantes da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, vislumbramos duas imagens forjadas no contexto do século XIX para ela: a de cidade negra e a de cidade suja. A forma como estas imagens nos chegam hoje nos permite inferir sobre um determinado evento histórico: o processo de urbanização da cidade da Bahia.

Ocorrida durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, a implantação do projeto de desenvolvimento urbano para a cidade da Bahia foi impulsionada por um discurso modernizador que procurou efetivar, mediante uma política de controle social através da prevenção de enfermidades, a intervenção na estrutura física da cidade e a implantação de uma campanha de normatização para o uso pelos habitantes da cidade tanto do espaço público quanto privado, em especial, pelas camadas populares. Dessa maneira, procurava-se construir um vínculo entre higienização e urbanização, ao qual se agregaria outros sucessivos, contínuos, múltiplos e recíprocos elementos do discurso de modernização. Além da moralização dos costumes, das ações de controle social, da normatização dos espaços, esse discurso modernizador procurou empreender ações voltadas para a desafricanização dos costumes.

A relação entre o processo de urbanização da cidade e a “questão racial” coloca em evidência a construção de mecanismos de controle social em nome da limpeza, os quais passariam a orientar a conduta social dos indivíduos, sobretudo daqueles pertencentes às camadas populares. Fica evidente, diante da desestruturação do sistema escravista, da emergência do trabalho livre e da migração das famílias de elites das casas grandes de engenho ou de fazenda para os enormes sobrados na cidade, a construção de estratégias de controle para uma população ao mesmo tempo pobre e livre e, em sua maioria, formadas de negros e

mestiços que faziam das ruas baianas os seus domínios. A implantação do projeto de reforma urbana da cidade da Bahia implicaria não somente na remodelação dos espaços citadinos como também na disciplinarização dos usos desses espaços pelos habitantes e dos comportamentos sociais da população da cidade. De espacial, o projeto se transforma em social.

Para compreender este processo, destacamos, como marcos para o recorte temporal, dois momentos históricos que evidenciam rompimentos na compreensão do discurso modernizador e estão expressos na história do processo de desenvolvimento urbano da cidade da Bahia. O primeiro refere-se à segunda gestão de Gonçalves Martins, o Barão de São Lourenço (1868/71), período de implantação do Elevador Lacerda<sup>1</sup>. O segundo refere-se à criação e funcionamento do Escritório do Plano Urbano da Cidade de Salvador (EPUCS 1942/48). E, buscando evidenciar a importância desse recorte, acrescentamos os dois mandatos de Joaquim José Seabra (1912/16 e 1920/24) e o de Francisco Marques de Góes Calmon (1924/28), que intervêm de forma intensiva no Centro Antigo da Cidade<sup>2</sup>.

O estudo do processo de reforma urbana da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, desencadeado durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, requer para si o uso de procedimentos metodológicos tais quais empregados pelos antropólogos para a análise de “culturas exóticas”. Deparamos-nos, assim, com uma prática metodológica que produziu uma tradição silenciosa a qual, desde Malinowski, funda a autoridade do pesquisador, afirmando a experiência singular do “eu estive lá, vi e, portanto, posso falar sobre o outro”. Foi Malinowski (1978) quem sistematizou as regras metodológicas para a pesquisa antropológica, cuja repercussão se fez no campo das Ciências Sociais: apenas através da imersão no cotidiano de uma outra cultura o antropólogo poderia chegar a compreendê-la. Mas, na presente pesquisa, da forma como professada, não poderia ser empreendido o processo de transformação por meio do qual conseguíssemos imergir na cultura dos agentes de nossa pesquisa, pois não nos foi possível conviver com eles.

---

<sup>1</sup> O Elevador Lacerda (Parafuso) constituiu marco simbólico da introdução de melhoramento urbano na cidade da Bahia. De apreciação revolucionária em termos técnicos e funcionais, concretizou parte do ideário de cidade civilizada e moderna, onde a técnica assumia papel essencial.

<sup>2</sup> Estas gestões constituíram momentos áureos da intervenção sanitária e disciplinar, em consonância com os conselhos médicos, jurídicos e as queixas da elite da cidade da Bahia, evidenciando as ações necessárias ao processo de higienização dos espaços e desfrancização dos costumes, agregadas ao discurso modernizador.

Tínhamos que procurar uma outra forma. Para tanto, apropriamo-nos das contribuições de Darton (1986) relativas à pesquisa histórica e das contribuições sociológicas, a exemplo, de Bourdieu e Elias. Esta pesquisa, pelas circunstâncias metodológicas, teve no trabalho de campo a substituição dos informantes por fontes produzidas no e sobre o período em questão, acerca da problemática evidenciada. As fontes coletadas em arquivos se mostraram excepcionalmente ricas, permitindo-nos fazer novas perguntas sobre o objeto de estudo: o controle social em nome da limpeza. Assim, como todos aqueles que se dedicam à pesquisa em Ciências Sociais, não estamos isentos de nos depararmos, tal o antropólogo em seu trabalho de campo, com áreas de opacidade e silêncio. O não-dito, nesse contexto, revela-se como ponto de partida para o entendimento do encontro/confronto de indivíduos marcados por relações de classe<sup>3</sup>, gênero<sup>4</sup>, idade/geração<sup>5</sup> e raça<sup>6</sup> em permanente conflito tanto com o “outro” quanto com seus “pares”. Procuramos tratar esses

---

<sup>3</sup> Classe será compreendida, no presente estudo, enquanto um termo descritivo, tão esclarecedor quanto evasivo. Classe passa a ser entendido como um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência quanto na consciência (Thompson, 1987).

<sup>4</sup> Durante muito tempo, fez-se uso do termo sexo como elemento de distinção social entre homens e mulheres, mas diante dos avanços dos estudos voltados, sobretudo, para a compreensão das condições femininas e masculinas em contexto sócio-históricos determinados, o presente estudo faz uso da categoria “gênero” e não “sexo”, enquanto aparato analítico das relações entre homens e mulheres no contexto de modernização da cidade da Bahia. Como nos esclarece Sardemberg (1994: 02), sexo é um fenômeno natural, resultante da evolução da espécie e manifesto de uma forma ou de outra, entre todos os organismos do planeta propagados através da reprodução sexuada. O termo está ligado às características biológicas, centradas em tipos específicos de genitália e nas distintas funções reprodutivas. Gênero, por sua vez, leva em conta o fenômeno cultural, para analisar a elaboração das diferenças entre masculino e feminino em sociedades e épocas distintas (Scott, 1990). Mas como adverte, Sardemberg (1994: 03/04), as diferenças, em si não podem ser vistas como meros produtos da cultura ou das práticas discursivas científicas, pois se torna fundamental repensar a relação estabelecida entre o biológico e o cultural em contextos históricos específicos.

<sup>5</sup> O termo geração possui diversas acepções possíveis. No sentido ativo da palavra «geração» pode significar ação de gerar, de engendrar um ser vivo, ou ainda processo de produção ou de desenvolvimento de alguma coisa. Mas deixando tal sentido de lado podemos encontrar três acepções. Na primeira, geração enquanto filiação, ou mais precisamente, grau de filiação, as gerações são formadas a partir de um indivíduo tomado como origem. Na segunda, geração enquanto período de vida, a fim de identificar classes ou categorias de idade característica. É feita uma divisão da vida humana em função de etapas características que buscam corresponder a graus de maturação biopsicológicas e/ou à definição de papéis sociais típicos. Na terceira e última, o termo gerações tal qual como aqui será empregado, num sentido histórico e sociológico, designa um conjunto de pessoas que nasceram mais ou menos na mesma época e que têm em comum uma experiência histórica idêntica e/ou uma proximidade cultural (Mannheim, 1928).

<sup>6</sup> A descoberta do genoma provou que não existem raças humanas, não há diferenças significativas no nosso código genético que permitam uma separação por grupos raciais. Embora partilhemos de tal afirmação, faremos uso do termo raça, não como forma de persistir com a idéia segundo a qual podemos separar os indivíduos de acordo com diferenças genéticas. Esta categoria será aqui utilizada como uma forma de compreender sua utilização no contexto da urbanização da cidade da Bahia. Dessa forma, advoga-se uma "renúncia deliberada e auto-consciente" de raça como meio de categorizar e dividir a humanidade (Gilroy, 2001), sem contudo deixar de lado a reflexão acerca das teorias raciológicas produzidas nos séculos XVIII e XIX.

indivíduos como diferentes, pois, mesmo tendo eles participado da construção da sociedade baiana de agora, eles não pensavam da mesma forma que nós. Buscamos, pois, captar a diferença, evitando a falsa impressão de familiaridade, bem como, de total estranhamento. Procuramos ler cada documento, assim como faríamos com a cultura dos nativos, quando ele se apresenta mais “oblíquo e dissimulado”, mais opaco e omissivo. Por isso, nos propomos a uma leitura do processo de urbanização em questão.

A coleta, sistematização e análise da documentação disponível foram orientadas pela “lógica histórica”, atendendo às necessidades de Thompson em seus estudos sobre a cultura da classe trabalhadora inglesa. Seguindo seus pressupostos, procuramos construir uma narrativa na qual intercambiássemos experiências, realizando uma experiência comunicável (Benjamin, 1994: 198) e estabelecendo um diálogo permanente entre as evidências e indícios da experiência dos agentes com as contribuições da teoria sociológica, porque não apenas assistiremos “aos” eventos, mas também “os” assistiremos. Também nos apropriamos do recurso sugerido por Cecília Meireles em a “Arte de ser feliz”, em que a partir do abrir de “uma janela” conseguíssemos observar, descrever e analisar os instantâneos de dado processo, neste caso, o de urbanização da cidade da Bahia. Desse modo, iremos contar, por meio de uma narrativa sociológica, os eventos relativos ao processo de reforma urbana da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, ocorrido durante a segunda metade do século XIX e início do século XX.

Na primeira parte, procuramos traçar um panorama da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, das suas funções e da sociedade baiana no período anterior ao seu processo de reforma urbana. No primeiro capítulo, discutiremos, a partir do “Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil”, as razões que impulsionaram a fundação da cidade, seu crescimento e a sua inserção na rede urbana da América portuguesa a partir da política urbanizadora lusitana e num complexo que unia a economia em dimensões mundiais. No segundo capítulo, abordaremos as funções da cidade, as quais asseguravam-lhe não somente uma centralidade espacial, como também político-administrativa, econômica e cultural. No terceiro, analisaremos a sociedade baiana senhorial-escravista, com o intuito de fornecer um quadro de sua estrutura social.

Na segunda parte, procuramos analisar as transformações ocorridas no contexto do século XIX, a formação da elite urbana baiana e constituição dos campos e saberes responsáveis pelo discurso político e ideológico que embasou o processo de reforma urbana da cidade da Bahia. No quarto capítulo, discutiremos a desestruturação do mundo marítimo português e seus impactos na vida dos habitantes da cidade, bem como a gestação de um novo modo de vida: o urbano. No quinto capítulo, discutiremos a formação da elite urbana baiana em meio ao processo de desestruturação e reestruturação patriarcal, impulsionado por conflitos sociais a partir do confronto não somente entre a elite e as camadas populares, mas também entre os indivíduos que a compunham. No sexto capítulo, discutiremos a formação dos campos da medicina, do direito e do urbanismo e a produção de um discurso ideológico sobre a cidade.

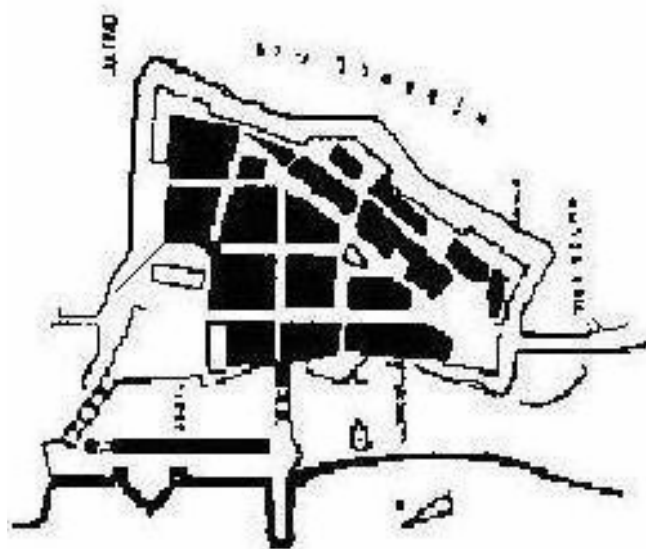
Na terceira e última parte, investigaremos o processo de reforma urbana da cidade da Bahia. No sétimo capítulo, privilegiando os relatos dos viajantes estrangeiros, analisaremos a construção das imagens de cidade negra e cidade suja, que serão combatidas pelo discurso modernizador. No oitavo capítulo, discutiremos as ações desse discurso voltadas para a higienização dos espaços e a desafricanização dos costumes, tendo por base os projetos do engenheiro Theodoro Sampaio. No nono e último capítulo, procuramos identificar as estratégias de resistência das camadas populares frente ao discurso modernizador dos grupos da elite urbana da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos.

Assim, vamos imaginar, leitor, que estamos saindo do bairro do Cabula, território da antiga freguesia de Santo Antonio além do Carmo. Estamos no ônibus que faz o percurso Cabula VI-Ondina. São 07:00h, como nos informa o relógio em frente à Universidade do Estado da Bahia (UNEB). (Como sempre o ônibus está lotado com pessoas se pendurando à porta traseira e gritando que os demais devem passar para frente pois “o ônibus está vazio”. Queríamos saber quando de fato ele vai estar cheio. Deixemos para lá). Estamos nos deslocando para a antiga freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Neste percurso, à medida que nos aproximamos, somos remetidos para outras formas de transportes que antecederam o ônibus. O bonde elétrico. O bonde puxado a burro. As cadeirinhas de arruar. Nos encontramos agora dentro de uma das embarcações da armada que trouxe Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil. E é a partir da chegada do primeiro governador geral, que essa narrativa começa a ser contada.



## PARTE I: A CIDADE

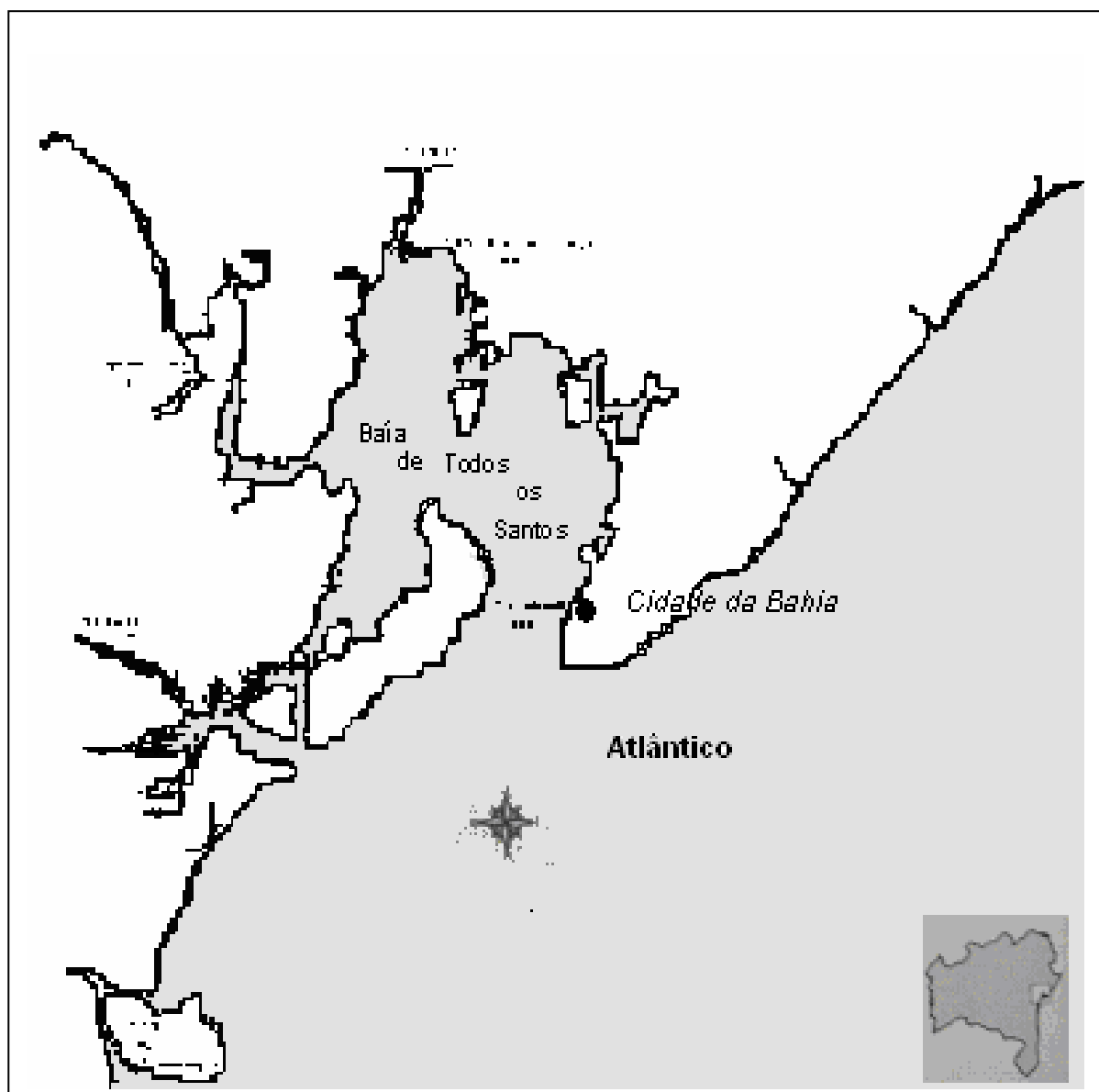
Com a fundação da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, foram desencadeadas ações voltadas para a produção de um espaço favorável ao processo de colonização implementado pelos portugueses na América, afim de inseri-la num complexo que uniria e articularia a economia em dimensões mundiais, permitindo a consolidação do que podemos chamar de Mundo Marítimo português. A construção de uma “fortaleza e povoação grande e forte” no Novo Mundo fora marcada não somente por acontecimentos estranhos a ela ou transformações internas e profundas do seu equilíbrio ou estrutura, mas sim por ambas circunstâncias, que intervieram e contribuíram para a configuração de uma formação *sui generis*, que, embora a matriz estruturante e estruturada de sociedade e economia fosse constituídas a partir das relações senhor escravo, permitia a existências de outros grupos sociais.



Fonte: “Salvador, núcleo primitivo” In: ARAUJO, M.<sup>a</sup> S. T. (1970) Os núcleos urbanos do recôncavo colonial. Tese para concurso de Assistente. Salvador : UFBA.



**MAPA I  
RECÔNCAVO BAIANO**



Fonte: Adaptado de "Recôncavo, localização das cidades" In: ARAUJO, M.<sup>a</sup> S. T. (1970) Os núcleos urbanos do recôncavo colonial. Tese para concurso de Assistente. Salvador : UFBA.

# CAPITULO I

## DA CIDADE À FORTALEZA:

### SÃO SALVADOR DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS, SIMPLESMENTE, BAHIA

As cidades mais antigas do mundo são as 12 seguintes: Argos, Atenas e Tebas, na Grécia; Cadiz e Sagunto, na Espanha; Cumas, Saracusa, Locres, Critona e Roma na Itália; Marselha em França; Lisboa fundada por Ulisses, durante os dez anos que navegou, depois da tomada de Tróia. A mais moderna conta 24 séculos de existência e a mais antiga 37. No Brasil, a cidade mais antiga é São Salvador da Bahia [de Todos os Santos], fundada em 1549 por Tomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil<sup>7</sup>.



A implantação do processo de colonização na América portuguesa, a partir do século XVI, teve como ponto significativo a fundação da cidade de São Salvador na capitania da Bahia de Todos os Santos para ser sede do Governo-geral em 1549. A construção dessa “fortaleza e povoação grande e forte”<sup>8</sup> surgiu da necessidade de renovação do poder régio e de centralização do poder administrativo, pois, tendo em vista o fracasso das primeiras tentativas de colonização, fizeram-se necessárias novas medidas através das quais fosse assegurada não somente a posse da terra contra a investida de estrangeiros, mas também a incorporação da América portuguesa num complexo que uniria e articularia a economia em dimensões mundiais, permitindo a consolidação do que podemos chamar de Mundo Marítimo português<sup>9</sup>, do qual a cidade seria a sua capital comercial, segundo a importância adquirida como ponto de confluência com os demais pontos dessa configuração: Portugal e seus domínios nas ilhas do Atlântico e em África e Ásia.

<sup>7</sup> APEB, Passatempo, A Bahia, 13 de julho de 1899, p. 01.

<sup>8</sup> APEB, Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil In: Annaes do Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1917, p.135.

<sup>9</sup> Ampliando o conceito empregado por Alencastro (2000), o Mundo Marítimo português corresponderia a uma configuração específica de expansão comercial e propagação da fé cristã. Nesta estavam articuladas várias interdependências, correspondentes aos domínios portugueses nas ilhas do Atlântico, em África, América e Ásia, como evidencia Camões (2003) na dedicatória do Canto Primeiro de “Os Lusíadas”, como também as outras nações hegemônicas com as quais Portugal mantinha trocas comerciais. Essa era apenas uma das configurações nas quais a cidade da Bahia estava inserida, pois não se deve esquecer que, enquanto importante núcleo urbano na América portuguesa, a cidade participava de um ativo comércio interno, do qual dependia não somente o seu abastecimento, como também outros núcleos urbanos da América portuguesa..

A inserção da cidade nessa rede de interdependências foi responsável pela constituição de uma sociedade marcada por práticas sociais, orientadas pelo saber religioso, tanto no que diz respeito à organização de seus espaços quanto das relações sociais entre os agentes neles distribuídos, tornando-a singular. A sociedade fora caracterizada por uma estrutura social de produção montada com base no trabalho escravo, na grande propriedade e na economia de exportação de produtos tropicais e importação de mão-de-obra e produtos manufaturados. Com a consolidação do Mundo Marítimo português, as funções da cidade foram ampliadas, transformando a fortaleza na rica e opulenta cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, ou simplesmente Bahia, como ficou conhecida por mais de quatrocentos anos. Começava a ser montada uma rede urbana na América portuguesa indispensável à colonização.

Ao instituir o Governo-geral em 1548, o monarca lusitano D. João III (1521-1557), auxiliado por seu ministro, o conde de Castanheira, procurou rever toda sua política de colonização, cogitando a transferência da necessária aparelhagem administrativa para a sede do poder recém-criado com vista a manter unidos seus domínios na América portuguesa e seus habitantes, bem como a centralidade política, econômica e administrativa e a defesa das terras conquistadas, constantemente ameaçadas pelas investidas de invasores estrangeiros (Azevedo, 1969: 127/9). Entretanto, segundo Faoro (1977:141/5), com a criação do Governo-geral, não ocorreu a extinção do sistema de Capitânicas Hereditárias, mas a incorporação das atribuições dos donatários, ficando estas sob a fiscalização de um poder centralizado e abrangente, quer seja em assuntos militares, da fazenda ou da justiça. Para o autor, tais medidas teriam por finalidade estabelecer um controle mais efetivo dos processos de povoamento e colonização pela Coroa, limitando e cerceando, mas não extinguindo as influências do poder privado. Começava a ser implementada a relação de subordinação entre a metrópole portuguesa e aquela que viria a ser sua mais importante colônia, pois, para a Coroa, torna-se de fundamental importância restringir o poder delegado aos donatários, porque, embora as capitânicas tivessem fracassado política e administrativamente, sob os aspectos econômico e financeiro, a colonização muito prometia, visto que dois núcleos tiveram sucesso: Pernambuco e São Vicente. A prosperidade destas capitânicas abria a possibilidade de inserção da América portuguesa nos circuitos sócio-econômicos do capitalismo comercial.

Meses antes da fundação da cidade, o rei de Portugal, D. João III, nomeou Tomé de Sousa para ser o governador-geral do Brasil. Depois de cinquenta e seis dias, a armada, composta por seis embarcações: as naus Conceição, Salvador e Ajuda (nomes das três primeiras igrejas construídas na cidade), duas caravelas (Rainha e Leoa) e um bergantim (São Roque), aportou na Vila do Pereira (situada entre o novo núcleo que logo tomaria corpo e o Forte de Santo Antônio da Barra – passaria a se chamar Freguesia de Nossa Senhora da Vitória), trazendo mais ou menos mil pessoas. A nomeação de Tomé de Souza, fidalgo da casa del-rei, para ser governador-geral das terras do Brasil, ocorre por indicação do conde de Castanheira. Mesmo sendo neto de uma moura e filho de um senhor prior, ele conseguiu conquistar títulos de nobreza, pelo reconhecido desempenho em missões de responsabilidade em África e Ásia:

E pela muita confiança que tenho em vós [Tomé de Souza], que em caso de tal qualidade e importância me sabereis servir com aquela fidelidade e diligência que se para isso requer, hei por bem de vos enviar por Governador as ditas terras do Brasil, no qual cargo, no fazer da dita fortaleza tereis a maneira seguinte, da qual fortaleza e terras da Bahia vos haveis de ser capitão<sup>10</sup>.

Favoreciam-no, ainda que ilegítimos, os laços de parentesco com o conde Castanheira e com Martin Afonso e Pero Lopes<sup>11</sup>, homens de confiança do monarca D. João III. Este, desejoso de êxito dessa missão, além do regimento, da carta de nomeação do governador-geral e das leis complementares sobre o fisco e a justiça, escreveu uma carta endereçada a Diogo Álvares Correia, o Caramuru, recomendando-lhe que ajudasse Tomé de Souza.

Havia uma dupla preocupação de fixar os novos direitos dos donatários e sua família e os seus poderes sobre a terra e a gente. Nesse sentido, o “Regimento que levou Tome de Souza, primeiro governador do Brasil” vem a se constituir um plano administrativo, pois delegava poderes ao governador, investindo-lhe de autoridade para coordenar toda e qualquer atividade administrativa, sendo este encarregado de, na companhia de seus ministros, percorrer as capitanias para instaurar e fazer cumprir as novas leis, corrigir os desvios e punir os delitos contra as normas administrativas e fiscais:

---

<sup>10</sup> APEB, Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil. op. cit. p. 135.

<sup>11</sup> Os irmãos Martin Afonso de Sousa e Pero Lopes Sousa receberam, quando da partilha da América portuguesa em capitanias hereditárias, cinco lotes. A Martim Afonso couberam as capitanias do Rio de Janeiro e São Vicente e; a Pero Lopes, as de Santo Amaro, Sant’Ana e Itamaracá.

Ireis por Capitão-mor da dita armada e fareis vosso caminho diretamente a dita Bahia de todos os Santos, e na dita viagem tereis a maneira que levais por outro regimento (...) Tanto que chegardes à dita Bahia, tomareis posse da cerca que nela está, que fez Francisco Pereira Coutinho (...) Ao tempo que chegardes à dita baía fareis saber por todas as vias que puderdes aos capitães das capitânicas da dita costa do Brasil de vossa chegada (...) Em cada uma das ditas capitânicas praticareis juntamente com o capitão dela e com o provedor-mor de minha fazenda que convosco há de correr as ditas capitânicas e assim com o ouvidor da tal capitania e oficiais da minha fazenda que nela houver e alguns homens principais da terra sobre a maneira que se terá na governança e segurança dela e ordenareis que as povoações das ditas capitânicas que não forem cercadas se cerquem e as cercadas se reparem e provejam de todo o necessário para sua fortaleza e defesa<sup>12</sup>.

Este chega às terras da América portuguesa, acompanhado de altos e pequenos funcionários administrativos (ouvidor-geral, provedor-mor da Fazenda, capitão-mor da costa, escrivão e tesoureiro das rendas, contador, escrivão da ouvidoria, feitores da armada e da cidade, fisco, porteiro da alfândega e outros mais); seis jesuítas, tendo à frente o padre Manoel da Nóbrega; o Mestre de Obras Luís Dias e; cerca de mais ou menos mil homens, dentro dos quais cento e um eram artífices (pedreiros, cavouqueiros, carpinteiros de casas e navios, calafates, serradores, telheiros, oleiros, empreiteiros de caminhos, carreiros, cesteiros, tanoeiros, ferreiros, serralheiros, relojoeiros, pescadores, barbeiros, carvoeiros, vaqueiros, físico e cirurgião). Nas palavras de Mattoso (1978: 159), esta seria a micro-imagem daquilo que mais tarde viria a ser a sociedade baiana. Ao aportarem na Capitania da Baía de Todos os Santos, em 29 de março de 1549, desembarcando na Barra, foram recepcionados por Gramarão Teles, Cavaleiro da Casa Real e experimentado Capitão, e mais trinta homens moradores da Vila do Pereira (Vila Velha). E para lá partiram com o governador – geral em forma de procissão, como nos informa Campos (2001: 45)

Tomé de Souza, pondo o pé em terra, na povoação do Pereira, a fim de dar início a fundação da sede do Governo da América Portuguesa, fê-lo [não marcha militar, mas] em ordem de procissão. Logo os jesuítas adotaram e programaram tais atos devocionais, com caráter penitencial ou festivo, para atração da indiada e edificação dos colonos corruptos. E a Bahia foi por séculos a terra das procissões.

Azevedo (1969: 135) contrapõe-se a essa representação. Para ele, os portugueses desembarcaram em ordem de combate, para dar aos indígenas clara

---

<sup>12</sup> APEB, Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil. op. cit. p. 135/42.

idéia do poderio português e marcharam para Vila Velha. Tal atitude teria por motivação o estado de conflito entre os colonos portugueses e os índios, o que levou a morte o donatário Francisco Pereira Coutinho, sendo de conhecimento da Coroa portuguesa como pode ser constatado no regimento que trouxe o governador. Entretanto, ele não nega a afirmação de Campos, pois descreve o evento acrescentando que “à frente os padres com a cruz alçada em sinal de paz” (p. 135).

No regimento del-rei ao primeiro governador-geral, continham regras e normas que deveriam orientar não só o processo de povoamento, tido até então como um empreendimento privado, a cargo do donatário (Azevedo, 1969: 127)

Toda política demográfica do Brasil colonial ali está, não apenas esboçada, porém seguramente indicada nas medidas de ordem econômica tendentes a criar uma base material à existência dos núcleos humanos, como nas providências de natureza religiosa e social endereçadas à integração dos aborígenes e à formação nos trópicos duma civilização cristã.

como também a fundação e construção da cidade de São Salvador na capitania da Bahia de Todos os Santos (esta fora reincorporada à propriedade real)

Eu, el-rei, faço saber a vós Tomé de Sousa fidalgo de minha casa que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exaltamento da nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas coisas que cumprirem a meus serviços e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes; e por ser informado que a baía de Todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do porto e rios que nela entram como pela bondade, abastança e saúde da terra e por outros respeitos, hei por meu serviço que na dita baía se faça a dita povoação e assento e para isso vá uma armada com gente, artilharia, armas e munições e tudo mais que for necessário<sup>13</sup>.

Antes de se dedicar a esta tarefa, Tomé de Souza procurou, conforme expresso no regimento, estabelecer a paz com os gentios, abrir roças para o plantio de mantimentos suficientes, reparar a cerca da antiga povoação do Pereira e percorrer as cercanias para reconhecimento do terreno, onde deveria ser construída a povoação grande e forte, ao mesmo tempo em que mandava vir de outras capitanias muita mercadoria. Dentro em pouco, começavam as obras da cidade:

---

<sup>13</sup> APEB, Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil. op. cit. p. 135.

limpeza do terreno, a abertura de alicerces, a estacada e as construções dos edifícios e casas.

Para a fundação e construção da cidade, Tomé de Souza deveria seguir algumas instruções claramente expressas no regimento. Primeiro, ele deveria tomar posse da cerca da Vila do Pereira, apresentando-se com a gente que o acompanhava, melhorando as benfeitorias ali existentes<sup>14</sup>. Depois, daria conhecimento do fato a todos os donatários das capitanias, no sentido deles prestarem a devida ajuda, seja em mantimentos ou coisas da terra, como também informar às pessoas sobre a perda do direito de posse das terras doadas para o povoamento, caso não chegassem nas primeiras embarcações com destino à capitania da Baía de Todos os Santos<sup>15</sup>. Terceiro, preocupar-se-ia com a escolha do sítio definitivo para a cidade, devendo contar com a assessoria de pessoas competentes e conhecedoras do lugar. A povoação deveria se fixar mais para dentro da baía, com a fortaleza em condições de boa defesa: uma cidade fortemente construída que permitia seu desenvolvimento urbano no tempo para pleno desempenho de suas funções no processo de colonização<sup>16</sup>. E, por fim preocupar-se-ia com a construção da cidade conforme as regras instituídas no regimento

... deve ser em sítio sadio e de bons ares e que tenha abastança de águas e porto em que bem possam amarrar os navios e vararem-se quando cumprir, porque todas estas qualidades ou as mais delas que puderem ser cumprir que tenha a dita fortaleza e povoação por assim ter assentado que dela se favoreçam e provejam todas as terras do Brasil e no sítio que vos melhor parecer ordenareis que se faça uma fortaleza da grandura e feição que a requerer o lugar em que a fizerdes conformando-vos com os traços e amostras que levais praticando com os oficiais que para isso lá mando e com quaisquer outras pessoas que o bem entendam e para esta obra vão em vossa companhia alguns oficiais, assim pedreiros e carpinteiros como outros que poderão servir de fazer cal, telha, tijolo, e para se poder começar a dita fortaleza vão nos navios desta armada algumas achegas e não achando na terra aparelho para se a dita fortaleza fazer de pedra e cal far-se-á de pedra e barro ou taipais ou madeiras como melhor puder ser de maneira que seja forte e como na dita fortaleza for feita tanta obra que vos pareça que seguramente vos podereis nela recolher e agasalhar com a gente que levais vós passareis a ela deixando porém na dita cerca que está feita alguma gente que a baste para a povoar e defender<sup>17</sup>.

Nesse trecho, foram especificados os requisitos relativos à construção da cidade: ao sítio (lugar sadio, de bons ares e abastança de água, com condições para

<sup>14</sup> APEB, Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil. op. cit. p. 136.

<sup>15</sup> APEB, Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil. op. cit. p. 136.

<sup>16</sup> APEB, Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil. op. cit. p. 138.

<sup>17</sup> APEB, Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil. op. cit. p. 138.

o funcionamento de um porto, para ancoradouro, manutenção, consertos e reparos dos navios em trânsito); à fortaleza e povoação grande e forte (a localização deveria atender às condições pré-estabelecidas, conforme a assessoria das pessoas do lugar e aprovação do mestre de obras Luís Dias); aos recursos a serem usados nas edificações (pedra aparelhada, pedra e cal, pedra, barro ou taipas e madeira) e; à ocupação imediata do sítio tão logo houvesse condições de habitação, deixando alguma gente na Vila Velha, com a função de ajudar o povoamento e sua defesa. Estes requisitos estariam, segundo o referido estudo, de acordo com o pensamento vigente no século XVI em Portugal, refletindo as práticas de arquitetura aprimoradas ao longo de anos para edificação das cidades pelos portugueses.

O local a ser escolhido para construção da capital político-administrativa, comercial e cultural portuguesa na América obedeceu às normas fixadas no “Regimento que levou Tome de Souza”, deixando bastante claros os requisitos para o sítio onde seriam edificadas as construções da nova cidade. A cidade da Bahia deveria constituir-se num porto seguro, com boas condições de salubridade e possibilidades defensivas; era o ponto equidistante entre o Norte e o Sul do território da América portuguesa (Vilhena, 1969: 40):

Fica esta [Bahia de Todos os Santos] na altura de treze graus de latitude para o sul, e 345, e 36 minutos de longitude pelo meridiano da ilha do Ferro; a sua barra é espaçosa, e admirável com duas léguas e meia para três de boca, em forma que ela pode entrar uma armada emparelhada, suposto que sempre deve haver cautela com a ponta do baixo de Santo Antonio.

A cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos fora construída “sobre uma costa rochosa, verdadeiro promontório com setenta metros de altura, que fecha e domina uma ampla baía semeada de ilhas e ilhotas” (Mattoso, 1992: 41). O local escolhido havia sido descoberto, em uma expedição de reconhecimento, por Américo Vespúcio, que se deparou com uma bela baía e batizou-a de Baía de Todos os Santos por ser dia 1º de Novembro (Verger, 1981: 09). Palco dos principais acontecimentos históricos da época, a cidade tornou-se o mais importante porto do Atlântico Sul até 1763, quando da transferência da sede do governo para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Como ordenava o rei, Tomé de Souza ocupar-se-ia de fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, na Baía de todos os Santos, por ser este o lugar mais apropriado para a implantação da “Cabeça do Brasil”. A localização visava não



somente atender às condições de segurança como também à possibilidade de um controle mais efetivo de sua maior colônia: “la nueva ciudad tiene que situarse em um puento estratégico donde se pueda controlar la extension del litoral y al mismo tiempo debe estar bien protegida em caso de posibles ataques de los índios o de otros estrangeiros, por tierra o por mar” (Pinheiro, 1998: 238).

Por conta dessa preocupação, outras duas opções para a construção da cidade foram preteridas em favor do local, onde se edificou a fortaleza. O primeiro foi o atual Porto da Barra, compreendendo o povoamento inicial do donatário Pereira Coutinho, continuado por Caramuru e os tupinambás. Pela facilidade de ser atacado e pela dificuldade em sustentar um ataque (confirmadas em 1624, quando os holandeses conseguiram desembarcar para tomar a cidade), o regimento o condenava: “E assim sou informado que o lugar em que ora está a dita cerca não é conveniente para se aí fazer e assentar a fortaleza e povoação que ora ordeno que se faça e que será necessário fazer-se em outra parte mais para dentro da dita baía”<sup>18</sup>. O outro local seria na península de Itapagipe: “quando se fundou a cidade, houve pareceres que ela [ali] se edificasse, por ficar mais segura e melhor assentada e muito forte, a qual está norte e sul com a ponta do Padrão” (Soares, 1974; 72). Este oferecia pontos favoráveis (beleza naturais, paisagens, clima aprazível, facilidade de navegação), mas era igualmente vulnerável, como demonstrado em 1638, pela investida do conde Mauricio de Nassau, com o desembarque das tropas.

A cuidadosa verificação das vantagens e desvantagens levou Tomé de Souza a escolher o sítio no interior da baía como estabelecido no regimento para a

MAPA II  
OS SÍTIOS



Fonte: Adaptado de “Recôncavo, localização das cidades” In: ARAUJO, M.<sup>a</sup> S. T. (1970) Os núcleos urbanos do recôncavo colonial. Tese para concurso de Assistente. Salvador: UFBA.

<sup>18</sup> APEB, Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil . op. cit. p. 138.

implantação da povoação grande, devendo ser também forte em consonância ao espírito medieval, dominante em Portugal. O local escolhido ficava compreendido entre duas gargantas, apresentando condições ideais de defesa para táticas de guerra: a Oeste, a escarpa, a rocha, o paredão natural; a Leste, o vale do Ribeiro, cortado pelo rio das Tripas (atual rua J.J. Seabra) e a Norte e a Sul, respectivamente, duas gargantas: a do Taboão (onde ficaria a porta de Santa Catarina – Carmo) e a da Barroquinha (onde ficaria a porta de Santa Luzia – São Bento). Ele teve também por base a topografia e as funções que a cidade viria assumir, começando pela construção de uma praça principal, onde se localizariam as casas destinadas aos serviços públicos.

Essa localização satisfazia também a preocupação dos fundadores da cidade com relação à seleção de um local com boas condições portuárias e facilidades de comunicação, visto que o único meio de comunicação com Portugal e os demais domínios portugueses na África e Ásia era o marítimo<sup>19</sup>, por isso que todos os recursos indispensáveis para o exercício das atividades fundamentais à implantação da estrutura administrativa e de produção vinham e iam por mar. Situada num ponto estratégico da costa brasileira, a cidade propiciava várias rotas comerciais, seja com a metrópole, seja com as outras colônias situadas em África e Ásia, pois com o passar do tempo (UFBA/CEAB, 1998: 28/9)

... era Salvador sítio muito propício, por apresentar facilidades de intercâmbio, (...) quando se constituiu em parada quase obrigatória das frotas portuguesas, nas viagens de ida e vinda para esses [África e Ásia], nas importantíssimas trocas comerciais então vigentes ... o crescente intercâmbio entre Salvador e a África – em particular no tráfico de escravos; Salvador-Ásia – troca de produtos nativos, e as ligações com a metrópole, mediante as frotas, ramificaram, de maneira bastante positiva, a decisão tomada por D. João III e pelo conde de Castanheiras, seu ministro, ao designarem a Baía de Todos os Santos para assentamento da Cidade do Salvador, capital da América Portuguesa.

Além de comunicação exterior, a cidade se constituía em um ponto equidistante entre as capitanias do Norte e as do Sul, de onde eram exercidas as atividades de direção, coordenação e controle, por intermédio dos funcionários reais.

E, por fim, tendo em vista as boas condições climáticas no que concerne à ventilação e iluminação, a abundância e boa qualidade de água, a riqueza de produtos de origem vegetal, a variedade e qualidade de materiais para a construção

---

<sup>19</sup> Mais tarde, esta fôra também a forma de comunicação entre a cidade da Bahia e as vilas do Recôncavo.

e a profusão de espécies animais, o sítio satisfazia aos requisitos higiênicos, às exigências fundamentais para o estabelecimento permanente da povoação grande.

Na construção da cidade, Tomé de Souza se ocupou primeiramente, ao pé de uma ladeira, de uma ermita em louvor a Nossa Senhora da Conceição (sua padroeira), a qual daria lugar dois séculos depois (1772) a arquitetura atual da basílica da Nossa Senhora da Conceição da Praia, ficando esta situada na parte baixa da cidade, onde também se localizaria, anos mais tarde, o porto e desenvolver-se-ia o comércio de produtos, tanto da terra como vindos do reino. Além desta, outras duas construções religiosas foram sucessivamente levantadas: a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, da qual se ocuparam os primeiros padres jesuítas vindos com o primeiro governador-geral, e a Igreja do Salvador ou da Sé, situada à beira da barranca, na parte alta, dentro da cidadela, feita de taipa e coberta de palha. Somente com a criação do bispado da Bahia em 1552 e a chegada ao Brasil de Dom Pero Fernandes Sardinha, o precário e modesto templo coberto de palha cedeu lugar à construção de uma Igreja Matriz de pedra e cal (Calmon, 1949: 161).

Como podemos perceber havia uma escassez de instrumentos tecnológicos e de recursos materiais, sendo, na maioria das vezes, superados pelo improviso e pelo ajustamento às condições existentes. Tanto as instalações para moradia quanto as religiosas e administrativas tiveram construções provisórias, a exemplo da Casa da Câmara, erguida na parte alta, em meio ao surgimento da cidade (Ott, 1981: 03):

[A primeira Casa da Câmara da Cidade não] passava (...) de uma tosca armação de formato redondo, feita de madeira, tendo paredes revestidas com folhas de palma, tiradas do uricurizeiro, sendo a parte superior coberta com material semelhante, usando-se para isto, preferencialmente, as folhas mais compridas da piaçava, porque, na época, não havia coqueiros no local. Esta palmácea, convém, explicado, embora denominada “coco da Bahia”, não é nativa, mas, provinda da ilha da Madeira, é oriunda da Índia.

Erguida ao mesmo tempo em que se processava a construção da cidade, capital da colônia, por Tomé de Souza, que também escolheu, por conta própria os primeiros camaristas, a Casa da Câmara foi feita, assim como todas as edificações da época, com os únicos materiais disponíveis naquele momento: “madeira, folhas de palma, para revestir as paredes, e palha”. A escassez de recursos, contudo, não impediu a construção das edificações, que, com o tempo, foram substituídas por outras mais condizentes com a disponibilidade de recurso vindos também do reino.

No alto da montanha, a cidade começou a ser erguida. A cidade materializava experiências acumuladas de vários povos no que diz respeito à construção de núcleos urbanos. Sua construção teve como ponto inicial a praça do Palácio: “um quadrado” de aproximadamente “26 244 pés quadrados”, ornado “pelo lado do Sul com o Palácio da residência dos governadores”, “no oposto fica[va] a Casa da Moeda e duas propriedades de particulares”. Ao leste ficava “a grande Casa da Câmara e Cadeias” e ao Oeste, “o Corpo da Guarda principal e duas insignificantes propriedades” (Vilhena, 1969: 45). Conforme Reis Filho (1968: 135), a praça constituía o ponto de atenção e de focalização urbanística, concentrando a própria arquitetura de maior apuro, seja por seus edifícios oficiais ou religiosos. No primeiro século, essa praça e seu entorno acolheram as principais atividades citadinas: reuniões religiosas, cívicas e recreativas e atividades de comércio, como feiras e mercados. Na rua principal, ficavam as lojas dos mercadores, as tendas dos artistas e os principais edifícios da cidade, os públicos e os particulares (Sampaio, 1949: 274). A fixação de núcleos urbanos a partir da praça livava-se historicamente em suas origens à ágora na Grécia e ao Fórum em Roma (Munford, 2004: 162), representando desde a antiguidade o centro da vida em comunidade, onde estavam os edifícios públicos e o ponto de encontro. No medievo, a praça manteve este papel, abrigando os edifícios mais importantes, como a Igreja ou o Paço Municipal.

A cidade surge em forma de acrópole, revelando (UFBA/CEAB, 1998: 27)

... a inegável influência dos povos que os precederam no desenvolvimento da Civilização Helênica – Grécia e Roma – e das Civilizações Medievais atuantes no ocidente – Cristã e Mulçumana – todas seguindo a norma antiga de localização das cidades nas margens do mar ou dos rios, em pontos elevados com um porto, sempre aceita e bastante difundida...

Edificada sobre uma colina sob a forma de acrópole, a cidade da Bahia corresponderia “tanto às concepções mágico-religiosas da época como a princípios de estratégia militar” (Centurião, 1999: 99). Por um lado, as concepções mágico-religiosas sincretizariam o simbolismo veterotestamentário, além do simbolismo do Novo Testamento, incluindo-se os elementos neoplatônicos, a tradição patrística e o simbolismo inspirado na tradição da antiguidade clássica. Por outro, relativo ao aspecto de estratégia militar, não deve ser esquecida a conturbada situação gerada pelos descobrimentos para efetivação da posse dos territórios entre as nações hegemônicas (Espanha, França, Holanda, Inglaterra e Portugal) e com os nativos.

A construção da cidade também não estava dissociada das relações entre o sagrado e o profano, pois ela portava, mesmo que residualmente, uma sacralidade oriunda de tempos remotos; nem da conquista do território. Por um lado, estava impregnada de uma cosmovisão mitológica. As edificações religiosas, impregnadas de forte valor simbólico, davam-lhe a conotação de centro social, civilizado e civilizatório (Centurião, 1999: 216)

A presença visível [das construções religiosas, tais como templos ou ermitas] lembrava, aos moradores da cidade, o poder da Igreja sobre a regulamentação e a ordenação da vida cotidiana dos habitantes do lugar.

Enquanto expressão física da sociedade e reflexo de seus valores culturais, a cidade da Bahia retomou “o tradicional simbolismo, oriundo das terras portuguesas, a respeito da sacralidade dos espaços situados em elevações e do poder de impregnação do sagrado sobre o espaço circundante” (Centurião, 1999: 216). A cidade seria assim o mais forte elo da conquista, da colonização portuguesa. Simbolicamente, ela representaria a célula europeia na imensidão selvagem do ‘Novo Mundo’.

Por outro, dotando-a de uma condição de fortaleza, seu planejamento buscava atender às exigências defensivas das terras brasileiras, denunciando, como já fora dito, a influência de povos precedentes aos portugueses, sintetizada no modelo medieval de cidade, como podemos perceber ao compararmos com a descrição de Le Goff (1997: 71) de uma cidade medieval:

A cidade da Idade Média é um espaço fechado. A muralha a define. Penetra-se nela por portas e nela se caminha por ruas infernais que, felizmente desembocam em praças parasíacas. Ela é guarnecida de torres das igrejas, das casas dos ricos e da muralha que a cerca. Lugar de cobiça, a cidade aspira à segurança.

A cidade da Bahia portava, assim, a representação de um círculo que encerra uma cruz. Era um local sagrado. Na forma de pensar do seu construtor, segundo Sangodeyi-Dabrowski (2003: 167), a cidade, tal como aquelas que lhe serviram de modelo (Lisboa e Porto), fora construída com certas distinções em seus espaços, assumindo um sentido diferente no contexto da colonização, implicando na convivência com o “outro” e na diferenciação entre os “de dentro” (civilizado) e os “de fora” (bárbaro). A produção de um sentimento de diferenciação por parte dos europeus em relação aos índios e africanos contribuiu para legitimar a separação dos

espaços de vivência. Sua construção em forma de fortaleza para protegê-la do exterior e dos agressores potenciais demarcava fisicamente um todo formado pelas construções e seus habitantes. A cidade da Bahia representava, para os povos colonizadores, o símbolo da civilização ocidental em oposição à barbárie do espaço natural indomado e de autóctones.

Nesse contexto, a casa e a rua eram um todo indissociável. Eram espaços protegidos pela fortificação. Mas, ao longo de dois séculos, a cidade expandiu-se para além dos muros da fortaleza construída por Tomé de Souza a mando do rei de Portugal, simbolizando a vitória da cruz e da grade (expansão) sobre o círculo (recolhimento). A casa e a rua foram se tornando espaço distintos. A casa passava a representar a proteção, tal qual a fortaleza, a rua, a expansão rumo ao desconhecido. Mesmo operando essa diferenciação, como procurou demonstrar DaMatta (1997a: 96), a rua pode ser vista e manipulada como se fosse um prolongamento ou parte da casa, ao passo que zonas de uma casa eram percebidas em determinadas situações como parte da rua. Como veremos adiante, estes espaços, domínios básicos da vida cotidiana, sofreram intervenções com vista a torná-los mais higiênicos.

Outra forma de segregação se apresentava pela distribuição da cidade, disposta sobre uma montanha e seu entorno: a estratificação espacial segundo a hierarquia social (Sangodeyi-Dabrowski, 2003: 169/70). O núcleo matriz da cidade se compunha em duas partes: a “Cidade Alta” (o centro administrativo, político e religioso, assim como as residências) e a “Cidade Baixa”, a praia, onde se localiza o porto e seus armazéns. Este projeto de cidade, com uma parte alta e outra baixa, era amplamente utilizado em Portugal e assemelha-se a suas cidades, Porto e Lisboa, também estruturadas em “Cidade Alta” e “Cidade Baixa”. No alto, encontrava-se a parte nobre, um lugar que pertencia ao espiritual, quando comparado à parte baixa, o comércio, lugar profano. Entretanto, delas se diferencia por se transformar, ao longo de dois séculos, na mais importante cidade portuguesa do Mundo Marítimo português fora da Europa, bem como, ser uma cidade inspirada em modelos medievais, mas construída em plena época moderna.

Ao se estruturar em “Cidade Alta” e “Cidade Baixa”, tem-se assim a distinção entre dois espaços: a “acrópole” e o “ágora” como ocorrera nas polies gregas Munford (2004: 166). Dento da visão católica, trazida pelos portugueses, havia a distinção entre os espaços para transações seculares e para atividades

administrativas e religiosas. Contudo, isso não isentava a presença do poder espiritual no espaço destinado para o comércio, como ocorre com as freguesias da parte baixa da cidade. Tal distinção somente foi possível em virtude do crescimento da cidade para além dos muros da fortaleza. Seus moradores começavam a abrir roças fora de seus muros, mas, em princípio, ninguém se atrevia a estabelecer-se permanentemente nessas roças ou abrir fazendas, pois o medo de serem assaltados ou mortos pelos gentios era grande. Contudo, a população da cidade cresceria rapidamente, ultrapassando os acanhados limites fortificados, sobretudo com a instalação dos engenhos pelo recôncavo afora e da chegada de outras ordens religiosas<sup>20</sup>. Segundo Nascimento (1986), ao serem analisadas as inúmeras licenças concedidas pela Câmara Municipal, as ruas passavam a existir após a construção das casas, daí elas serem tão desalinhadas: a abertura de ruas, ladeiras, praças, becos, travessas e largos, exceto no núcleo primitivo, ocorria sem a menor planificação. Mas esse desalinho era em virtude também do clima, pois conforme as concepções urbanísticas herdadas desde as primeiras cidades, as ruas estreitas protegiam do sol e da poeira, ficando conhecidas por ruas do meio-dia, momento no qual a rua ficava totalmente ensolarada (Munford, 1998: 87)

a rua, como um meio aberto e articulado, era excepcional: a viela estreita e tortuosa, bem protegida por sombras contra o tórrido sol, era o canal comum do tráfego, mais adaptado ao clima do que uma artéria de largas dimensões.

De acordo com Santos (1959: 56/63), observam-se dois tipos de ocupação: no primeiro, de 1549 até finais do século XVI, a cidade apresentaria um plano regular, com ruas que se cruzavam em ângulo reto, e que adaptava-se a topografia e; no segundo, entre o século XVII e finais do XIX, observa-se um crescimento sem plano nenhum para o conjunto, com ruas sinuosas e pequenas praças.

Analisando os desenhos referentes à reconstrução da evolução física da cidade a partir de 1551 (UFBA/CEAB, 1998: 27) e relacionando-os com o surgimento das freguesias ao entorno da fortaleza (Nascimento, 1986: 34/8), podemos verificar a expansão da cidade pela incorporação do antigo núcleo da Vila do Pereira (Norte), em seguida a ocupação ao pé da montanha, onde fora construída a fortaleza

---

<sup>20</sup> Além dos jesuítas, vieram para a cidade da Bahia fundar casa os carmelitas, os beneditinos, os capuchos de Santo Antonio, os carmelitas descalços, os capuchos italianos, os agostinianos, as ursulinas (Vilhena, 1969: 442/52). Dentre estes, chamam atenção os beneditinos pelo patrimônio construído e pela importância na ocupação do território (Hernandez, 2000).

(Oeste), depois avançando para a garganta do Taboão (Norte) e por fim para o vale do Ribeiro (Leste). Assim teríamos inicialmente a construção do núcleo matriz (Freguesia da Sé) e a incorporação da Vila Velha (Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, fundada em 1561, por Dom Pero Fernandes Sardinha) e o surgimento da Freguesia de São Pedro extra-muro

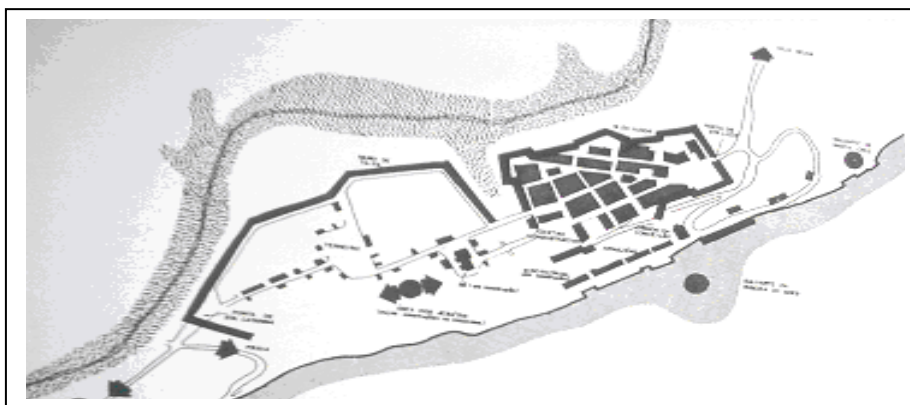
**FIGURA II**



Fonte: UFBA/FAU/CEAB; FGM (1998) Evolução Física de Salvador 1549 – 1800. p. 14.

Em seguida, a ocupação da praia, após a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia (1623), armazéns e, posteriormente, a Fortaleza do Mar, o Tribunal do Comércio, a Alfândega, a Mesa do Consulado e os trapiches; desenvolvimento da rua comercial (ponto da reunião para trocas, rua de uso constante) e a ampliação da fortaleza pela construção da praça do Terreiro

**FIGURA III**



Fonte: UFBA/FAU/CEAB; FGM (1998) Evolução Física de Salvador 1549 – 1800. p. 14.



Bahia: negra, mas limpinha.

Depois a expansão ao Norte para além dos muros da fortaleza, originando à freguesia de Santo Antonio além das portas do Convento do Carmo (criada em 1646)

**FIGURA IV**



Fonte: UFBA/FAU/CEAB; FGM (1998) Evolução Física de Salvador 1549 – 1800. p. 15.

E por fim, com a ocupação para além do vale do Ribeiro, dando origem a Freguesia do Desterro (Santíssimo Sacramento em Sant'Anna, criada em 1679), com seus bairros: Palma e Saúde

**FIGURA V**

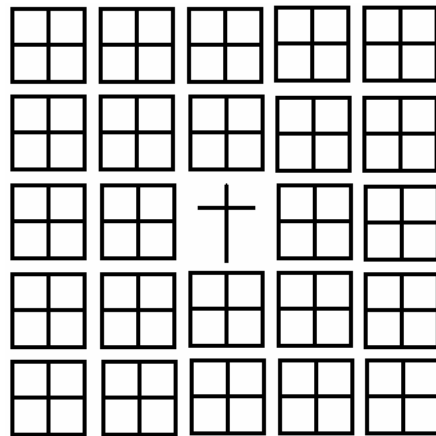


Fonte: UFBA/FAU/CEAB; FGM (1998) Evolução Física de Salvador 1549 – 1800. p. 15.

Dessa forma, embora se verifique um certo “desalinho” na ocupação do espaço citadino por conta do crescimento populacional, temos a construção e o desenvolvimento de uma cidade portuguesa no “Novo Mundo”, por isso ausente não estava a preocupação dos portugueses como o planejamento dos núcleos urbanos. A cidade era a continuação das concepções urbanísticas vigentes em Portugal à época dos descobrimentos

e das navegações marítimas. Dessa forma, procura-se relativizar o discurso de Holanda (1996), segundo o qual o pragmatismo português seria caracterizado pelo “acaso”, irracionalidade e improvisação. De acordo com esse autor, os portugueses, diferentes dos espanhóis, apresentaram uma adaptabilidade excepcional aos trópicos, cuja funcionalidade manifestava-se “com desleixo e certo abandono”, tendo por “elemento orquestrador por excelência” o espírito de aventura (p. 43/6). Enquanto os espanhóis acentuaram o caráter da cidade como empresa da razão (ver Figura VI), opondo-se à ordem natural, prevendo rigorosamente o plano dos núcleos urbanos fundados na América, ao modo de fazer triunfar a linha reta

FIGURA IV



Fonte: Adaptado da “Planta de Mendonza, Argentina, em 1562 – exemplo de traçado geométrico rigoroso”. In: REIS FILHO, N. G. (1968) Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500/1720. São Paulo: USP. p. 196.

O próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pela aspereza do solo; impõem-lhe antes o acento voluntário da linha reta. O plano regular não nasce, aqui, nem ao menos de uma idéia religiosa, como a que inspirou a construção das cidades do Lácio e mais tarde a das colônias romanas, de acordo com o rito etrusco; foi simplesmente um triunfo da aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado. O traço retilíneo, em que se exprime a direção da vontade a um fim previsto e eleito, manifesta bem essa deliberação. E não por acaso que ele impera decididamente em todas as cidades espanholas, as primeira cidades “abstratas” que edificaram europeus em nosso continente.

Os portugueses, norteados por uma política de feitorias e agarrados ao litoral, foram “semeadores” de cidades irregulares, nascidas e crescidas ao acaso, rebeldes à norma abstrata, enlaçadas na linha da paisagem, não chegando a contradizer o

quadro da natureza. Os portugueses estavam, assim, conforme o autor, interessados em fazer fortuna rápida, dispensando o trabalho regular, que nunca fora sua virtude (p. 95):

Essa primazia acentuada da vida rural concorda bem com o espírito de dominação portuguesa, que renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão.

A rotina teria sido, segundo Holanda, o princípio norteador da ação construtora dos núcleos urbanos portugueses na América e das demais atividades colonizadoras empreendidas. Contudo, como foi possível verificar na análise do Regimento que levou Tomé de Souza, a construção da cidade não foi obra do acaso, mas o resultado do planejamento, orientado pelas funções que ela deveria apresentar. Como constatam Reis Filho (1968: 77) e Sampaio (1999: 46), a política urbanizadora portuguesa no Brasil foi algo para além de uma simples repetição inconsciente de padrões culturais, sem qualquer proposta e ordem: as formações urbanas brasileiras não constituem um conjunto de dados aleatórios, mas são parte de uma estrutura dinâmica (a rede urbana), sujeita ao processo de urbanização o qual determinava o aparecimento daquelas formações a partir do sistema social da colônia e da política de colonização portuguesa (ordem elaborada na prática).

Com a fundação da cidade da Bahia, começava a ser implantada uma rede urbana, cuja estrutura, fundamento, desenvolvimento, foi uma resposta às características e vicissitudes da economia voltada para a exportação de produtos tropicais e importação de produtos manufaturados. Assim como ela, as demais cidades foram criadas em pontos especiais, funcionando como centros regionais e por meio delas revelavam-se as tendências centralizadoras da política portuguesa, que se opunha, discretamente, a dispersão dominante. Tal política teve continuidade com a construção da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1565) e de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (1585 - atual João Pessoa), ainda no século XVI, e de São Luís do Maranhão (1612) e de Nossa Senhora de Belém (1616) no século XVII. Estas se constituíram as cabeças da rede em suas regiões e parcelas do território sob a responsabilidade direta da Coroa.

A Coroa, até meados do século XVII, procurando utilizar ao máximo os recursos particulares, deixava as principais tarefas da urbanização sob

responsabilidade dos donatários, outorgando-lhes o poder de criação de vilas, conforme rezava nas cartas de doação: “A grande maioria dos núcleos urbanos instalados nos dois primeiros séculos de colonização, o foi pelo esforço e interesse dos colonos e donatários, com o estímulo da Metrópole sem participação direta desta” (Reis Filho, 1968: 31). Portugal aplica uma política urbanizadora que estimulava, indiretamente, a formação de vilas nos territórios pertencentes aos donatários e a expensas desses, reservando-se as tarefas correspondentes à fundação, em seu território, de cidades com funções de centros de controle (p. 73). Estas cidades chamadas de “Reais” eram fundadas exclusivamente nas capitanias pertencentes à Coroa. Como resultado de tal política, das vinte e oito vilas e cidades fundadas no primeiro século após a instituição do governo geral, apenas sete foram por conta da Coroa, cabendo aos donatários e seus colonos a fundação das demais (todas vilas). Isso vem a explicar porque muitos núcleos urbanos, como foi o caso das vilas do Recôncavo baiano, tenham surgido de antigos engenhos, como pontos de passagem e sempre em torno de uma igreja (Araújo, 1970: 14).

A rede urbana do recôncavo, da qual a cidade da Bahia também fazia parte, era formada por mais três vilas, fundadas no final do século XVII: Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira e São Francisco da Barra de Sergipe do Conde. E já no início do século XVIII, passa a fazer-lhe parte as vilas de Santo Amaro, de São Bartolomeu de Maragogipe, de Abrantes do Espírito Santo e da Abadia. Estes núcleos urbanos surgem à beira d’água, como sítios elevados de características medievais de cidade fortaleza (Jaguaripe e São Francisco do Conde) ou sítios de vale à beira rio acompanhando a estrada colonial e com formação em geral linear (p.14). Por obedecer à topografia, seus traçados eram irregulares, acompanhando o curso dos rios, subindo as colinas e morros, com espaços imprevistos, tortuosos e completamente incertos. A forma desses núcleos resultava de sua colocação e expansão territorial, em geral linear, acompanhando a rede hidráulica, com exceção de Maragogipe que toma a forma radial.

Até o século XVII, a Coroa portuguesa limitava-se a fundar núcleos urbanos na categoria de cidades, a partir dos quais fosse possível exercer o controle sobre as atividades das capitanias e das vilas fundadas pelos donatários. Somente com a implantação na América portuguesa de uma política econômica e administrativa centralizadora e a decadência da agricultura tradicional (isto acarretou a multiplicação das propriedades para subsistência e a dispersão da população), o

Governo português chama para si as inúmeras responsabilidades da urbanização, passando a atuar mesmo nas áreas que até então eram reservadas aos donatários (Reis Filho, 1968: 73/5). Mas tanto numa fase quanto na outra, a cidade da Bahia funcionava como um componente nuclear do sistema social e espacial implantado pela Coroa portuguesa a fim de garantir o processo de colonização e inserção da América nos circuitos comerciais do Mundo Marítimo português.

Fundada com base em critérios pré-estabelecidos, a cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos não foi obra do acaso. Sua fundação e desenvolvimento, tendo em vista o processo de colonização, foi um instrumento de ação político-administrativa. Com base no Regimento que trouxe Tomé de Souza, ela foi o reflexo das concepções urbanísticas em vigor em Portugal a época dos descobrimentos marítimos. Havia predeterminação de projeto ou sítio, sendo a forma da cidade resultante das funções de defesa e povoamento. As circulações, as vias, os caminhos, as ruas não contrariavam a topografia e se ajustavam ao clima: íngremes e estreitas. Seu traçado irregular decorreu de sua expansão, transformando a fortaleza na rica e opulenta cidade da Bahia. A cidade, marcada por sua centralidade espacial, se desenvolvia em consonância com as suas funções urbanas: comercial, político-administrativa e cultural.

## CAPITULO II CIDADE COMO CENTRO: ADMINISTRAÇÃO, COMÉRCIO E CULTURA

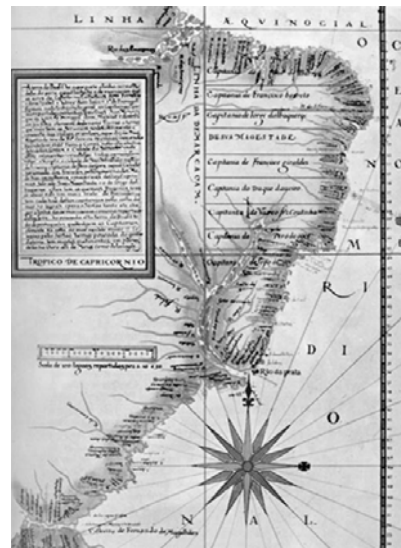
E vós, ó bem nascida segurança da Lusitana antiga liberdade, e não menos certíssima esperança de aumento da pequena Cristandade; vós, ó novo temor da Maura lança, maravilha fatal da nossa idade, dada ao mundo por Deus, que todo o mande, para do mundo a Deus dar parte grande; vós, tenro e novo ramo florescente de uma árvore de Cristo mais amada que nenhuma nascida no Ocidente, Cesárea ou Cristianíssima chamada; (Vede-o no vosso escudo, que presente vos amostra a vitória já passada, na qual vos deu por armas, e deixou as que ele para si na Cruz tomou); vós, poderoso Rei, **cujo alto Império o Sol, logo em nascendo, vê primeiro; vê-o também no meio do Hemisfério, e quando desce o deixa derradeiro**; vós, que esperamos jugo e vitupério do torpe Ismaelita cavaleiro, do Turco oriental, e do Gentio, que inda bebe o licor do santo rio; inclinai por um pouco a majestade, que nesse tenro gesto vos contemplo, que já se mostra qual na inteira idade, quando subindo ireis ao eterno templo; os olhos da real benignidade ponde no chão: vereis um novo exemplo de amor dos pátrios feitos valorosos, em versos divulgado numerosos (Camões, 2003: 13/5). (Grifos meus).



Desde sua fundação, a cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos constituiu um posto avançado da colonização portuguesa, um componente nuclear do sistema social da colônia. Seu desenvolvimento teve em vista a formação, na América portuguesa, de uma economia de exportação de produtos tropicais para a metrópole e importação de produtos manufaturados, dentro da qual a cidade funcionava como instrumento de ação político-administrativa, sede do poder civil e religioso, centro comercial e cultural. A cidade era definida por sua centralidade: a “Cidade Alta”, centro administrativo, político e religioso, assim como de residências e a “Cidade Baixa”, a praia, o porto e seus armazéns. Sem embargo, o núcleo central da cidade, para onde levam todos os caminhos, era a freguesia da Sé, no alto, e a de Nossa Senhora da Conceição da Praia, na parte baixa. Mas não somente uma centralidade espacial, como também político-administrativa, econômica e cultural.

Do ponto de vista político-administrativo, a cidade era, ao mesmo tempo, sede do governo-geral e do poder local. Abrigava, por um lado, toda aparelhagem administrativa necessária ao controle dos domínios portugueses na América e, por outro, o governo local concretizado com a implantação do Conselho Municipal (Câmara de Vereadores). A cidade foi herdeira do modelo português de estrutura administrativa (Fonseca, 1993: 54/7). Este foi estendido ao Brasil tanto em sua organização como em seu sistema, não sendo criado nada de novo. A capitania, dividida em comarcas, constituía-se a unidade administrativa central. As comarcas eram compostas de termos, divididos, por sua vez, em freguesias. Estas, divididas em bairros com circunscrição não muito precisa e com papel principal nas ordenanças, construía-se enquanto circunscrições eclesiásticas que formavam paróquias, sede da igreja e sede da administração civil (Prado Jr., 1999: 306). Tal estrutura nos ajuda a compreender como foi se dando a ocupação do espaço na América portuguesa, marcada por práticas orientadas pelo saber religioso.

As Terras de Além-mar, como também era conhecido o Brasil, estavam divididas em quinze capitanias<sup>21</sup>, doadas a doze donatários: Maranhão (João de Barros/Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade); Ceará (Antônio Cardoso de Barros); Rio Grande do Norte (João de Barros/Aires da Cunha); Itamaracá (Pero Lopes de Sousa); Pernambuco ou Nova Lusitânia (Duarte Coelho); Bahia (Francisco Pereira Coutinho); Ilhéus (Jorge de Figueiredo Correia); Porto Seguro (Pero do Campo Tourinho); Espírito Santo (Vasco Fernandes Coutinho); São Tomé (Pero de Góis); São Vicente (Martim Afonso de Sousa), Santo Amaro e Santana (Pero Lopes de



Luis Teixeira, Litoral Brasileiro com as Capitâncias Hereditárias, Portugal, Biblioteca da Ajuda, 1574 In: <http://www.multirio.rj.gov.br> acessado em 22AGO2005

<sup>21</sup> As capitanias eram imensos lotes de terras que se estendiam do litoral até o limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas (1492). Essas extensões de terras em cortes paralelos foram doadas a titulares que possuíam grandes poderes: dispor das terras bem como distribuí-las entre os colonos, nomear autoridades administrativas e judiciárias, receber taxas e impostos (redízima e vintena), escravizar e vender índios, fundar vilas, cobrar tributos pela navegação nos rios, etc. A ocupação era assegurada através da Carta de Doação, assinada pelo Rei, cedia ao donatário as terras, bem como o poder administrativo e jurídico delas e; do Foral que determinava os direitos e deveres do donatário, que recebia as terras não como proprietário, mas como administrador (Bueno, 1999: 90).

Sousa). Dentre esses donatários quatro já haviam estado no Brasil, e apenas oito tomaram posse das terras. Com o tempo estas passaram a obedecer à seguinte ordem de classificação: principais e subalternas. Como nos informa Prado Jr (1999: 305), embora as subalternas estivessem sujeitas às principais, no conjunto e de uma forma geral, os poderes dos governos eram os mesmos em todas as categorias provinciais: as do Rio Grande do Sul e Santa Catarina subordinadas à do Rio de Janeiro; a do Rio Negro à do Para e a do Ceará à de Pernambuco. Subordinadas à da Bahia de Todos os Santos estavam as de Sergipe Del Rei, Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo (Vilhena, 1969).

A comarca da Bahia de Todos os Santos, até fins do século XVIII, era composta por onze termos: Cidade da Bahia, Vila de São Francisco, Vila de Santo Amaro, Vila da Cachoeira, Vila de Água Fria, Vila de Jaguaripe, Vila de Maragogipe, Vila de Itapirucu de Cima, Vila da Abadia, Vila Nova Real e Vila de Nova Abrantes do Espírito Santo. Aos termos desta comarca pertenciam 53 freguesias, sendo o maior o da cidade da Bahia com 20 freguesias e os menores os das Vilas de Água Fria, de Maragogipe e de Nova Real, cada um com apenas duas freguesias.

Em instruções dadas a Tomé de Souza para a construção da cidade, eram muito claros os limites do termo da cidade da Bahia

Porque minha intenção é que a dita povoação seja tal como atrás fica declarado hei por bem que **ela tenha de termo e limite seis léguas para cada parte** e sendo caso que para alguma parte não haja as ditas seis léguas por não haver tanta terra chegará **o dito termo até onde chegarem as terras da dita capitania** o qual termo mandareis demarcar de maneira que em todo tempo possa saber por onde parte<sup>22</sup>. (Grifos meus)

A área do termo da cidade da Bahia corresponde, atualmente, ao território dos municípios de Amélia Rodrigues, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Jacuípe, Dias D'ávila, Itaparica, Lauro de Freiras, Mata de São João, Pojuca, Madre de Deus, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Saubara, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Vera Cruz e parte dos municípios de Coração de Maria, Itanagra e Salinas das Margaridas<sup>23</sup> (ver Mapa III). O desmembramento do território do termo da cidade da Bahia para a formação de novos núcleos urbanos tem início ainda no período colonial com a criação da vila

<sup>22</sup> APEB, Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil. op. cit. p. 135

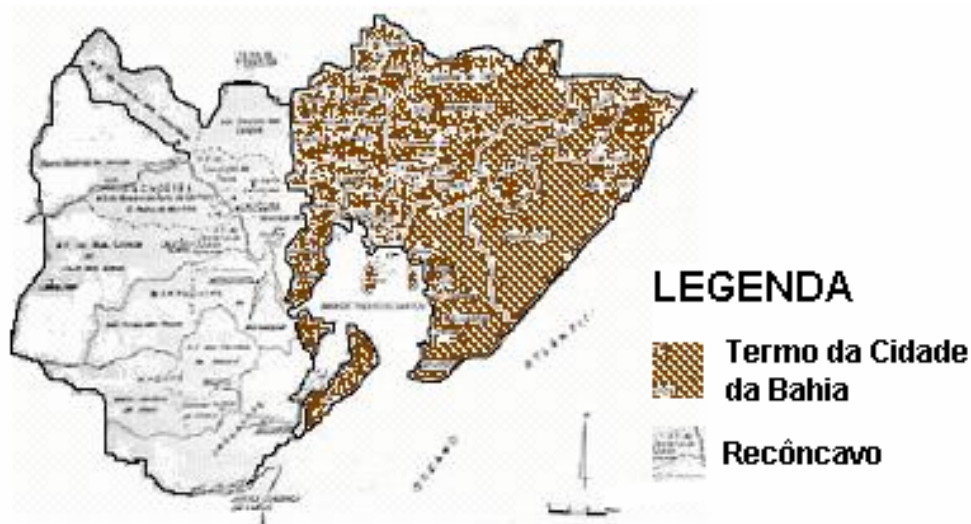
<sup>23</sup> Sobre os municípios que integravam o termo da cidade da Bahia consultar PEREIRA, P. T. (1980) Pequeno dicionário dos municípios baianos. [s.l.]: [s.e.] e BAHIA. SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO. COORDENAÇÃO DE CULTURA (1998) Guia cultural da Bahia. Salvador: A secretaria.



Bahia: negra, mas limpinha.

de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde (pelas Cartas Régias de 27 de dezembro de 1693 e 1695) e da vila de Nova Abrantes do Espírito Santo (atual Camaçari, pelo Alvará Régio de 28 de setembro de 1758). No século XIX, temos a criação da vila de Itaparica (Decreto Imperial de 25 de outubro de 1831)<sup>24</sup>. Esse processo se intensificou durante o século XX, com a emancipação dos municípios de Candeias, Simões Filho, Lauro de Freitas e Madre de Deus. Dessa forma, consideramos parcial a análise feita por Moreira (2002), segundo a qual, nas freguesias das vilas do Recôncavo, prevaleceu a função política sobre a religiosa, característica marcante das freguesias do termo da cidade da Bahia. Como veremos adiante, as freguesias tinham tanto a função religiosa quanto a político-administrativa, desempenhadas pelo pároco e pelo juiz de paz, respectivamente. As razões para o predomínio dessa perspectiva historiográfica talvez encontrem respaldo no trabalho de Nascimento (1986) sobre as dez freguesias da cidade de Salvador, que não aborda as chamadas freguesias “rurais” ou “suburbanas”.

### MAPA III



Fonte: Adaptado de BARICKMAN, B. J. (2003) Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780/1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 40.

<sup>24</sup> Essas vilas/cidades também sofreram processos de desmembramento da área de seus municípios, dando origem a outros municípios: São Francisco da Barra de Sergipe do Conde [Catu (Pojuca), Santo Amaro (Amélia Rodrigues, Conceição do Jacupe, Coração de Maria, Teodoro Sampaio e Terra Nova), São Sebastião do Passé e Saubara], Camaçari [Dias D'Ávila e Mata de São João (Itanagra)] e Itaparica (Salinas das Margaridas e Vera Cruz).

O termo da cidade da Bahia era formado, até a primeira metade do século XVIII, por vinte freguesias<sup>25</sup>, que passamos a listar: O Salvador na Sé, Nossa Senhora da Conceição na Praia, Santíssimo Sacramento no Pilar, Santo Antônio além do Carmo, Nossa Senhora da Penha em Itapagipe, Desterro (Santíssimo Sacramento em Sant'Anna), Nossa Senhora das Brotas, São Pedro Velho, Nossa Senhora do Rosário (Santíssimo Sacramento na rua do Passo) e Nossa Senhora da Vitória - freguesias "urbanas"; São Bartolomeu em Pirajá, Nossa Senhora do Ó em Paripe, São Miguel em Cotegipe, Nossa Senhora de Piedade em Matoim, Santo Amaro da Ipitanga (Nossa Senhora da Conceição de Itapoã), São Pedro no Sauípe da Torre, o Senhor do Bonfim na Mata, Santa Vera Cruz em Itaparica, Santo Amaro em Itaparica, Nossa Senhora da Encarnação em Passé - freguesias "rurais" ou "suburbanas" (Vilhena 1969). Vilhena, em fins do século XVIII, mesmo não podendo contar com dado precisos, afirma conter as freguesias urbanas de 7.080 fogos e 40.922 almas a maior parte de pretos e mulatos cativos e as freguesias suburbanas de 2.091 fogos e 16.093 almas, num total de 9.171 fogos e 57.015 almas.

As freguesias eram, *lato sensu*, conjuntos de paroquianos, povoações sob o ponto de vista eclesiástico, clientela. Mas, tomando por base a definição cunhada por Nascimento (1986: 29), passaremos a designar por freguesia

Um espaço material limitado, divisão [político-administrativa] e religiosa da cidade, onde estavam localizados os habitantes, ligados à sua igreja matriz [e por isso, deviam tomar] parte de suas solenidades, ali realizavam seus batizados, casamentos e [serem] sepultados.

Nesta forma de divisão administrativa, havia a coincidência com a organização religiosa na cidade, uma vez que as ordens religiosas tomavam a iniciativa desta classificação cidadina, adotada pelo poder governamental. Qualquer modificação nos limite das freguesias deveria passar pela permissão da maior autoridade da Igreja, sendo concedida mediante as informações emitidas pelos vigários (p. 37)

A repulsa do arcebispo, baseado em informações dos párocos das freguesias limítrofes ao Passo, impediu que o projeto que pretendia aumentá-la se tornasse lei, o que daria a essa freguesia um aumento de 352 casas, perdendo a Sé 27, Santo Antônio 184, e Santana 141.

---

<sup>25</sup> Em meados do século XVIII, ocorre o desmembramento das freguesias de São Pedro no Sauípe da Torre, o Senhor do Bonfim na Mata, dando origem a Vila de Nova de Abrantes do Espírito Santo. No século seguinte, foram desmembradas do termo da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos as freguesias de Santa Vera Cruz em Itaparica, Santo Amaro em Itaparica, dando origem a Denodada Vila de Itaparica. PEREIRA, (1980: 30; 78).

Essa relação entre Estado e Igreja, no Brasil, somente foi alterada com o advento da República (1889), momento em que houve a secularização e laicização do Estado, deixando a Igreja de ser o seu principal aparelho ideológico, função mais tarde assumida pela escola. Tal desvinculação vai permitir aos setores dirigentes das elites regionais o empreendimento de modificações na estrutura da cidade sem incorrer em sanções por parte do setor religioso, como veremos mais adiante. Assim, a denominação de freguesia deve ser entendida por meio do complexo quadro da administração portuguesa à época da colonização empreendida na América (1500-1808). Igreja e Estado português estavam unidos pelo sistema de padroado, segundo o qual a instituição religiosa era reconhecida enquanto uma das instituições políticas da nação. Assim, se por um lado, havia grande ingerência da Coroa nos assuntos eclesiásticos, inclusive nomeando e remunerando os clérigos, por outro, isso permitia que as diversas categorias da administração eclesiástica, como foi o caso de “freguesia”, fossem utilizadas pela administração governamental.

Ao assumir um sentido político-administrativo, as freguesias passavam a integrar um dos limites do município, sendo submetida cada uma à jurisdição de seu pároco, bem como sujeitas à ação dos funcionários nomeados pelo presidente da capitania/província. Eram, por assim dizer, o centro de muitas atividades desenvolvidas na cidade. Além das funções política (reuniões de comissões para composição de listas de eleitores), religiosa (procissões, viáticos, extrema-unções, visitas de santos às casas de particulares, batismos, casamentos, etc.), as freguesias tinham importante função econômica (registro em livros das terras, fazendas, sítios, roças, engenhos situados nos limites dessas freguesias, além do comércio) e social (promoviam as diversas formas de sociabilidades para a população baiana da época).

Diferente de Prado Jr. (1999: 306), Nascimento (1986: 30) afirma estarem as freguesias divididas em quarteirões: divisões administrativas, cuja responsabilidade competia ao juiz de paz. Este poderia adotar diferentes critérios para determinar a extensão de um quarteirão. No entanto, deveria, ao menos, seguir o critério estabelecido por lei: cada quarteirão deveria possuir pelo menos 25 (vinte e cinco) casas habitadas. Assim, o quarteirão viria a significar um conjunto de casas contíguas, delimitadas por quatro ruas, formando um quadrilátero. Contudo, com

base nas delimitações feitas pelos juizes de paz, verificadas em almanaques do século XIX, a autora constata que a forma de concebê-lo variava bastante (p. 72):

acerca da divisão do espaço urbano dessa freguesia [Nossa Senhora da Vitória], que os juizes de paz, votados para exercerem esse posto, tinha a faculdade de mudar a disposição dos quarteirões já estabelecidos anteriormente. Por isso, na documentação consultada variavam os números dos quarteirões e sua localização.

Desse modo, poder-se-ia configurar um quarteirão grandes extensões de terra com pequena população ou pequenas extensões com grande número de habitantes, ou uma rua ou parte dela, ou apenas um de seus lados. Cabe ressaltar que, embora fosse corrente o uso do termo quarteirão como uma forma de divisão administrativa, os termos bairro e distrito aparecem tanto no estudo desenvolvido pela autora como também em jornais utilizados no nosso estudo, porém estes aparecem como delimitação administrativa para freguesia de grande extensão, como por exemplo: 1º, 2º e 3º distritos da freguesia de Santo Antonio além Carmo ou os bairros de Palma e da Saúde, subdivisões da freguesia de Santana do Sacramento.

Dentro desta estrutura, a cidade da Bahia era a sede da unidade administrativa da capitania da Bahia de Todos os Santos, sob o controle do governo geral e da organização local portuguesa, baseada no conselho, responsável pelo termo da cidade. Enquanto formas administrativas, transpostas para o Brasil, a primeira fazia parte da história recente de Portugal, enquanto a segunda remonta aos tempos das conquistas romanas. O Conselho de Vereança ou Câmara de Vereadores figurou como elemento indispensável ao processo de colonização, pois, abstraindo-se a responsabilidade e competência ampla e total do governador-geral, funcionava como único organismo capaz de representar e defender localmente os interesses do poder centralizador, mantendo aceso o sentido de posse (Sousa, 1996: 26). Enquanto a criação do governo-geral garantia a retomada dos poderes reais delegados aos donatários, a instituição do conselho (elemento indispensável à organização local) foi a solução para problema do total domínio da terra<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Até a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, passaram pela cidade da Bahia, como representantes do poder régio, trinta e nove governadores-gerais e três vices-reis. O primeiro é Tomé de Souza. Ele chega ao Brasil em 29 de março de 1549 e governa até sua morte, em 1553. É substituído por Duarte da Costa, que fica no cargo por quatro anos. O terceiro é Mem de Sá, que governa de 1557 até 1572 e o último foi o vice-rei Antônio de Almeida Soares e Portugal, primeiro marquês de Lavradio. Devido à preocupação da Coroa em preservar o domínio sobre as terras, livrando-se de qualquer tentativa de golpe, o governador-geral era substituído a cada quatro anos.

A criação do Governo-geral, como já fora dito, não visava extinguir o sistema de capitanias ou a autoridade dos donatários em suas propriedades. Houve a incorporação das atribuições públicas dos capitães ao sistema do governo-geral, fiscalizadas por um poder mais alto, em assuntos militares, da fazenda e da justiça<sup>27</sup>, ou seja, o total controle do processo de povoamento e colonização pela metrópole e o cerceamento e limitação, mas não extinção, das influências do poder privado na colônia (Faoro, 1977: 141/5). Esta foi a melhor forma encontrada pela Coroa para reaver parte dos poderes reais, os quais, em virtude da ausência do poder régio junto aos donatários, tinham se ampliado para além dos concedidos nas Cartas de Doação. Assim, o Governo-geral surge da necessidade de centralização do poder administrativo e da renovação da autoridade do Rei.

Com a instalação do governo-geral na América portuguesa, transferem-se para o Brasil alguns centros de decisão, a que compete compensar os excessos de dispersão introduzidos com o regime das capitanias. Segundo o Regimento que trouxe Tomé de Souza, através da construção da “fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça”, o novo programa de administração deveria “conservar e nobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil”<sup>28</sup>. Para esse fim, foi utilizada capitania da Bahia de Todos os Santos, que, revertida à Coroa, transforma-se em unidade administrativa real. Essa tendência incentivar a criação de algumas capitanias reservadas à Coroa, como as de Minas Gerais e do Rio Grande de São Pedro do Sul, bem como o processo de retomada do poder delegado aos donatários, e a re-incorporação das diversas capitanias ao patrimônio da Coroa (o regime de donatárias termina no século XVIII, por ordem do Marquês de Pombal).

---

<sup>27</sup> Segundo Nardi (2002: 23), estes seriam os componentes do que ele denominou de “soberania do Estado” (política visando a estabelecer, manter e fortalecer o poder do estado metropolitano na colônia) que junto com o exclusivo metropolitano e o tráfico negreiro viriam a se constituir os três pilares sobre os quais estaria assentado o Antigo Sistema Colonial. Procurando evidenciar, na experiência portuguesa, os antecedentes para constituição da soberania do Estado encontraríamos nas feitorias em Ásia e África os elementos constitutivos da administração portuguesa nas suas colônias. O que ocorre na América portuguesa nada mais foi do que a maximização do sistema de feitorias, pois a ocupação não deveria se dá “apenas com agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas com os nativos, [as quais serviam] de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados” (Prado Jr., 1999: 24), mas através do povoamento efetivo por meio do deslocamento populacional (tráfico negreiro), que assegurasse o fornecimento da mão-de-obra necessária ao novo empreendimento comercial: fornecer produtos tropicais ao mercado europeu.

<sup>28</sup> APEB, Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil. op. cit. p. 135

Tendo por finalidade um controle mais direto das capitanias, o governo-geral, constituído por um governador-geral, um ouvidor-mor (negócios da Justiça), um capitão-mor da costa (assuntos militares) e um provedor-mor da fazenda, apresentou limitações em seu desempenho em virtude das condições do meio, pois “o isolamento das povoações exigia freqüentemente dos seus moradores a solução de problemas que, em condições normais, seriam de competência do Governo-geral” (Reis Filho, 1968). Isso teria originado, mais tarde, em 1572, com D. Sebastião (1554-1578), a sua divisão em duas repartições: a do Norte, com sede na Bahia e a do Sul com sede no Rio de Janeiro. E, posteriormente, devido ao isolamento do extremo Norte, cujas comunicações terrestres ou marítimas com o Estado do Brasil eram precárias, Filipe III da Espanha (1578-1625) separou o Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1621, unidade administrativa que englobava a área compreendida entre o Ceará e o Peru atuais.

Diferente do Governo-geral, a Câmara de Vereadores foi um órgão bem sucedido no desempenho de suas funções administrativas. As suas atribuições visavam demarcar a existência e preponderância do Reino português em nível local. Desde o início, conforme as Ordenações<sup>29</sup> e Leis Régias, essa instituição ficara responsável pelo gerenciamento e organização da vida local (Costa, 1977: 198)

A burocracia real concentrava suas atividades ao longo da costa, o que se explica tendo-se em conta seu caráter essencialmente fiscal e fiscalizador. Coletar impostos, garantir o respeito aos monopólios e privilégios, defender a terra contra os ataques de estrangeiros, manter a ordem interna eram suas principais funções.

Erguida em meio a construção da cidade, a Câmara de Vereadores era elemento indispensável à organização local, e, de acordo com Souza (1996), foi a melhor resposta encontrada pela Coroa portuguesa para o problema do total domínio da terra, havendo o soerguimento de velhas e tradicionais formas da administração pública portuguesa. Embora as câmaras tivessem perdido grande parte de sua importância no Reino, suplantadas pela criação do cargo de juiz de fora<sup>30</sup>, (estratégia também aqui utilizada sem muito resultado) as da Colônia adquiriram um poder considerável sob o domínio dos grandes senhores de engenho. Após a restauração da Coroa portuguesa, durante o século XVII, foram introduzidas

---

<sup>29</sup> Tanto as Ordenações Manuelinas (1521) quanto as Filipinas (1603) delegavam à Câmara a responsabilidade por tudo que dissesse respeito à vida das cidades e vilas portuguesas.

<sup>30</sup> Sobre as nomeações dos Juizes de Fora para a cidade da Bahia consultar Vilhena (1969: 316/9).

modificações no intuito da autoridade retornar para as mãos dos representantes do poder real, mas nem sempre com o resultado esperado.

A Câmara Municipal da cidade da Bahia era um órgão dominado pela aristocracia açucareira baiana e, por isso, representava os interesses dos senhores de engenho e seus aderentes. Eram em vão os esforços da Coroa a fim de elevar os poderes acima da sociedade e dela separá-los, como é visível nesse fragmento de “Volta a criticar o mau governo da Bahia” de Gregório de Matos, datado do século XVII, no qual ele evidencia a limitação dos poderes desta instituição pela ação de grupos sócio-econômicos e das grandes famílias de senhores de engenho, interessados em fortuna, poder, status e cargos

Que falta nesta cidade?.....Verdade  
Que mais por sua desonra?.....Honra.  
Falta mais que se lhe ponha.....Vergonha.  
O demo a viver se exponha,  
Por mais que a fama a exalta,  
Numa cidade, onde falta  
Verdade, Honra, Vergonha.  
(...)  
A Câmara não acode ..... Não pode  
Pois não tem poder ..... Não quer  
É que o governo não convence.....Não vence.  
Quem haverá que tal pense,  
Que uma Câmara tão nobre  
Por ver-se mísera, e pobre  
Não pode, não quer, não vence.

De acordo com Costa (1977: 198), as cidades, principalmente no interior, tinham se tornado palco de disputas familiares

Nas zonas do interior a função burocrática perdia parte de seu significado. Os conselhos municipais seriam dominados pelo grande proprietário rural.

Predominavam relações pessoais de parentesco, clientela e patronagem, e as formas autoritárias de poder geradas pelo regime de propriedade, tendo por conseqüência a desvalorização das práticas de *self government* e a marginalização da maioria da população livre ao poder político. Para a autora, as áreas urbanas funcionavam como extensão do domínio do grande proprietário. Ela corrobora com o argumento levantado por Holanda (1995: 73) de que a sociedade colonial brasileira teve sua base fora dos meios urbanos, constituindo não uma civilização agrícola mas uma civilização de raízes rurais. Como toda vida na colônia se concentrava nas propriedades rurais, as cidades, tipo Bahia, eram mero apêndice do campo. Tal

situação só irá se modificar, segundo ele, em meio às transformações ocorridas no contexto do século XIX:

Tudo dependia, no passado, da civilização rústica, sendo os próprios intelectuais e políticos um prolongamento dos pais fazendeiros e acabando por “dar-se ao luxo” de se oporem à tradição. Da sua atividade provém muito do progresso social que acabaria por liquidar a sua classe ao destruir-lhe a base, isto é, o trabalho escravo.

Mas, relativizando esses discursos, devemos observar que as cidades eram o espaço por excelência para o exercício da política, retomavam uma das suas funções mais antigas, a de local de exercício da cidadania. Há de se fazer as devidas ressalvas, pois, assim como na Grécia, a política ficava restrita a um grupo reduzido: aos “Homens bons”, com a marginalização de grande parte da população, pobre, negra e/ou mestiça e escravizada.

Por conta das disputas políticas, houve enfrentamentos entre a Câmara e outras instituições presentes no Brasil durante o período colonial, o que viria a demonstrar a notoriedade e o prestígio daquela junto aos representantes do poder real. O caso mais curioso diz respeito à implantação, em 1609, do Tribunal da Relação da Bahia (Tribunal Superior da Colônia), fato que despertaria ciúmes, oposições e hostilidades por parte da Câmara Municipal da cidade da Bahia. A Relação da Bahia constituiu uma das tentativas do poder real de diminuir a notabilidade adquirida pelo poder local na gestão de assuntos relativos ao cotidiano dos habitantes da Colônia. Este tribunal havia sido implantado com amplos poderes associados e diversas atribuições, o que ameaçava os interesses da aristocracia açucareira representados pela governança camarária (Fonsêca, 1993: 59).

As pressões exercidas pela Câmara em prol da extinção da Relação da Bahia surtiram efeito no momento em que, por conta da invasão dos holandeses e de outros eventos menores, processaram-se modificações consideráveis no sistema administrativo colonial português, resultando, com a ordem régia de 05 de maio de 1626, na extinção desta instituição. Esta só voltaria a funcionar após um intervalo de 26 anos, em 1652, quando a própria Câmara passa, desde 1642, a interceder junto ao poder real. Isso porque era evidente o interesse camarário no controle sobre essa instituição que, em março de 1653, empossa os seus desembargadores, com o novo regimento promulgado por D. João IV em 1652.

A composição do corpo deliberativo da Câmara, até o final do século XVII, era de dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador. Todos eram eleitos



conforme o procedimento que consistia na elaboração de listas pelos “homens bons” da cidade, contendo os nomes dos escolhidos para servirem nos cargos por três anos. As listas eram confirmadas em pelouros (bolas de cera), sendo guardados em um cofre para cada início de ano ser retirado por uma criança de sete anos, um de cada vez até as próximas eleições que ocorriam de três em três anos (Sousa, 1996: 41/2). A eleição da Câmara assegurava o vínculo entre o povo e a administração pública, toda voltada para a figura do rei.

A partir de 1696, em virtude da necessidade de centralização política da Coroa que pressupunha a diminuição do poder local fortalecido e dominado por esta instituição, modificações significativas foram introduzidas, tanto no processo de eleição de seus membros quanto na composição camarária. Teve fim o processo eleitoral por pelouros, ficando a cargo dos desembargadores da Relação da Bahia realizarem esta tarefa e; a Coroa passou a nomear juizes de fora para o exercício da presidência do Senado da Câmara<sup>31</sup>, função antes desempenhada por dois juizes ordinários. Entretanto, é válido ressaltar que nem todos os núcleos urbanos chegaram a ter um juiz de fora em seu quadro camarário, bem como a nomeação desse magistrado régio não se deu de maneira uniforme.

A inserção do juiz de fora nas Câmaras das cidades e vilas brasileiras teve como motivação o estágio de desenvolvimento e de importância atingido por estes agrupamentos urbanos, tal qual a cidade da Bahia no decorrer dos séculos. No cerne da questão, encontrava-se a preocupação da Coroa com o fato de serem os juizes ordinários membros da sociedade local e, por isso, mais suscetíveis e expostos a influências de relações de parentesco e apadrinhamento que circundavam a sociedade local.

A grande parte dos indivíduos nomeados para o cargo de juiz de fora na Câmara da cidade da Bahia setecentista eram jovens magistrados portadores do diploma de bacharel em direito pela Universidade de Coimbra e em início de carreira e, assim, desprovidos de situação estável. Isso porque, segundo Schwartz (1979: 234/5) até serem nomeados como magistrados para a Relação da Bahia, os

---

<sup>31</sup> O primeiro juiz de fora do Brasil nomeado conforme as Ordenações do Reino foi José da Costa Corrêa empossado em 07 de junho de 1696, tendo seu mandato durado até 1700, momento no qual foi substituído por André Leitão de Mello. A Câmara da cidade da Bahia, durante o século XVIII, foi presidida por 22 juizes de fora, dos quais muitos não exerceram a função pelo período estabelecido por lei: 03 deles permaneceram na função por quase o triplo do tempo estipulado, 16 permaneceram menos tempo do que o previsto e apenas cinco exerceram a função no tempo estipulado (Vilhena, 1969: 316/9).

integrantes do judiciário deveriam ter, em média, quinze anos de experiência, passando pelo exercício de funções diversas na burocracia régia. Em geral, começavam no cargo de juiz de fora em alguma cidade portuguesa provinciana com idade entre vinte e seis e vinte oito anos.

Sobre a condição econômico-financeira desses magistrados, podem ser verificados pagamentos de soldo líquido no valor de oitenta mil réis, o recebimento de aposentadoria (hospedagem) no valor de quarenta mil réis, além de uma série de propinas (pequenas gratificações) em decorrência do desempenho de diversas outras atividades jurídicas. Segundo Souza (1996: 45), os juizes de fora se auto-qualificavam como indivíduos pobres, mas satisfeitos, a serviço de V. Majestade. A falta de vencimentos substanciais era compensada pelo grande prestígio social obtido pelo juiz de fora junto à comunidade e aos demais membros da governança camarária. Por conta do acúmulo de funções jurídicas, financeiras e administrativas, era transformado em um dos mais importantes representantes do poder régio na execução dos planos de centralização política implementados pela Metrópole. Ao contrário do que visava a Coroa, a inserção desses sujeitos na rede de sociabilidade local permeada por relações de parentesco, compadrio e aliança espiritual, principalmente pelo casamento, fazia com que na maioria das vezes o real objetivo para os quais fora designado não surtisse efeito.

Além dos juizes, outras personagens camarárias importantes eram os vereadores (responsáveis pelo cumprimento do regimento e outras medidas de cunho administrativo), o procurador (encarregado pela manutenção e melhoramento material das habitações e construções públicas) e os funcionários da Câmara (escrivão, almotacé<sup>32</sup> das execuções, tesoureiro, solicitador e síndico do Senado, porteiro, carcereiro, alcaide e quadrilheiro, etc.). Todos estes oficiais eram escolhidos entre os “homens bons” da cidade para as funções maiores e entre os pobres, mas “honrados” para as funções menores, sendo os vereadores e o procurador, depois do juiz de fora, as figuras mais importantes do corpo camarário.

No contexto do século XVIII, foram delineados, através de múltiplas relações entre o poder local e o cotidiano da cidade da Bahia, aspectos caracterizadores da vida urbana pela atuação camarária. São evidenciados, desse modo, problemas relativos ao dinamismo da vida urbana (apogeu e amadurecimento da cidade

---

<sup>32</sup> Funcionário eleito pela Câmara, tinha a seu encargo cuidar da igualdade dos pesos e medidas, taxar e, às vezes, distribuir mantimentos e outros gêneros que se compram e vendem no varejo.

enquanto metrópole) para os quais a administração camarária procurava encontrar soluções, impondo-se a necessidade de normatização do uso e ocupação dos espaços da vida citadina de um modo geral. Como diz Reis Filho (1968: 128), os tempos para um controle mais eficaz da organização do espaço urbano estavam se consumando.

Do ponto de vista econômico, ainda que se verificasse a existência de atividades artesanais<sup>33</sup>, a cidade da Bahia era essencialmente comercial. Seu mercado acumulava várias funções: comércios de trocas internacional, regional e local, pois além das trocas estabelecidas com Portugal e com os outros domínios portugueses em África e Ásia e nas ilhas do Atlântico, também eram realizadas trocas para prover freguesias, lugarejos, povoados e vilas do Recôncavo, do sertão e de outras capitânias da América portuguesa. As atividades comerciais concentravam-se nas freguesias da “Cidade Baixa”: Santíssimo Sacramento do Pilar e Nossa Senhora da Conceição da Praia. Lugar profano, o bairro da praia era o porto, o mercado, o local para atividades seculares.

Dominando todas as atividades comerciais e financeiras, o mercado internacional era regulado, por um lado, pelas condições dos mercados externos e, por outro, pelos azares de uma produção interna que sofre as influências das crises internas, ligadas às intempéries climáticas (longos períodos de estiagem ou chuvas em abundância), à falta de crédito organizado e a surtos epidêmicos. Responsável por colocar produtos tropicais (açúcar, fumo, algodão, aguardente e café) e metais preciosos nos mercados consumidores da Europa, África e Ásia e de fornecer bens aqui não disponíveis, como manufaturados, alimentos e mão de obra escrava, esse tradicional mercado desempenhava um duplo papel: de um lado, o de fornecedor para o comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe, do outro, o de consumidor e distribuidor de produtos, tais como manufaturados de algodão, linho, lã e seda; vinhos, drogas e medicamentos; escravos africanos;

---

<sup>33</sup> Conhecidos por ofícios mecânicos, as atividades artesanais constituíam um conjunto de atividades profissionais indispensáveis à vida comunitária como as de sapateiro, pedreiro, carpinteiro, ferreiro, alfaiate e tanoeiro, parteira e etc. Para o exercício das referidas atividades fazia-se necessário aos interessados requererem junto a Câmara licença para trabalhar. Os pré-requisitos para o exercício dessas atividades eram adquiridos através das Corporações de Ofícios, abolidas em 1824. Após um período na condição de aprendiz e, uma vez submetidos aos exames, o oficial recebia uma certidão de sua corporação a ser entregue a Câmara para emissão de licença. Sobre os ofícios mecânicos consultar FLEXOR, M. H. O. Oficiais mecânicos na cidade de Salvador. Salvador: Museu da Cidade, 1974

ferragens, calçados, chapéus, objetos de ouro e prata, pólvora, papel, farinha de trigo, carvão de pedra, bacalhau, peixes, manteiga, especiarias da Índia, etc.

Desse comércio internacional, distingue-se dois circuitos de trocas comerciais: aquele com Portugal e o outro com os demais domínios portugueses. O primeiro seria caracterizado pelas relações entre Portugal e sua colônia (Novais, 2001, 89)

Os mercadores da mãe-pátria[, detendo a exclusividade da compra de produtos coloniais.] podiam deprimir na colônia seus preços até ao nível abaixo do qual seria impossível a continuação do processo produtivo, isto é, tendencialmente ao nível dos custos de produção; a revenda na metrópole, onde dispunham da exclusividade da oferta, garantia-lhe sobre-lucros por dois lados – na compra e na venda. Promovia-se, assim, de um lado, uma transferência de renda real da colônia para a metrópole, bem como a concentração desses capitais na camada empresária ligada ao comércio ultramarino. Reversivamente, detentores da exclusividade da oferta dos produtos europeus nos mercados coloniais, os mercadores metropolitanos, adquirindo-os a preços de mercado na Europa, podiam revendê-los nas colônias no mais alto preço acima do qual o consumo se tornaria.

A ele estavam subordinadas as trocas entre Portugal e as outras nações européias, em especial, a comercialização do açúcar produzido nos engenhos do Nordeste açucareiro. E o segundo, entendido nos quadros do esquema centro-periferia, seria a permutação de produtos, valores ou serviços entre a cidade da Bahia e os domínios portugueses nas ilhas do Atlântico e em África e Ásia, sem contar necessariamente com a intervenção de Portugal. Nesse comércio, o porto da cidade da Bahia mantinha trocas com o Oriente (Lapa, 2000: 01/2)

Salvador começa a projetar-se como porto de escala para a Carreira da Índia a partir da segunda metade do século XVI, quando a marinha portuguesa mostrava acentuados sinais de decadência (...) [por conta dessa fase sombria do império ultramarino português], que Salvador se arroga, dentro da empresa ultramarina, uma crescente preeminência nascida em parte de suas relações com a Carreira do Oriente.

Com a África, chegando a exportar, nos fins do século XVIII, um total de 60 itens, compreendendo açúcar, tabaco, moedas, mantimentos, algodão, courama, drogas, madeiras semifaturadas, etc (Lapa, 1994: 78/9). E das ilhas dos Açores, e Madeira importava vinhos, aguardente, louça inglesa de pó-de-pedra, alguns panos de milho curado, e por curar, linhas, e poucas carne de porco e exportava algum açúcar e aguardente de cana (Vilhena, 1969: 59).

Ao lado da função de comércio internacional, a cidade da Bahia também desempenhava outra, tão importante quanto: a de praça de comércio regional, uma

importante praça de distribuição de mercadorias destinadas às regiões ainda longínquas em virtude do desenvolvimento do transporte marítimo e a tradição de fornecedora dos sertões. Os circuitos regionais seriam articulados por meio de trocas, com as capitânicas do Rio de Janeiro, Rio Grande de São Pedro do Sul, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Ceará, Paraíba e Prata, com produtos como escravos, mandioca, milho, arroz, feijão, peixe salgado, aguardente de cana, madeira de construção e de tinturaria, além de mercadorias européias (Vilhena, 1969: 57/8); bem como através da navegação de cabotagem (Lapa, 1994). E seria abastecida por produtos agrícolas naturais ou semi-faturados e manufaturas coloniais: de São Francisco, Pernambuco, Porto Seguro e Sergipe d'El Rei vinham milho, feijão, farinha, açúcar, carne seca, peixes salgados e secos; de São Paulo seguiam mercadorias como a carne de porco conservada em barricas cheias de banha, farinha de mandioca, farinha de trigo, milho, legumes e toucinho (Lapa, 1994: 49/50; Vilhena, 1969: 56/7).

Como fornecedora, principalmente para as Minas Gerais, parecia gozar de uma situação privilegiada em virtude da facilidade de transporte, da antiguidade do povoamento, da existência de currais no São Francisco, da tradição na importação de produtos do Reino. Abertos pelos paulistas no século XVII, os caminhos entre as Minas e a cidade da Bahia ficaram conhecidos por "Caminho Geral do Sertão" e ao longo do qual foram surgindo novos núcleos de povoamento, ranchos de tropeiro, estalagens, pousadas, roças, pastos. Contudo, essa situação se modificou em virtude das sucessivas ordens reais que impediam a continuidade do comércio; salvo o gado, o governo metropolitano procurou limitar as ligações comerciais com a Bahia (não somente com a cidade, mas toda a província). Oficialmente, a descontinuidade do comércio de trocas entre Minas e Bahia se dá quando da transferência da capital para o Rio de Janeiro, com a finalidade de evitar o contrabando do ouro, mas que não impediu a continuidade por meio do contrabando da mercadoria.

Por fim, a cidade também constituía um mercado local, um mercado que abastecia as vilas e povoados do recôncavo e do sertão baiano, mas principalmente as suas freguesias. Sua origem remontaria as primeiras trocas entre portugueses e indígenas, como incentivado pelo regimento de Tomé de Souza

E assim ordenareis que nas ditas vilas e povoações se faça em um dia de cada semana, ou mais se vos parecer necessário, feira a que os gentios possam vir vender o que tiverem, e quiserem e comprar o que houverem mister; e assim ordenareis que os cristãos não vão às

aldeias dos gentios a tratar com eles salvo os senhorios e gente dos engenhos porque estes poderão em todo o tempo tratar com os gentios das aldeias que estiverem nas terras e limites dos ditos engenhos, e parecendo-vos que fará inconveniente poderem todos os de cada engenho ter liberdade para tratar com os ditos gentios segundo forma deste capítulo e que será melhor ordenar-se que uma só pessoa em cada engenho o faça, assim se fará<sup>34</sup>.

Essas trocas comerciais com os índios eram feitas inicialmente por Caramuru e seus genros europeus, a quem o governador incumbiu desse mister. As aldeias da costa forneciam farinha e outros mantimentos, visto que as roças dos colonos nos primeiros anos não produziam o suficiente para o abastecimento da população da cidade. Realizada próxima à rua do Palácio, a feira foi deslocada para beira-mar, na praia dos Pescadores, vizinha da ermitã da Conceição. Ali eram vendidos vários produtos da terra e os de maior procura: raízes, frutas, cereais, mel, caça, animais vivos, aves e peixes e mariscos (Sampaio, 1949: 206).

Mais tarde, houve a ampliação da economia urbana em decorrência da liberação de uma parte da mão-de-obra das atividades agrícolas nos períodos de entressafra ou crise, (Reis Filho, 1968: 40)

Nos períodos de entressafra, mas sobretudo nas épocas de crise, verifica-se uma disponibilidade de mão-de-obra que era utilizada normalmente na produção de subsistência, na prestação de serviços, na construção de imóveis de uso rural e urbano, enfim, em todas as formas de produção que pudessem apresentar alguma utilidade como serviços ou fator de troca, uma vez que aquela mão-de-obra não poderia produzir rendimentos monetários e estaria a se consumir com o tempo.

Tanto o surgimento quanto o desenvolvimento do mercado local da cidade da Bahia, decorriam da necessidade de abastecimento da cidade (Linhares, 1979: 24)

o abastecimento aparece não como um aspecto isolado, mas como um problema que resultará do conjunto maior, de suas articulações internas, de sua dinâmica, em relação com a economia, com as estruturas sociais, com a política, com as mentalidades.

E da sua estrutura particular de consumo e consumidores, (p. 24)

a qual é determinada pelas condições sociais que o caracterizam; da mesma forma, ele tem problemas de abastecimento, que se vinculam às características do sistema produtivo regional, da estrutura urbana, das funções que lhe cabem com relação a outros centros e ao campo que o cerca.

---

<sup>34</sup> APEB, Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil. op. cit. p. 143.

O comércio de trocas locais procurava atender a uma população muito diversificada: grandes negociantes do grosso, importadores e exportadores, sapateiros, alfaiates, ourives de ouro e prata, confeitores, vendeiros de vinho, músicos, pintores, carcereiros, sacalheiros, azuladores de espadas, sombreiros que faziam e reparavam chapéus, marceneiros, barbeiros, tabeliães, tanoeiros, juízes ordinários, solicitadores, aguardenteiros, pasteleiros, latoeiros, escreventes, carpinteiros, físicos e cirurgiões, pedreiros, boticários, cuteleiros que afiavam armas, tanoeiros, oleiros, marchantes, meirinhos, armeiros, calafates, fundadores, porteiros de repartições, mestre de dança (Azevedo, 1969: 392/3), senhores de engenhos e suas famílias, os escravos, funcionários da administração portuguesa e marinheiros que de quando em quando visitavam a cidade, trazendo mercadorias diversas.

O mercado local foi constituindo, a um só tempo, um mercado exportador de produtos agrícolas e um mercado importador de mercadorias, dominados por mercadores que tinha os meios pra impor sua dominação. Segundo Vilhena (1969: 56), esses grandes comerciantes se subdividiam em dois grupos: o dos comerciantes matriculados que possuíam os seus próprios cabedais e o dos comerciantes também matriculados, mas que comerciavam com seu nome e com cabedais de personagens a quem seria menos decente a saber que comerciavam. A estes se acrescentariam os negociantes não matriculados, mas que como aqueles, despachavam, pagam direitos e carregavam efeitos (p. 56)

Não há duvida que estes bastardos, deveriam ter seu noviciado no comércio pela tortura em que muitas vezes põem os legítimos comerciantes (matriculados), vindo por isso fazer uma tal desordem nas compras dos efeitos, que ou se não hão de comprar para fazer as precisas remessas, ou há de ser infalível o prejuízo, e quem não conhece ser isto prejudicial a todos?

Entre estes comerciantes, encontram-se ainda os denominados atravessadores de gênero, intermediários entre os produtores dos bens de consumo de primeira necessidade (carne, peixe, farinha de mandioca) e o comércio varejista da cidade. Na cidade, esta prática se realizava através da combinação entre soldados, que compravam à força o peixe, mesmo antes do desembarque, a qualquer preço, e negras ganhadeiras que o revendiam a outras, encarecendo sensivelmente este artigo de primeira necessidade (p. 127)

... o que é inevitável por passar por quatro, ou cinco mãos antes de chegar às do que o compra para comê-lo. Vendem as ganhadeiras o peixe a outras negras, para tornarem a vender, e a esta passagem

chamam carambola. É igualmente caro o peixe, porque mesmo ao largo, sem chegar ao porto é arrebatado aos pescadores com violência por muitos oficiais inferiores, que a título de ser para os seus superiores, o levam pelo que querem, e o entregam àquelas, ou outras semelhantes negras, com quem têm seus tratos, e comércio.

E, quando havia escassez de carne, açougues eram invadidos pelos soldados a pretexto de combater privilégios, mas, na verdade, constituía um subterfúgio para repassar o produto às negras que o revendiam aos poucos com altos preços (p. 129)

[Os soldados] apoderam-se dos açougues públicos nas ocasiões de falta de carne, entrando violentamente nos talhos, tirando a força os quartos de carne, arrancando-a das mãos dos escravos de cada um (...) Menos escandalosos seriam estes procedimentos, se tomassem só a carne que lhes bastasse, e não para entregar a negras, com quem têm tratos, ou contratos, conhecidas por cacheteiras, que moqueando-a, segundo frase do país, a vendem a bocadinhos, roubando os miseráveis pobres, que por outro meio a não podem conseguir.

As ganhadeiras eram ou foram escravas de casas ditas nobres, por isso ninguém se atrevia a lhes opor objeções, pois não queriam questões com as senhoras interessadas nesse comércio (p. 127)

Todos sabem esta desordem, mas ninguém a emenda, por ser aquele negócio como privativo de ganhadeiras, que de ordinário são ou foram cativas de cassas ricas, e chamadas nobres, com as quais ninguém se quer intrometer, pela certeza que tem de ficar mal, pelo interesse que de comum têm as senhoras naquela negociação.

Contudo, tal prática não ficava restrita a este grupo de comerciante ou às senhoras das casas ricas. As grandes casas comerciais também faziam uso de negras “fugidas” para venderem produtos sem pagamento de imposto à Coroa (p. 131)

Trazem as mesmas negras outras fazendas da ordem das que admitem despacho na Alfândega; e ninguém pois se embaraça com elas, nem lhes pede contas, pelo respeito às casas poderosas a que pertencem, salvo-conduto este, que as livra de todo perigo; e triste será a sorte de quem bolir com elas. As negras porem que não pertencem às casas da primeira ordem, tiram uma licença do Senado para poderem vender, livres das ciladas do vigilante rendeiro do ver.

Esse comércio local de produtos mais humildes era dominado pelas casas mais ricas da cidade, cujos escravos saíam pelas ruas a mercadejar (p. 130)

Não deixa de ser digno de reparo o ver que das casas mais opulentas desta cidade, onde andam os contratos, e negociações de maior porte, saem oito, dez, e mais negros a vender pelas ruas a pregão as cousas mais insignificantes, e vis; como sejam iguarias de diversas qualidades v.g. mocotós, isto é mãos de vaca, carurus, vatapás, mingau, pamonha, canjica, isto é papas de milho, açaçá,



acarajé, ubobó, arroz de coco, feijão de coco, angu, pão-de-ló de arroz, o mesmo de milho, roletes de cana, queimados isto é rebuçados a 8 por um vintém, e doces de infinita qualidade ótimos aqueles doces, pelo seu asseio, para tomar por vomitórios; e o que mais escandaliza é uma água suja feita com mel, e certas misturas a que chamam o aloá, que faz vezes de limonada para os negros.

Era destacada a participação feminina nas atividades do comércio local, tanto as de elites quanto as camadas populares (Azevedo, 1969: 392)

No comércio de gêneros molhados, a retalho, as mulheres tinham uma forte interferência, tanto as sinhás dos sobrados, que mandavam as escravas para a rua com caixinhas e tabuleiros, cheios de comidas e doces, como as mulheres do povo que negociavam com miúdos, carne cozida, frutas, e as que amassavam pão ou tinha vendas. (...) O número de vendeiras era ainda maior; em geral casadas e, o maior número, viúvas.

Assim, nesse mercado de abastecimento alimentar cotidiano, além dos comerciantes das grandes casas, duas outras figuras merecem destaque. A primeira era a do ambulante. Atividade com predominância feminina, sobretudo de negras escravas e libertas, o comércio ambulante era desenvolvido por regateiras ou ganhadeiras quando mulheres e regatões ou vendilhões quando homens, que se deslocavam pela cidade batendo de porta em porta a procura de quem quisesse adquirir seu produtos<sup>35</sup>. Ocorria também deles se reunirem em grupos “eticamente delimitados”, conhecidos como “negros dos cantos”, para oferecerem além de produtos artesanais, serviços como lavar, passar, cozinhar, carregar cadeirinha, carregar água, etc. Mas o canto não se reduzia apenas a local de trabalho, era organizado e comandado por um capitão, que tinha por funções “contratar serviços com clientes, designar tarefas, receber e dividir a féria, mediar conflitos por ventura surgidos entre os ganhadores” (Reis, 1993; 2000).

O comércio de rua tinha predominância de pessoas de cor, todavia, certos ramos dessa atividade eram notadamente exercidos por portugueses pobres, recém-chegados ao Brasil: vendedores de tecido, armas de fogo, espadas, canivetes e tesoura (Sousa, 1996: 100). Enquanto estes mercadejavam os produtos vindos do reino, aqueles mercadejava os produtos tropicais. Os adelões gozavam de uma certa liberdade em relação ao controle camarário, sendo-lhes concedida e até estimulada a liberdade de movimentos, ocasionando queixas dos grandes comerciantes, os quais sentiam-se ameaçados no exercício de suas atividades.

---

<sup>35</sup> A permanência da predominância feminina no comércio de alimento foi analisada por SOARES, C. M. A mulher negra em Salvador no século XIX. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 1993.

A segunda era a do vendeiro ou taberneiro. O comércio executado por pequenos comerciantes de estabelecimentos, responsáveis pela circulação e distribuição de produtos conhecidos como secos e molhados na cidade da Bahia. Tais estabelecimentos funcionavam em pequenos cômodos espalhados pela cidade ou improvisados em moradias e eram regulamentados pela Câmara através de licenças anuais e pela aquisição de balanças regulamentadas pelo Senado. Diferente do comércio ambulante ou mesmo em cidades de outras províncias, onde a administração de vendas, tavernas e lojas era uma atividade desenvolvida quase exclusivamente por mulheres pobres (Dias, 1984), na cidade da Bahia o domínio dos estabelecimentos era em sua maioria homens de cor branca e mestiça. Durante o século XVIII, houve um aumento considerável desses estabelecimentos, isso sem contar aqueles que funcionavam clandestinamente (Sousa, 1996: 106)

No princípio do século XVIII, funcionavam na cidade cerca de 86 vendas de secos e molhados [como milho, arroz, feijão, açúcar, vinho, vinagre, azeite, aguardente e outros tipos de mercadorias manufaturadas], índice que no final do século havia quadruplicado. Só em 1792, foram concedidas 426 licenças para funcionamento de vendas, tabernas e botequins. Isto sem contar as que funcionavam sem licença do Senado, ou seja, as clandestinas. Destas, embora certos de sua existência, devido às várias referências feitas pelo procurador da Câmara nas vereações, não podemos precisá-las, visto que não há documentação sobre as mesmas.

Estes dois tipos de comércio no mercado da cidade da Bahia por vezes foram alvo de tentativas de controle camarário durante o século XVIII. As ações da Câmara incidiam sobre o setor comercial na tentativa de fixá-los em determinados lugares. No caso dos ambulantes, em 1769 a 1772 foram construídos conjuntos de quitanda: o primeiro que se estendia das Portas de São Bento para a parte da capela de Nossa Senhora da Barroquinha; o segundo na Baixa dos Sapateiros e o último na Praça do Terreiro de Jesus. A intenção da Câmara era fixar os ambulantes de peixes e miúdos de boi e porco no Terreiro de Jesus e na Barroquinha, os de hortaliças no largo chamado Simião Alves Santos, atrás da casa da ópera, e os de frutas e outros alimentos na Cidade Baixa. No caso dos pequenos comerciantes vigoraria o sistema de arrumações<sup>36</sup>. Os que vendiam por atacado e de retalho teriam suas casas e lojas desde a alfândega até a igreja do Pilar, na Cidade Baixa; na Cidade Alta, desde as Portas de São Bento até as Portas do Carmo, pela rua Direita e do Taboão, até a rua nova que se estava construindo.

---

<sup>36</sup> O mesmo procedimento era adotado para os ofícios mecânicos.

Essas tentativas de fixar locais para a vendagem e comercialização de produtos e serviços, no entanto, nunca lograram um êxito significativo. Para os vendedores e compradores do comércio ambulante, estas medidas privavam daqueles a liberdade de ir e vir (circular mais e vender melhor) e destes eram-lhes tirada a comodidade de receber em sua porta os produtos a salvo de qualquer dificuldade relativa ao tempo ou distância. Já no caso das tabernas e vendas, não se conseguia impedir a sua instalação por todo canto da cidade, mas houve casos em que foram demolidos estabelecimentos junto à Fonte do Gravatá por estarem localizados fora do trecho previsto nas posturas (Sousa, 1996 95; 106/7).

Não podemos deixar de evidenciar o caráter interdependente dos circuitos comerciais do mercado da cidade da Bahia, pois, por mais que a estrutura produtiva estivesse assentada sobre uma economia de exportação de produtos tropicais para a metrópole portuguesa, esta se encontrava articulada aos circuitos comerciais internos. Embora vulneráveis às oscilações do mercado externo, esses circuitos de trocas comerciais regional e local se dinamizavam no sentido de suprir as necessidades de abastecimento da cidade da Bahia e de outros núcleos urbanos. O aumento da demanda, após o período de retração, criava a oportunidade para que a produção de subsistência se desenvolvesse fora das unidades de produção, favorecendo sua mercantilização, pois, enquanto uma resposta às necessidades da expansão dos núcleos urbanos, às melhorias dos transportes, à abertura de estradas, à interiorização da economia monetária, o crescimento do mercado interno esteve atrelado à organização do comércio de gêneros de abastecimento, aos hábitos alimentares da população e às condições nas quais se baseava o sistema produtivo, tornando-os “a retaguarda da atividade maior” (Linhares, 1979: 109), voltada para o comércio metropolitano. Assim, além do mercado externo, a economia interna seria cadenciada também pela sua mercantilização e pelo abastecimento interno, cuja ação interveniente teria por finalidade regular as redes de produção e circulação (Lapa, 1994).

Como procura demonstrar Barickman (2003), embora a produção do açúcar tenha sido combinada ao trabalho escravo, algumas áreas do Recôncavo cultivavam um outro importante produto de exportação: o fumo (um produto de importância estratégica que serviu como moeda de troca no comércio de escravos). No contraponto com esses dois produtos, estava a mandioca, cuja produção era destinada, em grande parte, ao consumo interno. Segundo o autor, o aumento da

agricultura de exportação no Recôncavo, principalmente a partir do final do século XVIII, contribuiu para o aumento do plantio da mandioca, produto vital para a alimentação de uma crescente população escrava e livre. O plantio da mandioca era feito pelos próprios escravos em suas roças de subsistência.

O mercado da cidade da Bahia compunha-se de circuitos de trocas comerciais interdependentes, transformando-a num grande centro comercial do Mundo Marítimo português. Rica e opulenta, a cidade era a interdependência para onde convergiam duas configurações, uma externa, os circuitos comerciais do império português e, outra interna, os circuitos comerciais provinciais, regionais e locais.

Além de sede político-administrativa do poder civil e centro comercial, a cidade da Bahia era centro cultural, onde as atividades religiosas exerciam a função mais importante nos núcleos urbanos, tendo sido a Igreja o centro de práticas religiosas, da sociabilidade e da vida cultural. Dentro dos quadros de uma sociedade agrária, com base no trabalho escravo, a igreja, até o estabelecimento do registro civil no século XIX, foi responsável pelos registros vitais no Brasil<sup>37</sup>. Desde a primeira metade do século XVI, sacerdotes católicos acompanharam os primeiros portugueses nas Terras de Além Mar, contudo, somente com a chegada de seis jesuítas, junto com o primeiro governador-geral em 1549, tem início a atividade religiosa organizada na colônia (Souza, 1986). Em 1551, o Papa Júlio II criava na cidade da Bahia o primeiro bispado do Brasil, tornando a América portuguesa uma diocese separada da diocese do Funchal (à qual ficou vinculada por mais de meio século), sediada na Ilha da Madeira, criada por Leão X. No ano seguinte, vem para cá D. Pero Fernandes Sardinha, o primeiro bispo do Brasil, pela Bula *Super Specula Militantis Ecclesiae*. A criação do bispado, sufragâneo de Lisboa, completava a estrutura administrativa do Governo Geral. Até a chegada da família real, além do da Bahia, elevado a arcebispado em 1676, havia bispados no Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Pará, São Paulo, e Minas Gerais.

Permeada por valores indígenas e por outros trazidos por europeus e africanos, a cultura forjada na cidade da Bahia refundiu práticas diversas num todo absolutamente específico e simultaneamente multifacetado. De caráter

---

<sup>37</sup> Em 1563 o Conselho de Trento formalizou as práticas da manutenção de registros que já eram seguidas em grande parte do mundo católico. Livros separados foram mantidos para batismos, comunhões, crismas, casamentos, e mortes ou enterros, e o formato foi padronizado conforme o conselho de Trento tinha esboçado.

especificamente colonial, essa cultura teve como ponto de fusão o catolicismo trazido pelos portugueses, pois, embora partilhasse trocas, empréstimos e adaptações de elementos culturais dos indígenas e dos africanos, a sua gênese esteve vinculada à doutrina católica, que, através do padroado régio, sacramentava a união entre o Estado português e a Igreja Católica Apostólica Romana, formando uma unidade de poder e legitimação. Isso era evidenciado principalmente em festas (Del Priore, 1994: 15)

O rei e a religião, numa aliança colonizadora, estendiam o seu manto protetor e repressor sobre as comunidades, manto este que apenas por ocasião de festividades coloria-se com exuberância.

A Igreja, ao assegurar as funções urbanas mais importantes (civil, educativa, e religiosa), lançava-se na missão de restaurar e manter a civilização ibérica na sua integridade, vitimada por transformações profundas e ameaçada de dissolver-se sob as influências poderosas, indígenas e africanas (Azevedo, 1976: 18)

Não fossem os jesuítas que se tornaram os guias intelectuais e sociais da Colônia, durante mais de dois séculos e teria sido impossível ao conquistador lusitano resguardar dos perigos que a assaltavam, a unidade de sua cultura e de sua civilização.

Nesse período, a religião era um instrumento eficaz para manter a unidade e coesão social nos domínios portugueses na América (Santana, 2002: 36/7)

Todas as atividades culturais na colônia eram permeadas por expressões cristãs, pois toda a população era educada segundo os princípios da tradição religiosa católica. Nesse contexto, os sermões assumiram grande importância social na colônia, pois substituíram os meios de comunicação, escassos no país. Foi, sem dúvida, através dos sermões que se propagou o pensamento cristão na colônia.

Assim como os sermões, as festas pareciam acentuar ainda mais a identificação entre o rei e a religião, através do fortalecimento da aliança dos colonizadores, pela confirmação dos seus poderes e disciplina da população. Oportunidades para celebração de valores culturais trazidos por europeus e africanos e de outros valores aqui forjados ao sabor das adversidades, as festas eram vividas por seus habitantes e visitantes com diversos fins, significados e resultados (Del Priore, 1994: 49/50)

Havia vários sentidos nas funções aparentemente irrelevantes da festa, dando persistência a certas maneiras de pensar, de ver e de sentir. A mistura entre o sacro e o profano valia para diminuir e caricaturizar o pagão, o inculto, o diferente do europeu branco e

civilizado. Os mitos pagãos eram assim esvaziados e recuperados para serem vivenciados exclusivamente como parte da festa. A América e a África, continentes recém explorados, eram retratadas de acordo com os objetivos de colonização: escravos, pedras preciosas, aventura, fêmeas disponíveis - em tudo deviam parecer um espaço de concupiscência sonhada e de riquezas. O negro e o índio associavam-se ao perigo e ao mal e confundiam-se com os jacarés, cobras e dragões sobre os quais iam montados. Na sua estranheza aparecem também como o avesso da civilização ocidental cristã. Sua maneira de vestir-se apenas com penas e adereços justificava sua inferioridade técnica e, por conseguinte, a sua escravidão. Na 'festa-dentro-da-festa' que é a procissão, percebe-se um canal eficiente de circulação de idéias entre colonizados, colonizadores, vencidos e vencedores, tristes e alegres.

Além de simbolizar a união entre o rei e a religião, a festa era o momento em que os segmentos explorados e/ou marginalizados da sociedade aproveitavam para exibirem traços de sua cultura, transformando tais comemorações religiosas em oportunidades para reconstruir seus mitos, suas musicalidades, suas danças, maneiras de vestir e reproduzir suas hierarquias tribais e religiosas (p. 63)

Em meio à pluralidade de eventos que têm lugar regado dentro da festa (percebemos que há um ritmo entre o desfilar da procissão, a passagem dos carros alegóricos e os dançarinos, o momento da queima de fogos ou da cavalhada), ocorrem fatos menores cuja função deve ser interpretada, quer salientando os momentos de integração entre diferentes segmentos sociais, quer apontando suas maneiras específicas de usar a festa, como um espaço de diversão; tais partes do todo comemorativo são igualmente importantes para qualquer dos grupos sociais que dele participa.

Além de meio de comunicação entre as culturas, as festas permitiam a inserção social (Amaral, 1998), pois, durante as festas, havia a interação entre as várias camadas sociais, misturando-se, quebrando hierarquia e a monotonia da vida cotidiana (Freyre, 1995: 248)

**Danças** em que o viajante [Le Gentil de la Barbinais] viu **tomar parte o próprio vice-rei, homem já de idade, cercado de frades, fidalgos, negros.** E de todas as marafonas da Bahia. **Uma promiscuidade ainda hoje característica das nossas festas de igreja.** (Grifos meus)

Havia uma mistura de diferentes elementos culturais. Misturavam-se também os corpos. Além da presença de nobres de armas, chefes militares, embaixadores, arcebispos, bispos, prelados, com capas velhas e carmesins, damas e dueñas, tradicionais suportes do Estado absolutista, é possível destacar a presença do povo (Del Priore, 1994: 18). As festas constituíam-se o momento de encontro entre o Rei (na figura de seus representantes), o sagrado, unguido por Deus e o povo, o profano.

Para a festa convergiam dois domínios: o sagrado e o profano. O sagrado e o profano davam o tom dos festejos. Segundo Serra (1999: 53/97), somente é possível compreender o profano (muitas vezes equivalente a “não-religioso”) numa perspectiva religiosa que o opõe à noção de sagrado, uma vez que, o sagrado e profano são oriundos da divisão do mundo, segundo a religião católica, em dois domínios.

Entretanto, as cerimônias religiosas não constituíram a totalidade dos festejos coloniais. Dividiam espaço com outros desempenhos (folguedos), evidenciando a heterogeneidade no espaço na ótica religiosa. Segundo Santana (2002: 52), limitadas aos grandes centros urbanos, essencialmente laicas e de cunho oficial, essas festividades (nascimento de príncipes, casamentos na família real, falecimentos e aclamações de monarcas) recriavam acontecimentos ligados à Coroa, contudo eram sempre revestidas de cunho religioso.

Como argumenta Durkheim (1996: 417)

toda festa, mesmo que puramente leiga por suas origens, tem certos traços da cerimônia religiosa, pois sempre tem por efeito aproximar os indivíduos, pôr em movimento as massas e suscitar, assim, um estado de efervescência, às vezes até de delírio, que não deixa de ter parentesco com o estado religioso.

Isso porque, acrescenta ele (p. 418), a festa, em qualquer que fosse a sociedade, teria por características comuns: o caráter coletivo; a produção de um estado de “efervescência” coletiva; a transgressão da norma. A primeira propicia a superação da distância entre os indivíduos, pois a festa possibilita a reafirmação de crenças grupais e estabelece as regras, tornando possível a vida em sociedade (Amaral, 1998). A festa é marcada pela necessidade que têm os diferentes grupos sociais de manter os laços sociais ameaçados de desaparecimento: “Consciência coletiva corre o risco de se perder com o tempo. A festa assume então, o sentido contrário ao da dissolução social” (Amaral, 1998). Através da festa, o grupo reanima “periodicamente o sentimento que tem de si mesmo e de sua unidade; ao mesmo tempo, os indivíduos são revigorados em sua natureza de seres sociais” (Durkheim, 1996: 409)

A segunda está relacionada a momentos de grande comoção, quando a excitação atinge seu ápice. Nesse momento, o homem “se integra à natureza da qual ele teria se separado ao fundar a sociedade” (Amaral, 2002: 19). O conflito

entre as exigências da "vida séria" e a própria natureza humana ganha a cena. Para Durkheim (1996: 416), as festas refazem e fortificam o espírito fatigado por aquilo que há de muito constrangedor no trabalho cotidiano, pois por alguns momentos, os indivíduos têm acesso a uma vida menos tensa, mais agradável e livre, a um mundo onde sua imaginação está mais à vontade.

E, ao se apossar do cotidiano, a festa excede sua lógica sem rompê-la Brandão (1989). Com essa terceira característica, fica evidente o momento de liberação da "capacidade que têm todos os grupos humanos de se libertarem de si mesmos e de enfrentarem uma diferença radical no encontro com o universo sem leis e nem forma que é a natureza na sua inocente simplicidade" (Duvignaud, 1983: 212). A festa constitui-se não apenas uma tentativa de regeneração ou um modo de reafirmação da ordem social vigente, mas também a ruptura, a anarquia total e o poder subversivo, negador, de si mesma. Ao revelar e exaltar as condições impostas à vida humana pela dicotomia natureza/cultura, ela faz a mediação entre os anseios individuais e coletivos, mito e história, fantasia e realidade (Duvignoud, 1983).

Embora seja fácil reconhecer tais traços em comum, Amaral (1998) ressalta que uma festa não pode ser confundida com a outra. Cada festa possui uma dinâmica própria e uma realidade específica, tornando-se um evento autônomo e produtivo, cujo caráter simbólico das comemorações demarcaria diferenças entre elas, pois cada grupo festeja algo ou alguma coisa relevante e valorizada por si, fazendo esquecer outros (Brandão, 1989: 08)

o lugar simbólico onde cerimonialmente separam-se o que deve ser esquecido e, por isso mesmo, em silêncio não-festejado, e aquilo que deve ser resgatado da coisa ao símbolo, posto em evidência de tempos em tempos, comemorado, celebrado.

Além de atribuir significado ao objeto, o símbolo tem por função celebrá-lo, fazê-lo expressar todas as formas e valores atribuídos a este objeto.

Além das características evidenciadas por Durkheim, Santana (2002) chama atenção para o forte caráter de participação apresentado pelas festas: enquanto ato coletivo, ela supõe não só a presença, mas, acima de tudo, a participação de diferentes grupos. Sua preparação requer empenho e gastos. Forma-se um sistema de trocas entre as pessoas, configurando a própria essência da festa: dar, receber, retribuir e cumprir. De acordo com Amaral (1998), a distribuição de alimentos e o investimento em espetáculos, das doações recebidas, podem ser entendidos como



concentração e redistribuição de bens. Isso também acontecia com os bens simbólicos, permitindo a inclusão de diversas visões de mundo nas comemorações festivas (Del Priore, 1994: 68)

A comida integrava também a festa em forma de óbolo, destacando as diferenças entre quem dá e quem recebe a esmola. O grupo, mesmo aquele composto por escravos, usava a festa para demonstrar que a abundância era, naquele momento, seu apanágio. A esmola, por sua vez, tem também uma função na festividade. Aliás, grande parte das festas religiosas começavam com o recolhimento de doações pedidas pelos irmãos das confrarias e irmandades. As pranchas dos viajantes estrangeiros no Brasil no início do século XIX, como Debret e Rugendas, atestam essa tradição: mulheres brancas e bem vestidas, pés no chão, esmolando como forma de pagar uma promessa ou um irmão vestido com a opa da confraria, bandeira numa mão, na outra a bandeja de esmolos, angariando fundos para a festa em homenagem ao santo protetor.

Na América portuguesa, os atos de comer e beber estavam imbricados com a colheita dos produtos agrícolas (p. 65)

parte da comida consumida em determinadas festas tinha relações diretas com as colheitas. O beiju, a canjica ou a pamonha, presentes no cardápio de algumas regiões, tinham, por exemplo, maior consumo por ocasião de festas. O cardápio da festa tem assim a ver com a produção agrícola que se colhe por ocasião da festa. Por outro lado as escravas quituteiras costumavam atrair a ira dos pregadores, que em dia de abstinência acusavam-nas de incitar com as suas guloseimas os fiéis menos devotos.

Segundo Lefebvre (1991a: 04), a festa foi o uso principal da cidade, das suas ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos. O lugar onde ocorre a festa passava a ser identificado e delimitado não apenas por esses elementos urbanos permanentes, mas, em especial, a partir de componentes efêmeros, a exemplo de numerosas e ricas ornamentações provisórias: enfeites, bandeirolas e barracas (casinhas de madeiras para preparo de quitutes e guardar as bebidas consumidas). Ela consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes quantidades de objetos e dinheiros. O que estava em jogo neste momento não era o interesse ou o lucro, mas a manifestação de reconhecimento daqueles para os quais os bens são oferecidos, em relação ao patrocinador da festa: o do status ou posição social pretensamente superior daquele que oferece os bens. O reconhecimento não deixa de estar embutido nestas celebrações. A encenação dos atos de troca e a expressão dos sentimentos dos parceiros assinalam certos rituais, para os quais a forma prescrita foi carregada de significados, sugerindo que o cumprimento da obrigação moral embutida nestes atos não se esgote na satisfação

dos interesses das partes ou na afirmação de um direito, mas requer a demonstração do reconhecimento do valor ou mérito daquele que recebe da dádiva (Mauss, 2001).

Herdeira das comemorações religiosas tradicionalmente portuguesas, as quais remontam às festas da antiguidade, exacerbadas durante a idade média, a cidade da Bahia foi, por séculos, a terra das festas e ritos (Araújo, 1993: 130/49). A primeira solenidade celebrada foi a procissão do Corpo de Deus. Contudo como lembra Campos (2001), ao desembarcar na povoação do Pereira, Tomé de Souza, a fim de dar início à fundação da sede do governo geral da América portuguesa, fê-lo em forma de procissão. Tais atos devocionais foram adotados pelos jesuítas com caráter penitencial ou festivo. Segundo o autor, as procissões poderiam ser de desagravo (em ação de graças por acontecimentos propícios à colônia ou família real) ou quaresmais (implorando chuva, exorando a cessação de epidemias).

O agradecimento por milagres recebidos era uma das formas de inserção popular nas festas (Del Priore, 1994: 64)

O milagre tem função sacralizadora atuando como perenizador da festa nos quadros mentais. A festa passa a distinguir-se por ter sido 'de tal ou qual' milagre.

O milagre seria (Amaral, 1998)

a introdução de uma nova ordem, dentro da ordem esperada anteriormente, sua presença na festa acrescenta nova mediação entre sagrado e profano, entre ordem divina e vontade humana, entre o pedido humano e a aquiescência divina. A força simbólica do milagre na festa é tão verdadeira e arraigada na cultura popular que ainda é comum que as festas sejam promovidas e financiadas por pagadores de promessas.

Dentre as festas do “calendário colonial”, deteremos a nossa análise em algumas delas, pois como veremos em capítulo posterior estas serão alvo de ações de controle e civilização durante o processo de urbanização da cidade. No calendário festivo, um terço dos dias do ano eram festivos, relacionados com atividades religiosas, outros dezoito dias eram dedicados às comemorações oficiais promovidas pelo Estado. Integravam-no, mesmo que esporadicamente, procissões de desagravo, de ação de graça, desfiles ou rituais fúnebres.

As primeiras festas, meio populares, meio de igreja, são as dos santos casamenteiros já com fogueiras e danças, cujas origens remontam ao século XII na França. As funções das festas em nome destes santos popularíssimos, segundo

Freyre (1995: 246/7), eram afrodisíacas; e ao seu culto se ligam até práticas e cantigas sensuais. São João seria o santo casamenteiro por excelência

As sortes que se fazem na noite ou na madrugada de São João, festejado a foguetes, busca-pés e vivas, visavam a união dos sexos, o casamento, o amor que se desejava e não se encontrou ainda.

A devoção a Santo Antonio voltava-se aos interesses de amor. Por exemplo, as afeições perdidas: os noivos, maridos ou amantes desaparecidos; os amores frios ou mortos. Este seria, afirma o autor, um dos santos mais associados às práticas de feitiçaria afrodisíaca no Brasil. A imagem desse santo é freqüentemente pendurada de cabeça para baixo dentro da cacimba ou do poço para que atenda às promessas o mais breve possível. Os mais impacientes colocam-na dentro de urinóis velhos.

Já ao culto a São Gonçalo do Amarante ou “São Gonçalinho” se acham ligadas às práticas mais livres e sensuais. Em nome deste santo dançou-se e namorou-se muito dentro das igrejas tanto aqui quanto em Portugal. Na cidade da Bahia, dançava-se dia de São Gonçalo no convento do Desterro, na ermita de Nazareth, nas igrejas de São Domingos, do Amparo, bem como em várias outras. Sua especialidade seria de arrumar marido ou amante para as velhas, como São Pedro a de casar as viúvas. Mas quase todos os amorosos recorriam às danças de amor e fecundidade de São Gonçalinho (Freyre, 1995: 249)

Danças desenvolvidas ao redor da imagem do santo. [...] Violas tocando. Gente cantando. Barracas. Muita comida. Exaltação sexual. Todo esse desadorno - por três dias e no meio da mata. De vez em quando, hinos sacros. Uma imagem do santo tirada do altar andou de mão em mão, jogada como uma peteca de um lado para o outro. Exatamente - notou La Barbinais - ‘o que outrora faziam os pagãos num sacrifício especial anualmente oferecido a Hércules, cerimônia na qual fustigavam e cobriam de injúrias a imagem do semideus.

As festas em agravo aos santos, protetores do amor e da fecundidade entre os homens, estavam relacionadas à agricultura. Principalmente, para socorrer em tempos de estiagem, mergulhando o santo na água, ou no tempo das cheias ou inundações. Estas festas eram agrícolas por excelência: festa do milho, da pamonha, da canjica, do bolo. Tais festas assemelham-se, como chama atenção o viajante, a ritos pagãos regrados a comidas, músicas, danças e, principalmente, exaltação sexual. Festas em devoção aos santos casamenteiros, segundo Freyre (1995: 249/50), misturadas de elementos orgiásticos africanos foram incorporadas

pelo catolicismo português na colônia, mas cujo resíduo pagão característico fora trazido de Portugal

Um catolicismo ascético, ortodoxo, entrvando a liberdade aos sentidos e aos instintos de geração teria impedido Portugal de abarcar meio mundo com as pernas. As sobrevivências pagãs no cristianismo português desempenharam assim importante papel na política imperialista. As sobrevivências pagãs e as tendências para a poligamia desenvolvidos ao contato quente e voluptuoso com os mouros.

Essas práticas da Igreja não eram uma particularidade lusitana. Segundo Thomas (1991:35/54), ao investigar o declínio da magia na sociedade inglesa no final dos seiscentos, a adoração aos santos fazia parte integrante da estrutura da sociedade medieval. Oprimida pela tradição de que a realização de milagres era o meio mais eficaz de demonstrar seu monopólio da verdade, a Igreja medieval operou a diluição da distinção entre magia e religião. Os representantes da Igreja abandonavam a luta contra a superstição sempre que lhe fosse favorável ao interesse, pois, desde que tais estratégias refletissem uma autêntica confiança em Deus e seus santos, delas não poderia advir dano sério algum. Assim, a devoção dependia não somente da crença de que os santos e santas do passado foram exemplos de um código ideal de conduta moral, mas também de poderem empregar poderes sobrenaturais para aliviarem as adversidades de seus adeptos na terra.

Assim como as festas em devoção aos santos casamenteiros, a festa em devoção ao Senhor do Bonfim era um momento de inclusão social com a participação de negros e mestiços para lavagem do interior do templo, simbolizando o culto aos seus orixás. Atribuída à promessa de um devoto<sup>38</sup> (com primeira lavagem oficial em 1804), segundo Santana (2000) esse ritual da lavagem teve origem nos tempos em que os escravos eram obrigados a levar água para lavar as escadarias da Basílica para a festa dos brancos, desde então ele simboliza agradecimento do povo às graças concedidas pelo Senhor do Bonfim, fazendo a população da cidade

---

<sup>38</sup> De acordo com Tavares (1981), o culto foi trazido para Salvador em 1740, pelo capitão de mar-e-guerra Teodósio Rodrigues de Faria, em cumprimento a uma promessa, encomendou uma imagem do santo em cedro, medindo 1,06 metro de altura, cópia do crucificado da igreja de Setúbal. Durante uma tempestade, o navio do capitão ficou sem rumo e ele rogou a Senhor do Bonfim que o salvasse. Nesse mesmo ano foi fundada a irmandade do Senhor do Bonfim e em 1745 o Acerbispo D. José Botelho de Matos lança a primeira pedra para construção da capela (Nascimento, 1986: 38), sendo inaugurada nove anos depois a igreja de Nosso Senhor do Bonfim, com uma grande festa promovida pelo capitão. Entretanto, para Carvalho Filho (apud Santana, 2002: 68), a imagem chegou a esta cidade em 1745.

se deslocar durante três ou quatro dias para a Freguesia da Penha, na Cidade Baixa, onde foi erguida uma ermita.

Festas em devoção ao Cristo Crucificado remontam à Idade Média, tendo sido vulgarizada quando da contra-reforma. A imagem do Senhor Morto foi venerada pela primeira vez na cidade portuguesa de Setúbal. Embora a devoção ao Bom Jesus Sofredor tenha sido reverenciada no mundo ibérico, ganhando importância na América portuguesa a partir da dominação espanhola, os setores da elite, durante o Concílio de Trento, condenavam-na junto com as outras devoções da Boa Morte. Entretanto, a Igreja romana não excluiu tal devoção, preservando seu culto e todas as formas tradicionais de piedade (Santana, 2002: 63/4).

Incorporada pela sociedade baiana como uma das principais expressões de sua crença, a devoção ao Senhor do Bonfim estava relacionada ao Cristo Crucificado no período colonial, representando a morte de Jesus Cristo no calvário. No entanto, a festa católica apresentava caráter sincrético com culto afro-brasileiro em devoção a Oxalá (a lavagem seria referência aos ritos denominados “Águas de Oxalá”). Segundo Verger (1997: 259), "sem outra razão aparente senão a de ter ele [o culto a Senhor do Bonfim], nesta cidade, um enorme prestígio e inspirar fervorosa devoção dos habitantes de todas as categorias sociais".

As ruas também eram o cenário de outros festejos populares como o entrudo, que fora introduzido, no Brasil, pelos portugueses durante o século XVI e, no século XVII, já se tornava temática para o poema “Confusão do festejo do entrudo” de Gregório de Matos:

Filhós, fatias, sonhos, mal-assadas,  
Galinhas, porcos, vaca, e mais carneiro,  
os perus em poder do pasteleiro,  
esguichar, deitar pulhas, laranjadas;

Enfarinhar, pôs rabos, dar risadas,  
gastar para comer muito dinheiro,  
não ter mãos e medir o taverneiro  
com réstias de cebola dar pancadas;

Das janelas com tanhos dar nas gentes,  
A buzina tanger, quebrar panelas  
Querer em um só dia comer tudo;

Não perdoar arroz, nem cuscuz quente,  
despejar pratos e alimpar tijelas:  
Estas festas são do Santo Entrudo.

O poema fornece-nos uma idéia dos elementos que comporiam o “menu servido”, ou melhor, arremessados contra seus participantes e espectadores.

O termo *entrudo* (lat. *Introitus*) significa oração que principia a missa católica; início, começo, entrada da Quaresma. Seus festejos se realizavam nos três dias anteriores ao início da Quaresma (Quarta-Feira de Cinzas). Surgiu na Península Ibérica no século XIII, mas remonta à Antigüidade Clássica, aos cultos dionisíacos e às manifestações em que o uso da máscara e da indumentária festiva justificava a persona em função simultaneamente lúdica e crítica do pathos social. Além das máscaras, homens podiam se vestir de mulher e mulheres de homens, práticas que fora de festa motivavam punições, como podemos constatar nessa passagem do Livro Quinto das Ordenações Filipinas, Título XXXIV

Defendemos que nenhum homem se vista, nem ande em trajos de mulher, nem mulher em trajos de homem, nem isso mesmo (3) andem com máscaras (4), salvo se for para festas ou jogos, que se houverem de fazer fora das Igrejas, e das Procissões<sup>39</sup>.

Estes festejos consistiam em guerras de água e sumo de limão. A partir do século XVIII, começava-se também a atirar farinha, ovos, tomate esmagado e outras substâncias menos agradáveis. Eram brincadeiras de rua violentas e sujas, praticadas, principalmente, pelos escravos negros, mas também pelos setores mais abastardos da sociedade baiana. Freyre (1977: 111) assim o descreve no contexto do século XIX

Grosseiro, plebeu, ruidoso, com oportunidades para os moços expandirem sua mocidade, para os negros exprimirem sua africanidade (de certo modo recalcada nos dias comum), para pretos, escravos, moças, meninos gritarem, dançarem e pularem como se não fosse de raça, de classe, de sexo e de idade oprimidas pelos senhores dos sobrados.

O *entrudo* apresentava-se tanto em seu lado pueril como em seu lado perverso. Por um lado, servia para o divertimento de rapazes ao atirarem limões de cheiro nos seios das moças bonitas. Mas, por outro, constituía-se em um campo de enfrentamento e subversão da ordem, estando seus participantes munidos das mais variadas armas: urinas, ovos podres, tomates, talco, farinha de trigo e bacias cheias de fezes. Além disso, o *entrudo* transformava-se no momento de contestação contra a ordem vigente, pois os participantes caracterizados a rigor satirizavam a sociedade senhorial escravista, seja na inversão dos papéis ou na encenação tragico-cômica

---

<sup>39</sup> Ordenações Filipinas (1603), L. V T. XXXIV, p. 1184. In: [www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1184.htm](http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1184.htm).

de situações cotidianas. O entrudo era uma forma de diversão espontânea e individualizada de encenação coletiva, do qual participavam brancos e negros de uma forma desigual e hierarquizada. Colocava-se em xeque a moral baseada na hipocrisia e na desfaçatez de uma sociedade de aparências.

Não podemos nos esquecer dos rituais fúnebres. Muitas das principais festas religiosas da Bahia temantizavam a morte. Até o momento da morte tornava-se um espetáculo festivo (Reis, 1991). À luz de velas e de foguetórios, os enterros, sempre realizados à noite (marcando a integração do morto com o seu novo mundo), eram embalados por músicas e pelo dobrar exagerado dos sinos. Esses festejos não neutralizavam conflitos marcados pela hierarquia social: a distinção social nesse momento se dava através do volume do barulho do fétero, da variedade das mortalhas, da matéria e ornamentos dos caixões e, principalmente, do local do sepultamento, um local sagrado: “Durante muito tempo, entre os habitantes de Salvador, esse local foi a igreja (...) Os mortos se instalavam nos mesmos templos que tinham freqüentado ao longo da vida. Eles residiam no centro de decisões da comunidade, decisões que testemunhavam e que talvez propiciassem” (p. 171).

Os funerais poderiam ser pomposos para pessoas de prestígio da cidade, contribuindo para isso um número considerável de participantes no cortejo, de padres, confrades, pobres, músicos, parentes, amigos e estranhos; ou sem solenidades como eram para a maioria dos escravos. No entanto, adverte Reis (1991: 55), o enterro de negros poderia transformar-se em verdadeiras festas africanas, celebradas pelas irmandades (“espaço de comunhão e identidade, socorro nas horas de necessidade, apoio para conquista de alforrias, meios de protestos contra abusos senhoriais e rituais fúnebres”), cujo templo servia de jazigo ao morto. Mas, para a maioria dos escravos, o destino era o cemitério de indigentes.

As festas também eram momentos de maior sensibilidade e predisposição dos beneficiadores para doação de esmolas, ou seja, momentos nos quais se procurava dar provas de piedade. O batizado, o casamento, as festas domésticas dedicadas aos santos de devoção, os funerais eram os momentos de maior sensibilidade e predisposição dos beneficiadores para doação de esmolas, ou seja, momentos nos quais se procurava dar provas de piedade. As festas religiosas e dias santos eram consagrados como dias de exaltação do sentimento de caridade. A solidariedade era a palavra de ordem, pois os pedintes beneficiavam-se da moral católica daqueles que, procurando minimizar os pecados aqui com a finalidade de

alcançar um melhor lugar no céu, procuravam da melhor forma possível seguir a frase: “Quem dá aos pobres empresta a Deus”.

As festas eram não somente momentos de celebração da fé, mas também momentos de sociabilização festiva. Morte e vida, diversão e devoção, sagração e profanação eram elementos festivos. Lugar da alegria, do prazer, da inversão, da criatividade, da troca cultural, as festas eram ao mesmo tempo o lugar da educação, do controle, da manutenção das tradições e do privilégio. Era o jeito barroco de festejar. Festas que eram o uso principal da cidade.

As festas, com seu discurso simbólico, destacavam alguns aspectos da realidade, tornando-os mais evidentes que outros elementos do mundo social (DaMatta, 1997a). Embora, elas fossem momentos de descontinuidade e contraste, funcionavam como reguladores da rotina cotidiana, permitindo a reestruturação social após um período de saturação (Durkheim, 1996: 417)

Assim que cumprimos nossos deveres rituais, retornamos à vida profana com mais coragem e ardor, não somente porque nos pusemos em contato com uma fonte superior de energia, mas também porque nossas forças se revigoraram ao viver, por alguns instantes, uma vida menos tensa, mais agradável e mais livre.

Estas eram as funções da cidade da Bahia, desenvolvidas ao longo de três séculos. Uma cidade cuja sociedade encontrava-se nascida e formada, crescida, forte e adulta no primeiro século de existência e cuja alma senhorial-escravista fora marcada por ações e lutas, adaptações e conformidades, que misturava e combinavam num cadinho três povos em conflito, subversão, prepotência, harmonização, adaptações, transformações e criações. Esta foi a sociedade abalada por mudanças surgidas desde o século XVIII e que tomaram corpo no século XIX. Então vamos a ela.





### CAPITULO III

## O ROSTO POR TRÁS DA CIDADE: A SOCIEDADE BAIANA SENHORIAL-ESCRAVISTA

Triste Bahia! Ó quão dessemelhante  
Estás e estou do nosso antigo estado!  
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,  
Rica te vi eu já, tu a mi abundante.  
A ti trocou-te a máquina mercante,  
Que em tua larga barra tem entrado,  
A mim foi-me trocando, e tem trocado,  
Tanto negócio e tanto negociante.  
Deste em dar tanto açúcar excelente  
Pelas drogas inúteis, que abelhuda  
Simples aceitas do sagaz Brichote.  
Oh se quisera Deus que de repente  
Um dia amanheceras tão sisuda  
Que fora de algodão o teu capote!

(Gregório de Matos Guerra)



escravidão marcou, desde a sua introdução com o processo de colonização baseado na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo, os destinos da sociedade brasileira e, sobretudo, da sociedade baiana. Seus traços ficaram bem perceptíveis na herança legada pela cultura africana e pelas condições sociais nascidas do regime escravista. Desse modo, a predominância de negros e mestiços no contingente populacional da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos e, principalmente, no desempenho de atividades manuais, tem sua explicação no processo de ocupação da América portuguesa. Com a organização de uma economia voltada para a exportação de produtos tropicais, o escravo foi a principal mão-de-obra em diversas regiões brasileiras como Bahia, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Entretanto, a matriz estruturante e estruturada da sociedade e economia baianas que teve por base as relações senhor-escravo, cujo aparecimento na história se apresenta segundo uma variedade de formas e significados, com base em critérios como a cor da pele, o estatuto legal e a ocupação, escondia uma diversidade de relações sociais.

Havia muitas razões para a escravidão na América. No entanto, algumas podem ser destacadas como principais. Com a decadência da exploração do pau-brasil e tendo em vista a prosperidade das capitanias de Pernambuco e São Vicente, os portugueses partiram para o cultivo da cana-de-açúcar devido às boas condições do solo brasileiro, pois já possuíam algum conhecimento no seu cultivo (Ilhas do Atlântico) e a ascensão do preço do açúcar no mercado europeu prometia bons lucros. Para o cultivo havia necessidade do emprego de mão-de-obra em larga escala<sup>40</sup>. Então, os colonizadores utilizaram como solução o trabalho do escravo africano ao invés do indígena, utilizado desde o descobrimento. Para Oliveira (2003: 22), o não-aproveitamento do indígena nas plantações de cana-de-açúcar fora decorrência do desconhecimento do terreno por parte dos invasores portugueses; do tipo de conquista empreendida pelos portugueses para posse do terreno (não significa o controle de uma estrutura social dada) e da dificuldade de captura do indígena. Segundo Schwartz (1988), a utilização do africano fora em virtude da baixa produtividade do trabalho indígena. Já para Alencastro (2000), o lucro do tráfico interno seria muito baixo, uma vez que o limitado e incipiente mercado interno não favorecia a circulação de capital na colônia.

Ao indagar sobre a existência da escravidão no processo de colonização no Novo Mundo, Cardoso (1980, 127) procura justificar a partir dela a formação econômica da colônia resultante da expansão européia nas Américas nos tempos modernos, pois, embora as sociedades coloniais só revelassem seu pleno sentido caso fossem consideradas como integrantes de um sistema mais vasto,

Também é verdade que as atividades de conquista e colonização tiveram como resultado o aparecimento de sociedades cujas estruturas internas possuem uma lógica que não se reduz exclusivamente ao impacto da sua ligação com o mercado mundial em formação e com as metrópoles européias.

Logo, seria conveniente analisar as estruturas internas em si mesmas, na sua maneira de funcionar. E, observando a especificidade do fenômeno colonial na América e valorizando as variáveis internas, movendo-se em suas próprias lógicas presentes nas suas formações sociais, veicula-se a possibilidade de existência de

---

<sup>40</sup> A Europa encontrava-se devastada pela peste, fome e guerra, não sendo possível, no contexto do século XVI, a nenhuma nação suportar sangria na sua população. Sobre o assunto consultar Wolff (1988), Franco Jr. (1994) e Monteiro (1986).

um novo modo de produção denominado, não de colonial, mas de escravismo colonial, cujos principais traços seriam (Cardoso, 1988: 21/2)

a) Incluía estruturalmente dois setores agrícolas articulados: um sistema escravista dominante, produtor de mercadorias exportáveis, e um sistema camponês, subordinado ao primeiro, exercido pelos próprios escravos; b) as forças produtivas tinham um nível relativamente baixo, caracterizando-se pelo uso extensivo dos recursos naturais e da mão-de-obra; c) ao nível macroeconômico a lógica do sistema e a do capital mercantil eram inseparáveis; d) ao nível macroeconômico a rentabilidade da empresa escravista dependia da redução dos custos de produção (mão-de-obra e insumos) e buscava a auto-suficiência; e) os principais mecanismos de reprodução do modo de produção eram o tráfico africano (os Estados Unidos constituindo-se na exceção) e diversos fatores extra-econômicos.

Segundo Cardoso (1995: 24/38), as modalidades de trabalho colonial foram constituídas a partir de três grupos de fatores que se vinculam uns aos outros, podendo ser vistos como conseqüências uns dos outros: a) aqueles relacionados às forças produtivas (demografia, distribuição das áreas ecológicas e dos recursos naturais e as técnicas de produção); b) aqueles ligados ao sistema colonial mercantilista (pacto colonial e o grau de integração ao mercado mundial, tributação, coação estatal, escassez interna de moeda circulante) e; c) aquelas referentes aos mecanismos básicos na estrutura das relações de produção (apropriação dos recursos naturais estratégicos e a estratificação sócio-étnica). A ação diferenciada destes fatores fora responsável pela configuração de “zonas diversas à lógica das modalidades em que nelas ocorria a exploração direta dos trabalhadores” (p. 38).

Os casos intermediários não permitiram ao autor o esgotamento das possibilidades tipológicas, mas, para ele, haveria uma básica com a oposição entre o bloco indo-americano e o afro-americano. Enquanto a força de trabalho desta modalidade se reproduziria externamente, apresentando menos complexidade e mais homogeneidade em suas estruturas básicas, naquela, a força de trabalho se reproduziria internamente com base na escravidão de índios, apresentando estruturas complexas e heterogêneas. Assim, a América latina caracterizar-se-ia por variadas modalidades de trabalho compulsório, cuja explicação reside na conquista e na lógica do sistema colonial mercantilista, que conformaria, num contexto marcado por contradições também variadas das forças produtivas, relações de produção. Dessa forma, haveria (p. 71)

consistência interna e a relativa autonomia estrutural das sociedades coloniais: estas podem e devem ser estruturadas com ajuda de conceitos como o de modo de produção e o de formação econômico-social, já que suas estruturas – entre elas as do trabalho – não são meras projeções do capitalismo mundial ou do sistema colonial mercantilista.

Cardoso (1980: 120) reivindica, assim, “o estudo adequado dos contrastes existentes entre as estruturas e processos internos em determinadas regiões da América Colonial”, cuja dinâmica não pode ficar reduzida a impulsos e estímulos provenientes da área metropolitana.

Segundo Gorender (1985; 07/8), o estudo empreendido por Cardoso, “ao invés da abstração de um ‘modo de produção colonial’, único e indefinido, ateve-se à proposição concreta do modo de produção escravista colonial”, contudo padece de uma teoria geral do escravismo colonial, propiciadora da “reconstrução sistemática do modo de produção como totalidade orgânica, como totalidade unificadora de categorias, cujas conexões necessárias, decorrentes de determinações essenciais, sejam formuláveis em leis específicas”. Por isso, partindo do modo de produção para explicar a formação social, propõe-se a analisar o fundamento da formação social escravista, a partir da inversão radical do enfoque, sem, contudo, considerar a visão metodológica de fora para dentro inútil (p. 07):

... as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito, isto é, de fora para dentro (tanto a partir da família patriarcal ou do regime jurídico da terra, quanto a partir do mercado ou do sistema colonial). A inversão do enfoque é que permitirá correlacionar as relações de produção às forças produtivas em presença e elaborar a categoria de modo de produção escravista colonial na sua determinação específica.

Ao invés de privilegiar a circulação, ele tem como ponto de partida o processo produtivo. Seguindo as proposições de Marx sobre a origem do modo de produção em situações de conquista, Gorender descarta tais possibilidades, pois o escravismo não seria uma formação social nem do conquistador nem do conquistado, tampouco uma síntese, como ocorrera na formação do mundo medieval. Dessa forma, o escravismo colonial constituir-se-ia (p. 40)

como um modo de produção de características novas, antes desconhecidas na história humana. Nem ele constituiu repetição ou retorno do escravismo antigo, colocando-se em seqüência “regular” ao comunismo primitivo, nem resultou da conjunção sintética entre tendências inerentes à formação social portuguesa do século XVI e às tribos indígenas.

Fora criado “um modo de produção historicamente novo” para corresponder à escravidão no Novo Mundo. Este era regimentado por leis específicas: a) Lei da renda monetária; b) Lei da inversão inicial de aquisição do escravo (cujo principal efeito seria o escravo como fator fundamental e decisivo de domínio da produção); c) Leis da rigidez da mão-de-obra escrava (quantidade invariável de escravos diante às flutuações da quantidade de trabalho); d) Lei da correlação entre a economia mercantil e a economia natural na *plantagem* escravista; e) Lei da população escrava.

Esse modo de produção justificava o tráfico, pois além dos impostos pagos, o próprio escravo era a mercadoria mais lucrativa. A organização desse comércio de escravos, conforme Mattoso (2003: 31), assumiu três formas distintas no império português do Atlântico sul: o tráfico enquanto empreendimento privado; o tráfico relacionado a outras atividades comerciais e; o tráfico submetido às regras do *assiento* (repasso de pagamento dos direitos devidos pela saída de escravos da África, sendo confiado alternativamente pelos portugueses, holandeses, franceses e, por fim, pelos ingleses). Graças à estruturação deste comércio, as cidades da Bahia e do Recife, até o final do século de XVIII, foram os principais portos de desembarque de escravos indispensáveis à manutenção da economia açucareira baseada na *plantation*.

Na Bahia, o cultivo da cana-de-açúcar constituiu o setor agrícola mais importante. Sua produção, baseada no latifúndio e na escravidão, destinava-se ao mercado internacional, detendo, durante três séculos (XVI-XVIII), o monopólio das exportações. Dessa forma, o monopólio no mercado mundial, a produção de produtos tropicais para exportação, assentada na grande propriedade e no uso da mão-de-obra escrava, constituíram-se os traços característicos da economia baiana e do Nordeste e, mais tarde, da economia cafeeira paulista, fluminense e mineira. Esta economia da *plantation*, segundo Gorender (1988), deu origem a duas classes sociais fundamentais (mas não exclusivas) na sociedade escravista: a dos proprietários de terra e de escravos (senhores) e a dos escravos. Estrutura-se assim a matriz da sociedade e economia baianas, com base nas relações senhor-escravo.

Tendo em vista apenas as relações existentes entre estas duas classes, a sociedade baiana do período colonial poderia ser assim caracterizada, afirma Bosi (1992: 23/4): predomínio de uma camada de latifundiários com seus interesses

vinculados a grupos mercantis europeus dentre os quais se destacavam os traficantes de escravos africanos; força de trabalho constituída basicamente de escravos; alternativa para o escravo passou a ser ou a mera vida de subsistência como posseiro em sítios marginais ou a condição subalterna de agregado que subsistiu ainda depois da abolição do cativo. De qualquer maneira, ser negro livre era sempre sinônimo de dependência. A estrutura política enfeixava os interesses dos senhores rurais sob uma administração local que se exerce pelas câmaras dos “homens bons” do povo, isto é, proprietários (Cf. Capítulo II). Poder-se-ia, então, dizer que a formação social na América portuguesa vinculou-se, economicamente, aos interesses dos mercadores de escravos, de açúcar, de ouro e; politicamente, ao absolutismo reinol e ao mandonismo rural, que engendrou um estilo de convivência patriarcal e estamental entre os poderosos, escravista ou dependente entre os subalternos, entrando ao longo do século XIX em decadência.

Nesse sistema de exploração fortemente estruturado, com uma hierarquia social rígida, havia a necessidade de se fazer obedecer para o senhor e, por outro, a necessidade de obedecer para o escravo. O escravo estava cercado por um sistema fortemente estruturado, tendo a dominação e o controle se adaptado às condições de exploração (o que não anulava a possibilidade dos escravos criarem diversas estratégias de resistência), para qual o engenho constituía-se uma verdadeira empresa e a divisão do trabalho era necessária para o sucesso econômico.

O engenho era uma propriedade na qual observava-se o predomínio de um tipo de construção arquitetônica (a casa-grande e senzala), que mais tarde ajudaria a compor o cenário da cidade: os sobrados e mocambos. O engenho constituía-se uma grande propriedade açucareira portadora de equipamentos para a moagem da cana e a produção do açúcar, descrito por Prado Jr. (1979:38) como “um verdadeiro mundo em miniatura em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade”. Era uma unidade social, econômica, política e cultural, definidora da estrutura e da essência da sociedade colonial brasileira, constituindo-se uma forma complexa de exploração agrícola. O engenho era caracterizado por um quadrilátero, formado pela casa-grande, a senzala, a capela, a casa do engenho e por instalações acessórias ou suntuárias (oficinas, estrebarias, cais, etc.).

Segundo Freyre (1995: liii), o engenho seria um todo orgânico, que representava “um sistema econômico, social e político”. Configurava uma interdependência (Elias, 1999), a micro-imagem da sociedade – fortaleza, banco,

cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia para amparar os velhos e as viúvas e recolher os órfãos (Freyre, 1995: liii)

... de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o de compadrismo).

Essa unidade produtiva estruturava-se em torno de dois núcleos distintos, mas completamente integrados: a casa-grande e a senzala. A casa-grande, habitação do senhor de engenho e sua família, era uma imensa construção com paredes de pedras muito espessas, ao lado ou incluindo no conjunto do edifício a capela. Feia, mas forte. Paredes grossas e de alicerces profundos. Óleo de baleia. Havia no seu interior salas imponentes, seqüência de quartos de dormir que conduziam a um pátio interno, cozinhas, depósitos, armazéns e reservas de todo tipo. As tarefas da casa-grande eram realizadas pela escravaria, que obedecia a uma rigorosa hierarquia, ocupada no topo pelos escravos domésticos. Na vida no engenho cada qual desempenhava a sua função, cada um com o seu serviço.

Já a senzala, habitação dos escravos, segundo Avé-Lallemant (1980: 45) em visita ao Brasil em meados do século XIX, contrastava com a opulência da casa-grande, sendo descrita como “uma longa fila de estrebarias escuras, que não são para os animais, e sim para os negros, a escravatura”. Segundo Fonsêca (1986) tal descrição não era muito diferente das senzalas do período colonial, para tanto faz uso de alguns testamentos e inventários de senhores de engenho, constatando sua fragilidade e definindo-as enquanto construções enfileiradas divididas em compartimentos (unidades residenciais), cada um deles ocupado por um grupo de escravos. O que sobrava em conforto na casa-grande faltava em espaço e mobiliário nas senzalas. Na distribuição da senzala, os compartimentos mais próximos eram reservados aos escravos domésticos, um pouco mais afastados ficavam os dos escravos de eito e de atividades de produção do açúcar.

Nos engenhos mais ricos, passava a integrar o conjunto arquitetônico a capela: local para realização das funções religiosas e ponto de reunião social. Nela eram celebrados casamentos, batizados, primeiras-comunhões, servindo também de cemitério aos membros da família (Freyre, 1995: lviii). Poderia aparecer separada



das residências ou integrada continuamente às casas-grandes: “as igrejinhas particulares dos engenhos da Bahia ou estão totalmente separadas da casa, ou afastadas desta, mas ligadas por muros, como a manifestar que à família pertence aquele oratório; ou ainda, estão juntas, encostadas ao sobrado”. Ou ainda apresentar-se como uma singularidade: “Como a de “Freguesia”, encravada, uma parte da fachada engatada no corpo da casa de vivenda, não conhecemos outra” (Pinho, 1982: 431). A partir do século XVIII, as capelas passaram a incorporar galerias ou corredores laterais, superpostos por tribunas. Ligada à mesma por um janelão com rejas, a sala lateral da capela-mor era um elemento muito típico das capelas de engenho do Recôncavo.

Não podemos nos esquecer da construção que deu nome às unidades produtivas: os engenhos ou fábricas ou casas de engenho. Antonil (1982: 69) assim os definia

Quem chamou às oficinas, em que se fabrica o açúcar, engenhos, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são uns dos principais partos e invenções do engenho humano, o qual, como pequena porção do Divino, sempre se mostra, no seu modo de obrar admirável.

Quatro elementos principais os definiam: o corpo do engenho, onde estavam as moendas; a casa de caldeira, onde se cozia o melaço; a casa de purgar, onde o melaço se cristalizava; a caixaria ou ensacamento, onde o açúcar era acondicionado para o transporte. Poderiam estar conjugados num só espaço ou se dividir por funções: as duas primeiras funções formavam um barracão e as duas últimas outro.

Nos engenhos da Bahia, segundo Antonil (1982: 140) eram produzidas anualmente

catorze mil e quinhentas caixas de açúcar. Destas vão para o Reino catorze mil, a saber: oito mil, de branco macho; três mil, de mascavado macho; mil e oitocentas, de branco batido; mil e duzentas, de mascavado batido, e quinhentas, de várias castas, se gastam na terra.

Produção maior que aquela dos engenhos de Pernambuco (p. 140)

são doze mil e trezentas: vão doze mil e cem para o Reino, a saber: sete mil, de branco macho; duas mil e seiscentas, de mascavado macho; mil e quatrocentas, de branco batido; mil e cem, de mascavado batido, e gastam-se na terra duzentas de várias castas.

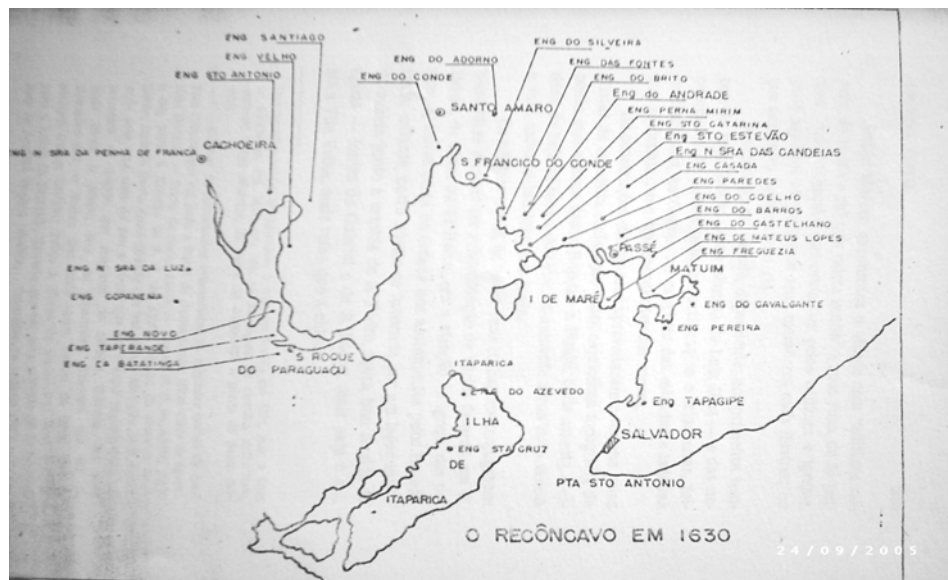
Como também dos engenhos do Rio de Janeiro (p. 140)

dez mil duzentas e vinte. As dez mil e cem vão para o Reino, a saber: cinco mil e seiscentas, de branco macho; duas mil e quinhentas, de mascavado macho; mil e duzentas, de branco batido; oitocentas, de mascavado batido, e ficam na terra cento e vinte de várias castas para o gasto dela.

Somando a produção de açúcar destas três regiões, o Brasil chegava a exportar, segundo o autor, “trinta e sete mil e vinte caixas”, para o mercado europeu.

No final do século XVI, Soares (1971: 162) contava no Recôncavo 36 engenhos moentes e correntes, dos quais 15 eram movidos por bois, com a produção anual de açúcar ultrapassando as 120.000 arrobas. E mais quatro engenhos estavam sendo construídos. Esta informação apresenta divergências com aquelas apresentadas por Pinho (1968: 263). Segundo esse autor, o Recôncavo baiano possuía apenas trinta engenhos nos primórdios do século XVII, como podemos perceber no mapa abaixo

MAPA IV  
O RECONCAVO EM 1630



Fonte: PINHO, W. (1968) História social da cidade do Salvador: aspectos da história social da cidade (1549-1650) – evolução da história social da cidade do Salvador. Salvador: PMC do Salvador.

Por conta da invasão holandesa, muito desses engenhos foram saqueados e incendiados no período que vai de 1627 a 1648, em represália à retomada da cidade da Bahia pelos portugueses. A estes prejuízos acrescentam-se o saque da tropa espanhola que ajudaram a libertar, o esforço de reconstrução da cidade, e as contribuições pagas pelos senhores de engenho para a paz com a Holanda (Pinho,

1982). As flutuações mercantis decorrentes destas adversidades ficaram registradas no poema de Gregório de Mattos Guerra

O açúcar já acabou?... Baixou.  
E o dinheiro se extinguiu?... Subiu.  
Logo já convalesceu?... Morreu.

Mesmo com tantos infortúnios, a ocupação do Recôncavo pela implantação dos engenhos aumentava consideravelmente, pois no início do século XVIII, existiam na região quase 180 engenhos, mas seus senhores estavam integralmente endividados. Esta estimativa não fica muito longe daquela estabelecida por Antonil (1982: 140) de “cento e quarenta e seis engenhos de açúcar moentes e correntes, além dos que se vão fabricando, uns no Recôncavo, à beira-mar, e outros pela terra dentro, que hoje são de maior rendimento”. No final do século, estima Pinho possuir a Capitania da Bahia 1200 engenhos. Destes encontramos 1018 registrados no livro de “Matricula dos Engenhos da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais”, registrados entre 1807 e 1874. Para análise dos dados referentes à localização dos engenhos, procuramos nos basear nas informações fornecidas por Vilhena (1969) sobre a divisão administrativa da Comarca da Bahia, pois há dificuldades para identificar a localização dos engenhos, em virtude do surgimento de novas vilas ou cidades ao longo do século XIX (Nazareth desmembrada do Termo da Vila de Jaguaripe), além de informações incompletas. Os engenhos encontram-se localizados nas comarcas da Bahia, do Norte (Capitania de Sergipe Del Rei), de Ilhéos, Porto Seguro e Jacobina, ficando assim distribuídos

**TABELA I**  
DISTRIBUIÇÃO DOS ENGENHOS 1807 -1872

COMARCAS	N <sup>OS</sup> DE ENGENHOS
BAHIA	807
NORTE (SERGIPE)	176
ILHÉOS	23
JACOBINA	01
PORTO SEGURO	01
NÃO IDENTIFICADA	12
<b>Total</b>	<b>1 018</b>

Fonte: APEB, Matricula dos Engenhos da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais

Havia uma significativa concentração de engenhos no Recôncavo. Além do solo, formado por massapés e tabuleiros, favorável ao cultivo da cana-de-açúcar, a proximidade com o porto da cidade da Bahia favorecia o escoamento da produção. O contato entre a cidade da Bahia e o Recôncavo se dava pela baía de Todos os Santos, visto que o Recôncavo era entrecortado por diversos rios que nela desaguavam. Como a cidade dele fazia parte, era impossível compreendê-la sem compreender o Recôncavo (Fonseca, 1993: 60),

vasta planície costeira, suas terras, em volta da baía de Todos os Santos, eram úmidas e baixas, elevando-se suavemente em tabuleiros, ocasionalmente recortadas em uma topografia mais acidentada pelos vários rios tributários da baía. Caracterizada por uma floresta de chuva semitropical, com alta umidade e uma exuberante vegetação. Toda via, por seu solo fértil, favorável ao cultivo extenso de diversas colheitas, especialmente da cana de açúcar e do fumo, já em meados do século XVII grande parte de suas densas florestas havia sido destruída para dar lugar às vilas e se erguerem os engenhos, cujas caixas dirigiam-se a Salvador, fazendo riqueza e opulência.

No que se refere à distribuição no Recôncavo, temos o seguinte quadro, que demonstra uma relativa concentração de engenhos no termo da cidade da Bahia, superior a vilas como São Francisco da Barra de Sergipe do Conde e Santo Amaro da Purificação, grandes áreas produtoras de açúcar do Recôncavo

**TABELA II**  
DISTRIBUIÇÃO DOS ENGENHOS – COMARCA DA BAHIA

TERMOS	N <sup>OS</sup> DE ENGENHOS	%
BAHIA	167	20,7
SÃO FRANCISCO	141	17,5
SANTO AMARO	136	16,8
CACHOEIRA	88	10,9
AGUA FRIA	81	10,0
ABADIA	62	7,7
MARAGOGIPE	48	5,9
JAGUARIPE	44	5,5
ABRANTES	24	3,0
ITAPIRUCU	16	2,0
Total	807	100,0

Fonte: Matrícula dos Engenhos da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais

A distribuição dos engenhos para o termo da cidade da Bahia nos permite verificar o quão próximas ficavam as suas áreas urbana e rural, embora a maioria dos engenhos ficasse concentrada nas chamadas freguesias “rurais” da cidade, sendo, entretanto, possível encontrá-los nas chamadas freguesias “urbanas”, como por exemplo, Nossa Senhora da Vitória, Santo Antonio além Carmo e Nossa Senhora das Brotas. Em parte, isso poderia ser explicado pelo aspecto rural também presente nessas freguesias, que abrigavam inúmeras roças, chácaras e fazendas, mas também por uma situação de encaixamento (Giddens, 1991: 29/37), para a qual realidades distintas encontravam-se intimamente imbricadas, cuja dissociação ocorreria com o processo de urbanização da cidade a partir do século XIX.

**TABELA III**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS ENGENHOS**  
**FREGUESIAS DA CIDADE DA BAHIA**

TERMOS	N <sup>OS</sup> DE ENGENHOS	%
SÃO PEDRO NO SAUIPE DA TORRE	37	22,2
SENHOR DO BONFIM NA MATA	20	12,0
N S DA ENCARNAÇÃO EM PACÉ	20	12,0
SANTO AMARO DA IPITANGA	14	8,4
N S DA PIEDADE EM MATOIM	10	6,0
N S DO Ó EM PARIPE	10	6,0
S MIGUEL EM COTEGIPE	06	3,6
SANTO ANTONIO ALEM CARMO	04	2,4
SANTO AMARO EM ITAPARICA	04	2,4
SÃO BARTOLOMEU EM PIRAJÁ	03	1,8
N S DA VITÓRIA	02	1,2
N S DAS BROTAS	02	1,2
S VERA CRUZ EM ITAPARICA	01	0,6
OUTROS (PRÓXIMOS A RIOS)	34	20,3
<b>Total</b>	<b>167</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Matrícula dos Engenhos da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais

A história de um desses engenhos da cidade da Bahia, responsável pela produção de açúcar para abastecer os mercados europeus foi reconstruída por Pinho (1982) em **História de um engenho do Recôncavo**. O engenho “Matoim”

também conhecido por “Novo Caboto” ou “Freguesia” foi fundado na sesmaria doada a Sebastião Álvares, português, Cavaleiro da Casa Real, Oficial da Fazenda Real, casado com Inês Álvares de Faria, com quem teve três filhos (Sebastião, Cústódia e Inês de Faria). Na posse dessa família, ele permaneceu por quatro gerações, até o final do século XVII, quando Clara de Franca, viúva de Luís Pais Florião (bisneto de Sebastião de Faria), o vendeu a Antônio da Rocha Pita, casado por duas vezes: a primeira com Maria da Rocha Pita e a segunda com Aldonça de La Penha Deusdará. O engenho permanece na família Rocha Pita até ser desativado no início do século XX. Ainda no século XIX, foi restaurado por Cristóvão da Rocha Pita, Conde de Passe, casado Maria Luísa Munis Barreto, com quem teve dois filhos: Francisco Antonio da Rocha Pita e Argolo (Visconde de Passé)<sup>41</sup> e Antônia Teresa de Sá Pita e Argolo (Baronesa de Cotegipe).

A sociedade, que se constituiu ao longo desses três séculos (XVI – XVIII), era rigidamente hierárquica, aglutinada por vínculos de parentesco e clientelismo. Uma sociedade assentada na família patriarcal ou extensa (grupo social hierarquizado desde a figura mais inferior ou jovem até uma única figura mais velha sob cuja proteção e domínio estava o grupo e por meio de quem se conseguia o progresso), cujo controle da terra, da mão-de-obra, dos mercados e do capital ficava nas mãos do patriarca rural, ao qual eram garantidas a plena hegemonia política e autoridade quase que absoluta sobre sua extensa família. Coexistindo a este tipo de família e/ou dentro dele, existiam famílias menores (nucleares) dos agregados, as uniões consensuais e as famílias chefiadas por mulheres da população pobre e escrava<sup>42</sup>. Estas, em troca de proteção, segurança econômica e favores, aliavam-se àquelas que exigiam lealdade, obediência e prestação de serviço (Besse, 1999: 13).

Dessa estrutura de sociedade, Freyre (1995) identifica como sendo seus tipos humanos: o patriarca rural, a mulher patriarcal, o filho do patriarca rural, o escravo e o padre. Hierarquicamente organizada, a sociedade se sobrepunha em camadas: em primeiro lugar, o senhor; no terceiro lugar, a sua consorte, visto que a distância social entre o homem e a mulher não permitia a ela ocupar o segundo lugar; em quarto, os parentes agregados mais próximos adultos; o filho ocupava o quarto se

---

<sup>41</sup> Fora ao Visconde de Passé que ficara incumbido o policiamento da cidade da Bahia durante a Guerra do Paraguai.

<sup>42</sup> Sobre a família baiana, consultar Mattoso, K. M.<sup>a</sup> Q. (1992) Bahia no século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

adulto e o quinto, se ainda criança e (não devemos esquecer que estes na sucessão das gerações seriam os herdeiros da herança patriarcal); no último, os escravos.

O patriarca rural ou o senhor da casa-grande era a figura dominante da paisagem social: dono das terras, dono dos homens, dono das mulheres. Por isso, como afirma Antonil (1982: 75)

o ser senhor do engenho é título a que muitos aspiram porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre fidalgos do Reino.

Para tanto deveria ter (p. 76/7)

a capacidade, modo e agência que se requer na boa disposição e governo de tudo, na eleição dos feitores e oficiais, na boa correspondência com os lavradores, no trato da gente sujeita, na conservação e lavoura das terras que possui e na verdade e pontualidade com os mercadores e outros seus correspondentes na praça, achará confusão e ignomínia no título de senhor de engenho, donde esperava acrescentamento de estimação e de crédito.

Levava uma vida lânguida, morosa, calma, mas, valentes, defendiam-se contra estrangeiros, bugres e autoridades reais. O senhor rural era dominado pelo sexo: “No senhor branco o corpo quase que se tornou exclusivamente um *membrum virile*. Mãos de mulher; pés de menino; só o sexo arrogantemente viril” (Freyre, 1995). Gostava de ornamentos: esporas, estribos e punhais de prata, fardas, roupas bordadas, ricas bengalas, espadins, roupas brancas; tudo para se distinguir o quanto possível como o sexo forte e nobre. Os senhores rurais eram constituídos de brancos europeus e “seus descendentes puros ou insignificadamente mesclados com as gentes de cor” (Freyre, 1977: 353). Gozava soberanamente na rígida hierarquia familiar. O senhor patriarcal deveria ser uma criatura totalmente diferente e distante de sua mulher: se ele era o sexo forte, nobre e viril, ela seria o belo, fraco e frágil. Também deveria se distanciar de seu filho, que deveria temer o pai, falar baixo e ser submisso.

Projeção da vontade do patriarca, a mulher devia ser “gorda, mole, caseira, maternal, coxas e nádegas largas” (Freyre, 1977). Um contraste com o que fora na juventude, franzina pálida quase doente. Era a “serva do homem e a boneca de carne do marido”. A mulher patriarcal tinha por papel social o de estabilizadora de valores na formação social: elemento conservador, estável, o da ordem patriarcal. Elemento exclusivamente doméstico, ela vivia sob a tirania do pai quando criança e

moça, sendo substituída pela do marido. Casavam cedo, envelheciam depressa. Reduziam-se a máquinas de parir. Segundo Del Priore (1995: 24), a condição feminina era marcada pelo caráter exploratório da empresa portuguesa na América, do século XVI e XVII. Além do modelo escravista de exportação, a tradição androcêntrica da cultura ibérica e os objetivos da empreitada colonial estimulavam os homens a estabelecerem um papel identificado com o esforço de colonização para todas as mulheres indiscriminadamente:

Este papel deveria refletir a participação feminina na conquista ultramarina, mas também a sua atividade na defesa do catolicismo contra a difusão da Reforma protestante. Mais ainda, havia que espelhar a presença feminina na consolidação de um projeto demográfico que preenchesse os vazios da terra descoberta.

O filho do patriarca rural era criado e educado guardando uma grande distância do pai. Não participava das conversas de adultos nem comia à mesa. Mas, de acordo com Antonil (1982: 92), tanto meninos quanto meninas deveriam crescer tendo como modelo os pais

exemplo do bom procedimento dos pais e o descanso mais seguro é dar a seu tempo estado, assim às filhas como aos filhos, e, se se contentarem com a igualdade, não faltarão casas aonde se possam fazer trocas e receber recompensas.

Mas como adverte Freyre, era grande a distância social entre pai e filho, que variava conforme a idade, o sexo e o tempo em que vivia. Crescia entre os moleques, se menino e confinada se menina. Sua vida era marcada por duas fases. No “período angelical”, do nascimento aos dez ou doze anos, era cercado de cuidados, atenções, mimos e considerações, crescia com a medalhinha de santo no pescoço e mais figa para protegê-lo do mal-olhado. “A primeira comunhão marcava o fim da idade Angélica, quer para o menino quer para a menina. Era de praxe o retrato: ela de véu, como que de noiva (noiva até certo ponto de Jesus); ele de vela na mão, um laço branco no braço” (Freyre, 1962: clvi). Já na “idade teológica”, as coisas mudavam: ele passava de menino a diabo e ela a ser muito vigiada. O domínio patriarcal era exercido sobre os filhos até na escolha do casamento.

A figura religiosa do padre tinha um posto destacado dentro da paisagem social patriarcal, era uma peça fundamental, ligando-se ao ser humano desde o nascimento até a morte. Sacramentava todo o sistema. Dependente do senhor



patriarcal, o padre consolava os escravos, educava os meninos e com ele as mulheres se confessavam. Este, segundo Antonil (1982: 81), seria

a quem se h[averia] de encomendar o ensino de tudo o que pertence à vida cristã, para desta sorte satisfazer à maior das obrigações que tem, a qual é doutrinar ou mandar doutrinar a família e escravos, não já por um crioulo ou por um feitor, que quando muito poderá ensinar-lhes vocalmente as orações e os mandamentos da lei de Deus e da Igreja, mas por quem saiba explicar-lhes o que hão-de crer, o que hão-de obrar e como hão-de pedir a Deus aquilo de que necessitam. E para isso, se for necessário dar ao capelão alguma coisa mais do que se costuma, entenda que este será o melhor dinheiro que se dará em boa mão

Já os escravos ocupavam o último lugar da estrutura social. Em sua maioria foram trazidos para cá através do tráfico negreiro. Eram das mais diversas origens: Bantus, Sudaneses, Ardas, Angolas, Criolos, Hamitas, Berberes, Minas e os da Guiné. Essa diversidade de grupos étnicos africanos fica bem evidente na avaliação de escravos do “Engenho Freguesia”, realizada perante o Juiz de Órfãos Joaquim Anselmo Alves Branco Munis Barreto em 15 de março de 1811. Foram arrolados 82 escravos, assim etnicamente distribuídos: 13 crioulos, 28 pardos, 16 da costa, 07 jejes, 04 mulatos, 03 nagôs, 02 angolas e 01 mina. Numa segunda avaliação realizada em 14 de fevereiro de 1832, o número de escravos fora reduzido a menos da metade, trinta e quatro escravos: 15 criolos, 13 pardos, 09 cabras, 04 ussás, 04 mulatos, 04 jejes, 02 mestiços, 01 mina e 01 mendobi (Pinho, 1982: 253). Podiam ser divididos em dois grupos, segundo sua ocupação: o grupo daqueles escolhidos para serviços domésticos, os escravos de “eito” e o daqueles destinados ao trabalho mais pesado, nas plantações. Eram os trabalhadores. Aqueles responsáveis pelo funcionamento da estrutura produtiva. Nas palavras de Antonil (1982: 89), “os escravos eram os pés e as mãos do senhor de engenho”: “utilizados como instrumentos de produção, de transporte e de trabalho” (Freyre, 1977: 353).

Sob a ótica das relações senhor-escravo, estruturava-se um tipo de sociedade desenvolvida principalmente em torno do engenho de açúcar, pouco diversificada e pouco hierarquizada. Apesar de estratificada na dicotomia senhor-escravo, ela escondia uma diversificada hierarquia social. Segundo o modelo proposto por Mattoso (1978: 155/69), a sociedade baiana seria estruturada a partir do modelo de estratificação rural, que ganhava um novo aspecto com as hierarquias sociais na cidade da Bahia. Por volta do início do século XVII, poder-se-ia identificar três grandes categorias sociais: no topo da pirâmide, o senhor proprietário produtor e

sua família (esposa e filhos e irmãos, cunhados e primos); em seguida, trabalhadores especializados livres, em sua maioria de origem lusitana (mestres-de-açúcar, banqueiros e ajuda-banqueiro, purgador, caixeiro do engenho, calafates, caldeiros, carpinteiros pedreiros etc); e, por fim, os escravos: os qualificados (calafates, carpinteiros, pintores, sapateiros, barbeiros, tercelões, oleiros, pedreiros, etc.); os domésticos (amas-de-leite, amas, lavadeiras, cozinheiras, etc) e; os de oito (aqueles em maior número). No começo do século XIX, esta hierarquia apresentava-se sensivelmente enriquecida, mas conservada em sua feição de pirâmide: no cume, o senhor e sua família, seus parentes e agregados; em posição intermediária, os trabalhadores “livres” e “obrigados” (feitores, mestres-de-açúcar, banqueiros e ajuda-banqueiros, purgadores do açúcar e caixeiros do engenho) e; na base, os escravos africanos e crioulos, de várias etnias e tribos, com qualificação, domésticos e do oito.

Essa diversidade fica bem evidenciada no relato feito por Antonil (1982: 75) sobre as funções executadas nos engenhos

Servem ao senhor do engenho, em vários ofícios, além dos escravos de enxada e fouce que têm nas fazendas e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, negros de casa, ou ocupados em outras partes, barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros pastores e pescadores. Tem mais, cada senhor destes, necessariamente, um mestre de açúcar, um banqueiro e um contra banqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho, e para o espiritual um sacerdote seu capelão, e cada qual destes oficiais tem soldada.

Como deixa clara o autor a existência dos escravos, mas também de trabalhadores livres: “cada qual destes oficiais tem soldada”. Mas como ele mesmo exemplifica, tomando a quantidade de “trabalhadores” do engenho Sergipe do Conde, o trabalhador livre (seis) aparece em menor quantidade que o escravo (duzentos): para cada trabalhador livre tinha trinta e três escravos.

A estratificação social da cidade da Bahia, por volta de 1600, apresentava-se composta por três grupos sociais: no primeiro, de um lado, os representantes do poder civil, militar e religioso (altos funcionários da administração real, oficiais de patentes, clero secular e regular), do outro, os senhores de engenho, responsáveis pela comercialização da produção agrícola e ocupantes das primeiras posições na Câmara do Senado; a população livre (funcionários subalternos da administração real, soldados dos regimentos, pequenos comerciantes – taberneiros, vendeiros e artesões e; os escravos (em número reduzido), mendigos e vagabundos

(marinheiros sedentários ou abandonados, soldados fugidos, aventureiros e, talvez, os primeiros escravos alforriados). Os grupos dominantes rivalizavam-se: os senhores de engenho hostilizavam ou eram hostilizados por uma administração real, mas que não comprometiam o processo de colonização.

Com base em Vilhena (1969), Mattoso distingue quatro grupos sociais para a cidade no início do século XIX. No primeiro, encontra-se a “elite” baiana faminta por distinções e honrarias: altos funcionários da administração real (general governador, chanceler, ouvidor geral do crime, ouvidor geral do cível, tesoureiro geral, agravista, deputado da junta de arrecadação da Real fazenda, secretário de estado e governo, intendente geral do ouro, intendente da marinha, provedor da alfândega); militares de altas patentes (coronéis, tententes-coronéis, sargentos-mores); alto clero secular e regular (arcebispo, vigário geral, deão, cônegos e meio-cônegos); grandes comerciantes e; grandes proprietários rurais (senhores de engenho e fazendeiros de gado). No segundo grupo, indivíduos cujos rendimentos anuais flutuavam entre 500\$000 e 1:000\$000 de réis: funcionários médios da administração real (juiz da coroa da fazenda, guarda-mor e distribuidor do tribunal da relação, escrivão dos agravos e apelações, tabelião da ouvidoria geral do cível, contador da junta da associação da real fazenda, tesoureiro dos miúdos, escrivão da ouvidoria geral do crime, juiz de fora do cível, presidente do Senado da Câmara, escrivão do senado, almoxerife da Ribeira da intendência da Marinha e armazéns reais, patrão-mor da Ribeira, provedor da Casa da Moeda, ensaiador da Casa da Moeda, etc); militares oficiais de patentes inferiores (capitão, tenente, ajudante de sargento-mor, alferes); clero secular e regular (curas, vigários, capelães, coadjutores e todo clero regular); os comerciantes (comissários, atravessadores de gênero e varejistas); proprietários rurais, fazendeiros ou criadores médios; profissionais liberais (bacharel em leis, em letras e médicos); homens que vivem de rendas e mestres de ofícios nobres. No terceiro grupo, indivíduos cujos rendimentos anuais eram inferiores a 500\$000: funcionários subalternos da administração real; militares (sargentos, cabos e soldados); profissionais liberais secundários (sangradores, cirurgiões, pilotos, médicos, etc); oficiais mecânicos (pedreiros, carpinteiros, marcineiros, tanoeiros, sapateiros, etc); pequenos comerciantes. No quarto, temos escravos (domésticos e de ganho), mendigos e vagabundos.

Para a autora, embora houvesse a rigidez da economia agroexportadora e da existência de barreiras legais, raciais, a estrutura social não era completamente

rígida: era possível a mobilidade social dentro dos grupos e mesmo entre os grupos. Para os livres, boas conexões e apadrinhamento, um diploma e acesso a financiamento, poderiam facilitar a ascensão social, a conquista de lugares mais altos na estrutura social. Para os escravos, sobretudo os da cidade, com as alforrias, havia a possibilidade de se tornarem prósperos homens e mulheres de pequenos negócios e senhores de escravos ou perambulavam como mendigos e vagabundos pelas ruas da cidade. A mobilidade representava para ela busca por prestígio social, por status.

Tanto em Freyre quanto em Mattoso, as relações senhor-escravo constituíram a matriz da sociedade e da economia baianas. Porém, como adverte Araújo (1993: 90/2), esse paradigma elementar aparece sob uma variedade de formas e significados, os escravos, por exemplo, não eram propriedades apenas de grandes senhores de engenhos e negociantes urbanos, pois seus donos estavam espalhados por diversas classes e setores sociais. Havia até raros casos de escravos que possuíam outros escravos, um paradoxo radical do escravismo. Como bem mostrou Mattoso (1978) e argumenta Reis (2003), para além, mas não por fora dessa matriz, existiam outros grupos sociais que desempenhavam importantes funções sociais, econômicas e culturais e políticas na sociedade baiana.

A estrutura da sociedade com base no trabalho escravo permitia “uma formação *sui generis* de homens livres e expropriados, que não foram integrados à produção mercantil - destituídos de propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse” (Franco, 1983: 14). À margem da economia de exportação, passava a existir, com o decorrer dos anos, uma população de indivíduos (homens brancos livres e pobres, negros forros, libertos, “fugidos”, e mestiços) e famílias que se constituíram uma classe camponesa (Schwartz, 2001: 123/170) ou parte acessória da força de trabalho (Kowarick, 1987). Estes indivíduos eram homens sem posses, vinculados às atividades residuais e ao domínio do fazendeiro: “Cabia-lhes as tarefas arriscadas, como as derrubadas de florestas, ou aquelas usualmente não confiadas ao escravo (tropeiro, carreiro), ou, ainda, as ocupações ligadas à criação de gado” (Franco, 1983: 33). Embora os homens livres e pobres tivessem permanecido apartados da produção para mercado, este setor localizou-os na estrutura social e definiu o seu destino. Como lembra Eisenberg (1989: 223/45), essa mão de obra, que crescia por reprodução natural, emancipação do escravo ou

imigração foi muito utilizada nas relações de produção no oitocentos. A sociedade senhorial escravista trazia em si os germes de sua desestruturação.

Com os processos de reprodução natural, emancipação do escravo e da imigração, a população livre aumentava, sobretudo, ao longo dos oitocentos. A população da cidade crescia consideravelmente. No começo da segunda metade do século XVI, não passava de mil e seiscentas pessoas, isso se somados os homens que acompanhavam o primeiro governador geral. Em 1585, Soares (1974) afirma ter a população crescido para quatorze mil pessoas. Um crescimento significativo por conta dos primeiros escravos africanos, pois em 35 anos a população cresceu quase nove vezes o número inicial. Significativo se considerarmos que havia dificuldades de deslocamento populacional de Portugal para a América.

No final do século XVIII, Vilhena (1969) calculou em cerca de 60 mil o número de habitantes da cidade da Bahia, podendo ser 1/3 de brancos e índios e os outros 2/3 restantes, de negros e mulatos. Segundo Reis (2003), esses dados parecem defasados se comparados com o censo de 1808 para a cidade e outras treze freguesias pertencentes à Comarca da Bahia: 50451 brancos, 1463 índios, 104285 negros e mulatos livres e alforriados e 93115 escravos negros e mulatos. Conforme os dados, havia 62,7% de pessoas livres (dos quais 20,2% seriam brancos e 41,8%, de negros e mestiços livres e alforriados) e apenas 37,3% de escravos. Mas a este censo, segundo o autor, faltou a inclusão de localidades fortemente escravista como Cachoeira e Santo Amaro, o que possivelmente modificaria o quadro, oferecendo uma visão total da população. Para estimar a população da cidade da Bahia, em fins do século XVIII e início do XIX, Reis (p. 22) se apóia nos censos de 1775 e de 1807

**TABELA IV**  
POPULAÇÃO DA CIDADE DA BAHIA EM 1775

COR	N <sup>os</sup> ABSOLUTOS	%
Branco	12 720	36
Mulatos livres	4 207	12
Negros livres	3 630	10,4
Negros e mulatos escravos	14 696	41,7
Total	35 253	100,0

Fonte: REIS, J. J. (2003) Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835, p. 22.

**TABELA V**  
POPULAÇÃO DA CIDADE DA BAHIA EM 1807

COR	N <sup>os</sup> ABSOLUTOS	%
Branços	14 260	28
Mulatos	11 350	22
Negros	25 502	50
Total	51 112	100,0

Fonte: REIS, J. J. (2003) Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835, p. 22.

No período compreendido entre 1775 e 1807 (32 anos), afirma o autor, a população da cidade teria crescido 31%, tendo a população afro-descendente aumentado em 39% e sua proporção pulado de 64% para 72% em relação ao conjunto da população da cidade da Bahia. Os dados analisados pelo autor confirmam a distribuição étnico-racial feita por Vilhena (1969): para cada branco havia dois afro-descendentes. A cidade da Bahia tinha, já em fins do século XVIII, um contingente populacional em sua maioria de negros e mulatos.

O trabalho desses indivíduos, livres ou escravos, fazia tudo funcionar na cidade da Bahia. Dependiam do seu trabalho a distribuição de água, os transportes, o funcionamento de uma casa. Correios, cavalos e tubulações, todo trabalho manual era serviço dos negros. A presença maciça de negros escravos, libertos e livres no desempenho de atividades manuais na cidade da Bahia fica bem evidente com a “greve negra” de mais de uma semana, deflagrada em 1857, contra a obrigação de registro junto à câmara municipal, o pagamento de uma taxa anual, o uso de uma chapa metálica no pescoço com o número de matrícula e a apresentação pelos libertos de fiadores, os quais dessem garantia de seu bom comportamento (Reis, 1993). Quando a escravidão entra em decadência, há a emergência do trabalho livre e assalariado, ocorrendo a positivação do trabalho e negativização da figura do trabalhador negro.

Nas cidades, passa a ser muito comum, principalmente no decorrer do século XVIII em várias partes do país, especialmente no Rio de Janeiro e na Bahia, um tipo de trabalhador urbano denominado “escravo de ganho” (Sousa, 1996). Os escravos urbanos eram assim chamados, pois ganhavam certa renda com o trabalho que

produziam, apesar de terem que dar uma porcentagem fixa de seus ganhos para seus senhores. Essa porcentagem era normalmente estipulada pelos senhores, podendo ser diária, semanal e, muito raramente, mensal. Com esse ganho, muitos negros escravos podiam comprar sua alforria, e assim conseguiam a liberdade. Os negros de ganho, como eram chamados os escravos urbanos, eram os que mais tinham chances de receber a alforria (Mattoso, 1972; Reis, 1991; Reis, 2001) ou por ela lutar na justiça (Silva, 2000). O escravo conseguia sua alforria quando ele mesmo comprava sua liberdade, quando conseguia que um "padrinho" a comprasse, se seu senhor resolvesse libertá-lo ou ainda através de ações judiciais. Mas, mesmo livres, esses negros libertos ainda poderiam voltar a serem cativos se fossem acusados de algum crime ou desrespeitassem seu antigo senhor, entre outras coisas. Os escravos urbanos também tinham suas punições e castigos quando faziam coisas erradas.

Livres, procuravam, logo exercer uma profissão "mecânica", pois o trabalho físico, era um sinal de inferioridade social, visto que era uma função tipicamente escrava. Assim, ex-escravos que possuíam algum dinheiro procuravam obter o seu cativo para que ele realizasse as funções desprestigiadas. Reproduzia-se, assim, "o padrão vigente, e decerto com maior razão e afinco, pois teria de se afirmar socialmente em meio hostil. Mostrar-se ocioso em virtude da posse de escravos seria um primeiro passo para obter reconhecimento (não necessariamente aceitação) no mundo arrogantemente dos brancos" (Araújo, 1993: 90). Já não recebia mais ordens. Dava ordens.

Crescida com a economia do comércio marítimo do Mundo Atlântico português, a cidade escondia por trás da beleza que encantava seus visitantes uma complexa e perversa hierarquia social baseada na escravidão. Bela e opulenta, a Bahia era também uma cidade de pobres e miseráveis, pois a fortuna, conquistada pelo suor de muitos, em sua maioria, pobres e/ou escravizados (inquietos e freqüentemente rebeldes), concentrava-se nas mãos de poucos. Gestou durante três séculos uma sociedade avessa ao trabalho "manual", pois trabalhar era coisa de escravo. Mas, durante o século XIX e além, a cidade transformava-se dia após dia. Novos agentes sociais ganhavam o palco citadino para encenar seus conflitos e tragédias. Embates foram travados. Os espaços citadinos deveriam adequar-se para abrigar a nova realidade para a qual o mundo já não era mais o mesmo.

## PARTE II: OS AGENTES

Desde o final do século XVIII, a sociedade baiana vinha passando por profundas e significativas modificações que se prolongaram pela segunda metade do século XIX. Essas mudanças sociais e econômicas, algumas anteriores à chegada da família real portuguesa ao Brasil, mas que somente depois dela tomaram corpo, começaram a alterar a estrutura social da cidade no sentido de maior participação de novos grupos sociais: a elite urbana. Com o processo de emancipação política da nação brasileira, era visível o amadurecimento de grupos intelectuais distintos. Os representantes desta "classe ilustrada", embora seja verificada ascensão do mulato no meio originalmente elitista e europeizado por meio das profissões liberais, observa-se uma predominância de indivíduos (ou se fazia passar por) brancos. Não eram nem originários das camadas populares nem tampouco oriundos ou porta-vozes dos interesses das camadas dominantes. A formação desses novos grupos sociais, que não se verificava independente do processo de urbanização pelo qual passaram as cidades brasileiras, ocorre em meio ao processo de desestruturação e estruturação social patriarcal. Os dois processos se

interpenetravam, impulsionando e sendo impulsionado por uma série de conflitos sociais a partir do confronto não somente entre a elite e as camadas populares, mas também entre grupos da própria elite. No centro desses conflitos, encontravam-se estigmatizadas as relações de classe, gênero, idade/geração e raça, para melhor demonstrar uma realidade controlada pela classe dominante, que buscou empreender mudanças para a consolidação do modo de vida urbano na cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos.



As sedes das academias em crise, nesta capital Faculdade de Direito (II) à rua da Piedade; Escola política (I), à Avenida 7 de setembro e; a velha Faculdade de Medicina, na praça de Terreiro de Jesus.

Fonte: APEB, A Tarde, 27 de abril de 1916, p. 03.





## CAPITULO IV O MUNDO CAIU: A CIDADE DA BAHIA NO DESMORONAMENTO DO MUNDO MARÍTIMO PORTUGUÊS

Ninguém olhou para cima e assim ninguém viu, no meio do temporal, o Espírito do Homem, erradio mas cheio de utopia, vagando sobre as águas sem luz da grande baía (Ribeiro, 1984: 673)



Com a chegada da família real ao Brasil, aportando na cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos a 22 de janeiro de 1808 e depois seguindo para o Rio de Janeiro, o patriarcado rural consolidado nas casas grandes de engenho e de fazenda começava a perder a majestade dos tempos coloniais (Freyre, 1977: 03). A presença de Dom João VI e da corte portuguesa provocava significativas transformações na sociedade forjada ao longo de três séculos (XVI-XVIII) com base na grande propriedade, no trabalho escravo e no cultivo de produtos tropicais. Medidas de ordem política e econômica foram tomadas: em janeiro de 1808, o príncipe regente abre os portos brasileiros às nações amigas<sup>43</sup>; dois anos mais tarde (1810), ele assina os tratados de *Comércio e Navegação* e de *Aliança e Amizade* com a Inglaterra e; em 16 de dezembro de 1815, eleva o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarve. Assim, com a presença do herdeiro da casa de Bragança tem início o processo de emancipação política da nação brasileira, consolidado com o *Golpe da Maioridade* (23 de julho de 1840) e a coroação de Dom Pedro II aos 15 anos, em 18 de julho de 1841 (Costa, 1977: 19/52).

---

<sup>43</sup> Sobre a mobilização das elites baianas em prol da abertura dos portos, consultar PINHO, W. (1961) A abertura dos portos: Cairu, os ingleses e a independência. Salvador: UFBA.

Neste processo, a Independência (1822) representou para os grupos da elite das diferentes regiões brasileiras (fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela, ligados à economia de importação e exportação e interessados na manutenção das estruturas tradicionais de produção) sua ascensão ao poder, reafirmando a tradição agrária da economia vigente: latifúndio, escravidão e cultivo de produtos tropicais. Ao expurgar das suas funções mais radical o pensamento liberal, talhando uma ideologia essencialmente conservadora e antidemocrática, essa elite absorveu, a sua maneira, os princípios do liberalismo europeu subjacentes à transformação do estatuto de colônia em Império, optando pelo regime monárquico (p. 11). Simbolicamente, a continuidade da forma de governo (monarquia) fazia do Brasil o herdeiro direto do trono português. Herdava um rei, uma língua e uma fé. Encarnava não somente a linhagem lusitana, mas também a linhagem européia ocidental. Contudo, a perpetuação da posição social conquistada por Portugal, exigia, para sua preservação, que a jovem nação brasileira da nação lusitana se distinguisse, superando-a e negando-a, para então poder escrever a sua própria história e forjar sua identidade nacional e, assim, inscrever-se na modernidade ocidental (Bourdieu, 1997: 07). Era preciso ter seu próprio rei (D. Pedro II), sua própria língua (Língua Brasileira propostas pelos nacionalistas) e sua própria fé (a ciência). Encarregados de levar adiante esse *conatus*, surgiram, à época do Segundo Reinado, os Institutos Históricos e as Academias Científicas e Artísticas, instituições culturais oficialmente encarregados de cunhar para o Brasil um conceito de nação (Madeira; Santos, 1999: 59).

Já na segunda metade do século XIX, emergiam novas questões sociais, como a Abolição (1888) e a República (1889), até então marginalizadas pela idealização romântica de nação, com ênfase na geografia, na pura descrição, baseada numa retórica exuberante e no exotismo, através das quais era atualizada a visão edêmica e idealizada do mito do paraíso terrenal, corrente na Europa, anterior ao descobrimento da América. A emergência de tais questões sociais descortina as contradições e a complexidade do *conatus* para inscrever o país na modernidade ocidental. São disseminadas, nesse momento, idéias - como o positivismo de Comte, o evolucionismo de Darwin e Spencer e o intelectualismo de Taine e Renan - as quais forneceria a base para os debates sobre raça e meio. Tais idéias tiveram como principais centros para a sua recepção, reelaboração e divulgação as Faculdades de Direito e Medicina e a Escola Politécnica - instituições responsáveis

por formar os homens públicos de então. Quer seja numa perspectiva crítica e original ou simplesmente copiando-as acrítica e subservientemente, a absolvição e divulgação distorcida ou reelaborada dessas idéias européias pelos grupos da elite brasileira procuravam dar conta do duplo estigma imputado ao povo brasileiro: estar nos trópicos e ser mestiço, obstáculo crucial ao projeto elitista de civilização. Era preciso reverter o quadro, criar possibilidades civilizacionais ao “homem dos trópicos” (p. 75/6). Para tanto, foram construídas teorias raciológicas em prol do embranquecimento da nação.

Ao longo de todo século XIX brasileiro, momento no qual se inaugura uma nova maneira de pensar e inscrever o país na modernidade ocidental, ocorreram significativas transformações políticas e sociais (p. 59). Tal momento foi marcado pela migração das famílias patriarcais para as cidades, pela alteração da paisagem social com a urbanização das casas-grandes em sobrados e a redução das senzalas a mucambos ou quase quartos de criados (Freyre, 1977: xli) e pelo desmoronamento do Mundo Marítimo português, desestruturação da configuração consolidada pela inserção da América nos circuitos comerciais e marítimos. Instaura-se a transição de uma sociedade de costumes baseada em *habitus* predominantemente “colonial” para uma sociedade disciplinar, em que um novo modo de vida se configura a partir de e na atualização de práticas denominadas urbanas. Houve, como afirma Freyre, o desenvolvimento do patriarcado urbano assinalado pela decadência do seu antecessor e “progenitor”: o rural. A cidade começava a ganhar a cena; gestava-se o modo de vida urbano.

A cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos já não era mais “a cabeça do Brasil”, passa a ser apenas capital da província, quando da transferência da capital para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1763. Mas a cidade da Bahia ainda era, assim como outras cidades, um centro de relevância para a vida nacional. Era até então um prolongamento do campo (Machado, 1987: 116), onde vida e trabalho se encaixavam numa rotina diária (Giddens, 1991: 29/37). Contudo, à proporção em que a cidade ia se tornando o lugar de realização do progresso e da produção, o campo, conseqüentemente, se definia enquanto complemento à produção racional da cidade. A vida social citadina ganhava reconhecido prestígio em detrimento da vida rural associada ao tradicionalismo de uma sociedade de costumes, contribuindo para a emergência do trabalho livre, o apreço pelo progresso e pela ciência e a formação de núcleos familiares menos extensos, mas que

esbarravam na estrutura social vigente. Entretanto, o sistema de patronagem e clientela, que sobreviveria ao Império, impediu a racionalização da administração, não havendo a cisão entre as esferas familiar e estatal e, com isso, a predominância de interesses particulares sob os interesses coletivos.

Essa indistinção entre o público e o privado fez-se presente no sistema administrativo através de um corpo de funcionários puramente dedicados aos interesses particulares (Capítulo VI). O Estado no Brasil se configurou desde os primórdios enquanto uma ampliação do círculo doméstico, da esfera familiar, constituindo-se uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Haveria entre o círculo familiar e o Estado uma gradação, uma continuidade e até uma simetria. A ordem familiar, cujas instituições e relações sociais são fundadas em laços de afeto e de sangue, integra-se ao aparelho estatal tal qual “uma mão a uma luva”. A família foi sem dúvida o círculo social que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade, fazendo com que as relações estabelecidas na vida doméstica sempre fornecessem o modelo de composição social entre nós (Holanda, 1995). O quadro familiar, ao longo de três séculos, tornou-se tão poderoso e exigente que sua sombra perseguia os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precedia sempre a entidade pública (p. 82). Por isso, o desenvolvimento da urbanização, ao longo do século XIX, acarretaria desequilíbrio social, impulsionando mudanças nos comportamentos sociais, mas não a supressão dos vínculos de sangue e afeto nas relações sociais, nem tão pouco a desestruturação imediata da estrutura social vigente (Costa, 1998).

Com essas mudanças, os trópicos se vêem assaltados por um certo europeísmo, como observa o viajante francês Avé-Lallemant (1980: 40), quando em visita a cidade da Bahia em 1859: “No Rio de Janeiro, se não me engano, já se está mais certo sobre esse juízo [sobre as relações dos brancos com as negras], lá existindo certo europeísmo mais pronunciado do que na Bahia. (...) E, contudo, em muitos sentidos a Bahia parece mais adaptável a esse europeísmo do que o Rio de Janeiro”. Começava a ser forjado um projeto de implementação de uma civilização nos trópicos. Este estaria em íntima consonância com as noções européias de civilidade, sobretudo com o modo de vida francês (Freyre, 1977: 102)

As doutrinas e as modas. Pois o afrancesamento incluiria as modas de mulher: “As nossas sinhasinhas e yayás já não querem ser

tratadas senão por demoiselles, mademoiselles e madames. Nos trajes, nos usos, nas modas, nas maneiras, só se aprova o que é francez; de sorte que já não temos uma usança, uma prática, uma coisa por onde se possa dizer: isto é próprio do Brasil”. Os antigos, ‘quando meninos, accomodando-se à indole da nossa língua, dizião mamã porque em portuguez sempre se chamou mãe; hoje nem aquelle vocábulo se permite entre os alindados Galiciparlas: deve-se dizer – a minha mamanan – porque em francez assim pronúcião os pequenos”.

Como podemos ver, a forte influência dos modelos franceses se faziam presentes desde os mais ternos anos de idade dos indivíduos pertencentes à elite brasileira, modificando-lhes hábitos e costumes e até mesmo a maneira de falar<sup>44</sup>. À modernização e urbanização das cidades, seguem-se notáveis transformações no modo de vida dos grupos da elite.

O modo de vida urbano aspirado pela elite baiana com referência à civilização e modernização apresentaria os seguintes traços: atitudes racionalizadoras, moralizadas e cultas dos indivíduos; adoção de padrões culturais europeus e; reformas que permitissem a implantação de uma nova estética e a introdução de modernas tecnologias, tais como a abertura de avenidas e o alargamento de ruas, criação de áreas verdes e de lazer, novas edificações e embelezamento da cidade (Needell, 1993: 52/8). Temos como exemplo da incorporação das novas práticas urbanas, a aquisição de novas técnicas corporais pelas mulheres de elite baiana para se adequarem às vestimentas de moda francesa durante a primeira metade do século XIX, sobretudo a partir da chegada da família real ao Brasil (1808). Entendendo por técnicas corporais as maneiras pelas quais indivíduos, sociedade por sociedade e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos (Mauss, 1974: 211), podemos buscar perceber incompatibilidade entre habitus sociais diferentes: os trajes à moda francesa e os corpos das brasileiras, o que se traduzia pelo efeito deselegante dos movimentos, pela falta de uso com tais roupas. Isso porque o corpo, enquanto primeiro e o mais natural instrumento técnico dessas mulheres, não fora educado para fazer uso deste tipo de vestimenta. Nesse sentido, com base em Elias (1993:24), podemos afirmar que estão a ocorrer mudanças nos mecanismos de controle e autocontrole do corpo em direção do aumento do reforço e da diferenciação desses mecanismos.

---

<sup>44</sup> Sobre a influência francesa na Bahia consultar AZEVEDO, T. (1985) A francesia baiana de antanho. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia.

Maria Graham (1956: 175/6), ao procurar descrever para os leitores estrangeiros ávidos pela literatura dos viajantes como as mulheres de elite antes encerradas no interior das casas-grandes, fazendas e sobrados tentavam acompanhar as transformações nos hábitos e comportamentos, observou os seguintes aspectos sobre a maneira como se trajavam as senhoras baianas durante uma reunião social para portugueses e ingleses na casa do cônsul Pennell, na freguesia de Nossa Senhora da Vitória:

As inglesas, porém, quase de segunda categoria, ou mesmo da nobreza colonial, arrebatam o prêmio de beleza e de graça, porque afinal os vestuários, ainda que elegantes, quando não usados habitualmente, não fazem senão embarçar e estorvar os movimentos espontâneos e, como nota Mademoiselle Clarion (atriz e escritora francesa, 1723 – 1803), “para poder representar de fidalga em público, é preciso que a mulher o seja na vida privada”.

Segundo a viajante inglesa, embora as damas baianas estivessem vestidas à francesa, a falta de prática das regras de etiquetas européias e de hábitos civilizados acabava por deixar-lhes embaraçadas. Outra questão que chamou a sua atenção foi o fato de muitas delas estarem irreconhecíveis, uma vez que, ao visitá-las, notou a diferença que existia entre o trajar-se em casa e estarem vestidas a rigor (p. 148)

... dificilmente poder-se-ia acreditar que a metade delas eram senhoras de sociedade. Como não usam nem coletes, nem espartilhos, o corpo torna-se quase indecentemente desalinado, logo após a primeira juventude; e isto é tanto mais repugnante quando elas se vestem de modo muito ligeiro, não usam lenços no pescoço e raramente os vestidos têm qualquer manga. Depois, neste clima quente, é desagradável ver escuros algodões e outros tecidos, sem roupa branca, diretamente sobre a pele, o cabelo preto mal penteado e desgrenhado, amarrado inconvenientemente, ou, ainda pior, em papelotes, e a pessoa toda com a aparência de não ter tomado banho.

Nesse relato, torna-se evidente uma incompatibilidade entre o vestuário feminino à moda francesa e o corpo das damas baianas. A viajante inglesa compreendia a cultura dessas damas como uma forma de inferioridade e falta de civilidade, não atentando para o fato de que se tratavam de modos diferentes de se trajar como nos faz acreditar Vilhena (1969) no final do século XVIII, ao buscar captar a relação entre modos de vestir e o clima tropical. Para ele, o uso de determinadas roupas no interior das casas pelas senhoras baianas, tão criticado por viajantes como a inglesa Graham, dava-se em função do clima dos trópicos e, em

virtude do uso costumeiro de roupas, qualquer outra roupa que lhes viessem por ao corpo causavam-lhes embaraço (p. 54)

São estas [as damas baianas] criticadas de pouco honestas, por andarem dentro de suas casas em mangas-de-camisa, com golas tão largas, que muitas vezes caem, e se lhes vão os peitos, sem que esses maus críticos se lembrem, de que estão debaixo da zona tórrida, onde o grande frio corresponde ao que sentimos em maio. Iguamente as notam de andarem em suas casas muitas vezes descalças, e de ordinário sem meias, com camisas de cassa finíssimas, e cambraia transparente; sem que atendam, como disse, ao clima em que se acham, nem indaguem a razão; porque esses mesmos que em Portugal não passam de camisas de pano de linho, e pode ser que bastante grosseiro, aqui lhes custa aturá-las de Bretanha de Hamburgo, de que aqui só vestem as negras, e não todas; porque o comum são cassas.

Com o passar do tempo, as observações de Vilhena viriam a se confirmar. O uso imoderado de panos, chapéus, meias, roupas de dentro, de fabrico europeu e para o uso de europeus, viriam a causar nas senhoras brasileiras irritações de peles. Em virtude disso, tornava-se cada vez comum, em anúncios de jornais, a propaganda de unguentos, “águas” ou “leites” para brotoejas, irritações de pele.

A respeito da demarcação entre a forma de utilização de vestimentas para demarcação de costumes, Tollenare observou o seguinte (apud Pinho, 1970: 25)

Para usar vestidos franceses fora preciso recorrer aos espartilhos e o colete estabelece aqui uma distinção muito pronunciada entre as senhoras que se querem modernizar e as que se apegam aos costumes da terra.

Criticadas pelos viajantes no início do século XIX, pela ausência do costume de se usar o espartilho e pelo uso de vestidos largos e desajeitados, estas mesmas senhoras voltaram a ser criticadas, em meados deste mesmo século, pelo luxo em excesso do traje e pelo uso do espartilho (Vianna apud Reis, 2000a: 121)

... quando solteiras levadas do vão desejo de agradar, e preocupadas somente com as “idéias do século”, tentam lutar braço a braço com a natureza para darem novo e estranho jeito à sua obra: para atingirem seus fins esquecem-se de toda a consideração, desprezam as leis mais sagradas da criação, e chegam até a tentar, sem o saberem, contra a sua própria existência, armam-se dos espartilhos, esses malditos coletes, que tanta graça e feitiço dão as jovens.

Para serem reconhecidos enquanto tais, os agentes pertencentes aos grupos da elite baiana necessitavam marcar e manter um distanciamento de outros grupos sociais (camadas médias e populares), que habitavam a cidade da Bahia,



conseguido por meio do desempenho de papéis tido por civilizados. Ao ser coagido socialmente, o indivíduo passa a portar-se adequadamente, aumentando o grau de consideração esperado pelos demais, porque qualquer deslize implicaria em sanções (Elias, 1994: 90/1). Os comportamentos seriam orientados pela vigilância e controle alheios, responsáveis pela aceitação e respeito às regras que organizam e hierarquizam o convívio social.

O prestígio da cidade vai inserir em seu cotidiano, mudanças não somente na maneira de trajar-se, como em outros comportamentos sociais (Pinho, 1970: 15)

Recepções reais; chegadas, casamentos e batizados de príncipes; aclamações, coroações, cortejos; o luzir dos fidalgos a estenderem pompa algumas vezes como maneira de captar mercês e benefícios da coroa – davam modelos e incitavam imitações.

As reuniões nos salões, os bailes e os banquetes, além de palco para discussões políticas, tornaram-se espaços estratégicos para o estabelecimento de sólidas e frutíferas relações entre grandes famílias, sendo as mulheres os elementos a partir dos quais eram firmadas as alianças. Dependendo delas também a organização e a divulgação dos costumes civilizados. Tais espaços de sociabilidade seriam justificados pela necessidade requerida pela elite baiana para a construção de uma rede complexa que exigia um treinamento através da educação, para se adequarem aos ideais europeus de civilidade.

A princípio, esta não era a forma como se comportavam as damas baianas, como bem observou Graham (1990: 148) durante uma apresentação de teatro

... pareciam decididas a esquecer o palco, e a rir, comer doces e tomar café, **como se estivessem em casa**. Quando os músicos, porém, começaram a tocar a ouverture do ballet, todas as vistas e vozes voltaram-se para o palco... (grifo nosso).

Para a viajante inglesa era evidente a “falta de educação” das senhoras baianas. Para essas senhoras, bem como para todos desta época no Brasil, não havia a distinção entre espaço público e espaço privado, como nos faz perceber Graham: “como se estivessem em casa”. Essa distinção foi sendo construída aos poucos em meio ao processo de transformação da vida social, principalmente, pela introdução das novas formas de sociabilidade e, sobretudo, pelas visitas às lojas, aos cafés, às confeitarias, etc. Ir às compras era uma forma visível de mostrar-se em consonância com os ideais europeus. Comprar no comércio tornou-se uma atividade

vista com bons olhos, era de bom-tom sair para adquirir os produtos que antes lhes chegavam à porta pelas mãos e vozes apeladoras dos vendedores ambulantes.

A civilização impunha novas práticas sociais. A cidade deveria ajustar-se ou ser preparada para promover e prover o novo modo de vida. Houve a inversão de papéis: o espaço que antes servia apenas para o período de festas transforma-se em local privilegiado para o desenvolvimento da vida social, relegando aos sítios e engenhos, agora dependências pitorescas dos sobrados, a função de lugares para repouso e descanso, retiros longe da agitação do mundo citadino. A cidade, nesse processo dissociativo, adquiria um novo status; desencadeava-se a gestação de um conjunto de disposições sociais (*habitus*) a serem incorporados como expressão constitutiva desse modo de vida urbano. O novo modo de vida urbano apenas impulsionava os indivíduos a procurarem se redistribuir ou serem redistribuídos na sociedade baiana, tomando por base as relações de classe, idade/geração, gênero ou raça. Tal organização impulsionava cada sujeito ou grupo social a permanecer um em oposição/complementariedade ao outro, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que o definiria, num permanente encontro/confronto com o “outro” e com os seus “pares”. Tais relações permitiam o entrelaçamento dos indivíduos por meio de vínculos de conflito, de cooperação ou de poder. Entretanto, esses vínculos, nos quais são estabelecidas relações de dependência, necessitavam ser normatizados com a finalidade de permitir a convivência possível.

Dessa forma, foram gestadas sociabilidades específicas para os espaços público e privado, contudo, esta distinção não implicaria uma ruptura sistemática, pois para poder representar de civilizado em público, era preciso que o sujeito o fosse na vida privada. Porém, o espaço público contraposto ao privado, seria o lugar de sociabilidades, no qual ocorre a elaboração de normas que acabariam por orientar a conduta humana, possibilitando o convívio social:

A civilização impõe preceitos, traça normas, estabelece fórmulas que podem ser tidas como sacrifícios ou exigências para os espíritos rotineiros e comodistas, mas que são necessários, urgentes mesmos, para a grande coletividade que constitui a população de uma cidade, bairro ou simplesmente rua<sup>45</sup>.

A gestação desse modo de vida urbano na cidade da Bahia ganharia contornos mais nítidos como o processo de reforma urbana durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, momento no qual sofreu os

---

<sup>45</sup> APEB, Diário de Notícias, 27 de fevereiro de 1912, p. 01.

impactos de determinações gerais que transcendem não somente os quadros da Província/Estado, como também os nacionais. A cidade fora vítima da desmontagem da estrutura socioeconômica que justificava a sua existência e suas funções: o Mundo Marítimo português. O desmoronamento dessa configuração ocorreu ao mesmo tempo em que o sistema escravista e a agroindústria açucareira entraram em crise e em que foram introduzidas teorias raciológicas, através das quais procurava-se solução para a questão: o que fazer com a população negra e mestiça livre. Era exigido da elite baiana o desencadeamento de ações com vista a manter o controle sobre essa população que ia aos poucos se tornando livre, inserindo uma outra lógica de funcionamento para a sociedade, em que o trabalho passaria a ocupar o lugar central, pois a partir dele seriam geridas as relações sociais.

Todo século XIX foi marcado, dentre outros aspectos, pela emergência de idéias antiescravistas manifestas por meio de uma ampla campanha contra o tráfico de africanos e abolição da escravatura. O debate sobre a extinção do comércio de escravos envolveu um conjunto de nações que utilizavam mão de obra escrava, como o Brasil. Este se via pressionado pelas investidas inglesas, cuja campanha para abolição do tráfico recaiam principalmente sobre as nações sob sua esfera de influência econômica. Mais do que encerrar em si mesma toda a explicação para o fim do tráfico brasileiro, a pressão inglesa (movidada por interesses econômicos, mascarados pelo humanitarismo) unificou o debate da elite política em torno da necessidade de extinção do tráfico (Rodrigues, 2000: 97/125). Até a proibição do tráfico, em 1850, inúmeros foram os acordos burlados na tentativa de delongar ainda mais as questões relativas à manutenção do regime escravista no país. A continuidade do tráfico costumava ser justificado tanto por sua importância para a economia brasileira, quanto pelo poder que os principais envolvidos no negócio dispunham para influenciar nas decisões do país, com até suborno de funcionários para a continuidade de tão lucrativo comércio.

Segundo Costa (1998: 13), era exigido pela abolição da escravidão a elaboração de uma nova autoconcepção de status e papéis sociais por parte dos negros e mestiços e a formação de novos ideais e padrões sociais. Tinha, enquanto implicação primeira, a mudança do homem livre branco diante daqueles que não mais eram escravos. Porém, a súbita equiparação legal em 13 de maio de 1888, não conseguiu de imediato esfacelar o conjunto de valores elaborado durante o período de consolidação sistema colonial. Os descendentes de africanos permaneceram em

situação de dependência econômica, sendo vagarosamente modificadas as atitudes e representações sociais regulamentadas pelas relações entre as raças.

O fim da escravidão como um processo histórico gradual ganhou força na segunda metade do século XIX: a “primeira oposição nacional à escravidão foi promovida tão somente contra o tráfico. Pretendia-se suprimir a escravidão lentamente, proibindo a importação de novos escravos” (Nabuco, 1999: 06). De acordo com Rodrigues (2000: 69/96), esta era uma proposta minoritária no conjunto das soluções pensadas pela elite política brasileira na primeira metade do século XIX. A extinção gradual da escravidão era apenas uma das diversas propostas em relação à liberdade dos escravos e à modificação no abastecimento de mão-de-obra. Contudo, entre a elite era muito forte o discurso em prol da manutenção do tráfico e da escravidão ou em prol do fim do tráfico, mas não necessariamente vinculado à abolição da escravidão. Era evidente a ausência de consenso, bem como a disputa política sobre a manutenção ou transformação do trabalho escravo e da liberdade.

A busca de soluções para este cenário que apontava para o inevitável (a abolição da escravidão) fez emergir basicamente três propostas nas Assembléias Legislativas das várias províncias: a) dos emancipacionistas, que objetivava a libertação gradual dos escravos e, através de rígidas medidas disciplinares, incorporá-los à sociedade brasileira, apesar da sua inferioridade racial; b) dos abolicionistas, que pouco se distinguiam dos emancipacionistas, exceto pela exigência de um prazo fatal para o fim da escravidão e, finalmente; c) dos imigrantistas, com as primeiras tentativas, segundo Costa (1977), desde o tempo de D. João, devido às medidas internacionais antitráfico<sup>46</sup> e legislação brasileira voltada à abolição da escravatura.

A substituição dos escravos pelos imigrantes era vista também pela elite como uma maneira de reverter a situação: inserir na lógica do trabalho indivíduos

---

<sup>46</sup> Dentre as medidas visando à extinção da escravidão podemos citar: o Tratado de Aliança e Amizade, o qual estabelecia os princípios para extinção do tráfico (1810); o Tratado anglo-português, na qual Portugal concorda em restringir o tráfico ao sul do Equador (1815); o Brasil compromete em acabar com o tráfico dentro de 3 anos (1826); proibição do tráfico no Brasil, sob pressão da Inglaterra (1831); abolição da escravidão nas colônias inglesas (1838); os ingleses são proibidos de comprar e vender escravos em qualquer parte do mundo (1843); a Inglaterra aprova o Bill Aberdeen, que dá a Inglaterra o poder de apreender os navios negreiros com destino ao Brasil (1845); é aprovada sob pressão inglesa a lei Eusébio de Queirós, que proíbe o tráfico negreiro no Brasil (1850); a escravidão é abolida nos Estados Unidos – 13ª. emenda Constitucional (1865); o Manifesto Liberal propõe a emancipação gradual dos escravos no Brasil (1868); são assinadas as Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco (1871), Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotejipe (1885) e Lei Áurea (1888).

brancos dispostos a desenvolverem trabalhos vistos como degradantes da condição humana, segundo a moral vigente. As primeiras tentativas são fracassadas, contribuindo para o aumento do contingente de pessoas no “limiar da pobreza” (Fraga Filho, 1996: 15/6)

Na mesma noite [05 de setembro de 1832], os guardas encontraram um grupo de irlandeses já bastante conhecido pelas autoridades policiais da freguesia da Conceição da Praia. Tratava-se de João Carvenk, Ricardo Dalton e Patrick Lee, que freqüentemente eram encontrados à noite vagando pelas ruas do Comércio e dormindo debaixo dos arcos do Mercado de Santa Bárbara, no estaleiro da Preguiça ou em casas arruinadas do porto. Eram remanescentes de um grupo de irlandeses mandados para o interior da província em mais uma fracassada tentativa de assentamento de colonos europeus.

Nenhuma das tentativas de implantação de colônias no território baiano “por meio da entrada e localização do imigrante europeu” vingou. Dentre estas, duas podem ser destacadas: “a colônia de Leopoldina, na ferocíssima zona do sul deste Estado”, cujos colonos permaneceram por alguns anos, abandonando depois, indo de volta para a Europa ou com destino aos Estados do sul do país, ficando “pouquíssimos na aludida zona do Estado” e; o burgo agrícola Virgílio Damazio na “aprazível Ilha de Itaparica”, cujos colonos o abandonaram e, de passagem como “mendigos” pelas ruas desta capital, partiram também para o Sul do país, atraídos pelos núcleos regulares de colonização”. Segundo o artigo intitulado “O povoamento”, publicado no jornal A Bahia, em 22 e 24 de dezembro de 1906, o êxodo dos imigrantes das colônias no território baiano fora motivado pela influência do clima e por eles não encontrarem aqui “numerosa colônia de sua nacionalidade”, procurando logo outro ponto do país, onde já existem muitos milhares de patrícios seus e onde as condições climáticas se diferenciam menos dos de sua pátria longínqua.”<sup>47</sup>

As experiências colonizadoras na província da Bahia ao longo do século XIX, de acordo com Lyra (1982: 06), não produziram alterações significativas no contingente populacional da Província, nem geraram transformações nas relações sociais pela difusão de novas relações de trabalho ou mesmo pelo estabelecimento de diferentes relações de troca capazes de influenciar as práticas tradicionais. Foram marcadas pelo fracasso e insucesso do povoamento do Sul da Província e do

---

<sup>47</sup> “O povoamento” In. APEB, A Bahia, 22/24 de dezembro de 1906, p. 01.

deslocamento da mão-de-obra excedente<sup>48</sup>. Devido à forte resistência da oligarquia agrária vinculada a um regime mercantil escravista e ao sistema fundiário, a política de estabelecimento de colônias agrícolas na Bahia tinha um caráter nitidamente demográfico (coincide com os objetivos de uma política de colonização agrícola) com três momentos distintos: de 1808 a 1828, colonização estrangeira (colônias do Rio Salsa, Leopoldina, São Jorge da Cachoeira de Itabuna, Santa Januária, Muricy – colônia nacional); de 1857 a 1870, colonização nacional (colônias nacionais do Rio de Contas, Sinimbu, Salto do Rio Pardo, Agrícola, Comandatuba, Cachoeira e Jequiriçá) e; de 1873 em diante, retorno à colonização estrangeira (experiências de parceria no Engenho Novo, de Hygino Pires Gomes e as colônias da Empresa Moniz). Elas esbarravam também em questões de ordem religiosa: “por não serem católicos, [os colonos] encontravam grandes dificuldades para realizar atos civis como casamentos, registros de nascimento de filhos, etc., dada a forte ligação existente entre Estado e Igreja [esta responsável por tais registros]” (Lyra, 1982: 22/3).

As tentativas de inserção de imigrantes no contexto de produção brasileiro ao longo do século XIX, segundo Costa (1977: 162/6), foram por terra por falta de mercado que consumisse os produtos ou absorvesse diretamente o trabalho dos imigrantes, pela incompatibilidade de interesses entre colonos e proprietários de terras. Além disso, essa política de terras constituía-se em mais um problema a entrar o processo de ocupação pelos imigrantes. A eles eram concedidas as terras de sertão, longe das estradas, de exploração impraticável. Isso porque, ainda vigente o sistema de doação por sesmaria, o medo de que os imigrantes se apossassem das terras era constante. Fazia-se necessário a modificação desse sistema que só viria a acontecer em 1850 com a Lei de Terras, conforme a qual somente poderia ser proprietário quem pudesse comprar e manter a posse:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e a acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

---

<sup>48</sup> Sobre as dificuldades de povoamento do extremo sul baiano consultar SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. (1998) Mudanças sócio-demográficas recentes: extremo sul da Bahia. Salvador: SEI.

(...)Art. 1.º ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2.º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem matos ou lhes puserem fogo serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e demais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$000, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá lugar nos atos possessórios entre heréus confinantes. (Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850).

Assim, após a promulgação da Lei de Terras, o problema da mão-de-obra agravado, como vimos, com a proibição do tráfico de africanos em 1850, teria como solução a criação de companhias de imigração. Concorriam, afirma Silva (1997: 93-111) no processo de 'licitação' três grandes propostas: a) chineses; b) italianos e alemães e; c) africanos. Dentre estas foram descartas duas, saindo vencedora a imigração de italianos e alemães, pois os chineses eram considerados uma raça inferior, o que viria a agravar ainda mais o tão problemático tema racial e; considerando ser o Brasil um país de passado escravista, como justificar a vinda de africanos enquanto imigrantes frente às pressões inglesas para extinção do tráfico.

Pautados no pensamento positivista de Augusto Comte, os imigrantistas afirmavam tanto a incapacidade dos negros para o trabalho livre, como tentavam comprovar através de um racismo científico, a sua incapacidade intelectual e a necessidade da imigração, escondendo de fato o real motivo: falta de trabalhador livre disposto a "envilecer-se" com o trabalho manual. Questão racial e projetos imigrantistas são duas faces de uma mesma moeda, não estando desvinculadas uma da outra. Acrescente-se a isto a possibilidade de, com o processo de imigração, ser revertido o quadro nada favorável, diante da presença considerável de negros e mestiço na população brasileira (que se queria branca). Sendo assim, a problemática do trabalho se apresentava para estes intelectuais como um dilema. Se por um lado era urgente a elaboração de mecanismos de controle social para ajustamentos dos ex-escravos à nova lógica de produção, por outro, observa-se a necessidade de resolução da problemática da miscigenação. Isso porque a crença nas concepções científico-filosóficas oriundas da Europa, que aqui sofriam adaptações, desembocaria numa perspectiva pessimista em relação às possibilidades brasileiras; as considerações sobre o futuro desta população negra e mestiça vista através de tais concepções agravavam ainda mais este quadro.

Surgidas, fundamentalmente na Europa, as primeiras teorias vinculavam características raciais ao desenvolvimento de qualquer civilização. A explicação dada por esses teóricos era a de que a superioridade de determinada sociedade estava vinculada aos caracteres raciais transmitidos geneticamente em sua população. Essas teorias e sua explicação partiam do pressuposto de que as sociedades brancas européias encontravam-se no mais alto grau de civilização, sendo, portanto, superiores às demais sociedades humanas e, conseqüentemente, a raça branca superior às demais. Essas concepções estão presentes nos trabalhos de Gobineau, Georges Cuvier, Carl von Linnè, Herbert Spencer, entre outros, de ampla aceitação pela intelectualidade brasileira oitocentista<sup>49</sup>.

Essas idéias chegaram ao Brasil através das instituições acadêmicas, como as Faculdades de Direito (a de São Paulo, preocupada com o crime e a de Recife, com o criminoso), Faculdades de Medicina (a do Rio de Janeiro, preocupada com a doença e a de Salvador, com o doente), a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (oscilando entre o determinismo mesológico e a teoria microbiana) e Institutos Históricos nos diversos pontos da sociedade brasileira da época. Existia uma grande preocupação da intelectualidade brasileira em entender o país, para tanto empenhara-se no estudo das mais modernas teorias sócio-políticas para através delas compreender e abarcar as diversidades e dimensões do Brasil em um mesmo projeto de nacionalidade. As teorias européias receberam aqui uma adaptação, às vezes com grande originalidade. Para Schwarz (1973), tais idéias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu. Elas se encontravam “fora do lugar”, por serem aplicadas em um contexto diferente para o qual foram elaboradas. Mas, olhando por outro ângulo, muito provavelmente elas se constituíam em inevitáveis empréstimos culturais” (Burke, 1997). Esses contatos culturais e seus efeitos somente podem ser compreendidos quando referidos ao conjunto de situações que os agentes participam, ou seja, totalidades sociais que os enquadram (Balandier, 1971). Dessa forma, ficam evidentes duas dinâmicas na adaptação de tais teorias no contexto brasileiro (Balandier, 1976: 301)

Do lado de dentro, são as práticas dos atores sociais (individuais e coletivos) que "interpretam" e solicitam, utilizam e manipulam, tentam

---

<sup>49</sup> Segundo Schwarz entrada de teorias de análise de cunho racial no Brasil data de 1870, com a aceitação e divulgação do ideário positivo-evolucionista, possibilitou o estabelecimento de critérios de análise da realidade outorgando uma base científica para a perpetuação do domínio dos senhores. Schwarz, 1993: 14.



orientar, segundo seus interesses e seus valores, os sistemas de relacionamento sociais de que participam. Do lado de fora, é a interferência "daquilo que rodeia a sociedade" no plano internacional que engendra pressões (e dominações) e contaminações; que favorece, também, o aparecimento de novas alternativas.

As teorias raciológicas não somente foram aceitas, mas também foram desejadas, porque eram criadoras de segurança. Todavia, elas tiveram um significado restrito, não se apoiavam nas mesmas bases sociais, nem teriam exatamente a mesma função. Fora delas expurgado todo conteúdo que colocava em risco a construção da identidade nacional, cuja população era em sua maioria negra e mestiça. Sílvia Romero, ainda no século XIX, abordou a questão da miscigenação a partir das proposições do evolucionismo de Herbert Spencer, e, com propriedade, afirmou ser o mestiço, um produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil, a forma de diferenciação nacional. Na Bahia, Nina Rodrigues será o responsável pela disseminação das idéias de César Lombroso, para as quais o crime era um aspecto determinante da natureza de quem o praticava.

O mal do Brasil, segundo as discussões intelectuais da época, estava na presença dessas raças inferiores, portanto, deveriam ser superadas na escala de evolução da humanidade. Para esta superação, a presença do branco imigrante tornava-se fundamental na medida em que, quanto mais brancos viessem para o Brasil, mais sua população se assemelharia à Europa. Havia os que acreditavam na tese do branqueamento da nação, ou seja, quanto mais brancos aportassem nessas terras e, quanto mais estes cruzassem com negras e mestiças, maiores as chances de uma nação branca e bela como no Velho Mundo. Enfim, o que essas elites queriam ver, era o Brasil na Europa ou a Europa no Brasil (Azevedo, 1987). Construções ideológicas como estas, amplamente divulgadas na cidade da Bahia e outras cidades brasileiras, enraizaram-se no cotidiano de nossa gente, perpetuando uma mentalidade social e cultural extremamente preconceituosa.

Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou Lei n.º 3.353 (Lei Áurea), que "declara[va] extinta a escravidão no Brasil", mas não destruía completamente a ordem tradicional, apoiada na agroindústria e no sistema de propriedade. A escravidão e o tráfico negreiro estavam agora extintos, mas não a preocupação da elite brasileira com o contingente populacional de negros e mestiços pobres, que inspirava cuidados e que da rua fazia seu domínio. Cerca de setecentos mil escravos que viviam aqui no Brasil, eram agora homens, mulheres e crianças livres,

não mais dependiam de seus senhores. Se, por um lado, eram trabalhadores livres, por outro, o novo sistema impunha limites a essa “liberdade”.

Assim, a população escrava da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos declinava rapidamente num percentual estimado entre 42% num período de 4 anos (1884 e 1887). Segundo Reis (2000b: 200/1), anos antes a população escrava da cidade era estimada em cerca de 12.500 indivíduos, caindo, provavelmente, para menos da metade na década seguinte. Ao acompanhar a redução da população escrava do Recôncavo baiano de 165.403 para 76.838, no período de 1884 a 1887, ele estima que a população escrava da cidade girasse em torno de 6.700 em 1887, mas que, numa estimativa realista, poderia cair para algo em torno de 3.000 a 4.000, ou seja, a população escrava da cidade representaria apenas 2,5% dos seus quase 140 mil habitantes.

A população escrava da cidade da Bahia diminuía em decorrência da mortalidade, dos efeitos das Leis do Ventre Livre e dos Sexagenários, bem como, das alforrias e do tráfico interprovincial, visto que, em virtude das dificuldades enfrentadas pela sociedade baiana, reduzia-se a demanda por trabalho, forçando os proprietários a se desfazerem de uma parte da mão-de-obra, cujo preço caía rapidamente. O processo responsável pela transferência de escravos para as províncias do sudeste (tráfico interprovincial)<sup>50</sup> também facilitava a obtenção da própria liberdade, pois criava para alguns a possibilidade de juntar pecúlio através do “ganho” para comprar sua alforria. Esse processo avançou tanto que nas duas últimas décadas antes da abolição mais de 4/5 da população da província baiana (1120846 em 1286249) já não eram ou nunca foram escravos. Mas, de acordo com Silva (1997: 68), o número de alforrias caiu consideravelmente a partir de 1870, em virtude da crise econômica e empobrecimento geral da sociedade baiana.

Essas medidas que culminaram com a abolição da escravatura contribuíram não somente para acentuar o declínio do patriarcado rural, como também introduziu

---

<sup>50</sup> Essa migração forçada, como também a voluntária de indivíduos afro-descendentes para o Sul do país, contribuiu para que com eles migrassem a sua personalidade, a sua maneira de ser e de se comportar, as suas crenças forçadas, as quais ajudariam a compor o cotidiano de uma das mais famosas comunidades negras do Rio de Janeiro do século XIX: a África Pequena (comunidade dos distritos de Santana, Cidade Nova, Santo Cristo, Saúde e Gamboa). Uma parte da Bahia (espaço descontínuo) verificada por meio das experiências de indivíduos que daqui emigraram com destino a cidade do Rio de Janeiro a procura de melhores condições de vida como o alferes Cândido Galvão da Silva ou dos muitos escravos com destino as promissoras lavouras de café. Sobre o assunto consultar SILVA, E. (1997) Dom Oba II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Cia das Letras.

no seio da sociedade um sentimento de aversão ao trabalho do negro, tanto por parte dos negros que viam o trabalho como manutenção das antigas relações escravistas, como para a elite que passava a desprezar o trabalhador negro e mestiço, preferindo contratar o trabalho do imigrante. “Continuava-se a repetir que o negro sempre fora um incapaz e precisava ser tutelado: a prova dessa afirmação estaria na indolência mostrada pela maioria dos ex-escravos depois da Abolição. Viviam a beber, a vadiar, a perambular de fazenda em fazenda, trabalhando pouco e mal” (Costa, 1998: 511/2).

Nesse contexto entre a extinção do tráfico e a abolição da escravatura, a Guerra do Paraguai também representou para muitos a possibilidade de deixar de serem propriedade de outrem para serem livres e, sobretudo, homens de respeito, soldado, defensor da pátria. O alistamento militar, desde os tempos coloniais, servia para legitimar fugas (sentando praça às escondidas, sob nome falso) e garantir casa e comida. Já outros, durante a Guerra do Paraguai, em substituição a seus senhores e seus filhos, aceitaram, como facultado na lei, em troca da liberdade. Assim, a província da Bahia contribuiu com um contingente de mais de nove mil soldados, além de escravos, libertos, homens livres de cor (em sua maioria voluntários de “corda” ou “pau e corda”) e moços de elite tomados pelo clima romântico da época, faziam parte da tropa que seguia da cidade para a guerra. Após a guerra, muitos retornaram para a cidade, contribuindo para o aumento do contingente populacional e para o agravamento das condições de vida da população.

Desde 1820, a crise econômica da agroindústria açucareira, as crises políticas prolongadas e longos períodos de seca contribuía, junto com a diminuição da população escrava, para o aumento significativo da população livre da cidade, em sua maioria negra e mestiça. Um grande número de homens livres deixa suas pequenas comunidades no interior da província em busca de trabalho e vida na cidade da Bahia ou nas áreas circunvizinhas do recôncavo. A um só tempo livre e pobre, essa população em crescimento não encontrava uma colocação certa no disputadíssimo mercado, já inspirando cuidados. Libertos, homens livres de cor e escravos passavam a competir pelos mesmos espaços nas habitações coletivas e pelos mesmos postos de trabalhos da cidade.

As condições de trabalho, mesmo nas atividades tradicionais de auto-emprego, se agravam ao extremo, fazendo com que em 1850, o presidente da província Francisco Gonçalves Martins, por meio de um decreto, reservasse o

serviço de saveiro exclusivamente para os crioulos livres, impedindo, segundo Silva (1997) cerca de 750 africanos, embora libertos, de ganhar o sustento no embarque e desembarque de mercadorias. Provavelmente, foi a primeira medida política contra o trabalhador escravo na província e contra o trabalhador africano, mesmo liberto. Vinte anos mais tarde, em seu segundo mandato, Francisco Gonçalves Martins, então Barão de São Lourenço<sup>51</sup>, organizou a Companhia União e Indústria, na qual seriam empregados unicamente trabalhadores livres.

Tais medidas, de certo modo, favoreciam a emergência do trabalho livre até então inibida pela predominância do trabalho escravo, visto que a sociedade se organizava em razão do sistema escravista, adequando a essa realidade todas as instituições sociais. A emergência do trabalho livre, segundo Costa (1998), envolvia uma ampla revisão dos estilos de vida e dos valores de nossa sociedade, sendo favorecida pelas pressões diretas da diplomacia britânica junto ao governo brasileiro para extinção do tráfico e pela divulgação de idéias contrárias à escravidão pelos segmentos urbanos. Mas, somente quando a escravidão passa a figurar tanto como entrave à racionalidade dos métodos de produção como obstáculo à promoção da desejada corrente migratória para suprir a falta da mão-de-obra em decorrência da extinção do tráfico transatlântico, é que de fato se dará a emergência do trabalho livre. A escravidão perdia gradualmente o seu suporte ideológico, à proporção que mudanças ocorriam na estrutura econômica e social brasileira.

A inserção de novas tecnologias no contexto da cidade também contribuía para agravar as condições de trabalho da população negra, mestiça e pobre e, principalmente, escrava. A cidade de São Salvador no início dos anos oitenta, segundo Reis (2000b: 210), passava a contar com novos meios de transportes de passageiros, como os bondes puxados a burro, havendo duas linhas: a Trilhos Centrais que ligava a Barroquinha ao Rio Vermelho, com o percurso pela Fonte Nova, Soledade, Quinta dos Lázarus, Cabula e Engenho do Retiro e; a Trilhos Urbanos que ligava a Sé/Passo ao Rio Vermelho, passando pela Graça e Barra, cobrindo 12,1 quilômetros. Há de se acrescentar o Elevador Lacerda, que faz a ligação da Cidade Alta à Baixa. Percursos feitos pelos brancos, instalados em

---

<sup>51</sup> Nessa segunda gestão de Francisco Gonçalves Martins (1868- 1871) se dá a implantação do Elevador Lacerda (Parafuso), que se apresenta como marco simbólico de introdução de melhoramento urbano na cidade do Salvador, de apreciação revolucionária em termos técnicos e funcionais, concretizando parte do ideário de cidade civilizada e modernizada, onde a técnica assume papel essencial. Trinchão, 1999: 12.

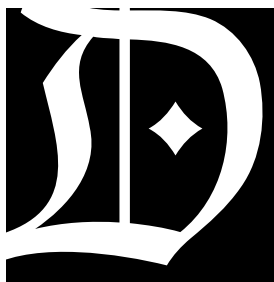
cadeiras (cadeiras de arruar ou palanquins) carregados por negros. Segundo o autor, o próprio declínio da escravidão contribuíra para eliminar a atividade de carregar cadeiras.

A cidade se avigorava e foi ganhando maior prestígio, ampliando o caráter de suas funções político-administrativa, comercial e cultural. A urbanização definiria o novo modo de vida. Esses novos acontecimentos, que acabaram por impulsionar as famílias das casas-grandes de engenho e de fazenda para os centros urbanos, fazem com que as elites neles se estabelecessem e iniciassem a construção de um novo estilo de vida, mas que não rompe de todo com o antigo. A cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, assim como todo centro comercial e portuário, passou a ter um papel relevante na vida das famílias de elite. A cidade da Bahia passa a ser o centro de disseminação para toda a província dos novos “costumes civilizados”, o espaço de reprodução da realidade urbana. Novas relações de subordinação e novas distâncias sociais começaram a se desenvolver entre o rico e o pobre, entre o branco e o negro, entre o sobrado e o mocambo, como também entre pais e filhos, entre homens e mulheres, entre as casas-grandes e os sobrados, entre a cidade e o campo. Foi um período, por assim, dizer de diferenciações profundas, fazendo emergir no seio das elites um novo grupo social: as elites urbanas. Estas seriam o reflexo do desenvolvimento do patriarcado urbano, evidenciando o conflito entre velhas gerações (patriarcas rurais) e novas gerações (patriarcas urbanos), bem como a marginalização do centro das decisões outros agentes sociais que também rebelavam contra o senhor rural: a mulher e trabalhador escravo/livre. Ocorre, dessa forma, menos absorção do trabalhador pelo senhor, da mulher pelo marido, do filho pelo pai e; aos poucos o trabalhador, a mulher e o escravo foram se recusando à total submissão do velho patriarca rural, mas somente o filho do senhor consegue usurpar-lhe o poder, por meio da herança patriarcal.

## CAPITULO V

# NOVAS ELITES URBANAS: DESESTRUTURAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO SOCIAL PATRIARCAL

Herdar é substituir essas disposições imanentes, perpetuar esse *conatus*, aceitar fazer-se instrumento dócil desse “projeto” de reprodução. A herança bem-sucedida é um assassinato do pai realizado com injunção do pai, uma superação do pai destinada a conservá-lo, a conservar seu “projeto” de superação que, como tal, está na ordem, na ordem das sucessões. A identificação do filho com o desejo do pai como desejo de ser continuado produz o herdeiro sem história. (Bourdieu, 1997: 09)



Desde o final do século XVIII, a sociedade baiana vinha passando por profundas e significativas modificações que se prolongaram pela segunda metade do século XIX. Essas mudanças sociais e econômicas, algumas anteriores à chegada da família real portuguesa ao Brasil, mas que somente depois dela tomaram corpo, começaram a alterar a estrutura social da cidade no sentido de maior participação de novos grupos sociais: a elite urbana. Ocorre, em meio ao processo de desestruturação e estruturação social patriarcal, a formação desses novos grupos sociais, que não se verificava independente do processo de urbanização pelo qual passaram as cidades brasileiras. Os dois processos se interpenetravam, impulsionando e sendo impulsionados por uma série de conflitos sociais a partir do confronto não somente entre a elite e as camadas populares, mas também entre grupos da própria elite. No centro desses conflitos, encontravam-se estigmatizadas as relações de classe, gênero, idade/geração e raça, para melhor demonstrar uma realidade controlada pela classe dominante, que procurou empreender mudanças para a consolidação do modo de vida urbano na cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos.

Com o processo de emancipação política da nação brasileira, era visível o amadurecimento de grupos intelectuais distintos. Mas pouco se sabe sobre a origem social desses indivíduos. Embora seja verificada ascensão do mulato no meio originalmente elitista e europeizado por meio das profissões liberais (Freyre, 1977: 573/631), observa-se uma predominância de indivíduos (ou se fazia passar por) brancos<sup>52</sup>. Azevedo (1996: 129/35) lista um significativo percentual de afro-descendentes com formação superior para a sociedade baiana da primeira metade do século XX. Mas como adverte Landes (2002: 53/4), nem “preto”, nem “negro”, nem “africano” eram termos usados com referência a pessoas desse tipo físico que ocupassem posições na classe superior. A educação ou dinheiro, isolados ou conjuntamente, retiravam um indivíduo do pitoresco grupo dos “negros”. A elite baiana era composta em sua maioria por indivíduos de cor branca na pele ou na mentalidade. Como sugere Correa (1998: 39), os representantes desta “classe ilustrada” não eram nem originários das camadas populares nem tampouco oriundos ou porta-vozes dos interesses das camadas dominantes. Sua atuação não pode ser explicada só em termos de pertinência de classe. Apesar dos laços estreitos que atavam alguns desses intelectuais as famílias de proprietários rurais, todos eles atuavam num contexto urbano, o que já os distinguia de seu grupo de origem.

De acordo com Carvalho (2003), esses diferentes grupos ligados à política nacional viriam a compor a elite política: os ministros, os senadores, os deputados gerais e os conselheiros de Estado. A unidade desses grupos era garantida com base em três elementos. O primeiro seria a educação, porque quase toda elite possuía estudos superiores, concentrados nas “profissões imperiais”: medicina, direito e engenharia. Isso favorecia a formação de um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. E, até a implantação de cursos superiores, tal formação se concentrava na Universidade de Coimbra, passando depois para quatro

---

<sup>52</sup> Em *Viva o povo brasileiro*, João Ubaldo Ribeiro (1984) problematiza as relações entre história, memória e ficção. A versão oficial da história, no romance, é apenas uma versão autoritária e autorizada dos fatos, contrastando com a experiência daqueles que vivem, sofrem e fazem a história, mas que não têm o poder de escrevê-la. A ficção propõe uma reposição dos fatos, pois ao confrontar as versões oficial e popular, imprime autenticidade à última e desmoraliza a primeira. O autor cria condições para o embate ideológico que será travado dentro de uma perspectiva da luta de classes, num cruzamento das ideologias e dos discursos dos grupos da elite e do povo. Nesse contexto, tem destaque as ações da personagem do negro Leléu, que descreve a sociedade segundo um modelo feudal, uma sociedade de castas, imutável, que não oferece nenhuma possibilidade de ascensão social. Tendo plena consciência das leis que regem essa sociedade fortemente estratificada, ele constrói estratégias de resistência pela astúcia, pela dissimulação, pela esperteza para sobreviver, dentre elas, o escamoteamento da cor.

províncias brasileiras: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, permitindo contatos pessoais entre estudantes das várias províncias e inculcando neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas foram submetidas pelo governo português e depois o brasileiro. O segundo elemento que contribuiu para dar unidade a essa elite foi a ocupação. O recrutamento da elite se limitava aos membros de algumas poucas ocupações, aumentando os índices de homogeneidade ideológica e de habilidades e interesses. O terceiro diz respeito à formação de longas carreiras políticas, ou seja, seu estreito relacionamento com a burocracia estatal, através da qual a elite acumulava vasta experiência no governo.

Se os médicos baianos se tornaram uma espécie de políticos-natos (Espinheira, 1997) e o mesmo pôde ser dito dos bacharéis (Costa, 1997), aqui também acrescentamos os engenheiros, apesar de sua inserção na política baiana ocorrer posteriormente, cabendo-lhes a implantação de projetos urbanísticos, como veremos no oitavo capítulo. Contudo, tanto Carvalho (2003), para o período imperial, quanto Costa (1997), para o período republicano, advogam uma certa primazia dos bacharéis sobre os médicos e, também, os engenheiros, na disputa entre estes profissionais por posições cada vez mais vantajosas na esfera do poder. O primeiro enfatiza a atuação dos bacharéis na construção do Estado Imperial brasileiro, graças ao ensino ministrado na Universidade de Coimbra, profundamente influenciado pela tradição romanista trazida de Bolonha e depois para as duas províncias que sediaram as primeiras faculdades de direito no Brasil. Para o segundo, com a Proclamação da República, o novo regime fora convertido numa “república dos bacharéis”, pois até 1945, com exceção de Marechal Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Hermes da Fonseca, todos os mandatários (e boa parte dos vices) foram egressos da Faculdade de Direito. Verifica-se, dessa forma, a manutenção de uma tradição vinda de longe, das terras d'aquém mar, dos primórdios do Estado português, em cuja formação e atuação dos legistas foram acentuadas, tendo por conseqüência a redação do primeiro código legal na Europa: as Ordenações Afonsinas de 1446 (Carvalho, 2003: 31).

Embora sejam verificadas disputas entre os grupos da elite, como entre médicos, os bacharéis e os engenheiros na Bahia republicana referente à problemática urbana e aos destinos do país, as contendidas não colocavam em risco a missão desses profissionais em colaborar com o governo, orientada pela representação da modernidade, a fim de estabelecer o controle sobre a população



da cidade. A não fragmentação destes grupos de elite, ou seja, a sua homogeneidade em torno de uma ideologia pelo poder, pode ser explicada a partir da noção de “bloco histórico” de Gramsci (1995). O bloco histórico está dividido em estrutura (conjunto das relações materiais) e superestrutura (conjunto das relações ideológico-culturais), que mantém uma relação orgânica e dialética representada pelos intelectuais (agentes da superestrutura). Estes possuem uma “consciência elevada”, por meio da qual elaboram uma ideologia para a classe que representam. Portanto, os intelectuais formam uma camada social diferenciada, ligada à estrutura e encarregada de elaborar e gerir a superestrutura que dará a uma classe que representam, homogeneidade e direção do bloco histórico. Esse caráter dialético é marcado pela relação orgânica entre estrutura e superestrutura, não existindo, assim, primazia superestrutural sobre o estrutural. Os indivíduos pertencentes à elite urbana, por meio de experiências comuns herdadas e/ou partilhadas, buscaram articular uma identidade de seus interesses entre si, em oposição aos outros indivíduos cujos interesses se opunham aos seus (Thompson, 1987: 10).

A emergência desses grupos de indivíduos no seio da classe dominante foi marcada por conflitos sociais (classe, gênero, idade/geração e raça), que evidenciam a emergência do “jovem homem branco” enquanto representante da elite urbana. No processo de modernização/urbanização da sociedade brasileira, houve um processo de valorização da figura do jovem por sua força e intelectualidade. Esta passou a configurar-se como ponto central deste processo de mudança, sendo a beleza e a juventude enaltecidas como padrão para todas as idades. Moldada em tradições acentuadamente particularistas que costumavam ser decisivas e imperativas durante a socialização das crianças, a personalidade social dos indivíduos, segundo o modo de vida urbano, era forçada a ajustar-se a novas situações e a novas relações sociais que importavam, desencadeando de uma revisão dos interesses, atividades, valores, sentimentos, atitudes e crenças adquiridas no convívio familiar.

A urbanização como modo de vida trazia à cena social o conflito entre as gerações mais velhas (os patriarcas rurais) e as gerações mais novas (seus filhos), impulsionando o processo de formação da elite urbana da cidade da Bahia. Entretanto, esse conflito de gerações não era resultado do processo de transformação social ocorrido durante o século XIX no Brasil, pois, segundo Freyre (1977) no sistema patriarcal, como aquele consolidado nas casas-grandes de

engenho e de fazenda brasileiras, sobretudo do nordeste açucareiro, havia uma distância social entre pai e filho, cujo desaparecimento não se efetiva durante o período de decadência do patriarcado rural. Com o desenvolvimento do patriarcado urbano, o conflito se transforma ou mesmo se prolonga na distinção entre homem moço e homem velho posicionados no espaço social campo-cidade de acordo com princípios de diferenciação (p. 67)

Dentro do sistema patriarcal [...] há uma distância social imensa entre os dois [pai e filho]. Entre “párvulos” e “adultos”, para usar as velhas expressões portuguesas. Tão grande como a que separa os sexos: o “forte”, do “nobre”, o “nobre”, do “belo”. Tão Grande como a que separa as classes: a dominadora, da servil – às vezes sob a dissimulação de raça ou casta “superior” e “inferior”.

Esse confronto gerou duas unidades de geração (Mannheim, 1928), fundamentadas não somente em conteúdos comuns de consciência, representações, crenças, engajamentos, mas principalmente em princípios estruturantes<sup>53</sup>. Essas unidades de geração se cristalizariam a partir da ação ou intervenção de grupos concretos: as gerações mais velhas e as novas gerações.

Fazendo uma analogia à Bíblia, poderíamos dizer que começava o tempo do novo testamento que se funda na figura de um novo homem (Jesus) deixando para traz o velho testamento (Deus), sem, contudo, renegá-lo, pois o deslocamento da figura do patriarca não implicou na destruição desse lugar social, mas a sua ocupação por outro indivíduo, o seu filho, ou como diria Freyre (1977), a decadência do patriarcado rural implicou no desenvolvimento do urbano. Ocorre, desse modo, a transmissão da herança patriarcal, a continuidade do pai e da herança paterna, sendo perpetuado, tal qual como com a herança ocidental ao ser mantida a monarquia, o *conatus* de uma estrutura social baseada em relações de subordinação, cuja superação do patriarca rural serviu apenas para conservá-lo, para ratificar a qualidade da identidade dessa elite urbana (Bourdieu, 1997; 07/09). E, ao aceitarem a herança das velhas gerações, as novas gerações (as elites urbanas) foram herdadas, dando continuidade a todo empreendimento paterno, materializado na herança patriarcal herdada.

Estava começando a ser elaborada pela sociedade baiana (e também pela brasileira) uma nova noção de adulto em conformidade com a modernidade ocidental, sintetizando, na figura do rapaz jovem e intelectual, suas aspirações,

---

<sup>53</sup> Termo este próximo à noção de “habitus” de Pierre Bourdieu.

valores, suas normas, a essência de seu ethos (Foracchi, 1972: 19). Nesse momento, no Ocidente, sob o signo de mudanças sociais geradas pelo impacto das revoluções industrial e Francesa e dos interesses de uma burguesia emergente ávida por poder, tem-se a temporalização e a historicidade da existência humana representadas em diferentes registros históricos: o biológico, o psíquico e o filosófico (Birman, 1995).

Relativo ao plano biológico, surgiu a ideologia cientificista do evolucionismo. A existência humana na história ocidental havia sido sempre representada através da travessia dos diferentes momentos: nascimento, crescimento, amadurecimento, envelhecimento e morte; mas com o evolucionismo fundava-se a idéia de ciclo biológico da existência que procurava fixar as etapas deste processo por meio da delimitação de faixas etárias bem definidas, tendo a velhice como “um momento de decadência da existência humana, caracterizado por especificidades no seu funcionamento biológico” (p. 31). Surge, dessa forma, o conceito de degeneração (forma anormal de desenvolvimento biológico do organismo) como uma concepção crucial nos saberes biológicos e médicos.

No que diz respeito à psicologia, iniciaram-se os estudos dos processos psíquicos humanos de acordo com as faixas etárias. Surgiu, na segunda metade do século XIX, a psicologia do desenvolvimento, cujo objetivo voltava-se à pesquisa das estruturas cognitivas e afetivas dos indivíduos de acordo com as diferentes faixas etárias. A infância constituiu-se o principal objeto de estudo de tais pesquisas, uma vez que as demandas sociais para a escolarização obrigatória exigiam a constituição de modalidades de ensino que correspondessem ao amadurecimento cognitivo dos sujeitos. Como desdobramento dessa preocupação da psicologia com os processos cognitivos, surgiu a psicométrica que se encarregou da mensuração das habilidades psíquicas no contexto das diferentes faixas etárias.

Por fim no registro filosófico, houve o surgimento de uma nova representação do sujeito e da sociedade humana, a qual fundava-se na *idéia de história*. Sujeito e sociedade, nesse momento, passam a ser concebidos como históricos, ou seja, enquanto “algo onde as dimensões do tempo e da temporalidade passam a ocupar um lugar teórico fundamental” (p. 32). Construiu-se, dessa forma, uma ontologia da finitude, com a filosofia de Kant em destaque e ocupando a posição de inauguradora da modernidade. O sujeito humano, além de ser histórico, começa a ser representado como agente crucial de sua história.

Nesse contexto, os governos nacionais passaram a evidenciar a qualidade da população como a riqueza maior de um Estado, o que viria a explicar o estágio de civilidade no qual se encontrava cada sociedade. Para tanto, foi preciso o investimento nas condições biológicas da população e nas condições sanitárias do território a fim de aumentar a riqueza material. Haveria, assim, uma relação inerente e direta entre as condições de vida da população e a produção da riqueza. Com isso, a história social passou a ser regulada pela intervenção maciça da medicina no espaço social, ou seja, teve início o processo de medicalização do Ocidente, com a medicina ocupando uma posição de destaque na sociedade, inaugurando o que Foucault (2001) chamou de bio-história. Surgem assim novos saberes como a criminalística, a medicina hospitalar, a medicina social, a moderna pedagogia. A rede dos saberes/poderes estende-se a toda sociedade moderna. Compreendendo saberes, poderes e instituições, os dispositivos do poder disciplinar recobrem todos os domínios da vida humana. Instaurava-se assim uma nova tecnologia do poder que se tornava cada vez mais complexa e abrangente.

Segundo Birman (1995:33),

O que estava em pauta era a possibilidade sócio-política de produção, reprodução e acumulação de riqueza, centrada no paradigma biológico da reprodução e de melhoria eugênica da espécie humana. Dessa maneira, as diferentes etapas etárias da história do indivíduo passaram a adquirir valores diversos, de acordo com suas possibilidades para a produção e para a reprodução de riqueza.

Os velhos passavam, a partir de então, à proporção que já teriam realizado todos os seus potenciais evolutivos, perdendo seu valor social, a ocupar uma posição marginalizada na existência humana, ou seja, como não tinha mais a possibilidade de reprodução de riqueza, perdiam também o seu valor simbólico. A existência humana passaria, então, a ser periodizada não somente com maior sutileza de detalhes positivos, mas também a partir das diferentes idades, fundadas cientificamente tanto no discurso biológico quanto no discurso psicológico.

No Brasil, essas questões da modernidade ocidental acentuariam o conflito entre gerações patriarcais, com base na distinção entre o homem moço e o homem velho por meio de práticas sociais, operadas enquanto esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Os velhos patriarcas, cujo poder estava fundado no fato de serem eles um modelo moral para toda a sociedade, a qual os reconhecia a partir de uma combinação singular de

tradição, autoridade e influência (Elias e Scotson, 2000), aos poucos foram deslocados de seu lugar pelas novas gerações: rapazes educados nas principais cidades européias ou brasileiras; “desertores de uma aristocracia cujo gênero de vida, cujo estilo de política, cuja moral, cujo sentido de justiça já não se conciliavam com os gestos e estilos de bacharéis, médicos e doutores europeizados. Afrancesados, urbanizados e policiados” (Freyre, 1977: 18).

Se antes, tamanho era o prestígio do homem velho, fazendo o menino amadurecer antes do tempo, precocemente ante a vergonha de ser menino, a inferioridade por ser párvulo e tamanho era o prestígio da idade grande, avançada, fazendo o rapaz imitar o velho desde sua adolescência, deixando-se esconder por trás de barbas de mouro envelhecidas com o tempo ou a base de colorantes, de óculos de velhos, de uma fisionomia sempre severa; no modo de vida urbano, a aversão à velhice contribuiu para uma idealização mórbida da mocidade, que, sob signo do romantismo, inspirou a morte prematura, como preconizava toda a segunda geração romântica denominada de ultra-romântica ou geração do “Mal-do-século”: poetas como Álvares de Azevedo, Casemiro de Abreu, Junqueira Freire, morreram antes dos vinte e cinco anos de idade. A morte passou a ser o desejo dessa geração, pois na impossibilidade de lidar com os problemas terrenos, esses poetas viam a morte enquanto solução para os problemas existenciais, como podemos ver nestes fragmentos do poema “Morte” de Junqueira Freire:

Pensamento gentil de paz eterna  
Amiga morte, vem. Tu és o termo  
De dous fantasmas que a existência formam,  
— Dessa alma vã e desse corpo enfermo.

Pensamento gentil de paz eterna,  
Amiga morte, vem. Tu és o nada,  
Tu és a ausência das moções da vida,  
do prazer que nos custa a dor passada.

Pensamento gentil de paz eterna  
Amiga morte, vem. Tu és apenas  
A visão mais real das que nos cercam,  
Que nos extingues as visões terrenas.

e do poema “Lembranças de morrer” de Álvares de Azevedo:

Eu deixo a vida como deixa o tédio  
Do deserto, o poento caminheiro-  
Como as horas de um longo pesadelo  
Que se desfaz ao dobre de um sineiro;

Influenciada pela poesia de Lord Byron e Musset, toda a segunda geração romântica estaria impregnada de egocentrismo, negativismo boêmio, pessimismo, dúvida, desilusão adolescente e tédio constante. Temos, assim, uma visão romatizada da morte, que se encaixa perfeitamente neste contexto, onde havia a impossibilidade de cura de certas doenças (principalmente a tuberculose – “morte branca”), pois a medicina ainda era, se comparada a de hoje, rudimentar. A exaltação à morte pela segunda geração romântica era decorrente de uma super valorização do "eu", o que levaria ao egocentrismo, gerando um conflito entre a realidade e o seu mundo, a derrota inevitável do "eu" leva a frustração e tédio, trazendo outra característica romântica, a fuga da realidade (no álcool, no ópio, a saudade da infância, e a maior de todas as fugas, a morte).

A juventude, e não mais a velhice, passava a ser a medida de todas as idades. O adulto respeitável já não era mais o patriarca velho, mas o seu filho, o senhor-moço. Com exemplo explicativo podemos vislumbrar a figura do imperador D. Pedro II, coroado aos 15 anos. Ele protegia o Moço contra o Velho, no conflito entre o patriarcado rural e as novas gerações de bacharéis, médicos e engenheiros; entre os senhores das casas-grandes e os moços dos sobrados, para quem as letras e as ciências começavam a dar prestígio. Essa representação jovial do ser adulto tinha uma identificação completa com os ideais de modernidade e civilização aspirados por essa elite urbana.

Segundo Freyre (1977: 71), o desprestígio das velhas gerações e o enfraquecimento da autoridade do *pater familias* sobre sua mulher e prole se dá quando a outra instituição (a Igreja) e não mais à família se delega a função de educar. Se num primeiro momento, a Igreja enquanto instituição responsável pela educação procurava ratificar a autoridade patriarcal, em seguida, contrariou-a e a ela se opôs, contribuindo de forma significativa para a construção da identidade de classe da elite urbana (Bourdieu, 1997, 08). O colégio de padres, a exemplo do dos jesuítas na cidade da Bahia, marcou na paisagem social, a partir do século XVIII, a decadência do patriarcado das casas-grandes (Freyre, 1977: 71). A educação pelos jesuítas ministrada contribuía para a socialização dos filhos dos senhores das casas-grandes, fazendo-os incorporar o *habitus* urbano, ao mesmo tempo em que produzia a pertença da elite urbana, bem como reproduzia essa elite urbana enquanto grupos sociais que partilhavam um tipo específico de *habitus*: o urbano.

As novas gerações passaram a se distinguir das velhas gerações por meio de um conjunto de estratégias, valores e disposições promovidos principalmente pelas novas instituições sociais surgidas a época do Império (faculdades, institutos históricos e geográficos, academias de letras e científicas, etc), predispondo aqueles indivíduos a uma atitude dócil e de reconhecimento ante as práticas urbanas. Dentre estas disposições, o "capital cultural" foi um novo recurso social utilizado como fonte de distinção e poder pela elite urbana (Bourdieu, 2003: 73/9), cuja posse desse recurso tornava-a distinta tanto dos velhos patriarcas quanto dos indivíduos de origem afrodescendentes das camadas populares que com as alforrias, com as leis de extinção do tráfico e da escravidão tornavam igualmente livres.

O volume de capital cultural incorporado, objetivado e institucionalizado pelas novas gerações patriarcais operava enquanto dispositivo de distinção e localização sociais. Os anos de estudo lhes possibilitaram a acumulação de capital cultural, que, ao se corporificar, tornou-se parte integrante do corpo dos jovens profissionais; fez-se habitus. A incorporação desse tipo de capital demandava destes indivíduos longas horas dedicadas ao estudo, ocasionando a fragilidade física beirando a doença em oposição à robustez e gordura das gerações mais velhas, sendo o traço mais característico dessas novas gerações: "Um moço de outro tempo era um Hércules; que bela cor! Que força muscular! Que agilidade, que vivesa, que saúde! Hoje encontra-se por ai um jovem, que pouco dista duma múmia do Egito" (Gama apud Freyre, 1977: 83). Tal estado quase doentio das novas gerações, em muitos casos, devia-se também a vida desregrada e boemia à base de conhaque e de vadiação com prostitutas, bem como a deficiência ou a irregularidade de alimentação, a falta de exercício, de sol, de ar condizente com uma vida saudável, que de modo nenhum favorecia uma aparência sadia. Essa fragilidade, entretanto, não impediu a ascensão política e social desses jovens, ocupantes de cargos de maior importância na administração, na magistratura, na diplomacia nos tempos de D. Pedro II e além. Se, em outros tempos, como vimos, era preciso percorrer uma longa estrada para ocupar um alto cargo, como por exemplo, o de magistrado do Tribunal da Relação, no mínimo, quinze anos de experiência, começando no cargo de juiz de fora, com idade entre vinte e seis e vinte oito anos, com a incorporação do capital cultural, o tempo de experiência para ocupação dos altos cargos no governo se reduzia.

Com base em Foracchi (1972), podemos dizer que as gerações mais novas, ao incorporarem práticas sociais constitutivas do modo de vida urbano, foram se diferenciando, ao passo em que passaram a possuir um estilo de ação particular que as distinguiu do estilo de ação preexistente, desenvolvido pelas gerações mais velhas (seus pais). As gerações mais novas foram se constituindo enquanto uma modalidade particular de localização social, estabelecida pelo tipo de relações de locação mantidas com as gerações precedentes, distintamente posicionados diante do processo histórico-social de urbanização ocorrido no Brasil. Aquelas gerações destas se diferenciavam pelo tipo de experiências, situações de vida e oportunidades compartilhadas, apresentando um modo ordenado característico, ou seja, uma experiência estratificada: uma série de vivências ou de experiências ligadas a uma mesma estrutura, que, por sua vez, constituía como base comum das experiências desses indivíduos (Mannheim, 1928: 60).

Essas gerações formadas nas cidades brasileiras ou estrangeiras foram um elemento sobre o qual se desenvolveu o espírito de conformidade e certo gosto de disciplina, de ordem e de universalidade em vez de se acentuarem os traços e tendências de uma formação excessivamente patriarcal dos senhores das casas-grandes quase independentes do resto do mundo (Freyre, 1977: 76). Uma vez formados em medicina, direito ou engenharia, esses jovens se transformaram em elementos de urbanização e de universalização, representando uma certa tendência para o predomínio do espírito cosmopolita e urbano em contraposição ao regionalismo e ruralismo de seus pais e avós. Mas, os bacharéis, representantes mais expressivos dos novos grupos urbanos, não se opuseram aos interesses dos patriarcas, pois sua atuação, por falta de bases sociais, foi freada, fazendo com que suas reivindicações mais radicais se perdessem numa retórica vazia. Apenas colocaram-se a serviço dos setores mais progressistas das oligarquias, participando dos movimentos reformistas característicos da segunda metade do século XIX, momento no qual setores novos das elites urbanas se lançaram num projeto de modernização relativa do país e disputavam o poder com os grupos tradicionais da elite. Não ocorre a recusa da herança patriarcal, anulando-a e despojando-a de seu sentido e sua finalidade, mas a aceitação desse *conatus* (Bourdieu, 1997: 12). Entretanto, contribuíram para minar uma das bases que dava sustentação ao poder do patriarcado rural: a escravidão.



Um dos símbolos de respeito e poder característico do patriarcado rural brasileiro, as barbas brancas dos velhos foram substituídas por pretas ou louras. Houve casos em que os jovens passaram a removê-la, como por exemplo, o galã de teatro que se apresentou, no Rio de Janeiro, em cena sem barba nem bigode, sendo vaiado. Para a platéia, ele não era um homem, mas um maricas, por ter a cara lisa semelhante à de uma mulher, de face rosada, bem barbeada, como uma moça ou mulher bonita. A retirada da barba representava a retirada de um dos atributos da masculinidade do homem. Embora contrastassem com os modos e a fisionomia dos patriarcas rurais, não era permitido a esses jovens assemelhar-se a uma mulher, pois dentro do sistema patriarcal, “tornou-se uma vergonha o homem parecer-se com mulher, e uma impropriedade, a mulher parecer-se com homem” (Freyre, 1977: 97) Pois, assim como, era grande a distância entre pais e filhos no sistema patriarcal, esta também o era entre homens e mulheres.

O homem dentro do regime patriarcal, rural ou urbano, deveria se fazer uma figura tão diferente o quanto possível da mulher. “Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo” (Freyre, 1977: 93). Com base na distinção feita por Freyre (1977) entre a mulher e o homem no regime patriarcal, compomos o quadro abaixo,

**QUADRO I**  
**DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES**

<b>HOMEM</b>	<b>MULHER</b>
Liberdade de gozo físico do amor;	Limitação de gozo para mulher, acompanhada da obrigação de conceber, parir, ter filho, criar menino (p. 93);
Oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos;	Dedicação ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos e, numa sociedade católica como a brasileira, o confessor (p. 93);
Sexo dominante, opressor;	Sexo dominado, oprimido (p. 96; 98);
Uso de decorações e insígnias de mando, esporas, espadas, bengalas revestidas de ouro, dragonas, fardas, plumas, “becas ricamente bordadas na China para magistrados”, “chapéus armados para Cavaleiros da Ordem de Cristo”, “ricas bengalas de cana da Índia com castão, ponteira e fiador de ouro” (fidalgos), “espadins de corte” (titulares); dentro de casa a andar de chambre (p. 100);	Uso de vestidos, de enfeites, de ornamentação, de babado, de renda, de pluma, de fita, de ouro fino, de jóias, de anel nos dedos, de bichas nas orelhas, nas igrejas e nas festas; dentro de câs de cabeção e chinelo sem meias (p. 98);
Elemento móvel, militante e renovador; elemento de imaginação mais criadora e de contato mais diversos, mais inventor, mais diferenciador, mais perturbador da rotina;	Elemento conservador, estável, de ordem; o elemento mais realista e méis integralizador (p. 102)
Atividades extradomésticas;	Atividades domésticas (p. )

FONTE: FREYRE, G. (1977) Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio.

Freyre procura demonstrar como dentro do sistema patriarcal a distância social entre homens e mulheres era grande: enquanto o homem ocupava o primeiro lugar, a mulher encontrava-se na terceira posição, havendo entre eles, como vimos, um abismo. As distinções variavam desde o modo de se vestir até as condições masculinas e femininas na hierarquia social. Muitas dessas diferenças apresentavam uma dupla função, porque além de servir de diferenciação entre homens e mulheres, funcionavam como dispositivos de uso exclusivo de uma classe e de uma “raça”. No caso dos homens, (Freyre, 1977: 101)

Diferenciando-se da mulher por certas ostentações de virilidade agressiva no traje, nas maneiras, no vozeirão ao mesmo tempo de macho e de senhor, mas diferenciando-se do escravo pelo excesso quase feminino de ornamentação que caracterizasse sua condição de dono, isto é, de indivíduo de ócio ou de lazer (...) No século XIX, (...) o aristocrata brasileiro, sem hereges para combater nem quilombolas para destruir, foi menos sexo forte, que sexo nobre. Ou simplesmente privilegiado.

Com o processo de urbanização, o traje das mulheres de sobrado era distinto do dos homens, como também dos trajes das mulheres de engenho, de mucambo ou de casa térrea. O uso de jóias era proibido aos negros e escravos. As mucamas bem vestidas e cheias de jóias representaria um prolongamento das suas iaiás, a ostentação da riqueza (Freyre, 1977). Mas alguns estudos têm mostrado que negras escravas e livres usavam jóias, principalmente balangandãs, como sinal de conquista da liberdade ou como forma de consegui-la pela venda de tais adereços.

No contexto de modernização da cidade da Bahia, foram utilizados termos como “damas”, “senhoras de bom-tom, de boa sociedade, polidas, de boas maneiras, civilizadas”, “moças de famílias”, para enfatizar critérios de distinção social, tanto de gênero quanto de classe, pois eles não serviam apenas para distinção social entre homens e mulheres, como também destas para com as mulheres das camadas populares. O uso de tais expressões, para identificar agentes de uma determinada classe social, as mulheres de elite, põem em evidência não somente a consideração de critérios econômicos, mas também prestígio social, poder e cor como formas de distinção social. Mas somente isto não bastava para serem reconhecidas como mulheres de elite. Era preciso educá-las conforme os valores da época. A educação feminina passava a ser também uma das preocupações da elite. Muitas foram as publicações destinadas ao público feminino: manuais, folhetins, catecismos se transformaram em instrumento de uma ideologia

usada como meio de propaganda e afirmação de um grupo a serviço de uma classe em vias de formação. Sob este prisma, não é incorreto afirmar que foram atribuídas a estas publicações do século XIX as funções de definir, modelar e divulgar papéis, identidades e comportamentos sociais a serem seguidos pelas suas leitoras, uma vez que tais publicações difundiam informações e ensinavam como agir para preservar os valores criados e os meios para sua obtenção.

Procurando contribuir com a educação feminina de acordo com os novos ideais, foram publicadas, em 06 de agosto de 1849, as *Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um Cathecismo moral, político e religioso*, da autoria de José Lino Coutinho. Embora postumamente publicadas, as Cartas já haviam sido preparadas para tal fim, como pode ser percebido na Nota do Autor (apud Castro, 1977: 06)

Quando escrevi estas cartas para a educação de minha filha, e ao mesmo lhe aconselhava a conduta que deveria seguir no estado de casada, não tive a mínima idéia de que as estampar e dar a luz; porque, suposto as julgasse idôneas, segundo meus princípios, para a educação de Cora, contudo sempre as achei pequenas e incompletas para servirem de norma a uma educação geral; e assim estavam elas destinadas a ficarem manuscritas nas mãos da senhora a quem as dirigia, ou de minha filha, quando crescida fosse: mas instigado por alguns dos meus amigos que as leram e aprovaram, e conhecendo que ainda quando não encerrem um sistema perfeito de educação, contudo nelas se encontram alguns preceitos e doutrinas que, gerais e úteis, muito conviria vulgarizar, principalmente na penúria em que nos achamos de obras deste gênero, e que tanto nos convém; cedi aos seus desejos e as sujeitei ao prelo sem nenhum outro fito a não ser aquele de com as minhas poucas forças e pequeno cabedal concorrer para o melhoramento e felicidade do país que me viu nascer; e julgar-me-ei demasiadamente recompensado se com a sua leitura e prática as meninas brasileiras receberem uma razoável e justa educação, pois que até hoje ela tem sido má e rotineira.

Estas últimas palavras nos levam a crer que a não educação das mulheres poderia se tornar um empecilho para o desenvolvimento e o progresso do Brasil. Isso porque a honra de um homem atrelava-se à conduta da mulher, honrado era o homem cuja integridade da mulher não pairasse uma sobra de dúvida quem diria uma mácula.

As cartas, no total de 41, estavam divididas em duas partes. As 27 primeiras endereçadas à preceptora de Cora, referem-se à formação da menina até a adolescência e compõem a primeira parte do livro, as outras 14 entregues diretamente a Cora, falam dos encargos enquanto boa mãe e esposa que deveria ser. Devido a sua sistematização, as Cartas viriam a constituir-se em um tratado para a educação feminina. Dessa forma, elas evidenciavam padrões de conduta que

uma jovem de moral ilibada deveria, não somente apresentar, como demonstrar perante a sociedade, tendo sua realização enquanto mulher através do casamento. Elas procuravam disciplinar o uso que deveria ser feito das novas formas de sociabilidade e além de indicar às mulheres idades apropriadas e restrições a determinadas formas de socialização que ao invés de contribuir para a formação moral das jovens poderia levar-lhe a comportamentos subversivos, prezavam pela manutenção da ordem para a qual as mulheres deveriam estar submissas aos homens, sejam eles pais, irmãos, maridos ou tios, alguém por elas responsáveis.

O objetivo da publicação das Cartas, segundo Lino Coutinho, era o de contribuir para a formação do físico e do espírito de mulheres em conformidade ao progresso da época (apud Castro, 1977: 33)

Cuidemos pois da educação de Cora, e, conservando-se a saúde do seu corpo, procuraremos infundir na sua alma ainda inocente e pura as perfeições moraes, por ser uma verdade, de muito conhecida e demonstrada, que estas ultimas qualidades não podem encontrar se não em um corpo sadio e vigoroso...

Logo, as Cartas se tornaram alvo de polêmicas pelo conteúdo por elas difundido. A Igreja, por meio do discurso de libertação mariana, reagiu contra as novas formas de socialização da mulher difundidas pelas cartas. O discurso religioso prezava sempre pela manutenção dos costumes já consolidados, como podemos ver nas palavras do Padre Lopes Gama (Freyre, 1977: 109),

A boa mãe de família não devia preocupar-se senão com a administração de sua casa, levantando-se cedo a fim de dar andamento aos serviços, ver se partir a lenha, se fazer o fogo na cozinha, se matar a galinha mais gorda para a canja; a fim de dar ordem ao jantar, que era ás quatro horas, e dirigir as costuras das mucamas e mulecas, que também remendavam, cerziam, remontavam, alinhavam a roupa da casa, fabricavam sabão, vela, vinho, licor, doce, geleia.

Segundo ele, essa ortodoxa mulher estava sendo substituída, desde os primórdios do século XIX, (p. 109)

por um tipo de mulher menos servil e mais mundano; acordando tarde por Ter ido ao teatro ou a algum baile; lendo romance; olhando a rua da janela ou da varanda; levando duas horas no toucador "a preparar a charola da cabeça"; outras tantas horas no piano, estudando a lição de música; e ainda outras, na lição de francês ou na dança.

Os médicos, por sua vez, procuravam analisar as propostas sob a ótica dos benefícios e malefícios para a saúde da mulher e de toda a família (Costa, 1989: 16)

o controle educativo terapêutico instaurado pela higiene iniciou um modo de regulamentação política da vida dos indivíduos, e, através da tutela terapêutica, o corpo, o sexo e as relações afetivas entre os membros da família passaram a ser usados, de modo sistemático e calculado, como meio de manutenção e reprodução da ordem social burguesa.

Segundo Luz (1996: 27), como o discurso higienista propagado pelos médicos pregava a adoção de medidas intervencionistas as quais regulariam as relações sociais, o que, na prática, significava higienizar o espaço urbano e normatizar as relações interpessoais nesse espaço e as relações dos indivíduos com o próprio corpo, “o papel social da mulher ganha relevância, na medida em que a questão do papel civilizador feminino é levada adiante teoricamente de forma mais embasada”.

A polêmica levantada em torno da educação da mulher proposta pelas Cartas e as diversas posições da Igreja, dos médicos e também da imprensa baiana, demonstrava o posicionamento dos periódicos frente à ‘ética secular’ e a ‘moralidade católica’ na formação da elite feminina baiana. Neste momento, tendo em vista as discussões travadas entre os grupos da elite brasileira, tornavam-se recorrentes os seguintes temas: educação feminina e primazia católica questionada pelas Luzes. No entanto, com procura demonstrar Reis (2000a), ao identificar novas formas de socialização feminina na Bahia oitocentista, destacando as repercussões das referidas Cartas e relacionando-as aos discursos médico e religioso, a educação feminina assumia nesses discursos um caráter de controle social, de moralização dos hábitos e de normatização dos espaços e práticas lúdicas.

Assim sendo, para a autora, embora as mulheres estivessem excluídas do centro das decisões, para elas era destinada uma educação direcionada a agradar o homem: o ideal de uma nova mulher de elite, definida a partir da aparência e da ilustração, estava ligado a um novo ideal de homem, ilustrado e civilizado. Logo, constata, a autora, tanto o discurso médico quanto o religioso, embora divergentes, não tinham por intenção mudar as funções femininas e sim estabelecer padrões para regular a convivência da mulher em sociedade, assegurando-lhe o destino, que embora construído sociocultural e historicamente, era tomado como natural: mãe e esposa dedicada de homens ilustrados.

Se os homens de elite começavam a refinar seus costumes, tornando-se mais "civilizados", a mulher, apesar de submissa aos homens, passava a ser mais valorizada, o que já mudava sua condição anterior, de apenas "boneca de carne do marido". Os homens que se queriam civilizados deveriam permitir à mulher uma educação no sentido de torná-la civilizada, pois ela já não era tão somente um corpo a ser apossado para gozar um instante ou tão pouco um solo fértil, onde seriam jogadas as sementes, que dele se alimentaria e prolongaria seus descendentes. Mas, mesmo promovida, as diferenças entre as condições masculinas e femininas não fora reduzidas, pois a ascensão da condição feminina (do terceiro para o segundo lugar) se dá a reboque da promoção da condição masculinas de jovens de vinte e trinta anos (do quarto para o primeiro lugar), herdeiros da herança patriarcal.

No contraponto a essa elite dita civilizada, encontramos as camadas populares. Uma população, que com o processo de abolição da escravatura, ia se constituindo ao mesmo tempo pobres e livres e, em sua maioria, negros e mestiços, fazendo das ruas soteropolitanas os seus domínios. Os afrodescendentes demarcavam as linhas divisórias entre os grupos da elite baiana e a "barbárie da cultura popular afrodescendente". Dessa maneira, o negro dentre outros tipos humanos, na mentalidade dessa elite, mais que nenhum outro segmento das camadas populares passava a representar o anticivilizado<sup>54</sup>. Pobres e pretos, homens e mulheres, crianças, velhos e adultos, livres, libertos e cativos (até a abolição em 1888), mendigos e vadios, através de uma complexa rede de distinções e diferenciações reguladoras da gramática urbana, se reconheciam e se diferenciavam mutuamente, constituindo seus lugares na geografia da cidade.

Circulava livremente pela cidade, uma turba de ganhadores e ganhadeiras, moleques, crianças órfãs, velhos, doentes, mendigos e vadios. Visto sem qualquer simpatia, o mundo das ruas causava forte decepção, sendo mais um espaço ligado às camadas populares desaprovado pelos grupos da elite dirigente. Vendedores ambulantes munidos de cestas e tabuleiros, peixeiros, feirantes, quituteiras e outros faziam da atividade de venda seu meio de sobrevivência. Disputavam melhores locais para a comercialização de seus produtos, havendo o convívio simultâneo dos diversos segmentos nas ruas.

---

<sup>54</sup> Insinuadas pelas famigeradas teorias racistas da época, os 'defeitos' dos negros passam a ser insuperáveis, tornando-se eles, assim, membros potencial permanente das classes perigosas. CHALHOUB (1996: 25).

No mundo das ruas, lugar dos vivos e hábeis, homens e mulheres lutavam pela sobrevivência. Estas trabalhavam dobrado, pois lutavam também pela sobrevivência de sua prole. As mães trabalhadoras da cidade da Bahia constituíam uma “população diligente e ativa, que percorria as ruas [da cidade da Bahia] freqüentemente acompanhada de filharada barulhenta e alegre” (Mattoso, 1992: 152). Essas mulheres pobres se mostravam extremamente habilidosas no trabalho para garantir o sustento de seus filhos: “Ágeis, versáteis, econômicas, políticas, [elas] foram, no contexto da cidade, exemplares significativos dos que souberam driblar os obstáculos e desafios das ruas” (Ferreira Filho, 2003: 93). Segundo Azevedo (1969: 201/6), nas camadas populares, a mãe era a figura responsável pelos filhos, visto que a falta do companheiro não a desobrigava a tal ventura. “As razões que atribuíam às mulheres pobres a responsabilidade, quase que exclusiva, para com a prole [tinham] as suas origens nas instituições e dinâmicas escravistas” (Ferreira Filho, 2003: 21): o parto deveria seguir o ventre. Esse postulado jurídico, que legitimava a impunidade masculina, à época da escravidão, ficaria demonstrado em hábitos e costumes no período republicano. E o advento desse regime trouxe poucas mudanças para a vida das mulheres pobres baianas, cujas ocupações eram semelhantes às das escravas e forras, o que excluía do mercado formal de trabalho 83,90% no ano de 1920 (p. 21).

No contexto republicano, tanto essas mulheres como outros trabalhadores teriam que obter junto à Intendência Municipal matrícula (licença) para trabalhar, devendo o pretendente designar sua profissão e o lugar onde vai exercer a profissão e exibir sua carteira de identidade, conforme postura municipal n.º 175

São obrigados à matrícula os que se ocuparem, d’ora em diante, em serviço doméstico, a saber: serviços internos e externos em hotéis, casa de pensão e pasto, hospedarias, casas de câmbio, restaurantes, botequins, padarias, confeitarias, pastelarias, mercearias, refinações de açúcar, torrefações de café, barbearias, lavanderias, engomadeiras, amas de leite, vendedores de doces, refrescos, caldo de cana, sorvetes, queimados, bombons, e enfeites para salas, bijuterias, letéas para crianças, plantas vivas ou não, calçados, objetos de chifres, de Flandres, vassouras, leite, frutas, hortaliças, peixes, mariscos, e outros gêneros alimentícios, empregados de açougue, de serviços marítimo e terrestre, de carga, descarga, e condução de passageiros, no parto, nas estações de bondes e estradas de ferro, condutores e vendedores de pão, carroceiros e caixeiros de carros, guardadores de automóveis, e seus ajudantes, ganhadores de fretes, nas vias públicas, compradores de garrafas e sacos vazios, condutores e motoreiros de bondes, e ascensores, engraxates, vendedores de jornais, bilhetes e postais, carregadores de caixão de mascates, aguadeiros, vendedores de

carvão, ovos, galinhas e outras aves, e finalmente vendedores de outras mercadorias<sup>55</sup>.

Desde o século XIX, a administração municipal lançou mão de diversas estratégias para controlar o mundo do trabalho. Mas os trabalhadores se mostraram por vezes resistentes, como fica evidenciado com a greve negra em 1857, durando mais de uma semana. A matrícula se constituía mais uma tentativa, já no período republicano, de exercer tal controle. Observamos o quão diversificadas eram os tipos de ocupações exercidas pela classe trabalhadora da sociedade da cidade da Bahia.

Outros personagens que compunham as camadas populares eram os moleques (órfãs ou não). Tido por “perniciosos”, eles faziam da rua um espaço para divertimentos: disputavam partidas de futebol, empinavam papagaios e jogavam caras e outros tipos de jogos. Denominados de capadócios, vagabundos, vadios, indolentes, ociosos e/ou perversos, estes meninos (que faziam algazarras, proferiam palavras indecorosas e desrespeitavam as pessoas) passavam a maior parte do tempo dedicados às diversões nas ruas. Acusados de quebrar vidraças e estragar os telhados e fios telefônicos, cresciam sem educação, ocupação ou controle, entregues a vícios e crimes, vindo a constituir-se futuramente uma ameaça social, como se percebe nesta solicitação ao jornal A Bahia em 28 de janeiro de 1905

Solicitam-nos que peçamos a atenção do sr. dr. Capitão Paes Coelho sub-comissário do distrito da Conceição da Praia, para a malta de menores desocupados, moradores em um dos prédios da rua Dr. Manuel Vitorino, de portão para a ladeira da Conceição, e que praticam toda sorte de tropelias, como sejam constantemente estarem a atirar pedras, proferir palavras de desrespeito à moral pública, etc., etc. (...) Do solicito sub-comissário aguardamos prontas medidas repressivas<sup>56</sup>.

Também a indigência e a mendicância tinham seus “adeptos” dentre os agentes das camadas populares, permanências oriundas de tempos passados. Em meio à sujeira não raro poderia se encontrar mendigos e indigentes a ela misturados, formando aquilo que poderia se chamar de “lixo humano”. Comentários, como os publicados no Diário de Notícias, em 03 de dezembro de 1915, chamam a atenção para a presença de mendigos ou indigentes em meio à sujeira do Largo da Conceição. A mendicância desempenhava papel importante em períodos anteriores, visto o grande fosso aberto entre aquele que gozavam de riqueza e opulência e a

<sup>55</sup> AHPMS, “Postura n.º 175” In: INTENDENCIA MUNICIPAL DO ESTADO DA BAHIA. Código de Posturas Municipais: cidade de Salvador. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921, p. 49.

<sup>56</sup> APEB, A Bahia, 28 de janeiro de 1905, p. 02.



grande massa de desfavorecidos. Segundo Vilhena (1969: 133), a cidade estava infestada de mendigos das três “qualidades” brancos, negros e mulatos. Os homens e mulheres de tez clara seriam marujos adoentados e velhas prostitutas que já não mais podiam fazer vida. Já os negros e mulatos seriam cegos, velhos, aleijados, e estropiados, vítimas da desumanidade e da indiferença de seus senhores, quando já não mais podiam trabalhar para seu sustento.

Mendigos cegos costumavam empunhar suas violas para entoar as suas súplicas. Os sentimentos despertados pelas cenas eram múltiplos e contraditórios: piedade, compaixão, solidariedade, vergonha, repugnância, menosprezo, caridade, indignação e até a sensação de ofensa e o sentimento de revolta. Estes últimos eram em decorrência da afronta aos ideais de civilidade pretendidos, elementos visíveis dos problemas sociais que desabonavam a imagem que se gostaria de ser mostra: a de uma cidade dita civilizada. Havia toda uma preocupação com o impacto que a visão de miséria provocaria nos estrangeiros.

Ao lado dos mendigos, os vadios compunham um grande número de indivíduos, que ultrapassaram o limite da pobreza para simplesmente tornarem-se miseráveis. Eles eram denominados de “pobres de maus costumes”, dessa forma, não poderiam estar aptos à caridade ou à proteção da comunidade paroquial. Eram rejeitados como a parte mais vil e abjeta da pobreza (Fraga Filho, 1996: 80). Segundo Prado Jr. (1999: 284) como não se encontravam dentro do campo de proteção dos potentados, os sujeitos que vadiavam e realizavam a itinerância nos espaços citadinos eram considerados como os mais nocivos e perigosos à ordem. Diferente do mendigo, que desfrutava de uma certa tolerância social, mesmo quando objeto de repulsa e desprezo, a figura do vadio, vista sob a ótica da ociosidade e itinerância, ganhou, segundo o Código Criminal do Império, conotação de comportamento ameaçador à ordem estabelecida. Mesmo assim era muito fluida a percepção sobre ela, transitando entre noções muito restritas de comportamentos (jogo, roubo, interrupções no trabalho) e noções muito amplas, podendo ser remetida às camadas livres pobres propensas, segundo o pensar da época, à ociosidade e à itinerância.

Assim como nos casos dos trabalhadores, a municipalidade procurou exercer controle sobre esses agentes, com a criação e direção dos chamados serviços de assistência pública:

d) hospitais, maternidades, asilos, creches, orfanatos e todas as instituições destinadas ao tratamento, proteção e abrigo dos enfermos, cegos, crianças, velhos, inválidos, alienados e surdos-mudos<sup>57</sup>.

O controle sobre esses agentes foi o caminho para se atingir a reabilitação moral, o que exigia atuação paralela de saberes, como a medicina, o direito e o urbanismo. Para a disciplina dos corpos cumpria que houvesse a manutenção de instituições como asilos, manicômios, hospitais, escolas e prisões. Esta vigilância permanente contribuiria para a manutenção da disciplina no espaço da cidade, colaborando para o ordenamento social, como enfatiza Foucault (2003, p.106): “A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante aos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares”. Excluídos dos centros de decisão, assim como as mulheres da elite, aos indivíduos das camadas populares era reservada uma série de medidas de caráter normativo e disciplinar.

Essa população livre, em sua quase totalidade analfabeta, tinha no trabalho manual e braçal, na mendicância e na vadiagem, formas de sobrevivência. O modo como praticavam o espaço da cidade fazia emanar uma cultura popular afrodescendente, viva e presente nas comidas vendidas por mulheres negras, nos festejos populares, na ginga dos ‘capoeiras’ que das ruas faziam o seu território. Essa cultura popular afrodescendente considerada pelo discurso modernizador como pertencente a ‘gente inculta’ – que disputavam como espaço de trabalho a própria rua, convivendo e ganhando o sustento seu e de sua família – estava inserida no contexto socioeconômico do cotidiano da cidade. Neste espaço, historicamente considerado como privilegiado pela criminalidade, encontramos pobres, homens e mulheres, mendigos e vadios, pretos e mestiços e por que não dizer afrodescendentes que, ao construírem nos espaços citadinos seus domínios, conheciam bem a linguagem cartográfica das ruas soteropolitanas: agência de resistências e encontros sincréticos.

Assim, o processo de formação da elite urbana da cidade da Bahia encontrava-se assinalado por uma série de conflitos e transformações sociais. Os novos grupos da elite procuraram, por meio de experiências comuns herdadas e/ou partilhadas, articular uma identidade com base na figura do “jovem homem branco”,

---

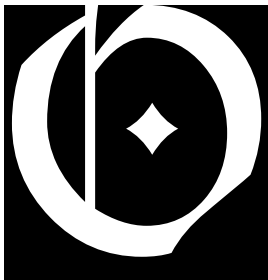
<sup>57</sup> APEB, A Bahia, 05 de agosto de 1907, p 01/2.

representante da cultura européia. Em contraponto, encontramos os grupos das camadas populares, que tinha na figura da “velha mulher negra”, a principal representante da cultura afrodescendente. Dentro da lógica do discurso modernizador, enquanto aquela figura do jovem homem branco era associada à Europa e, conseqüentemente à civilização, esta figura de velha mulher negra era associada à África, à escravidão e estas, por sua vez, eram relacionadas à barbárie, ao atraso e à incivilidade. Os afrodescendentes, maioria dos habitantes da cidade da Bahia, teriam sido, neste sentido, alvo das ações desencadeadas pelo projeto de melhoramento urbano, e por isso gestaram estratégias próprias de resistências e preservação de sua cultura. Prevaleceria, desse modo, uma política que estabelecia as diferenças entre a parcela “civilizada, aristocrática e superior” da população – identificada à “raça” branca – e a parcela “atrasada, não-civilizada e inferior” - identificada aos as camadas populares, sobretudo, aos afro-descendentes.

## CAPITULO VI

### A CIDADE COMO IDEOLOGIA: CIVILIZAR, HIGIENIZAR, MODERNIZAR, MORALIZAR, NORMATIZAR, REGULAMENTAR, URBANIZAR

Ao estudarmos qualquer problema da história universal, o produto da moderna civilização européia estará sujeito à indagação sobre a que combinações de circunstâncias se pode atribuir o fato de na civilização ocidental, e só nela, terem aparecido fenômenos culturais que, como queremos crer, apresentam uma linha de desenvolvimento de significado e valor *universais*. (...) Por que [no Oriente] o desenvolvimento científico, artístico, político ou econômico não tomou o mesmo caminho de racionalização que é peculiar ao Ocidente? (Weber, 2003: 23; 32)



processo de desencantamento do mundo<sup>58</sup> levou a que a desintegração das concepções religiosas gerasse no Ocidente uma cultura profana e, sobretudo, o desenvolvimento das “sociedades modernas”. Uma diferenciação de configurações significativas do mundo ganhava formas e modos de interar específicos. Outros saberes foram se distanciando cada vez mais do saber religioso, ocorrendo a passagem para uma situação em que cada uma dessas referências ganharia corpo próprio: campos como a medicina, o direito e o urbanismo se autonomizavam. Constituíram-se com seus saberes próprios, distintos do saber religioso, que deixava de configurar-se enquanto a prática capaz de significar outras práticas. A emergência desses saberes e práticas científicos e seus resultados não ficaria restrita à Europa. Tendia a se disseminar para outros continentes, que aos poucos se “ocidentalizavam”.

---

<sup>58</sup> Segundo Weber (2002), o destino dos tempos modernos é caracterizado pela racionalização e intelectualização e, acima de tudo, pelo ‘desencantamento do mundo’ porque precisamente os valores últimos e mais sublimes retiraram-se da vida pública, seja para o reino transcendental da vida mística, seja para a fraternidade das relações humanas diretas e pessoais. Pierucci (2003) apresenta a expressão “desencantamento do mundo” como um “conceito” profícuo no esquema analítico weberiano. A esse conceito podem ser associados dois significados: um religioso (ou ético-prático), indicando o processo de “desmagificação” das vias de salvação, e outro científico (ou empírico-intelectual), que designa o processo de “deseticização” via transformação deste mundo num mero mecanismo causal. Assim, segundo autor, seria possível falar em um “mundo duplamente desencantado”.

De acordo com Lima (2003), a expansão do Ocidente fora movida a todo pano pelos portugueses nos séculos XV e XVI, com as navegações marítimas. Através da religiosidade particularista, os portugueses justificavam toda empresa que prejudicasse gentios e infiéis: “ser cristão é ser eleito por Deus, com mais direitos que os outros homens em possuir os bens da terra” (p. 48). A justificação religiosa e o lucro caminhavam lado a lado. Pioneiros na expansão ocidental, os portugueses, dirigidos por uma axiomática cristã, legaram aos conquistadores seguintes a tarefa de justificar o Império ou território a colonizar de outro modo, não mais teológico e sim biológico ou por uma variante do biológico, procuraram disseminar modos “civilizados”.

No Brasil, esse processo ocorre concomitante à montagem de uma rede de instituições de saber estável durante o século XIX. Até então, não existiam centros de pesquisa ou de formação superior. O ensino na América portuguesa, sob o controle dos jesuítas, limitava-se às escolas de ler, escrever e contar<sup>59</sup>. Com a transferência da corte lusitana e do poder metropolitano para a América portuguesa (1808), D. João VI, procurou dotar o país com instituições centralizadoras através das quais fosse possível reproduzir de forma perfeita o antigo domínio colonial, transformando o Brasil, sede provisória da monarquia portuguesa, em um centro produtor e reproduzidor de cultura e memória. Além da Imprensa Régia, da Biblioteca, do Real Horto e do Museu Real, foram criadas as primeiras instituições de ensino superior: as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, as de direito de São Paulo e Recife e a escola Politécnica do Rio de Janeiro.

De acordo com Coelho (1999), estavam sendo montadas teias de relações sociais que forneciam as bases institucionais para a definição da posição de grupos profissionais oriundos dessas instituições. Em meio a consensos e conflitos em torno dessas instituições e de suas sucessoras, vai se compondo no contexto do século XIX uma trama complexa dentro da qual o Estado tem papel destacado – “é o fio

---

<sup>59</sup> O plano educacional com vista a atender o propósito da colonização (riqueza e a manutenção da ordem), era diversificado para atender dois grupos distintos: os indígenas e mestiços de um lado (plano legal) e noutro a elite (plano real). O ensino voltado para os grupos da elite colonial, enfatiza Azevedo (1996), era orientado por dois caminhos: o que levava as carreiras eclesiásticas, dado pelos próprios jesuítas na colônia ou em Coimbra e, o que levava para as profissões liberais que era ministrada nas Universidades de Coimbra e Évora. Era de costume os filhos da elite começarem seus estudos aqui e concluírem nas Universidades de Coimbra ou Évora. Essa elite começou a pressionar o rei para que equiparasse o colégio da Bahia ao de Évora, a fim de que seus filhos não mais precisassem ir até lá para concluir seus estudos. Em 1671, o rei D. Afonso VI equiparou o colégio da Bahia ao de Évora, essa equiparação, porém, não eliminava a ida a Europa, mas diminuía um ano de estudos na Universidade de Évora para que estudassem no colégio da Bahia.

que unifica a trama e lhe dá alguma unidade" – sem ser o responsável exclusivo pelo desenrolar da mesma. O ponto fundamental para a institucionalização dos campos médico, jurídico e urbanístico, foi a regulação dos seus agentes, ou seja, o estabelecimento legal das garantias de monopólio no mercado de serviços e dos privilégios a ele associados. Partindo do conceito de "cidadania regulada", o autor define os grupos profissionais por sua autonomia e pelo monopólio que obtêm sobre certas áreas da divisão social do trabalho.

Na Bahia, além da Faculdade de Medicina, foram criadas, já no período republicano, outras duas instituições de ensino superior: a Faculdade Livre de Direito da Bahia e a Escola Politécnica da Bahia. Estas instituições foram responsáveis por formar os homens públicos, encarregados de implementar projetos de urbanização na cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos. Ficava evidente a confluência dos saberes produzidos por estas instituições em torno da problemática urbana. Esta deveria ser equacionada através da gestão das diferenças sociais na cidade, baseada, a exemplo do Rio de Janeiro, em dois pontos fundamentais para lidar com a diversidade urbana: o primeiro, a construção, por meio de uma lógica abstrativa embasada nas idéias de Frégier sobre a questão do trabalho, da ociosidade e da criminalidade, da noção de que "classes pobres" e "classes perigosas" – expressão cunhada possivelmente no início do século XIX – eram duas expressões que denotavam e descreviam a mesma "realidade". Assim, as classes pobres passaram a ser vistas naturalmente como classes perigosas porque, além de oferecer problemas para a organização do trabalho e da manutenção da ordem pública, ofereciam perigo de contágio e; o segundo refere-se ao surgimento da idéia de que uma cidade pode ser apenas "administrada" conforme critérios unicamente técnicos ou científicos. Assim, foi construída a crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, sendo ela a norteadora da condução não-política, "competente" e "eficiente", das políticas públicas (Chalhoub, 1996). Começava a ser construído um poderoso discurso ideológico responsável pela produção de novas formas de segregação social no espaço da cidade<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> Como vimos no primeiro capítulo, a cidade da Bahia se reproduzia pelo modelo medieval que vigorava em Portugal à época das navegações e descobrimentos marítimos. A forma como se configurou estabelecia a separação entre os de dentro (civilizados) e os de fora (bárbaros) e os do alto (ricos) e os do baixo (pobre).

Antes da análise do discurso ideológico que vai impulsionar o processo de desenvolvimento urbano da cidade da Bahia, faz-se necessário evidenciar a autonomização dos campos médico, jurídico e urbanístico por ele responsável. Começamos pelo exemplo do campo médico, com a implantação dos primeiros cursos superiores na área de saúde a partir da criação da Faculdade de Medicina. Fundada pela carta régia de 18 de fevereiro de 1808 por D. João VI a pedido de José Corrêa Picanço, pernambucano, cirurgião da Real Câmara, a Faculdade de Medicina teve várias denominações até ser incorporada à Universidade da Bahia em 1946: Escola de Cirurgia da Bahia (1808); Academia Médico-Cirúrgica da Bahia (1816); Faculdade de Medicina da Bahia (1832); Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia (1891); Faculdade de Medicina da Bahia (1901).

Sua criação fora em virtude da falta de profissionais e da transferência da corte lusitana para a América. Antes da implantação da Escola de Cirurgia, a medicina era praticada e estudada pelos jesuítas em seu colégio desde o século XVI. Com base nos conhecimentos da medicina europeia e nos adquiridos com os indígenas sobre as plantas e sua utilização terapêutica, os jesuítas tornaram-se verdadeiros enfermeiros e médicos da colônia. Além destes, os agentes de cura na América portuguesa eram os físicos, cirurgiões, barbeiros e boticários. Os físicos, em menor número, eram formados pelas universidades europeias, principalmente ibéricas. Os cirurgiões, na metrópole ou na colônia, aprendiam seu ofício na prática, tendo como mestre um cirurgião já habilitado, depois prestavam exames diante das autoridades sanitárias competentes, quando obtinham a "carta de exame". A falta de físicos e cirurgiões na colônia possibilitava o exercício da medicina por profissionais "leigos": ao barbeiro cabia a aplicação de ventosas, sarjaduras e sanguessugas, corte de cabelo ou barba e extração de dentes; ao sangrador e algebrista, o tratamento de fraturas, luxações e torceduras; à parteira, comadre ou aparadeira, o atendimento aos partos normais; e aos boticários, a preparação e comércio de medicamentos. Ainda entre os profissionais de cura, podiam ser encontrados os curandeiros (de origem indígena ou africana), as rezadeiras e benzadeiras, que atuavam fazendo uso do saber popular e das crenças espirituais presentes na formação cultural da sociedade baiana (Barreto, 2000: 46/7). O campo médico era formado por um conjunto de agentes portadores de práticas medicinais variadas e sincréticas (uma amálgama de elementos das culturas indígena, africana e europeia), através das quais lhes era possível o exercício da arte de curar.

No início do século XIX, a vinda da família real para o Brasil promoveu modificações na fisionomia da sociedade colonial, promovendo transformações significativas em seus traços mais característicos. Para atender às necessidades dessa exigente corte acostumada com luxos frente à incipiente vida social brasileira, foram implementadas ações no sentido de suprir a carência de profissionais de saúde, com a criação de escolas de cirurgia. Isso porque, estando Portugal ocupado pelas tropas napoleônicas, não era possível despachar para cá os cirurgiões examinados e aprovados pela Junta do Proto-Medicato e os físicos diplomados em Coimbra. A solução então, foi a criação das Escolas de Cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro para que fossem formados profissionais (cirurgiões) no Brasil.

A Escola de Cirurgia da Bahia ficou sediada no Hospital Real Militar da Bahia, localizado no antigo prédio do Colégio dos Jesuítas, no Largo Terreiro de Jesus, depois Praça 15 de novembro. O curso durava cinco anos: terminados os exames do quarto ano, os alunos que o desejassem recebiam a “Carta de cirurgia” e os que completavam o quinto ano, por sua vez, ficavam habilitados a exercer a Cirurgia e recebiam “licença para curar de Medicina”. Inicialmente foram ministradas apenas duas cadeiras básicas: cirurgia especulativa e prática pelo cirurgião Manoel José Estrella, e anatomia e operações cirúrgicas pelo cirurgião José Soares de Castro.

Com a Carta Régia de 29 de dezembro de 1815, o ensino médico sofria sua primeira reforma. Além da criação de um curso completo de cirurgia na Escola de Cirurgia da Bahia, visando promover a cultura e o progresso dos estudos de cirurgia, de acordo com o Plano dos Estudos de Cirurgia, de autoria do Manuel Luiz Álvares de Carvalho, houve também a transferência da escola para o hospital da Santa Casa, onde havia enfermos e cadáveres disponíveis para a realização de experiências e operações. O curso foi ampliado para cinco anos: primeiro ano (anatomia, química farmacêutica e matéria médica - essas noções deveriam ser dadas pelo boticário do Hospital) segundo (anatomia e fisiologia); terceiro (higiene, etiologia, patologia e terapêutica); quarto (instruções cirúrgicas e operações, e lições e prática da arte obstétrica) e; quinto (medicina prática e obstetrícia). Dois anos mais tarde foi criada a cadeira de química.

Em 1932, o ensino sofreu nova reforma, quando são instituídos três cursos: o de Medicina, o de Farmácia e o de Partos. As faculdades tanto da Bahia quanto do Rio passaram a conceder os títulos de “doutor em medicina”, “farmacêutico” e “parteira”. Os candidatos a título de “doutor em medicina” deveriam sustentar, em



público, uma tese (uma “dissertação” e a enumeração de “proposições” que se traduziam, muitas vezes, na transcrição *ipsis verbis* de aforismos de Hipócrates), escrita no idioma nacional ou em latim, e impressa à própria custa. Muitas dessas teses discorriam sobre temas sociais, voltados à Medicina Social.

E até a criação da Universidade da Bahia, o ensino médico sofreu mais oito reformas, com a introdução de algumas modificações que não chegaram a modificar o quadro traçado pela de 1832: reforma Bom Retiro (1854/6), reforma Leôncio de Carvalho (1879), reforma Sabóia (1884), reforma Benjamin Constant (1891), o Código de 1901, reforma Rivadávia Corrêa (1911), reforma Maximiliano (1915) e reforma Rocha Vaz (1925). Dentre as modificações mais significativas, estão a criação do curso de odontologia, a extinção do curso de parteiras e criação do de enfermeiras, a criação de novas disciplinas e a extinção da equiparação dos institutos superiores, tornando o ensino livre .

A situação do ensino médico tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro era precária. A escola baiana viva numa pobreza franciscana. Não tinha nem móveis nem utensílios para as aulas regulares. Os primeiros quarenta anos de funcionamento da faculdade caracterizaram-se pelo esforço de institucionalização em detrimento de um projeto científico original (Schwarcz, 1993: 195/7). De acordo com Rios (2001), o discurso médico ainda não se encontrava consistente para empreender o processo de “medicalização da sociedade”. A repercussão do discurso médico chegava a muito custo aos seus pares e à pequena parcela da elite freqüentadora dos círculos acadêmicos. Para ela, o cotidiano da medicina era marcado por dúvidas e incertezas, por desafios diários, na realização do ofício da medicina. Somente a partir de 1970, com as recentes epidemias, a Guerra do Paraguai, o crescimento desordenado da cidade, afirma Schwarcz (1993: 198), a situação do ensino médico veio a se modificar, seja no perfil ou na produção científica: criações de publicações (revistas médicas), organização de novos cursos, aglutinação de grupos de interesses. Na foto abaixo, alunos na aula de Anatomia, no ano de 1916

**FIGURA IX**



Os futuros cirurgiões. Numa aula de anatomia na Faculdade de Medicina, vêm-se, rodeando o professor Oscar Teixeira, os alunos Luiz Salles Gomes, José Médici, Eurico Guerra, Octavio Pinho, Rosalvo Ventura, Amadeu Jacomé, Celestino Chaves e Edmundo Gondin.

Fonte: APEB, A Tarde, 06 de junho de 1916.

Segundo Machado (1978), a medicina social se empenhava na busca de uma normatização da sociedade com vistas a uma formação sadia, para tanto era preciso que a sociedade fosse organizada e livre de desvios. Os elementos de “desordem” deveriam ser eliminados ou devidamente controlados através de projetos profiláticos e reparadores. Nas teses de medicina, freqüentemente havia uma elaboração de propostas para vários domínios sociais, com a finalidade de higienizá-las: uma preocupação com hospitais, cemitérios, bordéis e, de maneira especial, com a escola e a própria instituição familiar. Em tais propostas havia também uma certa produção de idéias moralizantes expressas através de formas de controle de comportamento, sempre com a justificativa de visar uma vida mais saudável.

O ensino médico partilhava de teorias e conhecimentos oriundos de países europeus, como Alemanha e Inglaterra, e principalmente, de origem francesa, que marcava o ensino da Medicina implantado na Bahia. Desse modo, importava-se e aplicava-se a teoria, a orientação, os métodos clínicos, a técnica cirúrgica e a terapêutica. Entretanto, deve-se levar em consideração as reelaborações sofridas por esse conjunto de idéias, pois, como bem evidencia Schwarcz (1993), estas sofriam modificações para se adequarem à realidade brasileira. Essas reelaborações poderiam ser verificadas com a implantação da Medicina Legal brasileira, tendo como vigas mestras as faculdades de medicina<sup>61</sup>. Mais tarde, o ensino médico-legal

---

<sup>61</sup> Sobre a adaptação das teorias que embasam a medicina-legal na Bahia consultar Costa (1997).

foi introduzido nos currículos de Direito, com proposta relatada por Rui Barbosa e aprovada na Câmara dos Deputados: determinava-se a criação da cátedra de Medicina Legal nas faculdades de Direito do país a partir de 1891. Este foi também o momento de criação da Faculdade Livre de Direito da Bahia (Modesto, 1996: 13)

O decreto 1.232-H, de 2 de janeiro de 1891, referendado por Benjamin Constant, permitiu a criação de faculdades livres (particulares) no país. (...) Fundada no último quartel do século [XIX], foi a primeira faculdade livre do Brasil, "com todos os privilégios e regalias das faculdades federais", assegurados pelo Decreto n.º 599, de 18 de outubro de 1891.

Até a criação dos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais no Brasil predominavam os bacharéis de Coimbra, como também os rábulas<sup>62</sup>, indivíduos que apenas possuíam a mera prática de aplicar as leis, sem sabê-las bem interpretar, nem conhecer a sua teoria científica (Strenger, 2000: 26). A partir de 1830, as faculdades de Recife e São Paulo passam a conferir os graus de bacharel formado (aprovado no quito ano de cursos) e de doutor (habilitado com requisitos específicos nos estatutos do Visconde de Cachoeira). Na Faculdade Livre de Direito da Bahia, aos alunos foram conferidos o grau de bacharel em Ciências Jurídicas para aqueles que concluíssem todas as matérias do Curso Jurídico e o de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais para quem terminasse o Curso de Ciências Sociais. Na foto abaixo, a turma de formandos (bacharéis) de 1916

FIGURA X



Os bacharéis em direito de 1916. A formatura dos próximos doutores, em torno do professor escolhido para paraninfo e do Doutor Cons. Carneiro da Rocha.

<sup>62</sup> Um dos mais importantes rábulas da Bahia foi Cosme de Farias.

Mantendo três cursos distintos (Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Notariado), a Faculdade Livre de Direito da Bahia (recebe este nome por não está diretamente sujeita ao controle estatal) foi fundada em 15 de abril de 1891, instalando-se no segundo andar de um prédio de aluguel sito na Ladeira da Praça n. 19. De sua fundação, participaram “figuras da magistratura, da advocacia, da política, do comércio”, de reconhecido prestígio na cidade: conselheiro Almeida Couto, doutor Miguel Vitorino Pereira, desembargador Paranhos Montenegro, bacharéis e doutores Severino dos Santos Vieira, Eduardo Pires Ramos, José Augusto de Freitas, José Machado de Oliveira, senhores Bibiano Ferreira Campos, José de Oliveira Castro e Francisco de Mesquita Chaves (Calasans, 1984).

Seis anos mais tarde era criado o Instituto de Advogados da Bahia, fundado em 15 de junho de 1897, conforme a Lei n.º 15 de julho de 1892, tendo como presidente o conselheiro Antônio Carneiro da Rocha (Modesto, 1982: 01). Era uma autêntica Academia de Letras Jurídicas de doutores, mestres e bacharéis em Direito, cujos membros (efetivos, colaboradores, correspondentes, honorários e beneméritos) eram admitidos mediante apresentação de um trabalho jurídico inédito sobre o tema de livre escolha, reputado de real valor pelo seu plenário. Este Instituto viria a se transformar, mais tarde, no Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia.

Até a criação das faculdades livre de direito, o ensino jurídico, criado no Brasil por meio da Carta Régia de 11 de agosto de 1827, era ministrado em duas faculdades, uma em São Paulo e outra em Pernambuco (Olinda, depois Recife). Segundo Schwarcz (1993: 186/7), enquanto na primeira a discussão liberal ganhou força, produzindo uma interpretação que negava a existência de conflitos em função do predomínio de um estado soberano ou mediante a justificativa evolutiva, na segunda adotava-se um modelo racista, cujo resultado foi um projeto autoritário que desconsiderava de forma categórica a ação dos indivíduos. Guardadas as especificidades, o que se poderia afirmar, entretanto, “é que para ambas as faculdades ‘o Brasil tinha saída’”: para a pernambucana, a solução estava na mestiçagem modeladora e uniformizadora e; para a paulista, fazia-se necessário uma ação missionária por parte de um Estado Liberal.

Dessas duas escolas imperiais de ensino jurídico, surgiram bacharéis, mestres e doutores que possibilitaram a criação da Faculdade Livre de Direito da Bahia, principalmente, os formados egressos da Faculdade de Recife. Segundo Modesto (1996: 18), dos vinte e dois lentes (quinze bacharéis e sete doutores)

nomeados para as cátedras da faculdade, treze eram bacharéis pela Faculdade de Direito do Recife, um pela antiga Faculdade de Direito de Olinda, um bacharel e quatro doutores pela Faculdade de Direito de São Paulo, um doutor em direito pela Universidade de Coimbra e dois doutores pela Faculdade de Medicina da Bahia. Dentre estes, quatro professores saíram dos quadros do velho Liceu-Provincial (Ginásio da Bahia/Colégio Estadual da Bahia): Sebastião Pinto de Carvalho (Direito Comercial), Emídio Joaquim dos Santos (Direito Comercial, Marítimo), Augusto Ferreira França (Economia Política) e Leovigildo do Ipiranga Amorim Filgueiras (Filosofia e História do Direito).

No ano seguinte, a faculdade diplomava treze bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais. Em 25 de junho, em solenidade no salão nobre do Paço Municipal (por falta de espaço físico na sede da faculdade, velho casarão da Ladeira da Praça nº 19 – atual Rua Visconde do Rio Branco), sob a paraninfa de Sebastião Pinto de Carvalho, formaram-se: José Pacheco Pereira Filho (orador), Antonio Ferreira de Freitas, Francisco de Assis Brito Cunha, Francisco Xavier de Paiva, João Mendes da Silva, Jose Garcez dos Santos e João Artur Martin Palácio. E colaram grau sem solenidade Manuel de Assis Almeida Júnior a 22 de novembro e Custódio Asclepiades de Moura, Lindolfo Francisco de Souza Xavier, Jose Batista Xavier Junior, Antonio Batista de Oliveira e Manoel Pio Pereira da Costa a 26 do mesmo mês, perante o diretor e o secretário.

Quase seis anos depois da criação da faculdade de direito, era fundada a Escola Politécnica da Bahia. A criação dessa instituição de ensino superior foi de iniciativa do engenheiro baiano Arlindo Coelho Fragoso, formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A exemplo da escola fluminense, procurou-se fundar na Bahia uma instituição com a finalidade de “formar técnicos capazes de alavancar o desenvolvimento do estado”. No dia 14 de março de 1897, reunido com alguns colegas na Secretaria de Agricultura, onde trabalhava, ele declarou fundada a Escola Politécnica da Bahia, com sede improvisada num casarão da Rua das Laranjeiras, número 6, no Pelourinho. Além do casarão na Rua das Laranjeiras, a Escola Politécnica funcionou na Praça da Piedade e na Avenida Sete de Setembro, em prédio próprio, onde hoje está o Edifício Fundação Politécnica, até ser transferida para o atual prédio na Federação, projeto do arquiteto Diógenes Rebouças<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> Sobre a história da Escola da Politécnica da Bahia, ver site <http://www.eng.ufba.br/aescola.htm>.

Assim como a Faculdade Livre de Direito, a Escola Politécnica era particular e dependia de subsídios governamentais para sobreviver. Os primeiros tempos foram difíceis, muitas vezes, os professores ficavam com os salários atrasados e trabalhavam de graça para manter a instituição. A crise mais grave ocorreu em 1900, devido a intrigas políticas entre o governador do Estado e o diretor Arlindo Fragoço. Sem receber salário, todos os professores pararam de trabalhar, com exceção dos de Arquitetura e Física. Para não ter que fechar as portas, Arlindo Fragoço deu todas as outras aulas do programa, durante cerca de dez dias, mantendo a Escola aberta. Em apoio a sua atitude, os outros professores retornaram ao trabalho. Em 1933, a Escola Politécnica passou a ser de responsabilidade da União, representando um alívio diante de sua situação financeira instável. Entretanto em 1938, a Escola foi novamente entregue à responsabilidade do Estado da Bahia. Finalmente, em 1946, com a criação da Universidade Federal da Bahia, a Escola Politécnica foi a esta incorporada definitivamente.

Os profissionais que atuaram na criação da Escola Politécnica ou ficaram encarregados dos projetos de reforma urbana da cidade da Bahia, a exemplo de Theodoro Sampaio, foram oriundos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, fundada em 04 de dezembro de 1810, sob a denominação de Academia Real Militar. O ensino urbanístico ministrado por esta instituição oscilava entre o determinismo mesológico (as condições do meio favoreciam doenças, bem como o modo delas se propagarem) e a teoria microbiana (doutrina de que doenças específicas são causadas por micróbios específicos). Enquanto a primeira atacava não a doença em si, mas as condições propícias a sua manifestação, a segunda atacava as causas. Assim, os projetos urbanísticos se desenvolviam em meio à discussão de consolidação da medicina moderna. Diferente da microbiana, a teoria dos meios não erradicava totalmente a real fonte de propagação das doenças mas minava o ambiente no qual tais seres se desenvolviam. Por isso, ao procurar controlar não somente a natureza como também o próprio meio, ela se prestava muito bem aos intuitos da elite urbana (Costa, 2003: 84/93). Essa teoria vai embasar, como veremos, os projetos de saneamento urbanos de Theodoro Sampaio para a cidade da Bahia.

Anterior à fundação da Escola politécnica do Rio de Janeiro, o ofício de arquiteto não era bem definido, sendo confiado a práticos leigos ou não. Em sua maioria eram “profissionais” (os mestres-de-obras, os engenheiros militares e os

arquitetos) importados da Europa, tanto de Portugal como também da Itália. O esforço destes construtores, como era de se esperar, em vista das constantes ameaças de invasões por parte de franceses e holandeses, concentrou-se na construção de fortificações, fundindo e confundindo, a função do arquiteto com a do engenheiro militar, e vice-versa. Em virtude da falta de profissionais qualificados, as atividades de construção eram realizadas por jesuítas, mas também pela conotação negativa que tinha o trabalho, tais práticas, a exemplo de outras atividades, com o tempo, foram sendo realizadas pela população afro-descendente ou indivíduos brancos pobres, como vimos em Antonil (1982: 75).

Com a emergência do saber urbanístico e a criação da escola politécnica, os construtores passavam a ser “reconhecidos como tais”, desde que se matriculassem na Intendência, e pagassem os devidos impostos, em conformidade com a lei em vigor. Eles eram “divididos em duas categorias, segundo suas habilitações e capacidades”. “Suficientes para levar a cabo toda espécie de construção”, eram considerados construtores de 1ª categoria “os engenheiros e arquitetos diplomados pelas escolas oficiais”, “aqueles cujos diplomas sejam oficialmente reconhecidos”. Já os construtores de 2.ª categoria, seriam aqueles que tinham, “ao menos, um ano de prática satisfatória, nesta cidade”, como também “os que foram aprovados no exame especial, instituído pela Intendência para este fim”. A estes estava restrita a edificação de obras com a utilização de “estruturas metálicas, concreto armado, fundições especiais”, ou seja, que exigissem “conhecimentos técnicos necessários à execução”. Eles poderiam apenas “edificar prédios, até três pavimentos, no máximo, e fazer, em geral, construções e reconstruções simples”<sup>64</sup>.

Contudo, podiam ser reconhecidos como construtores de primeira categoria, os não-diplomados, desde que tivessem “notória competência, a juízo da Intendência, já tendo demonstrado sua capacidade, executando com perícia obras de vulto, nesta ou em outras localidades”; como também os construtores de segunda categoria poderiam realizar qualquer obra reservada aos de primeira, “sempre que a direção técnica das obras [coubesse] a um arquiteto ou engenheiro”. Estes deveriam assinar “as plantas juntamente como os construtor”. Assim, os projetos para a construção de espaços públicos deveriam ser assinados pelo arquiteto ou engenheiro, já a sua execução, “no caso de ser mais simples”, poderia “ser levada a

---

<sup>64</sup> AHPMS, Postura n.º 25” In: INTENDENCIA MUNICIPAL DO ESTADO DA BAHIA. Código de Posturas Municipais: cidade de Salvador. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921. p. 15.

efeito (...) por construtores de segunda categoria”<sup>65</sup>. Fica evidente a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual entre o pensar e o executar. Enquanto o “trabalho pesado”, “braçal” era executado pelos construtores de segunda categoria, aos de primeira, limitava-se “a parte técnica da obra”. As distinções entre as categorias de construtores eram operadas não somente pelo tipo de capital cultural objetivado pelos diplomas, como também pelo tipo de atividade a ser realizada, “obras de vultos” para uns e “simples” para os outros.

Em suma, os saberes médico, jurídico e urbanístico, foram se constituindo com base nas ordens que os fundam: a ordem médica, a jurídica e a urbanística. Os médicos, advogados e engenheiros as executam, são seus funcionários. Tais ordens se impuseram pela prática de seus funcionários. Assim, podemos associá-los à figura do sacerdote dentro do esquema weberiano, tal qual analisado por Bourdieu (1987). Os sacerdotes têm papel fundamental, pois através desses agentes a relação de poder penetra no sistema simbólico. Vistos como funcionários de uma « empresa » permanente e organizada em moldes burocráticos que conta com lugares e instalações especiais para o culto, os sacerdotes recebem treinamento especial na doutrina, a qual é ao mesmo tempo um sistema intelectual e racional e uma ética específica, sistemática e coordenada, cuja difusão se realiza através de uma prática regular. O capital cultural adquirido nestes campos vai permitir aos grupos da elite baiana travarem lutas no campo político com os agentes das camadas populares, pela desvalorização das práticas da cultura afro-descendente destes agentes, tidas por “incivilizadas”. Eliminando outros discursos e, conseqüentemente, o próprio doente, criminoso ou habitante, os saberes médico, jurídico e urbanístico, respectivamente, marginalizam no interior dos campos uma série de agentes, cujas práticas passavam a ser vistas como não-científicas.

No interior do campo político, foram, então, travadas lutas pela imposição da definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo, ou seja, nesta situação, os agentes (os grupo da elite e as camadas populares) se confrontaram pela imposição legítima não só de novos saberes, mas também das diferentes maneiras de desempenhar a função exigida pelo campo. Os confrontos foram pela definição, isto é, pela delimitação das competências; competência no sentido jurídico do termo, vale dizer, como delimitação de uma alçada (Bourdieu, 1990: 120). O que

---

<sup>65</sup> Idem.



estava em jogo especificamente nessas lutas era o monopólio da autoridade definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social, isto é, o monopólio da competência, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que até então era outorgada pelo saber religioso. A tradição dos médicos, bacharéis e engenheiros na política, iniciada no Império (Coelho, 1999; Carvalho, 2003), não se esgotou com o período republicano, antes assumiu contornos diferenciados, incorporando novas tarefas sob o novo regime: civilizar, higienizar, modernizar, moralizar, normatizar, regulamentar, urbanizar.

Os engenheiros, seus executores, encontravam nos médicos as justificativas necessárias para empreenderem as reformas urbanas e; nos juristas o respaldo legal. Os discursos desses profissionais impunham sua coerção não somente ao doente, ao réu e ao habitante, segundo suas leis próprias, mas aos outros agentes que nesses campos de saberes procuravam atuar e eram marginalizados, como os curandeiros, rúbulas e construtores de segunda categoria. O discurso era legitimado pelo capital cultural portado por aqueles profissionais. Um discurso em prol da salubridade, da fluidez e da estética (Pinheiro, 2002: 253/5).

Dessa forma, a partir da confluência dos saberes médico, jurídico e urbanístico foi possível aos grupos da elite baiana construir um discurso ideológico em prol de uma cidade disciplinar, através da implementação do projeto reforma urbana durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. A cidade materializava-se como uma produção simbólica de um processo histórico dinamizado pelo conflito de grupos sociais. Sua organização empreende um esforço no sentido de anular o percurso e o discurso das camadas populares em permanente conflito com a elite, não apenas anulando a existência de determinados agentes (os afro-descendentes) e até mesmo instituições (escravidão), como também, definindo o lugar de cada agente social no espaço da cidade.

Tomando como ponto de partida a ideologia enquanto (Chauí, 2001:108)

um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que identificam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem valorizar e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.

Podemos perceber a construção dessa cidade disciplinar enquanto (p. 108/9)

um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção.

O discurso ideológico em torno da cidade moderna e civilizada foi caracterizado pela ocultação/eliminação da divisão, da diferença e da contradição. Ele permitia a montagem de um imaginário e uma lógica de identificação social com a função precisa da escamoteação do conflito, da dominação, da presença da pluralidade, dando-lhe a aparência de universalidade. Ela se mantinha com uma lógica coerente, que exerce um poder sobre os indivíduos, fazendo-os acreditar numa pretensa harmonia. Com base em Le Goff (1994: 419; 470), podemos afirmar que o discurso ideológico dos grupos da elite baiana sobre a cidade configurou-se como fragmentos tanto de uma memória individual, “conjunto de funções psíquicas, graça às quais o homem pode atualizar impressões ou informação passadas, ou que ele representa como passadas”; como de uma memória coletiva, “um instrumento e um objetivo de poder (...) que melhor permite compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, [isto é,] esta manifestação da memória”.

Essa ideologia de cidade disciplinar começou a se corporificar a partir da implantação do projeto de desenvolvimento e melhoramento urbano que procurava efetivar, mediante, a intervenção na estrutura física das cidades, a implantação da campanha de normatização para o uso pelos habitantes da cidade tanto dos espaços públicos quanto dos espaços privados, em especial, pelas camadas populares (Cf. Capítulo VIII). Normatizar significou, pois, estabelecer normas de comportamentos relativas à postura, aos gestos, ao vestuário, ao trabalho, às práticas do espaço, isto é, prever, controlar, instalar e manter comportamentos individuais e coletivos adequados ao novo modo de vida urbano por meio de novas formas de sociabilidade. Ao vínculo entre urbanização e normatização dos espaços agregam-se outros sucessivos, contínuos, múltiplos e recíprocos elementos do discurso ideológico de modernização propagado pela elite baiana: civilização, moralização dos costumes e ações de controle social, implantação de uma política de combate, o controle e a prevenção de enfermidades, bem como, a apropriação de ações de desafricanização dos costumes. Nas palavras de Maffesoli (1985: 16), procura-se efetivar a *domesticação dos costumes*.

A remodelação material criava em sua população, principalmente nos setores ligados à elite, a expectativa de que junto com a destruição dos velhos edifícios arquitetônicos da herança do período colonial, desaparecessem práticas e costumes que impregnaram a cultura da população, bem como a turba de afro-descendentes (trabalhadores, moleques, crianças órfãs, velhos, doentes, mendigos e vadios) que perambulavam pelas ruas da cidade da Bahia, constituindo-se uma ameaça constante, um perigo iminente à ordem pública. Os melhoramentos materiais, pelos quais passaria a cidade, teriam como resultado a adoção de hábitos ditos cultos pelos habitantes da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos. Para a elite, a implantação do projeto de reforma urbana para a cidade, conforme aos princípios de estética moderna, impulsionaria a moralização dos costumes. O discurso modernizador procurava, através da urbanização, transformar a obrigação de viver em sociedade em disposição para a vida coletiva e dotar cada habitante da cidade de um ‘espírito urbano’.

Deveria haver uma adesão voluntária por parte dos habitantes da cidade a “un conjunto de reglas definidas y especiales que determinan imperativamente la conducta” (Durkheim, 1947: 40). Se por um lado, a moralização “determina[ria], fija y regulariza[ria] las acciones de los hombres, supones en el individuo cierta disposición a vivir una existencia regular, un cierto gusto por la regularidad”; por outro, as regras morais (p. 41)

Determina[riam] la conducta desde fuera, e imperativamente, es necesario, para obedecerlas y, por consiguiente, para encontrarse em condiciones de actuar moralmente, tener el sentido de esta autoridad sui generis que lê es inminente.

Um novo sistema de habitus, “un [nuevo] sistema de mandatos” (p. 38) estava sendo implantado por meio do discurso urbano-modernizador: um conjunto das normas para o agir específico ou concreto e que, por isso, estaria contido nos códigos, que tendem a regulamentar o agir das pessoas. Teríamos, assim, o primeiro elemento definidor da moralidade: a disciplina. Esta teria por função regular a conduta dos homens em sociedade, implicando em atos que se repetiriam em condições determinadas, através da autoridade. Nesse sentido, a disciplina moral serviria não somente à vida moral, mas para a formação do caráter e da personalidade dos homens, sendo o mais essencial desta formação a atitude para poder dominar suas paixões, desejos, hábitos e submetê-los à lei.

Outro elemento da moralidade seria a adesão dos indivíduos aos grupos sociais dos quais fazem parte. Isso porque a moralidade só começaria a partir do momento em que fizéssemos parte de um grupo humano. Se por um lado, todo homem somente estaria completo por pertencer a diversos grupos; por outro, a moralidade somente se completaria na medida em que nos sentimos solidários nestes grupos a que pertencemos (família, corporação, partidos políticos, pátria, humanidade). Em outras palavras, o domínio da vida moral teria início no momento em que impera a vida coletiva, pois todo homem é um ser moral na medida em que se é um ser social. Assim, a sociedade se sobrepõe ao indivíduo, ao mesmo tempo em que, dele se diferencia. Entretanto, entre ela e o indivíduo não existe vazio, o que permite a adesão dos indivíduos a essa moral.

O terceiro e último elemento da moralidade consiste na autonomia da vontade. Embora a moral seja um conjunto de normas que regem a conduta dos indivíduos e, por isso, exterior, coercitiva e prescritiva, cada indivíduo possui a autonomia de aderir a ela ou não. A moral é concebida enquanto uma autoridade a qual se deve obedecer: é a moral que manda. Desse ponto de vista, a sociedade, as regras e a moral aparecem como realidades que constroem o indivíduo, que limitam a sua ação e a possibilidade de realização de suas vontades. Viver em sociedade representaria, assim, um sacrifício ou, no mínimo, um incômodo. Mas, se a moral só tivesse o lado coercitivo, seria muito difícil explicar a existência da ordem social. Ao ser concebida como uma coisa boa, que atrai a vontade, provocando a espontaneidade da adesão, o indivíduo passa a ver a moral não como um conjunto de obrigações estranhas a ele, mas como um conjunto de direitos e deveres que ele precisa e, acima de tudo, quer respeitar.

Nenhum indivíduo poderia sobreviver por muito tempo com base apenas na coerção imposta pelo grupo ou sociedade de que faz parte. Pessoas muito insatisfeitas são capazes de enfrentar qualquer tipo de perigo para encontrarem uma saída. A moral não se restringe apenas a obrigações desagradáveis que se tem de seguir independentemente da vontade individual. Diz respeito às coisas que se quer e necessita. Nesse caso, a coerção deixa de fazer sentir, transformando-se em respeito. A obrigação se transforma em um dever. Algo que poderia ser visto como um sacrifício passa a ser visto como um prazer. Isso acontece porque a realização do homem estaria atrelada a sua adesão à sociedade ou grupo. Para a elite, somente entre outras pessoas, num meio onde exista ordem e um conjunto de

instituições morais reguladoras do comportamento coletivo, o indivíduo pode encontrar segurança (física ou psicológica) e tranqüilidade para levar a sua vida.

Educar para a vida urbana torna-se a bandeira de ordem. Com a abolição da escravidão e diante da impossibilidade superar o perigo eminente em virtude da presença de um continente populacional afro-descendente, cujo histórico evidenciava revoltas e motins, eram necessária medidas urgentes para a manutenção da ordem. Dentre elas, a criação de instituições de assistência social na cidade da Bahia, como (Leite, 1996: 139/40)

O Liceu de Artes e Ofícios e a Casa Pia e Colégio dos Órgãos de São Joaquim (...) [que] ofereciam-lhes cursos profissionalizantes. Iniciativas particulares tomadas por figuras ilustres da sociedade, onde destacavam-se as senhoras dedicadas à caridade, tinham a criança como alvo, dois exemplos são a “Liga de Proteção à Infância”, sob a direção do prof. Alfredo de Magalhães, e a “Protetora da Infância Desvalida”, associação que voltou a reunir em 1913 após mais de dez anos desativada.

E a Sociedade Treze de Maio, “com sua sede na capital e suas filiais nas comarcas”, tendo por objetivo primeiro

Dar instrução primária, moral e religiosa aos libertos e ingênuos de qualquer idade, sexo e profissão, auxiliando-os para tal fim com os recursos de que puder dispor<sup>66</sup>

Buscava-se a preservação da moral visto que se tornava cada vez mais freqüente, como pode ser confirmado na imprensa da época ainda no período da escravidão, queixas acerca do comportamento inadequado de sujeitos das camadas populares, como a deste ofício publicado em 1877 no jornal Alabama

Expediente

... Ao mesmo [Ilmo. Sr. Dr. Chefe de polícia], reclamando correção para um crioulo ganhador, que já foi vendendor do Diário de Notícias, alcunhado o Perú, pelo modo obsceno por que transita publicamente vestido com umas calças cujos dianteiros desapareceram de todo, e deixam ver sem reservas aquelas partes do corpo vedadas a castidade. Custa crer que espetáculo tão hediondo se dê uma capital da Bahia!<sup>67</sup>

Além dos modos despudorados, as queixas se referiam à desordem e embriaguez por parte dos indivíduos dos segmentos populares

---

<sup>66</sup> APEB, Diário de Notícias, 26 de maio de 1888, p. 01.

<sup>67</sup> APEB, Alabama, 14 de janeiro de 1877, p. 01.

Da parte da polícia do dia 08 de junho:

Pela subdelegacia da Sé, João Maria, crioulo, carapina, por desordem; Pela de Sant'Anna, Maria Conceição, crioula costureira, e Clara do Rosário, africana liberta, ganhadeiras, ambas por insultos; Pela do 1º Distrito de Santo Antonio, Fellipa, crioula, lavadeira, por desordem;

Dia 09 [de junho]

Pela sub delegacia da Sé, Manoel da Paixão e Severo do Nascimento, pardos escuros, ambos por embriaguez e desordem; Pela do 1º Distrito de Santo Antonio, Joaquim Ferreira da Rocha, crioulo, roceiro, também por desordem.<sup>68</sup>

Outra finalidade da Sociedade Treze de Maio diz respeito às questões de inserção no trabalho

Fornecer-lhe colocação útil, entendendo-se com as pessoas que precisarem dos serviços deles e deixando entre uns e outros plena liberdade para regulamentarem a redistribuição do serviço e fazendo intervir, no caso de menor idade, a autoridade competente.<sup>69</sup>

Como a noção de vadiagem foi ganhando ao longo do século XIX contornos mais nítidos por meio de uma lógica abstrativa embasada nas idéias de Frégier, sobre a questão do trabalho, da ociosidade e da criminalidade, ou seja, da equivalência entre “classes pobres” e “classes perigosas” (Cf. Capítulo V), os vadios e demais agentes das camadas populares passavam a ser vistos naturalmente como classes perigosas porque ofereciam problemas para a organização do trabalho e da manutenção da ordem pública

Participar às autoridades competentes quais os que não têm colocação e vivem vagabundos, afim de que elas usem meios legais.<sup>70</sup>

Por conta do controle social imputado aos habitantes citadinos, a urbanização da cidade da Bahia transformava a remodelação material em consonância com o novo modo de vida urbano em reforma social: “a [urbanização] como modo de vida” (Wirth, 1976). As reformas, ao serem internalizados os novos modelos pelos habitantes da cidade, influenciando-os, deveriam cumprir uma finalidade de ordem educativa sobre os seus habitantes e, especialmente, sobre as camadas populares: as reformas, pelos bons exemplos que estas representavam, passariam a orientá-los

<sup>68</sup> APEB, Correio da Bahia, 16 de junho de 1871, p. 01

<sup>69</sup> APEB, Diário de Notícias, 26 de maio de 1888, p. 01.

<sup>70</sup> Idem.

(Herschurmann & Pereira, 1994: 27). A urbanização procurava desencadear formas de controle social por meio da limpeza, procurando (Chalhoub, 1986: 101)

abarcando todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano: este controle se exerce desde a tentativa de normatizar ou regular as relações de amor e de família, passando, nos interstícios, pela vigilância e repressão contínuas dos aparatos jurídico e policial (...) O empreendimento do controle social no mundo capitalista, portanto, diz respeito à totalidade das relações sociais por definição.

Higienizar os espaços citadinos, como forma de desafricanizar os comportamentos dos pobres e trabalhadores passava, então, a compor o discurso urbano-modernizador, como fica sugerido no título dessa notícia publicada no jornal “A tarde” de 24 de abril de 1916

FIGURA XI



Fonte: APEB, A Tarde, 24 de abril de 1916.

Dessa forma, a elite baiana procurava gerar novas relações sociais para as esferas pública e privada em formação com vista a diminuição da espontaneidade dos sujeitos, uma vez que, quanto mais contidos, eles reprimiriam seus instintos e conteriam sua violência, adquirindo hábitos cada vez mais civilizados

A civilização impõe preceitos, traça normas, estabelece formulas que podem ser tidas como sacrifícios ou exigências para os espíritos rotineiros e comodistas, mas que são necessários, urgentes mesmos, para a grande coletividade que constitui a população de uma cidade, bairro ou simplesmente rua<sup>71</sup>.

Segundo Elias (1994: 23), a ação de civilizar “refere-se a uma grande variedade de fatos ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode referir-se

<sup>71</sup> APEB, Diário de Notícias, 27 de fevereiro de 1912, p. 01.

ao tipo de habitações ou à maneira como os homens e mulheres [crianças, jovens, adultos ou idosos] vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos”. No geral, nada estaria excluído do conceito, não haveria o que pudesse ser pensado, feito ou sentido de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’. Ao ser coagido socialmente, o indivíduo passava a portar-se adequadamente, aumentando o grau de consideração esperado pelos demais, porque qualquer deslize implicaria em sanções (Elias, 1994: 90/1). Os comportamentos seriam orientados pela vigilância e controle alheios, responsáveis pela aceitação e respeito às regras que organizam e hierarquizam o convívio social.

No particular, o conceito expressaria a autoconsciência dos grupos da elite baiana. Tais grupos, para serem reconhecidos enquanto tais, necessitavam marcar e manter um distanciamento de outros grupos sociais (camadas populares), que habitavam a sociedade baiana, conseguido por meio do desempenho de papéis tidos por civilizados. Ocorria, desse modo, a formação de polaridades, anulando possíveis diversidades internas à elite, frente à constituição de um outro, o “incivilizado”, também absolutamente homogeneizado (Schwarcz, 1987: 249). Como diria Evan-Pritchard (1978: 149), o indivíduo pertencente aos grupos de elite se via “como membro de um grupo enquanto oposição a outros grupos, e v[ia] a um membro de outro grupo como membro de uma unidade social por mais que est[ivesse] fragmentada em segmentos”. Logo, “os membros [dos grupos da elite] consideram-se a si mesmos como [grupos distintos] e (...) agem como tais” (p. 10).

A condução dos processos de desenvolvimento urbano ficou a cargo do poder público federal, estadual e municipal, havendo casos da articulação das três esferas (Leite, 1996: 15). Dessa forma, a esfera pública desenvolveu-se a tal ponto que sua atuação se sobrepôs ao domínio privado. A comprovação deste fato faz-se por meio do número de interdições pelos órgãos públicos de habitações e estabelecimentos considerados insalubres. Dentre os episódios que exemplificam melhor a sobreposição do público ao privado, estão os referentes à destruição do mais celebre cortiço carioca (Cabeça de Porco)<sup>72</sup> e à Revolta da Vacina<sup>73</sup>, ocorridos no Rio de Janeiro, até então, a capital do Brasil. Na Bahia, em 1912, a criação do Juízo dos Feitos da Saúde Pública evidencia também tal sobreposição:

---

<sup>72</sup> Sobre a destruição dos cortiços no Rio de Janeiro, ver Chalhoub (1996) .

<sup>73</sup> Sobre a Revolta da Vacina, ver além de Chalhoub (1996), CARVALHO, J. M. (1987) Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras,.; SEVCENKO, N. (1984) A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense.



§ 12 Não pode a justiça sanitária, nem qualquer outra auctoridade judiciária conceder interditos processórios contra os atos da auctoridade sanitária exercidos *satione imperi*, nem modificar ou revogar os atos administrativos ou medidas de hygiene e salubridade por ella determinadas nesta mesma qualidade; fica salvo a pessoa lesada o direito de reclamar judicialmente as perdas e danos de que fôr victima se o acto ou medida da auctoridade sanitária tiver sido ilegal, e promover a punição penal se tiver sido criminoso.<sup>74</sup>

Com base em Birman (1995), podemos afirmar que, por traz de tais ações, desencadeadas desde a segunda metade do século XIX, estava a idéia de que a civilização e a prosperidade do "povo" seriam alcançadas com a solução dos problemas de higiene pública. A crença de que a higienização da sociedade seria resultado do emprego de técnicas científicas neutras serviu de suporte ideológico para campanhas saneadoras impopulares ocorridas tanto no Império quanto na República. Havia a expectativa, por parte dos grupos da elite, "de fazer a civilização européia dos trópicos", o que, na prática, significava efetuar uma política pública sem legitimar a participação dos envolvidos no processo de urbanização da cidade (Chalhoub, 1996: 35). O discurso ideológico e as campanhas higienistas voltavam-se mais aos valores da elite do que à qualidade de vida das vítimas das doenças que proliferavam na cidade (Rago, 1997; Chalhoub, 1996: 168/180).

A urbanização da cidade da Bahia procurava transformá-la num sistema de controle social através da conjugação de várias técnicas de classificação, de seleção, de vigilância, de controle, ramificadas pela sociedade a partir de uma cadeia hierárquica vindo dos grupos de elite e multiplicadas numa rede de poderes interligados e capilares (Foucault, 2002). Os habitantes seriam selecionados e catalogados individualmente, não no sentido de valorizar suas particularidades que o fazem um ser único, "um indivíduo portador dos saberes de seus ancestrais", mas para melhor controlá-lo. O sentido é dissecar o corpo social, transformar sua população pobre e livre em micro seções individuais, para conhecer e controlar. E assim, o projeto de reforma urbana procurava, por meio da higienização dos espaços, afim de desafricanizar os costumes das camadas populares, transformar a cidade num centro aprazível, moderno e civilizado. O combate às representações de cidade suja e cidade negra colocava em evidência a construção da imagem de uma cidade européia nos trópicos (de preferência francesa, não mais portuguesa).

---

<sup>74</sup> APEB, Leis do Poder Legislativo e Decretos do Poder Executivo do Estado da Bahia do Ano de 1912. Bahia, Typographia Bahiana, 1913.

## PARTE III: O PROCESSO

O desenvolvimento do projeto de reforma urbana na cidade da Bahia visava não somente a efetivação, mediante uma política de combate, de controle e de prevenção de enfermidades e a intervenção na sua estrutura física, como também uma campanha de 'normatização' para o uso tanto dos espaços públicos quanto dos espaços privados pelos seus habitantes, em especial, pelas camadas populares. Dois domínios sociais básicos serão alvos das políticas urbano-higienistas difundidas pelo processo de intervenção urbana iniciado com a construção do Elevador Lacerda. Tanto a casa quanto a rua baianas receberam uma atenção especial, a primeira, porque era considerada a unidade mínima, célula base da estrutura urbana e, a segunda, porque encarnava as metáforas de todos os vícios: sujeira, vadiagem, mendicância, prostituição, ou seja, a desordem de um modo geral. Muitas das práticas populares e usos que os habitantes da cidade faziam da rua, seja para o entretenimento, seja para o trabalho, passaram a sofrer censuras, sendo instituídas novas formas de controle. Aos indivíduos das camadas populares restavam apenas duas possibilidades de ação pela manutenção de territórios: se, por um lado, a vida programada no e pelo espaço tendia a reduzi-los à "passividade" e ao silêncio, por outro, eles se revoltavam e, sua revolta os levava à apresentação de contra-projetos, de contra-espacos, de reivindicações com base em conflitos e negociações. Todavia, tanto uma quanto a outra devem ser entendidas dentro do conjunto de situação do qual participavam esses agentes como forma de resistência ao discurso dos grupos de elite.



Fonte: IGHB, SAMPAIO, T. (1919) "Relatório e projeto para uma cidade nova (A cidade luz) Na Pituba, nos terrenos de propriedade do sr. Manoel Dias da Silva pelo eng.º Theodoro Sampaio". Salvador: Imprensa Oficial do Estado.



## CAPITULO VII BAHIA: CIDADE NEGRA, CIDADE SUJA

### Sallubridade

*O ser ella tam salutífera e livre de enfermidades  
Procede dos ventos que cruzam nella  
E como todos procedem da parte do mar  
Vem tam puros e coados  
Que nam somente nam danam  
Mas recream e acerescentam a vida do homem.*

*(Oswald de Andrade)*



o decorrer do século XIX, os limites da cidade foram se modificando lentamente. Na primeira metade do século XX, o termo da cidade era composto por doze distritos “urbanos” (Sé, São Pedro, Vitória, Sant’Anna, Nazaré, Rua do Passo, Santo Antonio, Brotas, Conceição da Praia, Pilar, Mares e Penha) e oito distritos “suburbanos” (Pirajá, Paripé, Aratu, Cotegipe, Matoim, Passé, Maré, Itapoan)<sup>75</sup>. A estrutura do núcleo urbano da cidade não sofreu nenhuma alteração significativa, mantendo a mesma divisão do início do século XVII, em duas partes: a “Cidade Alta”, onde se encontra o centro administrativo, político e religioso, assim como as residências e; a “Cidade Baixa”, a praia, onde se localiza o porto e seus armazéns<sup>76</sup>. Daqueles distritos, dois eram centrais, no alto, o da Sé e na “Cidade Baixa”, o da Conceição da Praia. Tomando como referência esta centralidade, os distritos que compunham o termo da cidade da Bahia eram extensos e pouco povoados quando afastados deste centro, e menores e densamente povoados quando próximos a ele.

<sup>75</sup> AHPMS, Código de Postura do Município da cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia. 05 de novembro de 1920, p. 05/6.

<sup>76</sup> Embora façam parte do município os denominados distritos “suburbanos”, vamos apenas considerar, no decorrer da análise que se segue, os distritos “urbanos” pois neles foram implementadas de forma mais efetiva as reformas urbanas.

Segundo Mattoso (1992: 42/3), em seu estudo sobre o século XIX, a cidade da Bahia apresentaria os seguintes limites:

A leste, esses limites partem da praia oceânica de Ipitanga; ao norte, atingem o fundo da baía de Aratu. A seguir, prolonga-se pela orla norte do canal de Cotegipe, incorporando todas as praias costeiras até a ponta do Passé. A partir daí, os limites municipais vão, em linha reta, por mar, de nordeste a sudeste, até dois quilômetros ao largo de Bom despacho, em Itaparica, onde a profundidade atinge quarenta metros, e de lá, finalmente, à ponta de Santo Antônio. O município de Salvador compreende, assim, ao norte, a grande ilha da Maré e suas ilhotas. Abrange igualmente vasta extensão de mar interior que, onde é mais largo, chega a quinze quilômetros, entre Plataforma, no continente, e o extremo leste do município, ao largo de Bom Despacho.

Durante o século XIX, os distritos urbanos da Cidade Alta (Brotas, Passo, Sant'Anna, São Pedro, Santo Antônio além Carmo, Sé e Vitória), moradia da maioria da população, eram bonitos e acolhedores, mas, assim como os distritos da Cidade Baixa (Conceição, Mares, Penha e Pilar), eram carentes de infra-estrutura. Estavam localizados sobre e para além da falha geológica, seguindo a oeste a escarpa e abaixo a praia; as duas gargantas, ao norte e ao sul, o Taboão e a Barroquinha e; a leste, para além do vale do Rio das Tripas. Avé-Lallemant (1980: 22), assim, a descrevia

Em cima, no alto, para o interior, a cidade alta, continuação aclimatada da cidade baixa, uma babel de casas, igrejas, conventos, um caos de vielas, praças, recantos, becos, travessas, que sobem e descem, e em cuja conexão, só depois de algum tempo, pode o recém-chegado descobrir alguma ordem.

A Sé era o principal distrito da parte alta. Nela estavam concentrados os principais edifícios públicos e religiosos. Em torno da Praça do Palácio encontravam-se a Casa da Moeda (demolida em 1875), a Casa da Relação (demolida em 1872), a Casa da Câmara e Cadeia, e o Palácio dos Governadores, sendo estes dois últimos descritos por Maximiliano de Habsburgo (1982: 135/6), quando em visita pela cidade, em 1860, enquanto construções monumentais apesar da simplicidade, não demonstrando muito luxo se comparados aos edifícios particulares<sup>77</sup>. Essa área corresponde ao núcleo inicial construído por Tomé de Souza e sua ampliação. E, ao norte da referida praça, a Igreja da Santa Sé (demolida em 1933, para dar passagem aos trilhos dos bondes), a Santa Casa de Misericórdia e o Palácio

---

<sup>77</sup> As construções monumentais constituíam-se uma forma de demonstração do poder e riqueza ostentada pela cidade ao longo dos dois séculos, período no qual esteve como sede do governo-geral de 1549 a 1763.

Arquiepiscopal e, mais adiante uma segunda praça, o Terreiro de Jesus, que aparece nos poemas de Gregório de Matos como sendo o espaço no qual eram disseminadas as fofocas no século XVII

Em cada porta um freqüentado olheiro,  
que a vida do vizinho, e da vizinha  
pesquisa, escuta, espreita, e esquadrinha,  
para a levar à Praça, e ao Terreiro.

Nesta mesma praça, estava o antigo prédio do Colégio dos Jesuítas, que no século XIX passava a abrigar a Faculdade de Medicina da Bahia. Centro religioso da cidade, ela também servia de passagem para as pessoas que se deslocavam para os outros distritos como Santo Antônio Além do Carmo, Passo e Santana, bem como servia de acesso para os distritos da Cidade Baixa.

Ainda na direção norte, descendo do Terreiro de Jesus, vamos encontrar o Pelourinho, conjunto arquitetônico constituído por diversos sobrados de até cinco andares. A morada dos grupos da elite até meados do século XIX, o distrito da Sé, cujo luxo e esplendor demonstravam-se pela presença dos imponentes sobrados, passava a ser habitado por indivíduos pertencentes às camadas médias e, em maior número, às camadas pobres da sociedade baiana (Nascimento, 1986. 69).

No fim da rua das Verônicas, não muito longe do Convento e Ordem Terceira do São Francisco, aglomeravam-se pardos, cabras e pretos, livres e libertos, poucos escravos, com ocupações primárias de prestações de serviço autônomos, como “vende água”, de três africanas livres, “vende lenha”, “vende mingau”, “tem venda na porta”, “carrega cadeira”, “de ganho”, “rema saveiro”.

#### O distrito da Sé (Nascimento, 1986: 70)

tinha o aspecto e a posição de uma mulher envelhecida e gasta, incapaz de um gesto para alcançar um melhor lugar posto ou posição na sociedade. Diluída, deixava o tempo correr. Desintegração social e material do seu antigo *status*, era o que estava acontecendo à freguesia da Sé, nos meados do século XIX<sup>78</sup>.

Com o abandono da população da elite, que migrava para “bonitas casas com jardins, sobretudo na extremidade sul da cidade alta, na chamada Vitória” (Avé-Lallemant, 1980: 26), na segunda metade do século XIX, a Sé transformou-se em área pobre e “degradada”, servindo de morada para as camadas populares, com gente se

---

<sup>78</sup> Chama-nos atenção a forma como a autora procura representar a decadência da freguesia da Sé, a de uma mulher impotente diante da mudança incapaz de promover uma transformação para recuperar seu antigo *status*.

amontoando, em virtude da migração decorrente da crise da economia açucareira e abolição da escravatura. O pelourinho, em virtude da especulação imobiliária, transformou-se num imenso cortiço, cujos sobrados abrigavam inúmeras famílias.

As freguesias centrais, residência da camada abastarda da população (as famílias dos grandes comerciantes locais e dos tradicionais senhores de engenho, acompanhadas das suas respectivas escravarias) desde a fundação da cidade, passaram a abrigar os grupos sociais mais pobres, a população afro-descendente permanece e que se muda são os grupos da elite. Os sobrados eram subdivididos para a acomodação de usos distintos ou o alojamento de várias famílias de trabalhadores. Quando a ocupação dos prédios atingia seu limite restava a estes indivíduos a ocupação de cômodos construídos nas áreas disponíveis (pátios, quintais, etc.) nos terrenos ao redor dos sobrados. Denominadas de “casinhas”, estas habitações eram “construídas de modo precário, enfileiradas e somente com uma parede servida de divisória entre os cômodos, que individualmente se constituíam nas unidades habitacionais propriamente ditas” (Cardoso, 1991: 53). Casinhas como aquelas “sitas em um terreno na rua Dr. Seabra que se confirma com o quintal do Ginásio S. Salvador e demais prédios da rua Visconde de Itaparica”, visitadas pelo dr. Pedro Autran Junior, auxiliar do inspetor sanitário do distrito da Sé, no início do século XX, encontravam-se em “péssimas condições de higiene”<sup>79</sup>. Tal situação inviabilizava tanto o isolamento das pessoas infectadas por doenças contagiosas, permitindo a rápida expansão de surtos epidêmicos, quanto a prática de incendiar o cômodo onde teria sido detectada a doença, visto que era eminente o risco do fogo se propagar de modo incontrollável. Estas também serão razões favoráveis para a criação de hospitais de isolamento, como especificada nos art. 168 a 182 do “Regulamento que com este baixa para execução da lei n.º 628 de 14 de setembro de 1905 sobre o serviço sanitário”<sup>80</sup> e difusão do discurso político e ideológicos da elite sobre a cidade (Cf. Capítulo VI).

Nas freguesias urbanas, predominavam também as chamadas casas térreas, moradia da população de baixa renda. Estas freguesias possuíam, em meados do século XIX, duzentos e trinta e quatro quarteirões, com setenta e três casas de quatro andares, duzentas e vinte e cinco de três andares, quinhentas e cinquenta e nove de dois andares, mil quatrocentas e sessenta de um andar e cinco mil

---

<sup>79</sup> APEB, A Bahia, 14 de junho de 1907, p. 02.

<sup>80</sup> APEB, A Bahia, 10 de agosto de 1907, p. 01.

novecentas e noventa e duas casas térreas, totalizando oito mil trezentas e nove habitações. As habitações de quatro e três andares parece ter sido características das freguesias com função voltada para o comércio, pois a de Nossa Senhora da Conceição da Praia junto com a do Santíssimo Sacramento do Pilar abrigavam 83,2% desse tipo de habitação. Predominava em todas as freguesias as casas térreas, sendo a mais comum, pois totalizavam 72,1% das habitações. Destas 17% estavam em Santo Antonio além Carmo, 21% em São Pedro Velho e 17,5% em Santana do Sacramento (Nascimento, 1986: 30/1; 43). Dependendo das posses do seu usuário, os materiais empregados nas casas térreas eram muito diversos: pedra e cal, tijolo ou taipa de mão ou adobe e telhados de telha vermelha ou palhas.

Esta situação parece não ter se modificado muito na primeira metade do século XX, pois a cidade da Bahia vivia em situação crítica no que se refere à moradia para as camadas populares, que, além da falta de condições de saneamento e higiene, sofria dos males da carestia, como bem observa Castellucci (2001: 54), analisar as condições de vida dos trabalhadores da cidade, durante a segunda década do referido século

A classe trabalhadora, que já vivia em habitações condenáveis nos velhos casarios, cortiços e casas de cômodos, sujeitas às epidemias e enfermidades causadas pela falta de saneamento e higiene, passou a sofrer dos males da carestia de vida também de modo muito intenso na questão habitacional a partir da guerra em função da crescente perda do poder aquisitivo dos seus salários.

Segundo o autor, a crise de moradia e as questões relacionadas com a instabilidade do emprego e da compreensão salarial e com a carestia e especulação dos gêneros alimentícios de primeira necessidade tornaram ainda mais insuportáveis as condições materiais de vida da população pobre e trabalhadora, que por sua vez, irrompia em movimentos reivindicatórios, como a greve geral em 1919. que faziam ecoar na cidade o *grito pela sobrevivência* (Santos, 2001: 101/86). Tais questões referentes à problemática urbana eram agravadas com o crescimento demográfico.

Durante o final da segunda metade do século XIX e o início da primeira metade do século XX, a cidade da Bahia deixa de ser a segunda maior cidade brasileira, sendo superada por São Paulo, que, juntamente com o Rio de Janeiro, teve um aumento populacional muito expressivo. Contudo, num período de aproximadamente meio século, a população da cidade da Bahia cresceu 119,52 %, numa média de 23,9% a cada década. Mesmo ocorrendo num ritmo considerado



lento, esse crescimento populacional, associado a uma estrutura urbana que, ao longo dos três séculos, sofreu poucas alterações, contribuiu para o agravamento dos problemas que comprometiam a habitabilidade da cidade. Segundo estimativa de Sampaio e Leme, o coeficiente predial chega a 11 indivíduos por prédio. A cidade era um “centro populoso, não saneado, seriamente perseguida pela tuberculose, pelo tifo, pelo *impaludismo e pela varíola, a julgar-se*”<sup>81</sup>.

O crescimento demográfico impulsionava uma série de transformações na organização e no ordenamento da cidade, uma vez que, embora tivesse perdido o posto de capital (1763) e de segundo maior núcleo urbano do país (século XX), a cidade da Bahia ainda mantinha a sua importância enquanto porto. Mesmo não conhecendo um aumento populacional tão expressivo com o das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, ela também acompanhou a tendência de crescimento demográfico para o período

**TABELA VI  
CRESCIMENTO POPULACIONAL DAS CAPITAIS BRASILEIRAS  
E DO DISTRITO FEDERAL**

		Ano			
		1872	1890	1900	1920
Cidades	DF	274.972	522.651	811.443	1.157.873
	São Paulo	31.385	64.934	239.820	579.033
	Salvador	129.109	174.412	205.813	283.422
	Recife	116.671	111.106	113.106	238.843
	Belém	61.997	50.064	96.560	236.402

FONTE: LEITE, R. C. N. (1996) *E a Bahia civiliza-se...: ideais de civilização e cenas de anti-civilização em um contexto de modernização urbana*, Salvador, 1912/1916. Dissertação de mestrado, UFBA, p. 25.

As pessoas se aglomeravam em espaços minúsculos, propiciando, segundo Theodoro e Leme, a corrupção dos ares que a todos envenena

Pode alguém considerar saudável uma parte tão considerável da cidade, como, por exemplo a freguesia da Sé, com suas edificações velhíssimas, os seus sobrados em forma de caixão, com escassas aberturas para o ar e para a luz nos pavimentos superiores, exibindo no [...] do chão essas horrendas espeluncas, mais baixos que a rua, onde pulula uma população promiscua e empobrecida na moral,

<sup>81</sup> APEB, “O saneamento da cidade” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 06 de abril de 1906, p. 02.

como no organismo, devora pela tísica, arruinada pela sífilis e perseguida pela miséria?<sup>82</sup>

As camadas populares, por suas condições de vida, seriam responsáveis pela disseminação de doenças, pondo em risco toda a população da cidade

Percorrei, a certa hora da noite, esses lugares escuros da citada freguesia [Sé], e vereis, entaipadas entre quatro paredes escuras, húmidas, fazendo no chão atijolado ou revestido de cimento, sobre esteiras ou pobres leitos impuros, os membros de uma grei numerosa, que o parentesco ajuntou, ou a miséria reuniu, e ai verificareis como se envenena uma população inteira, num ambiente infecto, cujo ar não se renova jamais pela única artéria que se fecha por necessidade forçada de noturna segurança. (...) Pela manhã, quando tais antros se abrem, o hálito que deles se exalam (miasmas?) traz para logo a corrupção que a todos envenena.<sup>83</sup>

E além de principal foco de disseminação de doenças, as camadas populares passaram a ser vistas também como foco principal de perigo, de ameaça a ordem pública (Frégier apud Sangodeyi-Dabrowski, 2003, 175/176)

As classes pobres e viciadas simplesmente foram a principal origem de toda a sorte de malfeitores. Elas se autodenominam de “classes perigosas”. Entretanto, mesmo quando o vício não é acompanhado do crime, só o fato de se aliar à pobreza constitui um motivo justo de terror para a sociedade. O perigo social aumenta e se torna mais ameaçador à medida que a pobreza deteriora sua condição de vida pelo vício e, que é pior, pela ociosidade.

A aliança entre o conceito de “classes perigosas” e as concepções higienistas desenvolvidas na Europa serviu de justificativa para os grupos da elite baiana empreenderem ações, com o objetivo disciplinarização do comportamento dos pobres e trabalhadores, das quais resultam formas segregadas dos espaços citadinos, restando às camadas populares os locais mais distantes do centro: as periferias, bem como a moralização de certos costumes através do trabalho moralizador e regular

Por esse motivo, a população pobre, na cidade, definha, enfraquece, sem a tonificação do trabalho moralizado e regular, que lhe garantam a subsistência, sem o auxílio da instrução, que lhe faça compreender a vida dentro dos limites da Higiene, sem a qual ela não pode ter resistência precisa para a luta bendita do trabalho<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> APEB, “O saneamento da cidade” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 06 de abril de 1906, p. 02.

<sup>83</sup> Idem.

<sup>84</sup> Idem.

Além da carência de moradias, com habitações de populares e ricos erguiam-se lado a lado, não havendo distinção entre espaços das camadas populares e espaços nobres<sup>85</sup>, a cidade tinha como características a insalubridade, a difusão de epidemias, ruas estreitas, a inexistência de um serviço de abastecimento de água e captação de esgoto eficiente e extensivo a todo perímetro urbano. Esses fatores, segundo a mentalidade da época, contribuíam para a proliferação de miasmas<sup>86</sup> e provocavam a disseminação de cortiços e outros tipos de habitações populares insalubres. “A habitação popular passa a ser, no discurso dos especialistas, além de uma questão técnica e prática que os saberes neutros e racionais da engenharia e da arquitetura devem resolver, uma questão de moralidade e eugenia” (Rago, 1985).

As ruas também se constituíram uma preocupação da municipalidade. As ruas podiam ser assim descritas “Tortas, íngremes, estreitas, profundas, [...] mal alinhadas, mal calçadas, são um verdadeiro obstáculo ao melhoramento sanitário desta cidade”. Assim edificadas, elas tinham uma razão de ser: “Edificada sobre um terreno elevado e irregular, visando antes a segurança ou a facilidade de defesa, a boa ventilação num clima cálido, a capital exprime bem qual a concepção que naqueles antigos tempos se tinha de uma cidade, fosse embora esta a capital de uma grande e rica colônia”. As ruas da cidade foram edificadas “pelo modelo das cidades do meio dia da Europa, com suas ruas estreitas, as suas casas altas, feitas pelo modelo de Lisboa, de onde vieram os primeiros artífices e até boa parte dos materiais para edificação”<sup>87</sup>. Estas ruas estreitas, favorecendo a umidade, eram constantemente identificadas pelos higienistas como foco de epidemias.

A sujeira, um outro traço característico das ruas da cidade, era decorrente das atividades ali desenvolvidas, como também do hábito dos moradores de lançar a rua qualquer tipo de dejetos ou detritos (Araújo, 1993: 48/66). As ruas das freguesias da Cidade Baixa (principalmente, Conceição, Pilar) poderiam ser assim descritas (Mattoso, 1992: 438),

---

<sup>85</sup> Mattoso (1992) caracteriza essa indistinção entre os espaços da cidade como uma completa promiscuidade social.

<sup>86</sup> A teoria dos miasmas, aceita por grande parte dos médicos higienista brasileiros, determinava que a inalação e o contato com o ar proveniente da putrefação de cadáveres e da matéria pútrida dos lixos, pântanos, mangues, matadouros, chiqueiros, curtumes, esgotos, etc. eram os grandes responsáveis pelas doenças nas cidades.

<sup>87</sup> APEB, “A rua” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 05 de abril de 1906, p. 02

Sem canalizações ou esgotos, centro de venda de produtos perecíveis como carnes, peixes ou frutas, entupidas durante o dia por uma multidão excessiva para o espaço disponível, a zona do porto, sobretudo sob o calor úmido do verão tropical, dava náuseas ao viajante estrangeiro, pouco afeito ao odor dos alimentos exóticos. (...) Cidade Baixa, cidade suja, mas cidade muito viva. Os pregões dos vendedores ambulantes se mesclam à melopéia bem-ritmada dos carregadores negros curvados sob pesadas cargas, em seu vaivém. Cidade suja mais colorida, inclusive pelas roupas e as peles variadas de sua gente. Verdadeira Cidade-porto, onde o mais humilde acotovelava o mais insigne nos afazeres da vida cotidiana.

A representação de uma cidade suja foi a primeira impressão que a inglesa Maria Graham (1980: 164/5) teve, quando aportou na Bahia em 1821: “não há nada de limpeza que se observa em nossa terra”. E continua ela, a “rua pela qual entramos através do portão do arsenal [e que] ocupa aqui a largura de toda a cidade baixa (...) é sem exceção o lugar mais sujo em que eu tenha estado”. Após quase setenta anos, essa situação pouco se modificou, como demonstra essa nota publicada no “Jornal de Notícias” de 17 de Outubro de 1890

Está se tornando impossível a passagem por certas ruas do bairro comercial [Conceição/Pilar], devido a diversos canos estragados que vomitam contra os transeuntes **grande quantidade de exalações miasmáticas**. Notadamente avultam uma boca de lobo junto aa loja do Borel, em Santa Bárbara, um cano com estagnação próxima a livraria Catilina, uma outra na rua da Alfândega, um outro... seria longa a enumeração. Quase que não há uma rua do Comércio que não esteja impregnada de cheiros suspeitos, atentado contra a via pública<sup>88</sup>. (Grifos meus)

Além dos esgotos a céu aberto, a parte baixa da cidade apresentava, no início do século XX, segundo Teodoro Sampaio e Paes Leme, falta de saneamento, falta de luz solar, invasão de prédios sobre a rua

Na cidade baixa, fora a parte, propriamente comercial, com os seus quarteirões altos, ventilados quase rodos renovados em suas edificações, o bairro da Preguiça, para o sul do arsenal de marinha, infecto, tortuoso, e sujo onde se **respira um ambiente suspeitíssimo**, e o esgoto domiciliar se faz para a sarjeta da rua estreita e mal calçada, não é senão o espécime mais bem acabado da cidade sem higiene. (...) Do cais do Ouro para o norte, o aspecto das coisas não melhoram, absolutamente, nessa rua única, apertada, suja, mal calçada e ainda mais mal edificada que nos conduz a estrada de ferro e aos bairros do Bonfim e de Itapagipe<sup>89</sup>. (Grifos meus)

<sup>88</sup> APEB, Jornal de Notícias de 17 de Outubro de 1890.

<sup>89</sup> APEB, “O saneamento da cidade” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 06 de abril de 1906, p. 02.

Tanto na nota do Jornal de Notícias quanto na descrição dos engenheiros, fica evidente a crença de que as doenças decorreriam da propagação de miasmas. Os elementos miasmáticos seriam responsáveis por corromper a pureza da cidade e dos elementos que assegurariam as condições de saúde: água, ar, solo e acúmulos. Estas são preocupações da medicina urbana: medicina das coisas e não dos corpos, pois a medicina não passou da análise do organismo à análise do meio ambiente, mas o contrário da análise do meio à dos efeitos sobre o organismo e finalmente à análise do próprio organismo (Foucault, 2003: 92/3).

A Cidade Baixa era o local, por excelência, do comércio, principal atividade da cidade. Constante era o movimento de pessoas junto com a oferta e a demanda de produtos variados para a importação e exportação ou para o comércio de rua, fazendo da parte baixa da cidade, um lugar vivo, distinto e bastante agitado. Era constante o tráfego de pessoas do nascente até o poente, as ruas, rotas de transportes, serviam também de campo de recreio para as crianças, campos de caça e alimentação de porcos, cães e gado, que livremente transitavam pelas vias públicas. A todo esse movimento devemos acrescentar as cadeirinhas carregadas por negros – transporte comum durante o século XIX e única forma de mulheres de boa família adentrar ao mundo da rua (exceto em dias festivos), trancafiadas no privatismo da moral senhorial-escravista – e as valetas nas quais se aportavam todos os dejetos e detritos imagináveis vindos das lojas, casas e “quitandas”.

A cidade se organizava em função de seu mercado e seu porto se consolidou como exportador dos produtos vindos do Recôncavo e do Sertão e importador de manufaturas e mão-de-obra (Cf. Capítulo II). Ambulantes ocupavam todo e qualquer espaço livre para oferecer suas mercadorias, isso quando não saiam de porta em porta a oferecê-las. Desde cedo negras de ganho começavam a preparar diversas guloseimas: canjica, mingau de tapioca, acaças bem quentes de farinha, arroz, milho, arroz com carne-seca, inhame cozido. Para os que aqui chegavam, tudo era exótico: variedade dos produtos, cores, cheiros, a presença de mercadorias, ou seja, esse movimento da cidade não passava despercebido por seus visitantes. Para eles, tudo era visto como inserida na paisagem, como elemento da fauna e da flora brasileira (Habsburgo, 1982: 94):

É interessante, também, observar o povo negro passar pela rua, com cestas cheias das mais lindas frutas, sempre gritando, possuídos de uma incansável mania própria e cômica de tagarelar e de uma alegria que contrasta, de maneira estranha, com a idéia de escravidão.

Sede do comércio, a Cidade Baixa comportava a maioria das casas comerciais (aqui estavam concentrados a maior parte dos edifícios de quatro andares) pertencentes a proprietários residentes em outras freguesias, como por exemplo, os alemães da Vitória, observados na volta para casa por Maximiliano de Habsburgo (1961), hospedado no hotel Février: “É principalmente a colônia alemã que volta dos seus negócios, à tarde, e toma o caminho da Vitória, o quarteirão de elegância e do luxo”. Estes, como bem observou seu conterrâneo Avé-Lallemant (1980), tinham por hábito realizar negócios na esquina, regrados a cerveja: “o comércio alemão, pelo menos, reúne-se de preferência na “esquina” e procede exatamente como os antigos germânicos: faz seus negócios diante da cerveja”. Mas também a dita freguesia servia de moradia para comerciantes portugueses, que conjugavam moradia e local de trabalho no mesmo espaço.

Também havia a concentração da oferta de determinados serviços, nessa parte da cidade, imprimindo nos lugares uma certa identidade vinculada às profissões ali desenvolvidas, chegando muitas praças e ruas adquirirem os nomes de ofícios mecânicos (Mattoso, 1992: 436): “rua do ‘Peso do Fumo’, rua ‘das Grades de Ferro’, praça ‘dos Toneleiros’, praça ‘dos Barbeiros’, rua ‘dos Caldeiros’”; ou de certas procedências (Freyre, 1977: 40): “rua dos Judeus’, ‘rua dos Ciganos’”. Isso representava muito da herança do período medieval, quando a oferta de um determinado serviço concentrava-se em um ponto da cidade passando a ser denominado pelo serviço ali oferecido, como ocorria na parte baixa da cidade da Bahia em que muitas ruas tinham o nome do ofício que nelas se ofertava. Como descreve Graham (1980: 165), a rua principal, apesar de estreita, era ocupada pelos artífices, que traziam seus bancos e ferramentas, deixando livre espaços ao longo da parede que eram ocupados por “vendedores de frutas, de salsichas, de chouriços, de peixe frito, de azeite e doces” e “negros traçando chapéus ou tapetes, cadeiras [de arruar], (espécie de liteiras) com seus carregadores”.

Neste trecho da cidade, como podemos perceber, evocava-se todo um mundo antigo de trabalhadores, aos quais era preciso acrescentar os vendedores ambulantes, os verdureiros e os escravos ‘dos cantos’<sup>90</sup>. Segundo Verger (1987: 521/4), embaixo das arcadas do mercado Santa Bárbara, o principal da cidade, ficava o ‘canto’ dos guruncis e, a alguns passos dali, entre o Santa Bárbara e o Hotel

---

<sup>90</sup> Sobre os escravos “de canto” capítulo dois.

das Nações, o dos haussas. Os nagôs, em maior número, poderiam ser encontrados no mercado e na rua do comércio, no lugar chamado 'Coberto Grande', e em vários pontos da rua das Princesas (inaugurada em 1866). Enquanto esperavam os clientes confeccionavam chapéus e cestos de palha, correntes para prender papagaios, gaiolas, colares e braceletes de origem vegetal ou animal.

Segundo Reis (2000), com base no Livro de Matrícula, existiam espalhados na cidade 89 cantos, os quais abrigavam 1703 membros, todos libertos ou livres, exceto cinco escravos. Dos ganhadores registrados no livro, oitocentos e vinte e dois eram africanos e oitocentos e sessenta e nove haviam nascido. Dentre os brasileiros, metade exerciam atividades alternativas à de carregar: pedreiros, carpinas, cozinheiros, marceneiros, ferreiros, roceiros, sapateiros, alfaiates, calafartes, copeiros e tanoeiros. Embora fossem encontrados cantos na "Cidade Alta", a maioria dos cantos estava localizada na Cidade Bahia, principalmente nas freguesias da Conceição e Pilar, onde havia oferta constante de trabalho: transporte de mercadorias, bagagens pessoais e pessoas. Assim, a concentração desses grupos era ao longo dos diversos terminais marítimos: no cais das Amarras, havia cinco cantos com setenta ganhadores; no Barroso, quatro cantos com noventa e três membros e; no cais novo, onde se concentravam os cantos com cento e trinta e cinco ganhadores, os maiores da cidade.

A presença de um grande contingente de afro-descendentes no espaço urbano, fruto de três séculos de escravidão, pode se constatar, como vimos, através da descrição de Avé-Lallemant (1980: 20), quando em visita à cidade, em 1859

De feito, poucas cidades pode haver tão originalmente povoadas como a Bahia. Se não se soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual se passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta ou carrega é negro; até os cavalos dos carros da Bahia são negros.

Que conferia a cidade um tom africano: [e]ssas múltiplas figuras de negros, modificando-se e movimentando-se misturadas, é que dão à cidade esse tom africano e constituem, por certo o seu lado sombrio, o seu lado escuro. E, ao observar negras Minas livres na cidade da Bahia, o viajante estrangeiro tece o seguinte comentário, relacionando esses indivíduos à selvageria em contraponto aos europeus civilizados (p. 24)

Mesmo na sua gala, aos domingos, **procura permanecer uma negra Mina**. O busto nu, envolto na camisa alva de neve – feita do mais macio dos tecidos, exageradamente bordada e com rendas na fímbria – graciosas chinelas brancas calçando-lhes os negros pés nus que a saia muito curta deixa ver até acima do tornozelo; na cabeça, um pano branco, bordado, enrolado muitas vezes em forma de turbante e escondendo inteiramente a carapinha, - assim foi que vi muitas negras Minas na sua fatiota domingueira, **esplêndido quadro africano, mas só um quadro africano, um quadro selvático, que se desmorona totalmente ao lado da figura de uma mulher nórdica, mesmo numa muito modesta, sem nenhuma pretensão**. (Grifos meus)

A referência africana para a cidade adquiria, no contexto do processo de reforma urbana da cidade da Bahia, forte teor pejorativo, contrapondo-se aos bons exemplos europeus. Fazia-se a associação entre sujeira e África e, conseqüentemente, aos afro-descendentes. Essa representação de cidade negra e suja contrastava com o ideal de cidade civilizada aspirada pela elite

- Vamos à costa d'África?
- Agora? Em que pacote?
- Não; é desnecessário atravessarmos o Atlântico.
- ?!
- Desçamos o Elevador [Lacerda].

Descemos e a costa d'África do meu amigo era o "Mercado Modelo" Tendo a municipalidade consentindo que se fizesse vendas, principalmente de louça indígena e frutas pelo exterior do mercado, nos seus passeios, os vendedores preferiam as fachadas, em vista do Preço menor.

E vimos montes de frutas, louças e capoeiras de galinhas, à venda sob o sol e sob a chuva, em depósito sobre a lama podre.

Por entre poças d'água estagnadas, chapinham vendedores e compradores. A falta de asseio é completa. Na lama putrefaz-se: detritos de comidas, frutas, palhas dos milhos de São João, enfim todo um monturo.

Repugna!

As feiras distritais são mais toleráveis em limpeza.

E é nisto que se concerne o progresso da nossa capital<sup>91</sup>.

Aos modelos sociais que passariam a compor o cenário urbano e civilizado da república, os afro-descendentes demarcavam as linhas divisórias entre o projeto civilizatório da elite letrada baiana e a 'barbárie da cultura popular afro-descendente' que da rua fazia o seu domínio. Dessa maneira, afro-descendente dentre outros tipos humanos que a rua habitavam, na mentalidade da elite dirigente, mais que nenhum outro segmento das camadas populares passa a representar o incivilizado. Em geral, o negro foi associado à África, à escravidão e estas, por sua vez, eram relacionadas à barbárie, ao atraso e à falta de higiene. A existência de uma cultura

---

<sup>91</sup> IGHBA, A Tarde, 25 de junho de 1915, p. 01.



homogênea aspiradas pela elite era incompatível com a conotação africanizada de muitos hábitos: tudo que se distancia desse ideal foi tratado como desvio ou crime.

No entanto, o hábito de jogar detritos na rua era comum a toda população da cidade. E, essa realidade insalubre da cidade, por conta do hábito de jogar dejetos e detritos na rua, também foi descrita por Maria Graham (1980: 165) quase um século antes da publicação dessa notícia no jornal A Tarde

vendedores de frutas, de salsichas, de chouriços, de peixe frito, de azeite e doces” e “negros traçando chapéus ou tapetes, cadeiras, (espécie de liteiras) com seus carregadores, cães, porcos e aves domésticas, sem separação nem distinção; e como a sarjeta corre no meio da rua, tudo ali se atira das diferentes lojas, bem como da janelas.

A rua era o escoadouro das águas servidas das residências, por onde tinha que se andar com jeito para não se emporcalhar. Situação agravada nos períodos de chuva. As pessoas faziam da calçada o picadeiro de lenha, atiravam para o meio da rua o bicho morto, o resto de comida, a água servida, às vezes até a sujeira do penico. As posturas, editadas desde o início do século XIX, foram quase todas no sentido de coibir os abusos do particular e da casa e de fixar a importância, a dignidade, a higiene das ruas. A remoção do lixo e dos excrementos humanos era feita de forma ao mesmo tempo primitiva e pitoresca. Colocados em pipas ou barris (tigres) e carregadas nas cabeças dos escravos, eram jogados nos rios, nas praias e nos becos. Tal cena deveria ser banida, segundo Avé-Lallemant (1980: 29)

Devia-se retirar os jacarés e mesmo os “tigres” – porquanto destes vi lá vestígios da pior espécie – esse horrível receptáculo de porcaria. A parte, em que isso logo me veio a mente, chama-se até “Barris”, e isso certamente não tanto pelos barris de água que lá vão buscar, como pelos barris de excrementos que nela são despejados.

Tais práticas colocavam em risco a população, constantemente ameaçada por epidemias. E como a cidade não possuía nem um serviço regular de abastecimento de água e nem esgotamento sanitário, as doenças se alastravam rapidamente (Nascimento, 1986: 153).

As substâncias pútridas líquidas e água do serviço doméstico escoavam por canos descobertos, e seguiam pelas ruas, vindo a dar em outros esgotos subterrâneos, ou continuando seu caminho pelo meio das vias públicas, geralmente correndo para o rio ou para o mar. Na Sé, que era a principal freguesia administrativa da cidade, onde se achavam os prédios do poder público, existiam canos subterrâneos que deveriam servir de esgotos, mas que se apresentavam em lastimável estado, geralmente obstruídos, por

serem mal construídos. Ali estavam, também, valas descobertas repletas de água podre, envolvendo matérias orgânicas e até restos de cadáveres de animais. Estas valas se desviavam de pátios e quintais por onde passavam e tomando as mais diversas direções. Toda essa terrível falta de higiene era observada na freguesia da Sé, uma das mais importantes e povoadas da cidade, cujas casas e seus respectivos pátios e quintais exalavam “fétidos gases de putrefação”.

#### O esgoto era a rua ou o quintal (Saraiva apud Uzêda, 1922: 101)

O desasseio d’esta capital, os maus cheiros da atmosfera, tanto no interior como no exterior das habitações, provêm essencialmente de causas que a canalização completa de todos as imundices faria seguramente desaparecer. As águas servidas e impregnados de detritos, lançados nos regos e nas sarjetas das ruas, a prática detestável de acúmulo da integridade dos materiais excrementícios em abertura ou brechós feitos no pátio, ficando assim entregues ao poder de oxidação do solo, a disperção dos dejetos sobre a via pública, confiando-se o seu desaparecimento aos animais e aos agentes da meteorologia, o que é sem dúvida um processo bem inferior ao que Moisés ensina aos seus nômades.

A cidade também não tinha um serviço de abastecimento de água satisfatório. Desde 1852 o fornecimento de água era de responsabilidade da Companhia do Queimado, autorizada pela Lei n.º 471 de 17 de julho desse ano (Figura XIII). Sua função era de distribuir água à população da cidade e seus subúrbios.

FIGURA XIII



Fonte: SAMPAIO, T. (1910) “Abastecimento de água da cidade da Bahia”. In Separada dos números 27, 28, 30 da Revista Politécnica de São Paulo, 1910. IGHBa.

A distribuição de água para a população era realizada por meio de chafarizes, pena d'água e casas de vendagem. Essas casas para o fornecimento de água tinham aspecto deplorável (Silva apud Uzêda, 1992: 112)

Nesses lugares nota-se a porcaria desde o encarregado de vender água, que quase sempre é um tipo bodezo, vivendo numa guarita da mesma espécie, que não tem cuidado necessário de limpar as torneiras e lavar diariamente o solo da sua repartição. Ali da entrada diariamente centenas de indivíduos nauseabundos, numa promiscuidade medonha, sendo quase todos portadores de mazelas e no recinto daquele lugar, cospem, sacodem roupas, urinam, atiram fumo mascado etc, etc.

Abasteciam a cidade, já no início do século XX, vinte e sete casas d'água, localizadas em diversos distritos da cidade; "Quitandinha do Capim, Conceição do Boqueirão, Tororó, Cais de São João, largos da Conceição da Praias, Mouraria, Saúde, Água de Meninos, Lapinha, Pilar, Bonfim, Rosário, Ribeira de Itapagipe, Boa Viagem, 2 de julho, praças Castro Alves, 13 de maio, dos veteranos, José de Alencar, 15 de novembro, e mais nas casas das ruas do pão de lot, Curriachito, Bispo, Dr. Seabra, Calçada do Bonfim, Madragoa e Travessa das Mercês"<sup>92</sup>.

Durante as épocas de estiagem o preço da água vendida pelos aguadeiros e demais negociantes sofria muita especulação. Isso levava a intendência a baixar medidas para conter os desmandos, como por exemplo, editar posturas "tabelando" o preço do barril de água

Ninguém poderá vender água por mais de cem reis o barril de 20 litros pelo menos sem que esteja matriculado e tenha pago o imposto de que trata essa postura, a qual fica elevado ao dobro sob pena de pagar a multa de quinze mil reis pela primeira vez, na reincidência, trinta mil reis e cinco dias de prisão. Quem vender a cem reis ou menos, fica durante o exercício corrente, isento não só da matrícula como do pagamento do aludido imposto<sup>93</sup>.

Até a primeira metade do século XX, a inexistência de um serviço de abastecimento de água foi uma constante, principalmente para o abastecimento das camadas populares, como se verifica nesta notícia de jornal, com a diminuição das casas d'água, quando da supressão de chafarizes da cidade (Figura XVI)

---

<sup>92</sup> APEB, A Tarde, 11 de abril de 1916, p. 01.

<sup>93</sup> AHPMS, Livro de Postura. Postura n.º 30-A de 20 de janeiro de 1899.

FIGURA XIV



Fonte: “A última casa de vender água, a rua das vassouras, que resta a cidade. In: A Tarde, n.º 1059, de 11 de abril de 1916.

Pela Lei n.º 719 de 30 de setembro de 1904, a Intendência Municipal ficava autorizada a encampar o antigo serviço de abastecimento d'água (Companhia de Queimado) procedendo à reforma e aplicação desse serviço de modo a resolver a questão do saneamento da cidade. Mas de nada adiantaria um serviço de abastecimento de água eficiente e um sistema de esgoto bem executado e mantido para a garantia do bem estar da população, sem a modificação dos costumes da população. Fazia-se urgente tanto um saneamento urbano quanto moral da cidade

Não basta a água pura e abundante, não bastam os esgotos executados e mantidos para que a saúde pública se sinta garantida sob a égide da higiene: **é mister reformar**, antes de tudo, a **habitação e os costumes populares**; é mister edificar melhor, adotando novos moldes para a habitação que se vai construir, e reformando gradual e sistematicamente as casas antigas, que forem carecendo de reparos<sup>94</sup>. (Grifos meus)

A falta de saneamento da cidade, enfatiza Teodoro Sampaio e Paes Leme, contribuía para o aparecimento de várias doenças, pois elas encontravam o meio propício para se proliferarem, pondo em risco a saúde do Estado: “Quanta epidemia, aqui desenvolvida por encontrar um meio propício, não se estenderá pelo território

<sup>94</sup> APEB, “Habitações: suas condições atuais e reforma” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 06 de abril de 1906, p. 02.

do Estado vitimando centenas de vidas?”<sup>95</sup> Assim, a insalubridade era a característica marcante da cidade, que vivia em constantes situações endêmicas e epidêmicas, causando medo na população

(...) a sombrear-lhes o espírito atribulado, a preocupação dos males epidêmicos que vão ceifando, assustadoramente, a vida, tal como a febre amarela, o mal levantino, a varíola, a desinteria e, com uma fúria inominável, a tuberculose que leva para o seu ativo dois terços do nosso obituário<sup>96</sup>.

Segundo David (1996), até meados do século XIX, a Bahia já havia sofrido pelo menos três grandes surtos epidêmicos: o da varíola - classificada por Azevedo (1969: 207) com “um mal crônico da cidade sujeita a exacerbações periódicas”; na segunda metade do século XVIII, o da febre amarela, em 1849/50 – que depois de atingir a cidade se alastra por Pernambuco, Rio de Janeiro, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pará, Ceará, Maranhão, Espírito Santo e Santa Catarina; e o da cólera morbo, em 1855/6 – o pior surto entre os três. Estes surtos marcaram a memória social, provocando a redefinição das relações sociais e a alteração dos hábitos e costumes da cidade. As epidemias de febre amarela e de cólera foram responsáveis pela implementação dos princípios da medicina urbana, como podem ser verificados, com a promulgação da Lei nº 628 de 14 de setembro de 1905 e a aprovação do Regulamento do Serviço Sanitário do Estado da Bahia pelo decreto nº 479 de 22 de julho de 1907<sup>97</sup>.

A implementação destes princípios marca a emergência do saber médico sobre a cidade. Até o final do século XVIII, a explicação para as enfermidades tinha o caráter de castigo divino, atribuídas a vida profana dos moradores, coruptos de vícios e penas graves. Tal idéia perpassava o imaginário da população baiana, tendo por base os escritos bíblicos, como por exemplo, a passagem referente às dez pragas do Egito, que começa com a transformação das águas em sangue

Disse mais o SENHOR a Moisés: Dize a Arão: Toma tua vara, e estende a tua mão sobre as águas do Egito, sobre as suas correntes, sobre os seus rios, e sobre os seus tanques, e sobre todo o ajuntamento das suas águas, para que se tornem em sangue; e haja sangue em toda a terra do Egito, assim nos vasos de madeira como nos de pedra. E Moisés e Arão fizeram assim como o SENHOR tinha mandado; e Arão levantou a vara, e feriu as águas que estavam no

---

<sup>95</sup> APEB, “O saneamento da cidade” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 06 de abril de 1906, p. 02.

<sup>96</sup> APEB, Diário de Notícias, 25 de junho de 1912, p. 01.

<sup>97</sup> APEB, A Bahia, 05, 10, 13, 26 e 27 de agosto de 1907.

rio, diante dos olhos de Faraó, e diante dos olhos de seus servos; e todas as águas do rio se tornaram em sangue. E os peixes, que estavam no rio, morreram, e o rio cheirou mal, e os egípcios não podiam beber a água do rio; e houve sangue por toda a terra do Egito<sup>98</sup>.

Assim como era responsável pelas enfermidades, Deus também era responsável pela cura, através dos seus representantes, como Eliseu

E os homens da cidade disseram a Eliseu: Eis que é boa a situação desta cidade, como o meu senhor vê; porém as águas são más, e a terra é estéril. E ele disse: Trazei-me uma salva nova, e ponde nele sal. E lho trouxeram. Então saiu ele ao manancial das águas, e deitou sal nele; e disse: Assim diz o SENHOR: Sararei a estas águas; e não haverá mais nelas morte nem esterilidade. Ficaram, pois, sãs aquelas águas, até ao dia de hoje, conforme a palavra que Eliseu tinha falado<sup>99</sup>.

Eram comuns as procissões quaresmais implorando a cessação do mal, cujos favores eram retribuídos com variados atos religiosos, como novas procissões.

Este discurso somente fora contestado com a inserção das idéias médico-científicas, cuja explicação se dava pela corrupção dos ares, ocasionada pela sujeira e pela falta de higiene da população (Souza, 1996: 165). Mas isto não se dar de maneira harmoniosa. Houve conflitos entre a concepção religiosa e a médica, como ficou evidenciado na cemiterada: revolta pluriclassista e multirracial que destruiu o cemitério do Campo Santo recém-construído para abrigar os defuntos que até então eram enterrados dentro da cidade, em igrejas. Na luta, diz Reis (1991), membros das diversas confrarias da época agitavam estandartes e usavam seus hábitos coloridos, representativos de uma cultura funerária também afeita ao espetáculo e festividade, e contrária à medicalização da morte, por se colocar na contramão dos privilégios estabelecidos.

Com o passar dos anos e o aprimoramento desse saber médico e principalmente, com os surtos epidêmicos que atingiram a cidade, o parecer dos profissionais de saúde tornou-se um dos argumentos mais convincentes para a transformação dos hábitos moradores das cidades<sup>100</sup>. O discurso médico foi eliminando o discurso religioso sobre a cidade (Clavreul, 1983: 84). O Campo Santo começou a funcionar a partir de 1843, sob a coordenação da Santa Casa de

<sup>98</sup> BIBLIA SAGRADA (1995). Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil. Êxodo 7: 19-21, p. 69.

<sup>99</sup> BIBLIA SAGRADA (1995). Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil. 2 Reis 2:19-22, p. 427.

<sup>100</sup> Sobre a importância dos profissionais da área de saúde no processo de desenvolvimento urbano ver SCHUARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993; REIS, J. J. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo Cia das Letras, 1991.

Misericórdia. Não houve protestos, pois todos temiam as epidemias e os cemitérios das igrejas superlotados colocavam em risco a saúde pública. Foi doado pelo governo um terreno na Quinta dos Lázaros, onde as irmandades e ordens terceiras instalaram, pouco a pouco, seus cemitérios. O morto e o cemitério passaram a ser alvos de constante fiscalização, seja por serem responsáveis pela contaminação do solo, seja por exalarem gases que tinham a possibilidade de contaminar o ar.

Mesmo com essas medidas, a cidade ao longo período republicano conheceu um rodízio de várias epidemias e endemia: a peste (1904-1914), a varíola (1919), a febre tifóide (1924) e a tuberculose, um mal crônico da cidade (Uzêda, 1992). Segundo Sampaio e Leme, com base nos dados colhidos no obituário do quinquênio de 1897 a 1901, “uma população de 200.000 almas, faleceram 25.614 pessoa, ou uma média anual de cerca de 5.122 óbitos, correspondendo a um coeficiente de mortalidade de 25 por 1.000”<sup>101</sup>. Para eles, parte destas mortes poderia ser evitadas, pois dos 25.614 óbitos do quinquênio, “10.974 ou cerca de 42% foram de moléstias suscetíveis de redução por medicinas sanitárias, sistematicamente observadas”<sup>102</sup>.

Herdeira de uma estrutura do período colonial, a cidade tinha seus problemas agravados por conta do crescimento demográfico para o qual não se tinha um planejamento urbano cuja intenção seria adequá-las às crescentes demandas populacionais. O aumento populacional contribuía para o agravamento dos problemas da cidade, que tinha por características a insalubridade, a difusão de epidemias e ruas estreitas. A situação tornava-se mais crítica pela inexistência de um serviço de abastecimento de água e captação de esgoto eficiente e extensivo a todo perímetro urbano, que favorecia o surgimento de enfermidades. Essa situação associada à presença de uma população afro-descendente a perambular pelas ruas da cidade, segundo a elite dirigente, causava prejuízos aos negócios e envergonhava a cidade e seus habitantes perante aos estrangeiros que formavam uma imagem negativa: Bahia: cidade negra, cidade suja. Fizeram-se necessárias reformas as quais a transformassem em mais digna e atraente ante ao olhar dos estrangeiros, atraindo, além de investimentos, uma visão civilizadora das ditas nações adiantadas e progressistas.

---

<sup>101</sup> APEB, “O saneamento da cidade” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 06 de abril de 1906, p. 02.

<sup>102</sup> Idem.

A implantação de um projeto de desenvolvimento urbano para a cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos se constituiria, segundo os grupos da elite, o marco para inscrevê-la na modernidade ocidental: a busca pela civilidade. No entanto, a cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos tornava-se mais e mais colonial, isso porque a cada sopro de civilização, aspirado pelas elites baianas, aumentava o fosso entre a cidade real (negra e suja) e a cidade ideal (branca e salubre). A cidade de ruas “tortas, íngremes, estreitas, profundas (...) mal alinhadas, mal calçadas” já não condizia com “a concepção de uma cidade moderna”, isto é, “um centro aprazível, pitoresco e mesmo belo”, atendendo a três exigências fundamentais: “em primeiro lugar a higiene (saneamento), depois a estética (embelezamento) e a facilidade de trânsito dentro do perímetro urbano (facilidade de comunicação)”<sup>103</sup>. Fazia-se necessário apagar as marcas de um passado recente, “as chagas de seu passado colonial”, de uma “cidade negra”, cujas marcas da escravidão se fazia presente na feição da maioria de seus habitantes. A cidade precisava reconquistar o seu antigo prestígio de grandeza e opulência, modificar a fisionomia da sociedade colonial e alterá-la em seus traços mais característicos.

---

<sup>103</sup> APEB, “A rua” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 05 de abril de 1906, p. 02.





## **CAPITULO VIII**

### **A CASA E A RUA: HIGIENIZANDO OS ESPAÇOS, DESAFRICANIZANDO OS COSTUMES**

Não era Joaquim Soares da Cunha, correto funcionário da Mesa de Rendas Estadual, aposentado após vinte e cinco anos de bons e leais serviços, esposo modelar, a quem todos tiravam o chapéu e apertavam a mão. Como pode um homem, aos cinquenta anos, abandonar a família, a casa, os hábitos de toda uma vida, os conhecidos antigos, para vagabundear pelas ruas, beber nos botequins baratos, freqüentar o meretrício, viver sujo e barbado, morar em infame pocilga, dormir em um catre miserável? (Amado, 1959)



O desenvolvimento do projeto de reforma urbana na cidade da Bahia visava não somente a efetivação, mediante uma política de combate, de controle e de prevenção de enfermidades e a intervenção na sua estrutura física, como também uma campanha de 'normatização' para o uso tanto dos espaços públicos quanto dos espaços privados pelos seus habitantes, em especial, pelas camadas populares. Dois domínios sociais básicos foram alvos das políticas urbano-higienistas difundidas pelo processo de intervenção urbana iniciado com a construção do Elevador Lacerda. Tanto a casa quanto a rua baianas receberam uma atenção especial, a primeira, porque era considerada a unidade mínima, célula base da estrutura urbana e, a segunda, porque encarnava as metáforas de todos os vícios: sujeira, vadiagem, mendicância, prostituição, ou seja, a desordem de um modo geral.

Desde a primeira metade do século XIX, a cidade da Bahia vivenciou seguidos impulsos de transformação urbana. Mas somente com a construção do Elevador Lacerda (Parafuso), que se apresenta como marco simbólico de introdução de melhoramento urbano na cidade, de apreciação revolucionária em termos técnicos e funcionais, tem início a concretização do ideário de cidade moderna e civilizada, onde a técnica assume papel essencial (Trinchão, 1999: 31):

O Brasil, primeiramente no Rio de Janeiro, adota o sistema de bonde a burro como solução inovadora para a expansão física e o desenvolvimento da cidade. Esse meio de transporte representou o que se tinha em tecnologia dessa época. Porém, na Bahia, na cidade do Salvador, tida como atrasada em relação a algumas cidades brasileiras, implanta-se um sistema integrado de bondes, planos inclinados e elevadores. A Bahia registra no seu frontispício a presença de um elevador urbano, público e coletivo, o Parafuso, atual Elevador Lacerda.

O Elevador Lacerda, 1869, vai corroborar, enquanto símbolo de modernização e marco singular, com a dependência técnica e financeira do comércio externo europeu. Isso porque, no processo de modernização das cidades brasileiras, os transportes urbanos passam integrar a história como elementos novos e os agentes sociais, como os grupos empresariais, entram como agentes modernizadores. Em sua construção, era verificada a busca de uma crescente aproximação aos moldes europeus disseminados pela intelectualidade brasileira de ações progressistas e de cunho sanitaria no contexto da escravidão. A técnica, fortemente representada pelo crescente investimento e desenvolvimento dos meios de transportes, transformou-se na porta estandarte que carregava a bandeira da limpeza moral, social e espacial como meio de construção de uma imagem de cidade moderna e civilizada. Dessa forma, explícita estava a condenação da proximidade entre os espaços ocupados pela elite e aqueles utilizados pelos afro-descendentes na busca de uma legibilidade e limpeza visual e social.

As reformas na cidade da Bahia seguiam a tendência inaugurada por São Paulo e Rio de Janeiro. Essas por sua vez acompanham as transformações ocorridas nas cidades européias por conta da industrialização:

São Paulo já deu o exemplo sobre a direção do conselheiro Antonio Prado, empreendendo grande obras, que fizeram da capital paulista a mais adiantada do Brasil. O Rio de Janeiro sob enérgica administração do dr. Francisco Pereira Passos, transforma-se rapidamente, esforçando-se para guardar a primazia entre as cidades brasileiras, e, ajuntando as belezas naturais, que poucos lugares no mundo possui, tanto encantos que a arte vai fazendo

surgir rapidamente por parte nos alargamentos das ruas, nas avenidas, nas construções monumentais, nos ajardinamentos, na arborização, na execução de um plano bem delineado e firmemente prosseguido<sup>104</sup>.

As questões concernentes à urbanização remontam desde o século XVIII, momento em que as cidades européias passaram por intensos processos de transformação social, econômica, política e cultural, associados às mudanças introduzidas pela Revolução Industrial ou aos reflexos da introdução de novas tecnologias e novos modos de vida urbana. Estas mudanças se materializam quando as cidades de relevância para a vida social de um país se desenvolveram procurando adaptar-se ao processo de transformação, tendo por conseqüência uma desordem em sua vida cotidiana.

As transformações ocorridas no espaço das cidades européias durante todo o século XIX estão inseridas no contexto correspondente a uma etapa da Revolução Industrial, marcada pelo forte conteúdo de uma história da ciência e da tecnologia, que, dentro de uma concepção racionalista, revestia-se pelo cientificismo, pelo positivismo comteano e pelo imperialismo britânico. Dessa forma, para estas cidades, a segunda metade do século XIX foi marcada por inovações tecnológicas, as quais acarretaram mudanças tanto na condição de trabalho e de produção como no espaço construído, evidenciando o progresso técnico representado pelos investimentos em infra-estrutura urbana: transportes, produção de ferro, construção de estradas de ferro, ampliação duma tecnologia diversificada símbolo do progresso.

Inglaterra e França, embora de forma diferenciada, dão o tom a todo esse processo de desenvolvimento urbano, desencadeado para adequar as cidades às exigências do progresso técnico e industrial assinalado por essa etapa da Revolução Industrial. Tais transformações salientam as influências no processo de modernização das cidades brasileiras, destacando-se as cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia, entre outras, durante a segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX. Londres fora transformada numa suntuosa cidade moderna. Contudo foi Paris que se transformou na grande “vedete” de cidade industrial, sendo modelo para várias cidades na própria França e em outros países que sofriam os efeitos da industrialização como Barcelona de Cerda e a Viena de

---

<sup>104</sup> APEB, “A rua” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 05 de abril de 1906, p. 02.

Otto Wagner. Entretanto as reformas de Barcelona e Viena, ao contrário de Paris, preservaram seus antigos centros históricos.

A aplicação fragmentada de projetos modernizantes importados para outras cidades do mundo trouxe conseqüências desastrosas, principalmente, àquelas que não estavam inseridas no campo industrial e refletiam só o espírito das transformações urbanas supostamente projetadas. No caso das cidades brasileiras, tanto a inexpressividade da rede urbana quanto a peculiaridade de sua distribuição podem ser explicadas pelas políticas coloniais e pelo sistema de produção, ambos instituídos no país durante o período colonial. Tais particularidades foram responsáveis no final do século XIX e início do século XX por tipo de urbanização que foge ao modelo clássico fomentado pelas mudanças já mencionadas (Costa, 1977: 194/5). Seus efeitos, nas cidades brasileiras, se mostraram extremamente contraditórios, pois antecedem as transformações do espaço urbano, decorrentes da implantação de indústrias e misturam, ao mesmo tempo e espaço, situações específicas de realidades sociais inteiramente distintas: uma, derivada de formações econômicas escravistas e outra, implícita nas novas formações econômicas impulsionadas pelo capital industrial emergente (Lefebvre, 1991a: 30), provocando uma discordância permanente entre as disposições econômicas dos agentes e o mundo econômico no qual deveriam agir (Bourdieu, 1979: 07).

O processo de abolição impulsionava a desagregação do trabalho escravo. Com a emergência do trabalho livre, o trabalhador escravo se vê convertido em cidadão, sendo lançado num mercado competitivo. Segundo Fernandes (1978), ele não estava preparado para assumir novas formas de trabalho propostas pela sociedade capitalista. Para o afro-descendente, a idéia de ser livre significava simplesmente trabalhar onde e quando quisesse, indo de encontro com as necessidades do capitalismo, pois para este ser livre significava não ser mais escravo, ou seja, vender sua força de trabalho aos novos modelos de produção da sociedade<sup>105</sup>. Entregue às vicissitudes de uma sociedade em transformação, o trabalhador livre vai migrar para as cidades, contribuindo para agravar a problemática urbana.

---

<sup>105</sup> Sobre os significados da liberdade para os escravos, consultar CHALHOUN, S. (1998) Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras; MATTOSO, K. M.<sup>a</sup> Q. (2003) Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense e; REIS, I. C. F. (2001) História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX. Salvador: Centro de Estudos Baianos.

A cidade se transforma em pólo de atração, gerando uma realidade urbana. Segundo Lefebvre (1991a: 5/10) a industrialização fornece o ponto de partida para o desenvolvimento da realidade urbana. Esta realidade toma de assalto até mesmo às cidades com pouca industrialização. O fenômeno urbano se estende incorporando o território da cidade como forma de reproduzir o espaço necessário à expansão do capitalismo. Espaço este de produção e reprodução das relações sociais que ao mesmo tempo constituem e são constituídas pelo espaço. O fenômeno urbano manifesta-se como “movimento” para produção de espaço, onde ocorrem manifestações específicas das transformações uma vez que estas decorrem do processo de desenvolvimento desigual do capitalismo, daí ser algo diferenciado do rural. A produção do espaço na sociedade urbana ocorre pela “culminacion de um processo em el que, a través de transformaciones deiscontinuas, las antiguas formas urbanas estallan” (Lefebvre, 1983: 08).

Um novo espaço estava em formação, entrando em conflito com as velhas formas e criando assim novas relações também. A produção do espaço capitalista acontecia por intermédio de novas relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção de representações sobre os domínios do espaço citadino, principalmente, a casa e a rua. A produção do espaço constituía, portanto, uma ferramenta essencial para os pensamentos e as ações voltados à produção e reprodução do capitalismo. Além de meio de produção, o espaço também seria meio de controle, dominação e poder. A produção do espaço na cidade da Bahia, a exemplo de outras cidades brasileiras e européias, seguiria cada vez mais um parâmetro de segregação social, em que os grupos de elite determinavam sua conformação, excluindo abertamente as camadas populares (Pesavento, 2001).

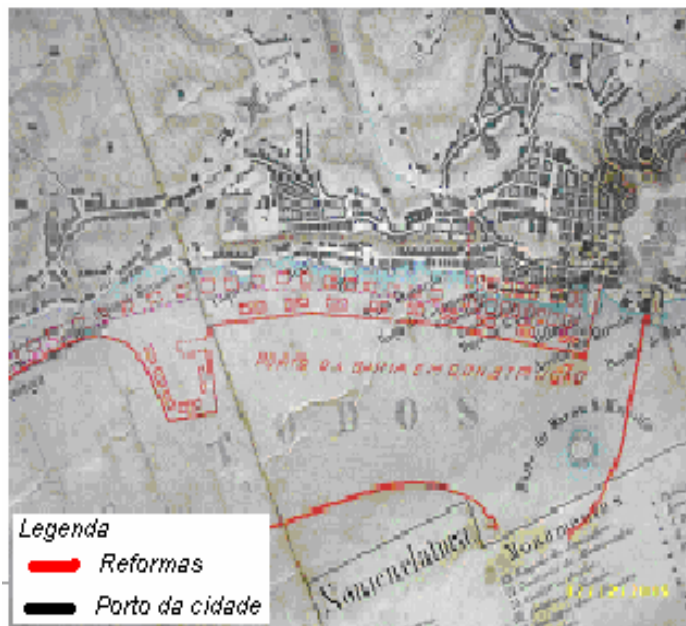
A cidade da Bahia sofria, assim, processo semelhante ao ocorrido nas cidades européias, mas de forma desigual. Sua urbanização se deu sem a existência da industrialização em seu espaço, pois a urbanização passava de induzido a indutor. Uma série de medidas era desencadeada para torná-la uma cidade moderna e civilizada. Ainda no século XIX, temos a pavimentação da rua da Vala (compreendida entre a Barroquinha e o Arco), hoje denominada de Rua J.J. Seabra, a construção da rua da Ladeira da Montanha fazendo a ligação entre a cidade baixa e a cidade alta. E no início do século XX, temos as obras do porto com a construção de cais e armazéns, além da pavimentação de ruas vizinhas (1906); o

calçamento e saneamentos das ruas do bairro comercial (1910); as obras de alargamento de ruas, aberturas de avenidas e a construção de novos edifícios (1912-1916) ; a construção do bairro das nações na Cidade Baixa, a partir de áreas conquistadas ao mar (1924) e; a demolição da igreja da Sé para desafogar o trânsito da Rua Chile (1933).

Pertenciam aos distritos da Sé, da Conceição, Pilar, São Pedro e Vitória as principais áreas atingidas pelos melhoramentos de remodelação da cidade. Como vimos, o distrito da Sé, que, até meado do século XIX, era a morada da elite, cujo luxo e esplendor demonstrados pela presença dos imponentes sobrados de até cinco andares, passa a ser habitada, final deste mesmo século, por sujeitos pertencentes às camadas médias e, em maior número, às camadas pobres da

sociedade. Ocorria a desintegração social e material do seu antigo *status*, com a migração da elite para áreas mais nobres, como o distrito da Vitória (compreendendo os bairros do Campo Grande, da Vitória, da Graça e da Barra), que se tornou o local preferido para a moradia da elite comercial e dos estrangeiros, sobretudo, os ingleses. São Pedro, por vir de uma longa tradição de ter por habitantes um grande número de profissionais liberais, funcionários públicos e desembargadores, fazia com que as reformas para lá também convergissem. E, justamente ele e o da Vitória serão recortados pela avenida Sete de Setembro, a principal obra a ser executada. Já nos distritos de Conceição e Pilar, concentravam-se os negócios do comércio e localizava-se o porto.

#### MAPA VI REFORMAS DO PORTO



Fonte: AHPMS, MAPA n.º 35: Adaptação sobre "Mappa Tipográfica da cidade de S. Salvador e seus subúrbios levantada e dedicada a Ilustre Assembléia por Carlos Augusto Weyll e publicada por Ferd Glocker impressa em Stuttgart por Fr. Melté."

Essas foram as principais áreas para onde convergiram às reformas. Entretanto, conforme Art. 01 do projeto de resolução n.º 06, publicado no jornal A Bahia de 22 de fevereiro de 1905, outras áreas seriam atingidas pelos melhoramentos urbanos

Art. 1 Fica o intendente autorizado, desde já, a mandar levantar as respectivas plantas das seguintes zonas urbanas estradas 2 de Julho, Federação, Areias, Retiro, Cruz das Almas, Fazenda Garcia, Quinta da Barra, Quinta das Beatas (Cosme de Farias), Cidade Nova, Pau miúdo, Resgate, São Iázar, Ondina, Amaralina, Umburanas, Pituba e de todos os demais lugares do perímetro urbano, onde se pretenda edificar, plantas que serão sujeitas à apreciação e aprovação do Conselho Municipal<sup>106</sup>.

Nestas plantas, deveria constar tanto o “atual traçado” como também as “modificações de alinhamentos” julgadas necessárias, “no intuito de, fazendo desaparecer as curvas e sinuosidades[, tornando-a mais geométrica,] se preparar as futuras avenidas de que tanto carecem esta cidade como garantia ao seu saneamento e embelezamento”, bem como

contendo a declaração do nome do proprietário e sua residência (rua, número e distrito), declaração do lugar com indicação da rua, situação e número, a natureza e o destino do prédio ou obra, acompanhado de planta do terreno, com indicação clara de seu nivelamento, da posição dos ralos e encanamentos dos esgotos pluviais e sanitários, plano completo da obra a fazer-se, compreendendo a planta de cada pavimento, a elevação das fachadas principais, seções longitudinais e transversais, suficientes para a compreensão do projeto, em que figurarem exatamente a colocação das latrinas, encanamentos de esgotos, sifões e tubos de ventilação, além de todos os esclarecimentos julgados necessários pela Intendência, inclusive cálculos de resistência e planos igualmente completos de qualquer dependência da mesma obra. Todos os planos serão desenhados em duplicatas, 1/50 para fachadas e cortes, os detalhes em escala que os esclareçam suficientemente<sup>107</sup>.

Tais mediadas impediam a edificação de qualquer construção sem previa autorização. Ficava a cargo da intendência “levantar em planta diversos tipos de construção, inclusive o das classes pobres e operárias, destinados as diferentes zonas”. Tais modelos de construções não podiam ser modificados em sua essência, pois obedeciam ao padrão previamente estabelecido, só poderiam sofrer alterações quando a construção obedecesse a “um estilo especial perfeitamente conhecido”<sup>108</sup>.

<sup>106</sup> APEB, A Bahia, 22 de fevereiro de 1905, p. 03.

<sup>107</sup> AHPMS, “Postura n.º 25” In: INTENDENCIA MUNICIPAL DO ESTADO DA BAHIA. Código de Posturas Municipais: cidade de Salvador. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921. p. 13/4.

<sup>108</sup> Idem.



## Os tipos de construção deveriam atender a critérios de higiene e estética

É mister, pois, adotar novos tipos, de acordo com a higiene e com a estética para as edificações novas, assim como se torna indispensável reformar, gradual e sistematicamente as habitações existentes. (...) A edilidade, a quem incumbe zelar pelas construções urbanas, deve determinar por lei e tornar efetiva por meio de uma fiscalização severa as normas de boa edificação e do modo de reformar as habitações velhas<sup>109</sup>.

As construções deveriam ser autorizadas por meio de licenças emitidas pela Intendência Municipal, a quem também caberia a fiscalização: “As licenças para obra, construção, reconstrução ou reparo, serão promovidas perante o Intendente, pelo construtor, proprietário ou procurador respectivo, por meio de requerimento”<sup>110</sup>, como podemos verificar neste ofício de 28 de julho de 1936 encaminhado ao diretor da Engenharia Municipal solicitando autorização para construção de casa operária

O abaixo firmado, Eng.º Álvaro N. de Barros Pereira, procurador de Maria da Glória Peixoto que está construindo uma casa “proletária” Tipo XVI, na Fazenda Grande do Retiro (S. Caetano), distrito de St.º Antonio, vem comunicar que foi forçado a modificar a disposição das dependências por conveniência da construção e disposição do terreno, rebatendo o plano das dependências sobre o fundo do plano da casa, isto é, mudando do sentido longitudinal para o sentido transversal e separação da latrina do corpo da casa por não haver água encanada no local. Junto o croquis (?)<sup>111</sup>.

No Projeto de Resolução, constavam, ainda, possíveis descontos no pagamento de impostos de décimas no período de entre vinte a cinco anos, a depender dos tipos de melhoramentos com finalidades higiênicas e estéticas, como forma de incentivo para a participação de particulares na realização das reformas para melhoria das propriedades na cidade. Dentre elas, a edificação de prédios e vilas operárias em terrenos baldios, de acordo com os limites traçados pelo Art. 01, ficando “isento do pagamento do imposto de décimas, por espaço de vinte anos” (p. 206). Entretanto, para a uniformidade da referida lei, fazia-se preciso que fosse revisto pela Intendência Municipal o Regulamento de décimas, n.º 27, de 05 de agosto de 1893, a qual seria aprovada pelo Conselho Municipal.

<sup>109</sup> APEB, “Habitações: suas condições atuais e reforma” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 05 de abril de 1906, p. 02.

<sup>110</sup> AHPMS, “Postura n.º 25” In: INTENDENCIA MUNICIPAL DO ESTADO DA BAHIA. Código de Posturas Municipais: cidade de Salvador. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921. p. 14.

<sup>111</sup> Ofício encaminhado ao “Exmo. Sr. Dr. Diretor da Engenharia Municipal” In: CARDOSO, L. A. F. (1991) Entre vilas e avenidas: habitações proletárias em Salvador, na primeira república. Salvador: Universidade Federal da Bahia. P. 205/6.

Outro aspecto evidenciado no Projeto de Resolução diz respeito à seleção determinadas áreas para a construção das “pequenas habitações higiênicas, destinadas as classes pobres e operárias”, devendo constar no levantamento “diversos tipos de construção inclusive o das classes pobres e operárias, destinados as diferentes zonas, tipos que não poder[iam] ser modificados em sua essência, salvo quando a construção obedecer a um estilo especial perfeitamente conhecido”<sup>112</sup>. Tais medidas tinham por motivação coibir a proliferação de habitações populares denominadas mocambos, que em 1930 constituíam 40% das habitações. Eram cerca de 16.000 mocambos espalhados pela cidade (Simões, 1985: 38). E também habitações coletivas, os cortiços, nos quais famílias ocupavam espaços minúsculos.

Começava a ser traçada uma nova diferenciação espacial para cidade por camada social. Se antes havia uma promiscuidade social, nas palavras de Mattoso (1992), com casas de ricos e pobres erguendo-se lado a lado, mas diferenciados pela localização alto/baixo, como bem argumentou Sangodeyi-Dabrowski (2003: 169/70), a elite começava a empreender um projeto de segregação espacial, pela distinção entre espaços, pela oposição centro/periferia ou melhor dizendo orla/miolão. Essa diferenciação pode ser percebida a partir da análise do “Relatório e projeto para uma cidade nova (A cidade luz) Na Pituba, nos terrenos de propriedade do Sr. Manuel Dias da Silva pelo eng.º Theodoro Sampaio, ano de 1919” e do “Esclarecimento necessário ao projeto”, também por Theodoro Sampaio. Os documentos revelam a construção de espaços diferenciados para os grupos sociais.

As vilas operárias seriam construídas em local “bem ventilado, seco e a cavaleiros”, protegido contra “ventos húmidos da estação chuvosa”, agrupando as casas

Em blocos que poderão ser construídos isoladamente ou em série. Estes blocos formam quarteirões separados, entre si, por pequenas ruas de 6 metros de largura, pavimentadas e axialmente arborizadas para efeito de higiene e estética local<sup>113</sup>.

#### A construção das vilas operárias tinha por preocupação

Oferecer aos operários moradia higiênica e confortável, em substituição da que presentemente podem conseguir, e onde, ao

---

<sup>112</sup> APEB, A Bahia, 22 de fevereiro de 1905, p. 03.

<sup>113</sup> “Esclarecimento necessário ao projeto” In: CARDOSO, L. A. F. (1991) Entre vilas e avenidas: habitações proletárias em Salvador, na primeira república. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

invés de elementos reparadores das energias gastas no árduo labor de cada dia, encontram os germes de morbus que lhes depauperam as forças e envenenam a saúde, porque as casas ao alcance de seus recursos em geral mal situadas e mal construídas, acanhadas e insalubres, sem ar, nem luz, edificadas ao desamparo das mais elementares condições indispensáveis à garantia da saúde e bem estar próprio e da família<sup>114</sup>.

Havia uma preocupação em garantir um mínimo necessário à reprodução da força de trabalho. O alto nível de reprodução da força de trabalho estaria manifesto nas boas condições da habitação do trabalhador. Tal preocupação com a reprodução da força de trabalho seria garantida não somente pela construção de habitações que obedeciam às prescrições da higiene e da arquitetura moderna como também através da “instalação de escolas e outros serviços indispensáveis para estimular o trabalho e manter as condições essenciais de vida de seus moradores”<sup>115</sup> e da localização das vilas próximas aos centros de trabalho com o intuito

... de facilitar a aproximação do operário do meio em que terá que exercer sua atividade e capacidade produtora de trabalho, ao mesmo passo que corresponde a outras necessidades desses mesmos centros, cuja vida mais intensa determinará o seu progressivo desenvolvimento<sup>116</sup>.

A construção das vilas se apresentava também como um instrumento de controle ideológico e social da classe trabalhadora (Cardoso, 1991: 155)

Os trabalhadores tinham acesso às casas das vilas através do pagamento de alugéis, o que criava uma situação bastante peculiar: o capitalista, além de empregador, passava também a ser locador, ou seja, proprietário da residência dos seus empregados, com esta superposição de papéis, o acesso a um duplo instrumento de dominação sobre o inquilino/empregado. Esta situação submetia o operariado a uma condição de pressão das mais violentas, já que, com a articulação da relação casa/trabalho, a perda do emprego implicava diretamente [a] perda da moradia.

Segundo o decreto n.º 1234 de 16 de janeiro de 1913, que aprova o contrato celebrado entre o Governo do Estado da Bahia e a firmas Magalhães & C. e Almeida Casto & C. para a construção de casas em número de 3.000 para operários, estas seriam dos seguintes tipos

1º Tipo: uma (1) sala, dois (2) quartos, cozinha e pátio com área de 49 metros quadrados;  
2.º Tipo: duas (2) salas, dois (2) quartos, cozinha, banheiro, latrina e pátio com uma área de 58m<sup>2</sup>;

---

<sup>114</sup> “Decreto n.º 1210 de 06 de dezembro de 1912” In: Cardoso, op. cit.

<sup>115</sup> Idem.

<sup>116</sup> Idem.

3.º Tipo: duas (2) salas, três (3) quartos, copa, cozinha, banheiro, latrina e pátio com uma área mínima de 76m<sup>2</sup>;

4.º Tipo: duas (2) salas, três (3) quartos, copa, cozinha, banheiro, latrina e pátio, tendo duas entradas, uma delas independente, pelo jardim para a sala de jantar, com uma área mínima de 99m<sup>2</sup><sup>117</sup>;

No período de 1890 a 1930, foram construídas quatro vilas operárias na cidade da Bahia. A primeira “ Vila Luiz Tarquínio”, com 260 unidades habitacionais, foi construída na península de Itapagipe (Boa Viagem) em 1892, de propriedade da Companhia Empório Industrial do Norte. A segunda “São Salvador”, com 88 unidades habitacionais, de propriedade da União Fabril, foi construída em Brotas (rua do Sangradouro esquina com a estrada da Fonte Nova, atual rua Djalma Dutra) no ano de 1893. Também pertencente à União Fabril, foi construída em 1913, a “Vila do Queimado” com projeção de 75 unidades, em terreno “limitado pelos fundos dos prédios do Largo da Soledade, Corredor da lapinha, Rua Nova do Queimado e o próprio Largo do Queimado”<sup>118</sup> em Santo Antônio. E a última, “Vila da Companhia Progresso”, com 48 unidades , também na Península de Itapagipe (Penha) em 1926. Foram construídas 396 unidades das 587 projetadas (Cardoso, 1991: 153).

No relatório e projeto para uma nova cidade temos o planejamento de áreas destinadas à elite. Tem início a expansão da cidade em direção às praias do litoral sul, transformando as antigas aldeias de pescadores e fazendas em áreas urbanas destinadas aos grupos mais abastados. Foram projetadas obras que de fato se efetivarão na segunda metade do século XX. A área escolhida, “planície e colinas de pequena elevação, 30 a 40 metros nas mais altas, 18 a 20 nas mais próximas ao mar”, deveria levar em consideração o clima e a ventilação, sem deixar de lado a estética (os mesmos requisitos para a construção das vilas operárias)

Antiga localidade da costa oceânica chamada Pituba, do nome de um pequeno ribeiro que aí deságua, fica ao Oriente da capital e dela distante 7 ½ quilômetros pelo trajeto mais curto. Em relação aos bairros e povoados vizinhos, fica a Pituba, onde se projeta construir a nova Cidade Luz, a 2 km de Amaralina, 3 do Rio Vermelho, 3 de Brotas, 6 da Bolandeira ou Boca do Rio e 12 a Itapoá, cujo farol se divisa ao longe na direção Leste<sup>119</sup>.

A nova cidade foi planejada, tendo por base avenidas e longitudinais (p. 07), ruas transversais (p. 08), praças e jardins (p. 09), que são complementados por

<sup>117</sup> “Decreto n.º 1234 de 16 de janeiro de 1913” In: CARDOSO, op. cit.

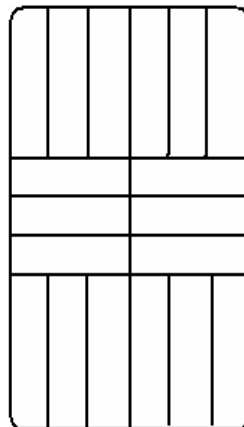
<sup>118</sup> “Esclarecimento necessário ao projeto” In: CARDOSO, op. cit.

<sup>119</sup> SAMPAIO, Theodoro (1919). “Relatório e projeto para uma cidade nova (A cidade luz) Na Pituba, nos terrenos de propriedade do sr. Manuel Dias da Silva pelo eng.º Theodoro Sampaio”. Salvador: Imprensa Oficial do Estado. p. 03 IGHB.

redes de esgoto (p. 12) e de abastecimento de água (p. 12/3), arborização das ruas (p. 13), limpeza pública e incineração de lixo (p. 13/4). Foram previstos um cemitério no alto de uma colina (p. 14), uma olaria (p. 14), um depósito de materiais [de construção] (p. 14/5), a exploração de pedreiras e do barro (p. 15) e das águas do sub-solo (p. 15), meios de transporte (p. 15/6), uma estação balnear (p. 16), uma capela (p. 16) e um prédio escolar (p. 16).

Na divisão dos lotes, as ruas projetadas em ângulo reto dariam em geral aos resultantes quarteirões a forma retangular: “o lote retangular terá 10m de frente e 30 de fundo, e o lote grande 10X50m; quer dizer que o lote retangular tem 300 metros quadrados de superfície e o lote grande 500” (p. 20). No total, ocupando uma área de 412.590 m<sup>2</sup>, deveriam ter a nova cidade 16 quarteirões incompletos e 44 quarteirões completos, como demonstra a figura abaixo.

**FIGURA V**  
**QUARTEIRÃO COMPLETO**



Fonte: SAMPAIO, Theodoro (1919). Relatório e projeto para uma cidade nova (A cidade luz) Na Pituba, nos terrenos de propriedade do sr. Manuel Dias da Silva pelo eng.º Theodoro Sampaio. Salvador: Imprensa Oficial do Estado. p. 03 IGHB.

O projeto para construção da nova “Cidade Luz” se desenvolve em torno da Avenida à beira mar que levaria o nome do proprietário das terras, Manuel Dias da Silva, “eixo de todo arruamento “ (p. 07), com largura de 24 metros por 1.443 metros de comprimento. As ruas transversais, com 16 metros de largura, dos quais 4 metros deveriam ser de calçada de cada lado, seriam abertas paralelas ou perpendiculares ao eixo. Ao todo foram projetadas 25 vias, 10 ruas longitudinais paralelas ao mar, incluindo a avenida principal e 15 transversais. Três praças seriam construídas (a

Praça Circular, a da Capela e a do Grande Jardim), com possibilidade se uma quarta entre a terceira e a quarta rua transversal, com jardim “ao modo dos jardins ingleses com gramados extensos e arvoredos esparsos e distribuídos com arte” (p. 10).

Ao final do relatório, Theodoro Sampaio apresenta esses dados em resumo:

**QUADRO II**  
**RESUMO DOS DADOS SOBRE O ARRUAMENTO DA NOVA CIDADE NA PITUBA**

<b>AVENIDA BEIRAMAR</b>	
comprimento	1.480m
largura	16m
cota do terreno lado da Uburana	3m,50
dita do lado da Bacia Pires (extremo)	5m,50
<b>AVENIDA</b>	
comprimento	1.443
largura	24m
estaca do alinhamento onde começa	6X16m
rumo da primeira seção em tangente	72° NE
comprimento desta primeira seção	743m
deflexão da tangente para a 2. <sup>a</sup> seção	20° 30'
comprimento da 2. <sup>a</sup> seção	700m
cota do ponto inicial da avenida	4m,30
dita máxima da 1. <sup>a</sup> seção	5m,30
dita mínima (na 2. <sup>a</sup> seção)	1m,00
cota máxima da 2. <sup>a</sup> seção	7m,50
cota do extremo oriental da Avenida	5m,50
<b>RUAS LONGITUDINAIS E TRANSVERSAIS</b>	
largura	16m
rampa máxima	4%
<b>PRAÇAS E JARDINS</b>	
praça circular – diâmetro	70m
distância do centro desta praça ao ponto inicial	457m
cota altura do centro desta praça	3m
praça da capela de Nossa Senhora da Luz (dimensões)	40X80m
cota altura máxima nessa praça	4m,20
jardim Itaigara – superfície	19188m <sup>2</sup>
face deste jardim na Avenida	208m
dita na Avenida Beiramar	216m
dita oriental (base maior do trapézio)	115m
dita ocidental (base menor)	70m
<b>LOCAÇÃO A COMEÇAR DA ESTACA DO LADO DA UBURANA</b>	
rumo da 1. <sup>a</sup> rua transversal	26° 45' NO
dito do ângulo do quarteirão 1. <sup>o</sup> mais próximo	15° 45' NE
distância a este ângulo ou canto	22m
rumo ao primeiro ângulo entrante na fase deste quarteirão	52° NE
distância a este ângulo	82m,50
rumo ao 2. <sup>o</sup> ângulo entrante na mesma face	59° 15'
distância a esse ângulo	129m,30
rumo ao canto oriental deste quarteirão	62° 45' NE
distância a esse canto	157m
comprimento da face ocidental deste quarteirão	44m

Fonte: SAMPAIO, Theodoro (1919). Relatório e projeto para uma cidade nova (A cidade luz) Na Pituba, nos terrenos de propriedade do sr. Manuel Dias da Silva pelo eng.<sup>o</sup> Theodoro Sampaio. Salvador: Imprensa Oficial do Estado. p. 22/4. IGHB

Fica evidente a racionalização assumida pelo projeto de reforma urbana, que procurava traçar um plano para ocupação de novas áreas da cidade, bem como possíveis modificações nas áreas já ocupadas, necessárias não somente para a higienização e embelezamento, mas também para o controle e a distribuição dos diversos segmentos sociais nos espaços da cidade. Nesse contexto, o “Relatório dos esgotos projetados para o 2.º distrito da cidade da Bahia apresentado à Intendência Municipal pela firma contratante Theodoro Sampaio & Paes Leme” assume importância fundamental para compreensão do processo de urbanização da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos durante as gestões de J. J. Seabra e Góes Calmon, momentos áureos da intervenção sanitária e disciplinar, em consonância com os conselhos médicos e as queixas da elite urbana da cidade da Bahia, evidenciando as ações necessárias ao processo de desafricanizar os costumes, agregadas ao discurso modernizado.

O engenheiro Theodoro Sampaio foi contratado em fevereiro de 1905 para execução do Serviço de Água e Esgoto da cidade da Bahia, sendo substituído em 1929 por Saturnino Brito

Art 01 Fica o intendente autorizado a contratar com o dr Theodoro Sampaio o serviço de esgoto desta capital de acordo com a proposta e aditivo apresentados e pareceres respectivos firmados pelo Conselho Geral Sanitário do Estado e Diretoria de Obras Municipais.  
Art 2 Fica igualmente autorizado o intendente a contratar co o mesmo profissional o serviço de abastecimento de água desta cidade, realizando as obras imprescindíveis, feitas a emancipação da Companhia do Queimado pelo Município.  
Art 3 As bases do contrato para a realização destes serviços serão submetidas à apreciação do Conselho Municipal que os discutirá e aprovará<sup>120</sup>.

Posteriormente o contrato foi transferido para a firma social “Theodoro Sampaio & Paes Leme”. Além do relatório dos esgotos da cidade, Sampaio foi responsável pelas “Plantas do Abastecimento de Água da Cidade da Bahia” e pelo “Relatório dos Estudos e Projetos para uma Cidade Nova - (A Cidade Luz) - Na Pituba, nos terrenos de propriedade do Sr. Manoel Dias da Silva”. Com o falecimento de seu sócio, Paes Leme em 1908, Theodoro Sampaio se viu obrigado a dar prosseguimento sozinho, visto que a Intendência não aceitou sua proposta de colocar a “Theodoro Sampaio & Barbosa de Souza” no lugar da “Theodoro Sampaio & Paes Leme” (Menezes, 2002: 110)

---

<sup>120</sup> APEB, “Esgoto da cidade” In: A Bahia, 18 de fevereiro de 1905, p. 01.

Composto de sete partes, o Relatório, com data de 02 de fevereiro de 1906 e publicado no jornal “A Bahia” entre os dias 04 e 12 de abril de 1906, procurou fornecer um panorama geral sobre as atuais condições da cidade da Bahia e as prováveis modificações a serem empreendidas para transformá-la em “um centro aprazível, pitoresco e mesmo belo”, através do atendimento das três exigências fundamentais: “em primeiro lugar a higiene (saneamento), depois a estética (embelezamento) e a facilidade de trânsito dentro do perímetro urbano (facilidade de comunicação)”<sup>121</sup>. Higiene, estética e circulação se constituíram os principais objetos de reflexão sobre a cidade, que remontam a questões de ordem econômica.

Em relação à questão sanitária, a cidade vivia, como vimos, em constantes situações endêmicas e epidêmicas, favorecendo o que Uzêda (1992) chamou de rodízio de doenças. Segundo Fernandes (apud Costa, 2003: 86)

grande parte do raciocínio que justificava a importância do saneamento das cidades se pretendia precisamente ao cálculo econômico, sendo comum várias referências à economia realizadas pelo fato de se baixar em um ou dois pontos a taxa de mortalidade nas cidades, demonstrando “cabalmente” a necessidade econômica do higienismo.

Dessa forma, a noção de salubridade ganhava importância considerável. No entanto, salubridade não se confundiria com saúde, ela seria (Foucault, 2003: 93)

O estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública (...) é o controle político-científico deste meio.

Com relação ao critério estético, a Bahia precisava se transformar em um espaço adequado às exigências do papel desempenhado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho. A cidade passa a ser vista como mercadoria, ou seja, como diz Lefebvre (1991a: 06), não mais pelo seu valor de uso, mas pelo valor de troca. A estética estava (Costa, 2003: 86)

... associada à imagem que se pretendia formar para [a cidade].  
Apresentar aspecto de cidade civilizada, higiênica e “moderna”

---

<sup>121</sup> APEB, “O saneamento da cidade” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 04 de abril de 1906, p. 02.



significava maior possibilidade de manter contatos financeiros com o capital internacional, dessa forma, em grande medida, o que estava em jogo era o imaginário de cidade que se pretendia “vender” .

E por fim, o critério da circulação estava relacionado ao escoamento da produção, assim como ao acesso dos trabalhadores a suas áreas de trabalho, isto é, a mobilidade de capitais: tudo deveria circular: pessoas, mercadorias e fluidos (a circulação deste constituía-se premissa básica e fundamental do conceito de salubridade). Com base neste critério, tanto a casa quanto a rua deveria sofrer intervenções, visto que a primeira impedia a circulação dos fluidos e a segunda a circulação de mercadorias e pessoas.

Assim os projetos de reforma urbana, empreendidos na capital baiana, criavam uma tensão entre a técnica e a estética, quer dizer, entre a função que a cidade deveria desempenhar no contexto no qual se inseria e sua forma ou desenho. Ao mesmo tempo a cidade deveria atender a critérios de ordem funcional como também relativa tanto à configuração (limites exteriores da matéria que a constitui) quanto à estrutura - aquilo que determina ou condiciona a matéria pra ser algo, aquilo pelo qual algo é o que é (Sampaio, 2003: 331/3).

No primeiro capítulo, “O saneamento da cidade”, o relator faz o levantamento das condições topográficas, climáticas e de edificações da cidade, procurando relacioná-las as suas condições de insalubridade e higiene. Para tanto identifica as áreas para quais são destinadas às melhorias, bem como o tipo de enfermidades que acomete a população da cidade levando a óbitos. Em conclusão, ele afirma que são necessárias, além da organização de serviço sanitário com um código sanitário vasado nos melhores moldes, as seguintes medidas para a realização sistemática do saneamento na cidade da Bahia:

- a) A habitação, que é a unidade urbana, provendo então de tudo quanto a construção e a ventilação dela, a colocação de receptáculos para esgotos, a limpeza e conservação dos quintais interiores;
- b) Canalização e distribuição d’água pura, abundante.
- c) Renovação, por meio de um bom sistema de esgotos, de todas as águas servidas, desde a sua origem nos edifícios até os lugares de seu destino;
- d) Remoção por meio de drenagem, de toda água da chuva das partes centrais da cidade e de toda água do subsolo, até certa profundidade abaixo dos edifícios, de modo a conseguir-se sob as habitações e solo sempre puro.
- e) Coleta e reunião de todos os resíduos orgânicos, e, particularmente, os restos de cozinha, e seu transporte para sítio distante, adequado ao depósito ou incineração desses resíduos;
- f) Calçamento das ruas e caminhos e sua conservação por sistemas mais aperfeiçoados; construção de passeios mais amplos e

acessíveis nas ruas de maior capacidade, arborização destas e ajardinamento das praças, por processos atualmente em uso nas grandes cidades.<sup>122</sup>

A casa e a rua, enquanto domínios sociais da vida urbana, precisavam ser saneadas. Segundo DaMatta (1997b: 15) tanto a casa quanto a rua não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de possibilidade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. E o processo de reforma urbana empreendido pela elite da cidade procurava através do saneamento urbano desses espaços citadinos moralizar os costumes dos seus habitantes, principalmente, os das camadas populares. Por meio do saneamento e higienização dos espaços, pretendia-se civilizar a sociedade baiana.

Em “Habitações: suas condições atuais e reforma”, Sampaio e Leme definem a habitação como unidade urbana e procuram demonstrar de que forma os costumes domésticos e as habitações do povo quando não obedecem às condições sanitárias e não se modificam ao seu influxo, pode se transformar em empecilhos aos melhoramentos urbanos. Isso evidencia, embora os problemas ligados à estrutura e a infra-estrutura da cidade e a qualidade das habitações sejam as preocupações explícitas dos projetos de melhoria urbana, a dimensão social assumida pelas intervenções: a urbanização volta-se para os hábitos da população. Invadindo a vida familiar, procurava prever, controlar, instalar e manter comportamentos individuais e coletivos adequados ao novo modo de vida por meio de novas formas de sociabilidade.

A exemplo do que também ocorreu em outras cidades do país, como Porto Alegre no Rio Grande do Sul (Pesavento, 2001), a preocupação com a salubridade das habitações na cidade da Bahia, principalmente nos distritos centrais, levou a uma série de visitas realizadas de março a junho de 1907, pelos inspetores sanitários, Dr. Leovigildo de Carvalho Filho, Dr. Arthur de Assis Curvêllo e Dr. Collatino de Baburema e, em sua maioria, pelo auxiliar do inspetor sanitário do distrito da Sé, Dr. Pedro Autran Junior. Tais visitas nos permitem ter uma idéia das

---

<sup>122</sup> APEB, “O saneamento da cidade” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 06 de abril de 1906, p. 02.

condições de higiene das residências consideradas em mau estado de salubridade, sua localização na cidade, tipo de construção, natureza dos imóveis (residencial, comercial, administrativo, escolar) e providências tomadas (em alguns casos). Podemos, ainda, perceber certas diferenças entre as primeiras visitas realizadas pelos inspetores e as de Dr. Pedro Autran Junior, que se mostraram mais completas em termos de descrição e detalhamento<sup>123</sup>

QUADRO III  
RELAÇÃO DOS PRÉDIOS VISITADOS PELO DR PEDRO AUTRAN,  
DURANTE O MÊS DE MAIO

<b>RUAS</b>	<b>N.ºs</b>	<b>NATUREZA</b>	<b>Nº PAVIMENTOS</b>	<b>CONDIÇÕES</b>
do Arcebispo	02		2	Péssimas condições
do Arcebispo	04		2	Péssimas condições
do Arcebispo	06		3	Em más condições
do Arcebispo	08		2	Em más condições
do Arcebispo	10		3	Em más condições
do Colégio	02	Há uma confeitaria	3	Idem
do Colégio	04	Há uma casa de pasto	2	Em boas condições
do Colégio	14	Há uma taverna	3	Em más condições
do Colégio	16	Há uma sapataria	3	Idem
do Colégio	24	Há uma encadernação	4	Péssimas condições
do Colégio	26	Há um açougue	4	Em más condições
do Colégio	28		3	Idem
do Colégio	30	Há uma alfaiataria	3	Idem
do Colégio	34		4	Péssimas condições
do Colégio	36	Há um açougue	3	Idem
do Colégio	38		4	Em más condições
do Colégio	40	Diretoria de obras	3	Idem
do Colégio	42		3	Idem
do Colégio	44		3	Idem
do Colégio	46		3	Em obras
Thomé de Souza	48		3	Em más condições
Thomé de Souza	50		3	Idem
Thomé de Souza	56	Há uma taverna	3	Idem
Thomé de Souza	58		3	Em obras
Thomé de Souza	60		3	Em más condições
Thomé de Souza	62		2	Idem
Thomé de Souza	64	Há um açougue	1	Idem

<sup>123</sup> APEB, A Bahia, 06, 08, 11, 14 e 16 de maio e 14 e 17 de junho de 1907.

Thomé de Souza	69		1	Idem
Thomé de Souza	67		1	Idem
Thomé de Souza	65		1	Idem
Thomé de Souza	63		2	Idem
Thomé de Souza	61		1	Idem
Thomé de Souza	55		3	Idem
Thomé de Souza	53		3	Idem
Thomé de Souza	51		5	Péssimas condições
Thomé de Souza	49		2	Em boas condições
Thomé de Souza	47		4	Em obras
Thomé de Souza	45		4	Em más condições
Thomé de Souza	43		2	Em obras
Thomé de Souza	41		2	Em más condições
Thomé de Souza	39		3	Idem
Thomé de Souza	37		3	Idem
do Colégio	33		4	Idem
do Colégio	(?)		1	Idem
do Colégio	(?)		1	Idem
do Colégio	(?)		1	Idem
do Tesouro	94		3	Idem
do Tesouro	92		3	Em boas condições
do Tesouro	90		2	Em más condições
do Tesouro	88		2	Idem
do Tesouro	84		1	Idem
do Tesouro	82		1	Idem
do Tesouro	78		1	Idem
do Tesouro	76		1	Idem
do Tesouro	74		1	Idem
do Tesouro	72		1	Em boas condições
do Tesouro	70		1	Em más condições
do Tesouro	68		2	Em obras
do Tesouro	66		3	Em más condições
do Tesouro	64		2	Idem
do Tesouro	62		2	Idem
do Tesouro	51		2	Idem
do Tesouro	53		3	Em boas condições
do Tesouro	56	Há uma casa de cômodos	5	Em más condições
do Colégio	27		3	Idem
do Colégio	21		3	Idem
do Colégio	19		3	Idem

do Colégio	17	Há um açougue	4	Idem
do Colégio	15		3	Idem
do Colégio	11	Há uma casa de pasto	3	Idem
do Colégio	09		3	Em boas condições
do Colégio	05	Há um café	4	Idem
do Colégio	03		4	Idem

Bahia, 04 de junho de 1907 – O auxiliar do 1º distrito, Dr. Pedro Autran Junior

Fonte: APEB, A Bahia, 17 de junho de 1907, p. 03.

Essas visitas domiciliares tinham por finalidade prevenir ou combater moléstias transmissíveis, conforme verificado no Art. 27 do “Regulamento que com este baixa para a execução da Lei n.º 628 de 14 de setembro de 1905 sobre o serviço sanitário”, conforme o Decreto n.º 479 de 22 de julho de 1907

Art. 27 Ao diretor do serviço sanitário compete:  
(...) 7.º Adotar medidas que possam prevenir ou combater as moléstias transmissíveis, que por sua natureza possam tornar-se endêmicas ou epidêmicas, enzooticas ou epizooticas;<sup>124</sup>

Bem como a vigilância sanitária e inspeção dos serviços de desinfecção e isolamento domiciliário

8.º Exercer rigorosamente, por si e pelos seus auxiliares a vigilância sanitária e inspeção dos serviços de desinfecção e isolamento domiciliário, e fazer executar todas as medidas referentes a profilaxia geral e específica das moléstias infectuosas, solicitando do governo do estado as providências necessárias e urgentes para organizar e manter o serviço de assistência pública indispensável nos casos de invasão epidêmica;<sup>125</sup>

Elas ficavam a cargo da polícia sanitária

Executada de acordo com o presente regulamento [que com este baixa para a execução da Lei n.º 628 de 14 de setembro de 1905 sobre o serviço sanitário] e com as leis e posturas municipais, tendo por fim evitar a manifestação ou propagação das moléstias infectuosas e especialmente prevenir e corrigir erros e abusos que possam comprometer a saúde pública nos domicílios, lugares e logradouros públicos e em todo os serviços destinados a alimentação e gozo da população.<sup>126</sup>

E exercida pelas autoridades sanitárias municipais

<sup>124</sup> APEB, “Regulamento que com este baixa para a execução da Lei n.º 628 de 14 de setembro de 1905 sobre o serviço sanitário” In: A Bahia, 05 de agosto de 1907.

<sup>125</sup> Idem.

<sup>126</sup> APEB, “Regulamento que com este baixa para a execução da Lei n.º 628 de 14 de setembro de 1905 sobre o serviço sanitário” In: A Bahia, 20 de agosto de 1907

Na inspeção e fiscalização de toda via urbana e em visitas sistemáticas a todas as habitações particulares ou coletivas, estabelecimentos de qualquer espécie, terrenos cultivados ou não, lugares e logradouros públicos, onde além de atender as suas condições higiênicas, asseio, conservação e estado de saúde dos moradores, verificação mais o estado dos reservatórios de água potável e seu abastecimento, a integridade e funcionamento das instalações sanitárias, banheiros, banques, lagos, esgotos, bueiros, etc. e bem assim o asseio, conservação e condições higiênicas das áreas, quintais, pátios, cocheiras, estrebarias, estábulos, etc. sempre coadjuvados pelo pessoal que trabalhar sob sua jurisdição e que executará imediatamente as providências de caráter urgente.<sup>127</sup>

A casa foi o ponto de partida para o enfrentamento do problema do saneamento urbano. Sua vigilância e higienização visavam mediadas primordiais, urgentes, ao saneamento da cidade: “melhoramento das condições sanitárias das casas, a fiscalização exercida assiduamente sobre elas em relação à limpeza e suprimento de ar puro a vigilância quanto aos costumes das classes pobres”<sup>128</sup>. Estas medidas objetivavam a moralização “dos costumes das classes pobres” por meio de regras e conselhos a eles prescritos. E as novas construções obedeciam a regras que visassem antes de tudo à higiene, mas que satisfizessem ao mesmo tempo as condições estéticas. Essas eram as duas preocupações: higiene e beleza. A forma elegante, mesmo que simples e modesta, “afeta[ria] profundamente aos costumes” das camadas populares, contribuindo para o progresso social<sup>129</sup>.

A habitação, célula organizadora do urbano, transforma-se num dos principais *locus* onde a reforma deveria começar. Era estabelecido, dessa forma, o vínculo entre insalubridade e más condições de habitação, elevada taxa de mortalidade, baixa perspectiva de vida e enfermidades. Começavam a ser realizadas novas operações de segregação espacial na cidade, saneando e embelezando áreas deterioradas no antigo núcleo matriz da cidade, com base nas obras realizadas ou nas teorias formuladas, definindo os espaços a serem ocupados quer pela elite quer pelas camadas populares. Se antes casas de ricos e pobres erguiam-se lado a lado, no ideal de uma cidade moderna, cada qual deveria ter o seu canto, o seu espaço.

Segundo Sampaio e Leme, não somente as casas das camadas populares, eram “ordinariamente mal edificada[s] e mal mantida[s]” como também “os edifícios de mais vultos, onde residem os abastados, não raros, se ressentem dos mesmos

---

<sup>127</sup> Idem.

<sup>128</sup> APEB, “Habitações: suas condições atuais e reforma” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 05 de abril de 1906, p. 02.

<sup>129</sup> Idem.

defeitos”. Entretanto, afirmam eles “a habitação pequena, a casa destinada ao operário e ao trabalhador é entre nós a de pior tipo imaginável”<sup>130</sup>,

Um retângulo entre quatro paredes, com altura insuficiente, dividido em sala, uma ou duas alcovas, saleta de jantar no fundo, ligando-se a da frente por um corredor estreito e escuro, para onde abre as alcovas, cozinha insignificante num puchado da pior construção, quintal brevíssimo em solo íngreme, limitado por cerca de madeira ou muro baixo, esgoto à superfície, por meio de um rego impuro, sem revestimento, latrina, quando há, dando para as fossas não revestidas ou para canos feitos de alvenaria imprópria, descarregando na grota mais vizinha, se é que os despejos não lançam nos fundos dos quintais entre as arvores, sobre o lixo acumulado de muito tempo, eis o tipo ordinário da habitação pobre<sup>131</sup>.

Em resumo a unidade urbana das camadas populares era

... a habitação é construída do pior tipo imaginável, sem arte, sem gosto, sem estética, mal dividida, mal arejada, mal iluminada, num clima em que instantaneamente se reclama ar, luz, ventilação e espaço[.]<sup>132</sup>

Este tipo de casa seria imprópria para a habitação, pois contribuiria para a proliferação de costumes imorais e doenças. Os indivíduos que ali habitavam eram degradados moralmente. A estrutura da habitação funcionava como indicadores das estruturas sociais das camadas populares (Elias, 2001: 66/84), pois ofereciam aos engenheiros e higienistas um acesso “seguro e evidente” para a compreensão de determinadas relações características dessas camadas. Degradado era o indivíduo que vivesse em condições degradadas. Percebe-se aqui a influência do determinismo mesológico, para o qual o indivíduo seria o retrato do meio onde vive. Por isso era preciso higienizar o espaço da casa, torná-lo habitável, e assim contribuir para a modificação do comportamento dos indivíduos.

A maneira como foram edificadas não permitiam a existência de dois requisitos básicos de uma casa higiênica: ventilação e iluminação

O pavimento destas casas é feito ordinariamente de cimento ou de madeira, sobre vigamento não ventilado. Os forros, quando os há, são baixos e também sem abertura que forneçam a renovação do ar no interior dos aposentos. As salas costumam ter dimensões

---

<sup>130</sup> APEB, “Habitações: suas condições atuais e reforma” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 05 de abril de 1906, p. 02.

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> APEB, “O saneamento da cidade” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 04 de abril de 1906, p. 02.

razoáveis, mas não assim as alcovas, que são, no geral, pequenas e mal dispostas. Se as casas são de um só pavimento e sem forros, como mais comumente se observa, os inconvenientes da falta de areação diminuem consideravelmente. Mas, se são de mais de um pavimento, os andares superiores inferiores, por mal ventilados e mal iluminados, tornam-se intoleráveis no ponto de vista da boa higiene. As escadas escuras e mal lançadas de um pavimento para o outro são verdadeiras torturas para os moradores. Clarabóias iluminando a caixa das escadas não existem comumente. Os alojamentos, em tais andares, não recebendo nenhum ar nem luz diretamente, são no geral insalubres, sentindo-se a penetrar neles os efeitos do ar confiando ou de um ambiente corrupto que, para logo, nos revela a penúria sanitária do domicílio<sup>133</sup>.

Também as residências dos ricos não gozavam de melhor situação, em sua maioria eram defeituosíssimas

Nestas, as lojas ou sub-lojas, que as desigualdades do terreno justificam, são ocupadas de preferência pelos [famulos], pelas dependências, como a cozinha, o banheiro, a latrina, a dispensa e uma Salete de jantar para os dias ordinários, isto é, a pior das disposições para um viver de família. (...) Os altos, entre os forros e o telhado, são aí utilizados para dormitórios na estação quente, servido de refugio à família quando a temperatura dos cômodos interiores se torna insuportável durante à noite. (...) Quer isso dizer que, no viver comum, aqui se desce para as refeições e se sobe para dormir<sup>134</sup>.

Mas estas se encontravam em melhores condições que as casas das camadas populares, que era “as de pior espécie”

Pode acaso o higienista, examinado uma casa da Bahia, a casa do pobre, que é a do maior número ou mesmo do individuo de classe média, considerar garantido de saúde essa habitação baixa, encaixada uma nas outras, sem ventilação, escura, exalando o hábito corrupto dos ambientes confinados, quente, como um forno, no verão, úmida demais, na estação das chuvas, forrada às vezes, de papel que as impurezas de muitos anos descoraram, ou caiadas de velho interna e externamente, como por se vê a miúde em toda esta cidade?<sup>135</sup>

A cidade bem construída e higiênica deveria ter habitações condizentes com os ideais da época. Nos centros das casas deveriam existir espaços livres, para que os cômodos recebessem ventilação e luz solar necessária à salubridade da habitação, por isso um bom pátio deveria ser espaçoso e calçado e ter declive, para que as águas de chuva escoassem pelos canos, que comunicam com os esgotos e;

---

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> APEB, “O saneamento da cidade” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 04 de abril de 1906, p. 02.



não o contrário: estreitos e não calçados, tornando-se obscuros, úmidos e insalubres, e não diferem desses quintais cujo ar seria pesado e infecto

Para maior conveniência da higiene e da segurança, quando se dispõe de terreno, é de bom conselho interpor a sala de jantar e a copa um pequeno pátio coberto e tanto este como as ditas dependências devem ser cimentadas ou revestidas de cerâmica, evitando-se o emprego da madeira, sempre que se puder<sup>136</sup>.

A medicina, ao impor uma nova concepção de moradia, passou a criticar a alcova escura, úmida e sem ventilação como responsável por numerosos males que acometiam mulheres e crianças. Costa (1989) afirma que os médicos chegaram a constituir uma verdadeira "síndrome de alcova", materializada nos projetos de intervenção urbana

as alcovas sejam de todo abolidas, não se permitindo alojamentos sem luz e ventilação direta, que o soalho seja ventilado convenientemente, quer por meio de óculos ou mezaninos abertos nas paredes, quer por meio de chaminés se a ventilação lateral se tornar impossível; que os forros sejam de tal modo construídos que a ventilação superior não fique prejudicada, já se adotando forros gradeados, já se assentando ventiladores nos quatro ângulos ou ao longo do frizo<sup>137</sup>.

Por serem espaço diminutos, elas não permitiam a renovação do ar, o que contribuía para contaminação com as exalações pulmonares e cutâneas. As alcovas, para os higienistas, seriam responsáveis pelo agravamento das moléstias daqueles que nela se alojavam, podendo mesmo complicá-lo de um modo muito mais desagradável.

As casas a serem construídas deveriam seguir as seguintes recomendações

Exatamente, as casas novas, que se edificarem, se forem de um só pavimento terão a altura mínima de 6m,20 entre o nível da soleira da porta e a cornija. (...) As portas terão no mínimo, a altura de 3m,20, as janelas 2, e a largura de 1 metro e 20. (...) Internamente, os aposentos terão a altura de 5 metros, do soalho ao forro; não sendo tolerados os alojamentos ou dormitórios que tenham menos de 40 metros cúbicos por leito. (...) Quer isto dizer, que um quarto, por pequeno que seja, não deve ter menos de 6 metros quadrados de superfície. (...) As portas dos quartos, munidas de bandeiras simplesmente, gradeadas, não se empregando o vidro para este fim<sup>138</sup>.

A altura dos pavimentos poderia variar conforme a sua função, como estabelece a postura municipal n.º 55

---

<sup>136</sup> APEB, "Habitações: suas condições atuais e reforma" In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 05 de abril de 1906, p. 02.

<sup>137</sup> Idem.

<sup>138</sup> Idem.

O pé direito do prédio [medida interna do piso ao forro], no alinhamento das ruas, será, no máximo de 4m00, a cima do passeio, para o primeiro pavimento do prédio, sem porão. (...) O pé direito mínimo do porão destinado à moradia será de 1m50 e máximo de 2m50, contada esta dimensão a partir do nível do passeio junto ao prédio. (...) Os pés direitos de aposentos de prédios destinados a habitação de dia (sala de jantar, de visita, vestíbulos, cozinhas, escritórios particulares ou comerciais, latrinas, etc) serão, no máximo de 3m00, e aposentos dormitórios 3m500. (...) Nos prédios não destinados a moradia, armazéns, garagens, oficinas, lojas, etc será o pé direito ficando de acordo com os fins a preencher, notando-se sempre o perfeito arejamento e iluminação de todos os pontos do prédio, e observando-se exatamente, uma certa linha arquitetônica. (...) O pé direito de 2º, 3º e demais pavimentos será de acordo com os preceitos arquitetônicos variados entre os limites do pé direito do primeiro pavimento, mínimo de 3m50, para dormitório<sup>139</sup>.

Os dormitórios, espaços mais íntimos das casas, ganhavam atenção especial

Internamente, os aposentos terão a altura de 5 metros, do soalho ao forro; não sendo tolerados os alojamentos ou dormitórios que tenham menos de 40 metros cúbicos por leito. (...) Quer isto dizer, que um quarto, por pequeno que seja, não deve ter menos de 6 metros quadrados de superfície. (...) As portas dos quartos, munidas de bandeiras simplesmente, gradeadas, não se empregando o vidro para este fim<sup>140</sup>.

As preocupações com o saneamento das habitações voltam-se também para outro cômodo: a latrina

O pavilhão da latrina, se esta tiver ou ficar destacada da casa, será da altura de 2m, 50 no mínimo, em paredes feitas de tijolos revestidas de cal, menos na parte interior, até a altura de 1m,50, que será revestido de cimento ou de qualquer outro material que os impermeabilize. (...) A bacia da latrina não poderá ser de fundo móvel, mas do tipo Unita ou de qualquer outro que o imite, será adotada de cifrão com ventilador a coroa deste e caixa de descarga da capacidade de 8 a 10 litros. (...) Todos os aparelhos, como sejam as pias, lavatórios, banheiros, metópios, serão munidos de cifrões, antes de se ligarem ao encaixamento de esgoto<sup>141</sup>.

Seus encanamentos deveriam estar conectados à rede de esgoto, sendo abolido o uso de fossas: “Estabelecidos os esgotos e tomado obrigatório o seu uso no interior dos prédios, as fossas existentes deverão ser abolidas e imediatamente desinfetadas e aterradas”. Sua proibição visava a diminuição do numero de óbitos causados por doenças: “Nessa cidade, antes de qualquer saneamento, o obituário

<sup>139</sup> AHPMS, “Postura n.º 55” In: INTENDENCIA MUNICIPAL DO ESTADO DA BAHIA. Código de Posturas Municipais: cidade de Salvador. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921. p. 126.

<sup>140</sup> APEB, “Habitações: suas condições atuais e reforma” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 05 de abril de 1906, p. 02.

<sup>141</sup> Idem.

acusava anualmente 242 óbitos por febres entéricas por 100.000, até 1859. de 1860 a 1866 começaram a cimentar as fossas dentro da cidade: a mortalidade por febres entéricas passou a representar-se por 168 óbitos. (...) De 1866 a 1893 construíram-se esgotos parciais, a mortalidade pelas febres entéricas desceu então a 133<sup>142</sup>.

Assim a casa deveria se estruturar e funcionar nas em condições atinentes à edificação e reforma de costumes que lhe eram impostas pela higiene, pois, se assim não se procedesse, o saneamento não seria possível, tornando-se ineficaz

Sem este complexo de medidas atinentes à edificação e reforma de costumes, zelosamente mantidas por uma fiscalização idônea, não há saneamento possível e eficaz, porque a obra pública, conducente ao melhoramento do meio local, fica sem o seu indispensável complemento, que é a unidade urbana, a habitação funcionando nas condições que a higiene lhe impõe<sup>143</sup>.

Em “A rua”, os relatores vão defini-la como “uma das coisas que mais cuidados requer do ponto de vista da higiene urbana, [podendo ser assim descritas] tortas, íngremes, estreitas, profundas (...) mal alinhadas, mal calçadas”<sup>144</sup>. Procuram mostrar como a ausência de preocupação com o tráfico comercial na via pública fora responsável pela maneira como as ruas construídas na cidade. Mas além do tráfico, a rua foi uma preocupação da elite urbana por ser o domínio de uma cultura popular afro-descendente desde os tempos coloniais (Ferreira Filho: 1998/9: 239/40). Ela, ao ser desprestigiada por encarnar a metáfora de todos os vícios, transformou-se no lugar dos excluídos. Escravos de ganho, libertos, pobres, mendigos, prostitutas, ladrões e vagabundos faziam do espaço da rua, quando sujeito à intervenção das autoridades, um caso de polícia, uma vez que a preocupação básica dos poderes públicos era punir os infratores que nela se encontravam, esquecendo de submetê-los às políticas disciplinares mais sistemáticas.

Diante de tais impasses, segundo Leite (1996: 131),

existia uma vontade de disciplinarização do uso das ruas, definindo-se espaços próprios para a atuação de cada classe. Buscava-se, desta maneira, evitar a disputa e o convívio simultâneo dos diversos

---

<sup>142</sup> APEB, “O saneamento da cidade” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 04 de abril de 1906, p. 02.

<sup>143</sup> APEB, “Habitações: suas condições atuais e reforma” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 05 de abril de 1906, p. 02.

<sup>144</sup> APEB, “A rua” In: RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 05 de abril de 1906, p. 02.

segmentos na rua, eliminando-se os perigos e os desconfortos aos quais estavam sujeitas [aos grupos da elite] em consequência de tal convivência.

As ruas também eram espaço depreciado pelos costumes de seus habitantes, pois faziam de suas calçadas o picadeiro de lenha, atiravam para ela o bicho morto, o resto de comida, a água servida, até mesmo a sujeira do penico. A própria arquitetura dos sobrados se desenvolvera fazendo da rua uma serva: as biqueiras descarregando com toda a força sobre o meio da rua as águas da chuva; as portas e os postigos abrindo para a rua; as janelas servindo para os homens escarrarem na rua (Freyre, 1977: xliii).

Nas ruas, reproduzia-se uma cultura popular afro-descendente considerada pelo discurso modernizador como pertencente a 'gente inculta' – que disputavam como espaço de trabalho a própria rua, convivendo e ganhando o sustento seu e de sua família - estando inserida no contexto socioeconômico do cotidiano da cidade. Neste espaço, historicamente considerado como privilegiado pela criminalidade, encontramos pobres e pretos, homens e mulheres, mendigos e vadios, mestiços e por que não dizer afro-descendentes que, ao construírem nos espaços citadinos seus domínios, conheciam bem a linguagem cartográfica das ruas baianas: agência de resistências e encontros sincréticos (Ferreira Filho, 1998/1999: 240). Dessa forma, as manifestações de uma cultura popular afro-descendente, construída e desenvolvida durante a Colônia e o Império, adquiriram súbita identificação com os espaços públicos, procurando através de diversas estratégias sobreviver.

Tanto para Seabra quanto para Calmon, a reforma urbana da cidade da Bahia tinha por finalidade a preparação do espaço público para o tráfego das pessoas 'de família'. Higienizar o espaço exigia novos padrões de sociabilidade, que reorganizariam radicalmente a família, o trabalho e os costumes. Os espaços deveriam ser praticados segundo novas regras, deveriam adquirir novos usos. Nestes moldes de cidade disciplinar de Seabra e Calmon, questionam-se as formas tradicionais de inserção dos afro-descendentes no espaço urbano, entrando em confronto com a mentalidade senhorial-escravista presente ainda no contexto das relações sociais. A reforma impregnava-se de um forte conteúdo moral e ideológico, começando exercer influências tanto no trabalho como nos costumes populares.

Habitava as cabeças de Seabra e Calmon o ideal republicano em consonância com o surto modernizante, tendo por objetivo a preparação do espaço

público para o livre acesso das ‘famílias de bem’. Principalmente a rua deveria ser preparada para lidar com estranhos, possuindo uma demarcação boa e eficaz de áreas privadas e públicas e um suprimento básico de atividades e olhos (Jacobs, 2001: 41). Neste sentido, obras como o alargamento de ruas, remodelação do cais do porto, construção de espaçosas e salubres vias públicas, calçadas mais largas para os transeuntes, jardins estilizados como o projeto do Trianon, praças com elegantes coretos e monumentos foram planejados e construídos ao longo das primeiras décadas do século XX (Ferreira Filho, 1994: 67). Consideravam a infraestrutura da cidade herdada do período colonial inadequada à dinamização de novas atividades econômicas e das novas necessidades habitacionais.

Essa mentalidade de promoção do progresso a qualquer custo procurou substituir o velho pelo novo dando contornos mais geométricos à cidade. Segundo Peres, era “sintomático que o principal objetivo da ofensiva modernizadora do seabrismo fosse a Sé, o monumento que retomava ao tempo da implantação da cidade do Salvador” (Peres, 1999: 17). A demolição da Igreja da Santa Sé foi parte de um processo que teve por motivação central a defesa de concepções modernizantes sobre o espaço urbano, voltadas à construção de uma cidade que pudesse disciplinar os comportamentos de seus habitantes, coibindo valores e hábitos de uma cultura afro-popular inadequados aos ideais de civilidade pensados para cidade: “Podemos decir que son tres los principales elementos que justifican las intervenciones (...): la salubridad, la fluidez y la estética” (Pinheiro, 1998: 288).

As gestões de Seabra e Calmon foram de demolição para promover a substituição dos prédios pelo mau estado de conservação que estavam em ruínas, cuja finalidade era vislumbrar a visão panorâmica da Baía de Todos os Santos. Constituíram-se, em consonância com os conselhos médicos e as queixas da elite letrada da cidade da Bahia, momentos áureos de intervenção sanitarista e disciplinar, nos quais se evidenciam as ações necessárias ao processo de desafricanização dos costumes, agregadas ao discurso modernizador. Assim, tanto Seabra quanto Calmon, com o intuito de valorização imobiliária das freguesias centrais como Conceição, Pilar, Sá, São Pedro e Passo (áreas desvalorizadas pela presença de uma cultura popular afro-descendente), procuraram implementar, não só intervenções na estrutura física da cidade, mas uma campanha de controle e modificação dos hábitos, costumes, valores e modos de comportamento dos habitantes da cidade, em especial, dos pertencentes às camadas populares.

## CAPITULO IX JOGANDO COM A LÓGICA: A RESISTÊNCIA AO DISCURSO

Suspenderam as velas do saveiro, puxaram a grande pedra que servia de âncora. A lua fizera do mar um caminho de prata, ao fundo recortava-se na montanha a cidade negra da Bahia. O saveiro foi-se afastando devagar. (Amado, 1959)



Entre a implantação do Elevador Lacerda (1869) e a instalação do Escritório do Plano Urbano da Cidade de Salvador (EPUCS - 1942-1948), foram efetivadas, dentro do projeto de reforma urbana, ações para a higienização do espaço urbano, as quais passaram a evidenciar o processo de desafricanização dos costumes: a proibição das festas populares (a primeira lavagem da Igreja do Bonfim em tempos republicanos; a substituição do entrudo – associado ao popular e ‘promiscuo’ – pelo carnaval – concebido como familiar e ordeiro); a regulamentação da comercialização de comidas pelas negras nas ruas da cidade da Bahia; a discriminalização da copoeira; as freqüentes batidas policiais aos terreiros de Candomblé, embora a liberdade religiosa fosse assegurada pela Constituição de 1891. Velhos hábitos e costumes estavam sendo substituídos por outros “civilizados” tidos como mais adequados à nova realidade da sociedade baiana. A elite passava valorizar as prescrições dos compêndios franceses em detrimento aos costumes afro-descendentes. Ocupada com jantares e festas elegantes, já não se interessava pelos antigos costumes, lembrados com saudade apenas pelos mais velhos.

A urbanização da cidade, como vimos, tinha por finalidade, além de concentrar-se na remodelação física das suas feições coloniais, atribuindo-lhe ares mais modernos, pôr em prática um projeto de reeducação dos habitantes<sup>145</sup>. Através da reeducação e limitação da extensão e efeitos das questões sociais, procurava-se erigir uma civilização concernente ao respeito às paisagens material e social da cidade. As cenas de incivilidade (maus costumes e o estado de pobreza reinantes na cidade) colocavam-se como empecilhos à pretensa civilização. Era patente a contradição entre a realidade característica das vicissitudes passadas pela maior parte das pessoas e os ideais de civildade propagados por certos grupos da elite.

Muitas das práticas populares e usos que os habitantes da cidade faziam da rua, seja para o entretenimento, seja para o trabalho, passaram a sofrer censuras, sendo instituídas novas formas de controle. Os *habitus* da cultura afro-popular apareciam na contramão do desejo da elite baiana de enquadrar a população baiana nos modelos de comportamento europeus, o que implicou, entre outras coisas, higienizar os espaços e desafricanizar costumes, inibindo manifestações populares dos afro-descendentes. Fundamentadas nos pressupostos idealizados pela elite para a sociedade baiana, a domesticação dos costumes e a reeducação das camadas populares começaram a ser defendidas com veemência. A remodelação material constituiu-se apenas o passo inicial do processo urbano-civilizador que se estendia por vários aspectos da vida da cidade e de seus habitantes: melhorias materiais, estéticas e assistenciais, moralização dos hábitos e práticas da população, melhorias na ordem pública, maior organização da cidade, voltados para o controle dos seus habitantes.

Aos indivíduos das camadas populares restavam apenas duas possibilidades de ação pela manutenção de territórios: se, por um lado, a vida programada no e pelo espaço tendia a reduzi-los à “passividade” e ao silêncio, por outro, eles se revoltavam e, sua revolta os levava à apresentação de contra-projetos, de contra-espacos, de reivindicações com base em conflitos e negociações. Todavia, tanto uma quanto a outra devem ser entendidas dentro do conjunto de situação do qual participavam esses agentes como forma de resistência ao discurso dos grupos de elite. As camadas populares expressavam-se de uma maneira diferente daquela

---

<sup>145</sup> O problema da assistência e da instrução pública foi sempre uma necessidade nunca bem encaminhada, por isso a reeducação dos costumes dos habitantes se daria mais por vias da repressão do que pela instrução formal. (Leite, 1996: 111)

esperada pela elite da época, gerando um universo sonoro, ao mesmo tempo, avesso e complementar ao que fora importado da Europa. Isso fazia parte da natureza desses agentes, que através da “passividade”, do silêncio ou do confronto, procuravam impor, por vias transversas, a sua maneira de ver e lidar com o mundo. Muitas foram as estratégias de resistência das camadas populares frente ao discurso modernizador dos grupos da elite urbana da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos.

As festas, como vimos no segundo capítulo, eram os momentos de socialização festiva entre os diferentes grupos da cidade. Duas tendências marcavam-lhes o caráter oficial: a medieval, com os torneios, jogos, feiras e cavalhadas e, a barroca, com as grandes montagens cênicas dos símbolos do poder. Contudo, o advento do processo de reforma urbana pautado em ideais de civilidade desencadeia o processo de laicização da cidade, levando a proibição de manifestações profanas no interior das igrejas. Ao longo do século XIX, ocorreu progressivamente a ausência da elite nas festas religiosas reconhecidas por seu caráter popular. Novas formas de lazer e cultura foram criadas para atender às necessidades dessa exigente elite urbana. Os grupos abastados da sociedade baiana passaram a freqüentar os bailes públicos e espetáculos teatrais, produzidos em locais fechados e de acesso restrito. Progressivamente, as festividades de caráter religioso foram cedendo espaço a essas atividades, inicialmente tímidas e acanhadas, como o teatro, a ópera e o cinema, que com o tempo foram se impondo. Os edifícios construídos para acolhê-las passaram a ocupar pontos focais na paisagem urbana e a redefinir os lugares de sociabilização e encontro, relegando a um plano secundário os edifícios religiosos, antigas referências espaciais da cidade. Segundo Fonseca (2002: 24), a inserção dessas novas formas de lazer, a exemplo do cinema, no cotidiano da cidade colocava em evidência a incorporação de novos entretenimentos ao intrincado universo de lazer.

Paralelamente, uma nova política voltada ao processo de romanização do catolicismo brasileiro passou a ser implementada pelos bispos renovados. O clero procurou empreender ações para purificação das festas, expurgando-lhes tudo que parecia abuso, profano. Preocupada em garantir a homogeneidade dos ritos católicos, a Igreja provocou, por um lado, a elitização de seu culto e, por outro, o afastamento de grande parte da população dos templos. Provocados pela elite, que, vinculada ao espírito liberal, assumiu uma posição anticlerical e associaram esta



forma de catolicismo, – de devoção com participação dos afro-descendentes – ao obscurantismo e ao atraso, a Igreja passava a proibir as manifestações “profanas” no interior das igrejas. Um modelo civilizado de festejar começa a tomar forma (Santana, 2002: 55). Isso fica evidente com a proibição à primeira lavagem da Igreja do Bonfim no período republicano. Como nos informa Ferreira Filho (2003: 95/6)

Em 07 de dezembro de 1889, o arcebispo Luís Antônio Santos proibiu terminantemente a festa e, em 17 de janeiro de 1890, as devotas que resolveram desconsiderar tal ordem tiveram suas vassouras e seus vasos de barro apreendidos pela Guarda Cívica, que, cumprindo ordens severas, repetia: “Hoje, aqui não há lavagem”.

Têm início a repressão e perseguição às manifestações da população afro-descendente: as danças lascivas, o batuque, as congadas, o frevo e a capoeira. Mas, isso não impediu que as ditas “manifestações profanas” se intensificassem nos adros e nos lagos vizinhos das igrejas. A lavagem do Bonfim continuou a ser realizada, porém, apenas as escadarias, pois as portas da igreja permaneceram fechadas. A celebração dessa festa vai permanecer por anos estigmatizada: por ser uma das manifestações em que toma parte o “Zé-povo”, sendo vista como rebuliço, que logo lembra confusão, briga, tumulto, conduta informal e espontânea, sensualidade, irreverência, disposição promíscua e permissiva, atitudes provocantes, profusa embriaguez. Isso fica evidente nesse poema-anedota “A outra lavagem”, demarcando a distinção entre o sagrado (civilizado) e o profano (incivilizado)

O pessoal do Grupo Esperançoso, arrependido do fracasso das heresias que mandou o Pinto escrever no dia de Reis, para desculpar-se, tomou parte com o Zé-povo na Lavagem do Bonfim

Dez horas da manha: o rebuliço  
Começou-se a fazer lá pelo O Norte...  
Veio chegando a pandega [cohorte]  
Para a negra cumbuca do feitiço  
À postos! Disse o Pires: meus senhores,  
São horas de seguir para o Bonfim,  
Devemos agradecer os eleitores  
Que a coisa esta ruim  
Nós quase borramos a futrico  
Com as nossas teorias,  
No meu jornal jamais ninguém pública  
Tamanhas heresias.  
Porém meu castigo o Pinto tem;  
Conosco não irá,  
Sacudindo as carteiras ficará

E no findar do mês ... nem um vintém.  
E partiu o farrancho.  
Todos de branco e de chapéu de palha,  
De pés descalços, parecendo um [rancho]  
Feito pela gentalha.  
Na frente ia o Bibó se requebrando  
Puxando uma carroça do Moreno  
E Antoninho Muniz, por ser pequeno,  
Os foguetes tocando.  
O Rodrigo Brandão todo empinado  
Com um galo de briga,  
Gritava p'ra o Bibó desesperado:  
Não me toque seu mano. na barriga.  
E um aferes da “guarda meio barro”,  
Acostumados às festas da Pituba  
Alegando que estava com pigarro  
De vez em quando, fogo na munduba.  
O celebre Peroba,  
O Cerqueirinha elefante,  
la levando um ramo de pindoba  
Berrando a todo instante.  
O Manços, H. Pito cabuloso,  
O dr. Pata-choca  
la todo moroso  
Arrastando-se assim como minhoca.  
Filuca também foi na romaria  
Montado num jumento,  
De quando em vez ele ao Bido dizia:  
Tiveste uma idéia de espavento!  
Não podia deixar de entrar na dança  
O Imbassahy para espantar a magia,  
Trazendo no “quo vadis” da festança  
Um burro guenzo com uma carga d'água.  
E assim a tropa toda foi chegada  
Ao adro do Bonfim,  
Mas, oh desgraça! Foi apedrejada,  
Que medonho chinfrim!<sup>146</sup>

Embora esteja direcionado a ridicularizar um determinado grupo da elite política da cidade, com se percebe pelos nomes dos políticos “seabristas” que tomaram parte no evento, Antonio Muniz (governador), Rodrigo Brandão (intendente municipal) etc.<sup>147</sup>, o uso dos termos “rebuliço”, “negra cumbuca do feitiço”, “heresias”, “gentalha”, associam a lavagem como uma manifestação popular de gente inculta. Em contraponto, estariam “as festas na Pituba” (elegantes, chiques, requintadas), arrabalde que se constituiu área nobre da cidade (Cf. Capítulo VIII).

Ocorre, assim, a distinção ente o sagrado e o profano, entre o domínio da casa e o da rua. Esta distinção pode ser evocada, segundo Serra (1999: 53/97), a partir dos comportamentos adotados nesses dois domínios: dentro da igreja, a

<sup>146</sup> APEB, A Bahia, 12 de janeiro de 1906. p. 01

<sup>147</sup> Sobre os grupos da elite baiana consultar Costa (1997) A Bahia já deu régua e compasso: saber médico-legal e questão racial na Bahia, 1890/1940. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.

ordem, solenidade, circunspeção, recolhimento, decoro, discrição, atitude pública pacífica e reverente, com a atenção voltada para o eterno; no largo, conduta informal e espontânea, sensualidade, irreverência, disposição promíscua e permissiva, atitudes provocantes, profusa embriaguez, intermitência de conflitos e tumulto, com atenção voltada para o passageiro.

Quando se passa de um domínio a outro, de um pólo a outro da festividade, as linhas de conduta parecem se inverter. Entretanto, adverte Serra (1999: 60), haveria pontos em comuns entre as atitudes dos devotos no templo e as dos farristas na praça: “o fato de não serem ordinários, fugirem à rotina do dia-a-dia, correspondendo a uma circunstância especial [e]; o fato de que, em ambos os espaços, um contorno dramático se associa aos gestos dos envolvidos”. Outra homologia entre os dois espaços, acrescenta ele, pode ser percebida sob o ponto de vista simbólico: o templo é percebido como uma Casa extraordinária (a do Senhor, a de Deus), e o largo, a rua tem algum usos domésticos: o local de comer e beber, ou ocorrem desempenhos que no cotidiano requerem muita privacidade (fazer necessidades fisiológicas em vias públicas pela falta de sanitários para atender a grande demanda por embriaguez dormir na rua). As festa de largo foram/continuam sendo o momento de convergência dos dois domínios: o sagrado e o profano.

Com a moderna intolerância do clero secular às diferentes manifestações de cunho popular e o zelo anti-estético dos delegados de polícia, a participação da população afro-descendente passou a ser cerceada. Sua cultura passava a ser tratada como caso de polícia e as festas a serem policiadas, principalmente, para coibir certas formas de divertimento popular como o jogo e os batuques

Nos distritos da Penha e Santo Antonio, onde serão realizadas as concorridas festas de Reis Magos, **o policiamento será feito durante os dias festivos**, por patrulhas de cavalaria e infantaria, sendo reforçados os destacamentos respectivos . No intuito de agir energeticamente contra a jogatina, dirigirá o serviço o sr. Dr. Madureira de Pinho, digno comissário da 2ª circunscrição policial<sup>148</sup>. (Grifos meus)

O jogo, de maneira geral, estava associado à bebida e aos divertimentos com música, figurando entre as principais formas de divertimento acessível, sobretudo, às camadas populares da cidade da Bahia, para as quais faltavam, segundo a elite, formas de entretenimentos tidas por adequados aos novos padrões civilizados. Tais

---

<sup>148</sup> APEB, A Bahia, 05 janeiro de 1905, p. 02.

formas de divertimento tornaram-se objetos de reclamações por motivarem conflitos, produzirem algazarras e gritarias e o uso de vocabulário de baixo calão, prolongando-se por toda a madrugada. O tipo de música tocado nestes encontros indicava estilos muito populares: modas de violas e variedades rítmicas remetidas às heranças africanas compunham as preferências do grande público. E contribuía para o aumento de diversos pontos de venda de bebidas alcoólicas<sup>149</sup> e muitas casas de aposta de jogo do bicho. Em geral, quando tais eventos passavam a comprometer a tranqüilidade pública, seus participantes eram detidos pela polícia e recolhidos à Casa de Correção. Por isso mesmo diante da proibição ao jogo em 1899, fica evidente, em matérias dos jornais publicadas nas primeiras décadas do século XX, que ele não foi de todo extinto como queria o repórter ao agradecer as providências de Pedro Vianna contra a jogatina pública

Sem direito a, por carta, dirigimo-nos ao honrado sr. Dr. Pedro Vianna queremos manifestar-lhe também, de consciência e sinceros, os nossos aplausos as acertadas providências que tem posto em prática para coibir o jogo público.

E de fato mais do que louvores merece s. ex: o êxito de sua intervenção dá-lhe direito aos nossos parabéns.

Tanto quanto possível dentro dos limites da lei, s. ex tem logrado a extirpação do mal contra que aplicou as energias de sua vontade no intuito de atender aos reclames do bem público.

Se ele existe não é mais com os foros de jogo público, cessou como que por encanto, a obstença escandalosa do vício.

(...)

Na luta em que se empenhou o ilustre e sr.dr. Pedro Vianna, Logo às primeiras providências que deu, obrigou o inimigo a retirar-se, e continuando a persegui-lo, como estamos certo, há de fazê-lo, será dia-a-dia dentro da lei e sem violências portanto, contando com a atividade de seus dignos auxiliares mais acentuada a proficuidade dos seus louváveis esforços.

Mas aqui não estamos para tecer encômios ao sr.dr. Pedro Vianna: a autoridade bem compenetrada dos seus deveres, tem na sua própria consciência aplausos mais valiosos do que esses que se manifestaram ou por carta ou pela imprensa.<sup>150</sup>

Competia aos policiais - responsáveis mais diretos pela repressão das práticas viciosas mantidas pelos habitantes da cidade, coibir a proliferação do jogo e outros costumes tidos por incultos: bebida, divertimentos com música, prostituição. Entretanto, a incapacidade policial na manutenção ostensiva a tais atividades e o

---

<sup>149</sup> Os locais tradicionais de comercialização do produto (bares, tavernas, botiquins, vendas e quiosques) representavam focos de distúrbios e ameaça constante a segurança pública, sendo comum o acontecimento de episódios de discussões, brigas corporais, tiros, sangramentos por armas de diferentes tipos e mortes.

<sup>150</sup> APEB, A Bahia, 28 de setembro de 1899, p. 02.

envolvimento e participação dos agentes policiais nas atividades, as quais deveriam combater, comprometiam o cumprimento desta obrigação. O envolvimento de membros da polícia em práticas condenadas pelos ideais civilizadores propagados pelas elites dirigentes criava um imenso paradoxo, destituindo-lhe a credibilidade depositada pela população, quando no desempenho de suas obrigações, voltadas à repressão de tais práticas e não serem coniventes com elas.

Em matérias publicadas no jornal Diário de Notícias em 23 de abril de 1912 e 25 de fevereiro de 1916, sobre a repressão ao jogo, não faltaram associações do insucesso no coibimento aos vícios sociais ao fato da evidente participação e conivência de policiais com as práticas condenadas pela ordem pública. A participação de guardas e policiais de baixa patente em divertimento com música envolvendo jogo, bebida e a presença de prostitutas não era algo incomum. Isso porque, por serem oriundos das camadas populares da cidade, compartilhavam da cultura popular e portavam os mesmos habitus característicos da maior parte das classes de trabalhadores pobres urbanos. Assim como a maioria da população, eles sofriam com a inexistência de opções de lazer na cidade. Não lhes restava senão a alternativa de aderir a estas formas de divertimento, o que impedia a criação de códigos de valores diferenciados, viabilizadores de condutas social e cultural distintas daquelas praticadas pelas camadas populares.

Outro costume combatido pelas autoridades foi a prática de batuques africanos realizados nos terreiros de candomblé. Os batuques identificavam-se, intimamente, com os elementos da herança africana trazida pelos escravos, ao longo de três séculos, período em que durou o tráfico de africanos para o Brasil, sendo a cidade da Bahia a principal porta de entrada dos cativos. Tendo em vista o desejo de ser, o Brasil, um país europeu nos trópicos, ficava evidente na repressão feita, não somente aos batuques, mas aos hábitos e costumes populares de origem africana, um exacerbado sentimento de rejeição a eles. Isso pode ser constatado com a proibição dos batuques e as batidas policiais aos terreiros de candomblé.

Segundo Braga (1995: 21/23), a repressão policial aos terreiros enquanto componente da resistência da sociedade baiana contra a presença de valores culturais diferenciados do ideal padrão ocidental foi um dos mais difíceis obstáculos a serem superados pela comunidade religiosa negra. Sob a alegação de que se tratava de práticas de feitiçaria, tais práticas religiosas foram rejeitadas, devendo ser afastadas de um meio social que se pretendia oriundo e portador de uma civilização

ocidental. As batidas policiais aos terreiros de candomblé, acrescenta ele, demonstravam o medo dessa sociedade em ver que essas formas de religiosidade popular avançavam rapidamente, e se constituíam em sério entrave para a sedimentação da desejada civilização moldadas e padrões europeus. A religião do negro se revelava capaz de crescer no meio popular, particularmente entre negros e mestiços, maioria da população.

Se num primeiro momento, na comunidade negra, a repressão policial reforçava um forte sentimento de rejeição social construído e alicerçado nas relações sociais e raciais que estiveram presentes e configuravam a sociedade escravista; num segundo momento operava-se a elaboração e o uso freqüente de estratégias altamente eficazes de resistência q que se ajuntavam inteligentemente a cada caso específico e conforme os interesses maiores a serem salvaguardados. Isso porque (Braga, 1995: 19)

o negro soube com extrema competência aproveitar-se da situação social em que vivia e conduzir seu projeto maior de ascensão social, com habilidade, sabendo negociar, sempre aproveitando das ocasiões favoráveis, nem sempre freqüentes, para sedimentar bases sólidas que ainda hoje servem de substrato às diferentes frentes de lutas e investidas políticas atuais.

Em virtude das sucessivas incursões policiais aos seus sítios sagrados, ocorreu o deslocamento gradativo dessas organizações religiosas existentes no centro da cidade para zonas periféricas da cidade, onde puderam realizar seus cultos com um pouco mais de segurança. Os diferentes grupos puderam se instalar em locais mais apropriados para o culto às divindades afro-brasileiras, estruturando melhor os seus terreiros. Contudo, por conta do processo expansão da realidade urbana da cidade, os terreiros foram reintegrados a paisagem urbana, evidenciando os resultados positivos obtidos a médio e longo prazo na luta do negro pela preservação de suas práticas culturais.

A intolerância não estava restrita apenas ao candomblé, ampliava-se a toda e qualquer forma de religiosidade popular tida por bruxaria, fetichismo, demonismo, charlatanismo e curanderismo, mesmo sendo a liberdade religiosa salvaguardado na constituição de 1890. Sob o título “A industria criminosa da bruxaria” e “Mistificações da bruxaria” foram publicadas no jornal “A Tarde” de 16 de setembro e 25/7 de novembro de 1916, respectivamente, estas duas reportagens se caracterizavam por não reconhecer qualquer tipo de seriedade de seus praticantes, mesmo

reconhecendo a popularidade destas práticas mágico-religiosas alternativas à medicina “oficial” junto à população da cidade. A leitura das notícias, embora fique evidente o seu caráter normativo, revelam o confronto entre os agentes das camadas populares e os da elite (os médicos) no campo médico pela legitimidade e autoridade para proceder a “arte de curar”.

Acompanhemos os casos. O primeiro refere-se à prisão de Antônio Alves Araújo, vulgo “Antoninho Sapateiro”, por explorar a “ignorância fantasiada, da credence em poderes ocultos”. Sua prisão fora em virtude das queixas de “diversas pessoas residentes em Pirajá, em local pouco distante de São Caetano” que “vieram à redação [d’A Tarde e] denunciaram” Antoninho Sapateiro, “um preto pernóstico, viverdor, [que formula] medicamentos, insinuando a cura de todos as moléstias”. Ela ocorreu às 21 horas do dia 15 de setembro de 1916, quando “partiram todos a cavalo em demanda de São Caetano, levando ordens terminantes para efetuar a prisão em flagrante” do acusado de bruxaria, fazendo remover, ao mesmo tempo, o enfermo para a estação mais próxima, a fim de ser ele daí transportado para o hospital”. Quando lá chegaram, encontraram “numa pequena sala ao fundo oito mulheres, quatro rapazes e seis menores, que estavam deitados pelo chão, na maior promiscuidade”. A um canto, numa cama, o enfermo dormia.<sup>151</sup>

O enfermo era Antonio Francisco de Oliveira, “um preto de 24 anos”, “residente em São Domingos da Saubara”. Ele estava de pés e mãos atados e tinha recebido “por todo corpo fricção de urtiga feita por Antonio Alves de Araújo”, na presença de “uma turba de fiéis”. Em seguida, “o bruxo colocou um caco de barro umas brasas com pimenta seca e incenso dando ao infeliz para cheirar”. Este “debatia-se no chão soltando gritos horríveis” e “pedia que o matasse logo para não sofrer tanto” Enquanto isso, o “ogan” dava seqüência ao tratamento, dizendo as palavras cabalísticas: “Sai diabo! Sae espírito maligno”. Isso feito, a sessão prosseguia, presidida por Antonio Araújo, com a leitura para os presentes de textos do Evangelho de São Jerônimo<sup>152</sup>.

Notemos, além do tom de indignação e de intolerância, o teor pejorativo do repórter ao relatar o evento. Segundo ele, Antonio Alves Araújo seria mais um vadio que vive “à larga com os proventos da exploração da ignorância fantasiada”, mais um entre tantos outros

---

<sup>151</sup> APEB, A Tarde, 16 de setembro de 1916, p. 01.

<sup>152</sup> Idem.

Pretos boçais, pais de santo, “ogans”, pretensos médium espíritas, nos terreiros de candomblé ou sessões de invocação de espíritos, [que] praticam toda a série de atentados ao pudor e exercem a medicina de garrafadas, de suplicamentos dos enfermos, de águas “fluificadas”, [...] até tóxicos<sup>153</sup>.

Sobressai da narrativa do jornalista o discurso normativo criado e difundido através dos jornais e teses inaugurais e de concurso da Faculdade de Medicina da Bahia. Estes veículos eram o referencial, propagandístico e científico, respectivamente, que fundamentava as campanhas pela higienização dos espaços e desaficanização dos costumes, como podemos perceber, quando o reporte se refere à situação em que se encontravam as pessoas na casa como uma situação “promiscua”. Atentemos aos argumentos, trabalhados no capítulo anterior, concernentes à habitação popular. Mais ainda por imputar a Antonio Alves Araújo, não somente adjetivos desqualificadores, mas também o descrédito em sua “atividade profissional”.

O segundo caso refere-se a uma senhora de nome Joaquina, cujo físico dava “bem para três ou quatro joanas”, residente no prédio n.º 21, da rua dos Pedrões. Em uma casa com mobiliário modesto. Um sofá de palhinha, cinco cadeiras desiguais, uma mesa com uma moringa e um copo. Ao fundo da sala “ampla, muito asseada, com duas janelas largas” destinada aos clientes, outro quarto sem janela alguma, onde, a um canto, se vê uma outra mesa, coberta com um pano branco e sobre ela dois baralhos de cartas. Além disso, apenas mais um banco igual aos “das igrejas ou das escolas”, sobre o qual tem um “molho de ervas e raízes, embrulhado em um exemplar “d’A Tarde”. Além da proprietária, duas outras pessoas e um cachorro “marron” se encontravam na sala<sup>154</sup>.

Para proceder à consulta o repórter inventou a seguinte situação:

10 anos vivendo sempre na melhor harmonia com a noiva, amando-nos até há dois meses como no primeiro dia em que nos conhecemos. Todavia, ultimamente parecia aborrecer-nos. E ela vive triste, contrariada, sempre numa grande excitação nervosa. Parecíamos até que nos havia aborrecido, acrescentamos, para dar melhor cor ao quadro arquitetado mentalmente (...) Mas amamos perdidamente a nossa eleita e não sabemos como explicar a sua atitude, tanto mais que temos a segurança absoluta na sua felicidade<sup>155</sup>.

---

<sup>153</sup> Idem.

<sup>154</sup> APEB, A Tarde, 25 de novembro de 1916. p. 01.

<sup>155</sup> Idem.



Segundo dona Joaquina, tratava-se de um espírito mal, mas que era preciso trazer a doente a sua presença. Coisa que não era possível, pois a noiva da fictícia da história, relatada para “ganhar” a confiança da senhora, encontrava-se em São Paulo. Então, depois de mais um pouco de conversa, o repórter começa a incentivar dona Joaquina a contar sobre os seus “milagres” e demonstrar sua “fobia dos médicos e dos remédios”. Para ela, “os médicos nada sab[ia]m”, pois enquanto a terapêutica não se associasse “ao espiritismo e às ciências ocultas a medicina viverá atrasada”, sentenciou d. Joaquina, com aplausos dos circunstantes, incluindo o cachorro que veio lambe-lhe os pés. Suas práticas terapêuticas trilhavam o caminho pela “homeopatia, usando folhas e sementes para banhos. Invocava os espíritos e deitava as cartas para saber como curar os enfermos”.<sup>156</sup>

No relato de suas curas d. Joaquina, tão bem sucedidos procedimentos na arte de curar, demonstra autoridade e legitimidade para falar de outros agentes do campo médico

Uma vez um cego de vários anos foi consultar um especialista. Este examinando-o, afirmou não só que jamais vira semelhante moléstia como que ela não tinha cura. Desanimado saiu, quando alguém indicou o meu nome, diz d. Joaquina, como capaz de curá-lo. O homem procurou-me. Examinei-o e, evocando os espíritos, pedi ao meu protetor para que ele baixasse e me inspirasse. Assim sucedeu. E então, o espírito dum alambiqueiro de Santo Amaro, falecido a 30 anos, ensinou-me a água de babosa, Surpreendeu-me. Nunca ouvira falar em semelhante cousa para enfermidades oftomológicas. Mas não tinha que hesitar: receitei a babosa. Pois ao fim de poucos dias de sua aplicação caia-lhe pedaço enorme de pus talqualmente pedaço de queijo minas. Desaparecida a vermelhidão, ficou curado ao cabo de uma semana.<sup>157</sup>

Em outro caso atribui ao médico a aquisição de uma enfermidade por parte de um enfermo

Tive um doente que durante 4 anos esteve tuberculoso, por culpa dum médico. (...) Tratava-o um tal doutor, que fez recolher-lhe ao peito a moléstia. Centralizou-se nos pulmões e ficou perdido. Um anjo bom ensinou-lhe a nossa casa. Aqui esteve. Os espíritos que invoquei ensinaram-me a tratá-lo a homeopatia e umas ervinhas. E, meses passados, ele expectorava umas grandes bolas, como naftalina, ficando radicalmente bom.

Ao final dos relatos, d. Joaquina se diz farta de ter que remediar os casos provenientes da incompetência dos médicos, bem como revela ter boas relações com o dr. Cotias, professor da Faculdade de Medicina, que encaminha para ela

---

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> APEB, A Tarde, 27 de novembro de 1916. p. 03.

doentes com enfermidades incuráveis pelo saber médico-científico ou por ele desconhecida

Absolutamente. Estou farta, cheia, de salvar doentes vindos da casa dos médicos. Há dias, ainda, curei a dois, inutilizados pelos doutores. Resta-me a consolação que um professor da Faculdade de Medicina, o dr. Cotias [possivelmente se refere ao professor de higiene dr. Josino Correia Cotias], já por várias vezes me tem dito: “quando encontrar moléstia que não possa curar ou todo eu desconheça, para cá mandarei os seus portadores” conclui d. Joanhina<sup>158</sup>.

É interessante perceber como d. Joanhina constrói a sua autoridade não somente pela depreciação das práticas terapêuticas dos médicos, que, segundo ela, se mostram incompetentes na arte de curar, pois eliminaram do saber médico os conhecimentos do espiritismo e das ciências ocultas, como também vai procurar na fala de um representante desse saber o seu reconhecimento como profissional competente, responsável e bem sucedida na cura de enfermidades. Esse reconhecimento também foi feito por uma das pessoas do convívio de d. Joanhina e que acompanhava os tratamentos dos enfermos e certamente sabia que a “consulente” não falharia no diagnóstico e tratamento das moléstias

Então a tal senhora esquelética, tomando a palavra, contou que uma senhora amiga sua, sofrendo de febre palustre caracterizada, correu todos os consultórios da Bahia, sem encontrar um médico que curasse a doença! E morreu a infeliz, porque nesse tempo ainda eu não conhecia d. Joanhina<sup>159</sup>.

Podemos perceber nas práticas médico-terápicas tanto de Antonio Alves Araújo quanto de d. Joanhina, os resquícios da herança da concepção medieval sobre as doenças, para a qual qualquer enfermidade era considerada um problema de ordem espiritual e o corpo se constituía o palco de luta entre o bem e o mal. No Brasil, esse saber médico encontrava-se permeado por reminiscências folclóricas européias e contribuições culturais de africanos e indígenas.

O reconhecimento da competência de d. Joanhina junto a sua clientela, frente ao saber médico, encontra respaldo em tempos remotos (Souza, 1986: 178)

Domingos Álvares, o desencantador de mouros, [herbolário africano, negro natural da Costa da Mina, residente muitos anos no Rio de Janeiro], curava várias doenças como as quais nem os cirurgiões conseguiam ter sucesso: paralisias, tosses, cancro na face. Para este, misturava pós, lavatórios de

---

<sup>158</sup> Idem.

<sup>159</sup> Idem.

ervas cozidas, urtigas com mel. Curava a doença da pedra com a pedra existente na cabeça do peixe xaréu.

Mas também porque pessoas como d. Joaninha e “Antoninho Sapateiro” partilhavam dos mesmos códigos culturais e falavam uma linguagem compreensiva para os envolvidos no processo médico-terápico, ao contrários dos médicos, que utilizavam um vocabulário técnico-científico, distante da compreensão do doente e de sua família e os afastava do processo de diagnóstico e de cura das enfermidades (Barreto, 2000, 76).

Nessas disputas no campo médico, eram vislumbrados, por parte dos agentes das camadas populares, principalmente por d. Joaninha, dois tipos de estratégias: uma se dá quando d. Joaninha procura ampliar sua posição pela maior acumulação de capital que se pode obter, agregando mais valor ao seu capital: quando ela relata os seus sucessos na arte de curar e pelo reconhecimento não somente por parte de clientes e pessoas próximas, como também de outros agentes do campo. Numa outra estratégia possível e contrária à anterior, ela procede à desvalorização do capital daquele com quem disputa posições: os médicos.

Contudo os médicos encontravam respaldo legal, ou seja, capital em outro campo, na disputa por posições na hierarquia do campo médico. Os médicos estavam respaldados no Código Penal republicano contra as práticas de agentes como d. Joaninha e Antonio Alves Araújo, pois segundo o artigo 156

Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, arte dentária ou farmácia, prática homeopática, a dosemetria, hipnotismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos<sup>160</sup>

Este artigo, nos casos aqui abordados, era reforçado pelo artigo 157, para o qual

Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública<sup>161</sup>.

Contudo, tanto este quanto o outro artigo eram anulados pela Constituição da República que além de garantir o livre exercício de qualquer profissão, moral, intelectual e industrial, também garantia a liberdade religiosa. Isto pode ser

---

<sup>160</sup> CODIGO PENAL DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Comentado por Oscar Macedo Soares). Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904. p 210.

<sup>161</sup> Idem, 215.

percebido a partir da análise da notícia intitulada “Liberdade religiosa” publicada no jornal A Bahia de 28 de outubro de 1899

Felizmente o art. 157 do Código Penal está revogado pelo § 3º do art. 72 da Constituição Política da República. A plena liberdade religiosa é um direito do cidadão, a consciência um asilo inviolável. Por mais ridícula que pareça a crença nos efeitos atrativos das pipocas de milho e nos efeitos repulsivos das cruzeiras de azeite, ninguém pode ser por este fato processado e punido.<sup>162</sup>

A referida manchete falava sobre o julgamento de 06 pessoas acusadas de praticarem feitiçaria e iludirem a credulidade das pessoas,

Maria José Cordeiro é proprietária de uma casa de pensão na rua do Lavradio. Quando suas inquilinas são pontuais no pagamento da pensão, naturalmente deseja ela que permaneçam em sua casa; e para isto obter, a conselho da denunciada Justina, manda botar nos aposentos em que elas habitam algumas pipocas de milho, que têm a mirífica virtude de prender a pessoa ao lugar onde reside. Quando, porém, as inquilinas são remissas no pagamento, Cordeiro para que elas prontamente se mudem, faz nas portas do[s] quartos uma cruz de azeite.<sup>163</sup>

A acusação tinha por base o art. 157 do Código Penal, cuja inspiração remonta ao período de colonização de Portugal na América, com as ordenações

A Ord. do L. IV, T. 88, enumerando as justas causas com que os pais podiam deserdar seus filhos, inclui o caso de *usarem eles feitiçaria conversando com os feiticeiros*.

A Ord. do L. V, T. 3. puniu de morte os feiticeiros que invocassem espíritos diabólicos, dessem a alguma pessoa a comer ou beber qualquer cousa para querer mal ou bem a outrem ou outrem a ele. Eram degredados para o Brasil os que lançavam sortes para descobrir tesouros, os que traziam consigo, como amuletos, pedaços de corda em que alguém se enforcou, os que procuravam adivinhar o futuro por meio de espelhos, cristais, espadas, água ou qualquer outra cousa luzente.

(...)

Cinco séculos se passaram e em 1890 o legislador de um país culto, abrandando apenas o rigor do castigo, reproduz os preceitos da Ordenação, aliás compreensíveis naquela época de superstição e de intolerância.<sup>164</sup>

Segundo os argumentos levantados, era até compreensível às pessoas da época (séc. XVI-XVII) agirem desta forma, uma vez que era recente ainda o período cuja influência era marcadamente religiosa, sendo “Deus a medida de todas as

<sup>162</sup> APEB, A Bahia, 28 de outubro de 1899, p.01.

<sup>163</sup> Idem.

<sup>164</sup> Idem.

coisas". O desvio da conduta e dos dogmas católicos denotava heresias, classificadas como demoníacas. E por isso os rituais de origem africanas eram vistos como difusores da bruxaria e os seus praticantes como feiticeiros.

Já para as pessoas do século XIX, era inadmissível que, diante do avanço da ciência, o Estado estivesse a se preocupar ainda com as credices alheias, pois sua obrigação deveria voltar-se ao zelo e a manutenção da ordem pública

O estado não tem direito de impor pela cadeia a eliminação da superstição. Só pode punir os sectários de uma crença religiosa, quando por fatos materiais, atos positivos, atacarem eles à ordem pública, que é dever do estado assegurar e manter.

(...)

Assim por exemplo, o estado não poderia tolerar que os Mórmons praticassem a poligamia, porque a base do estado é a família e a base da família [é] o casamento monógamo. Não poderia também tolerar a seita de *mutiladores russos*, que Jean Furst tão bem estudou e descreveu na *Revue des Revues*, porque eles atacam a integridade da criatura humana<sup>165</sup>.

Pois, embasado na proposta de Montesquieu, o Estado que se queira ser civilizado não deveria se preocupar com crenças para se dedicar aos seus cidadãos

Mas fora desses e outros casos análogos o estado não tem, não pode ter intervenção alguma em matéria de crença religiosa. Já Montesquieu, o velho mestre do constitucionalismo moderno, assimilou no *Espírito das leis*, liv. 25 cap. 12, os gravíssimos perigos das leis penais sobre crenças religiosas. Perante o estado não há crenças, há simplesmente cidadãos. Não comete crime algum, portanto, o feticista inculto que acredita nos benéficos efeitos de uma pipoca de milho, como o piedoso industrial católico, que acredita nos efeitos da água benta, fazendo benzer as máquinas de seu estabelecimento quando inaugura<sup>166</sup>.

Ao proceder levando em consideração a existência da feitiçaria, corria-se o risco de por em perigo todo o corpo social, pois considerar a prática de bruxaria, baseada em crenças e superstições daria margem à subjetividade no trato dos problemas cotidianos, imputando a qualquer pessoa a acusação de feitiçaria

A ternura sobressaltada das mães, atemorizadas com os perigos da dentição, faz prender no pescoço de seus filhinhos encastoados dentes de aranha ou figas de coral ou de azeviche. Cadeia para todas elas, que ousam afrontar o art. 157 do Código Penal, usando de talismãs.

Almas ingênuas e piedosas acreditam na eficácia milagrosa das relíquias dos santos, das medalhas, das orações e bentinhos, dos amuletos e relicários. Também cadeia para todas elas, que estão usando talismãs.

---

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> Idem.

Os corações afetuosos conservaram em religioso culto os objetos que recordam um ente amado para sempre perdido, o livro predileto que o velho pai costumava ler; a cama onde a mãe idolatrada exalou o último suspiro; a poltrona onde repousava a esposa querida das crises dolorosas da moléstia que a arrebatou. Cadeia também para todos eles, pois esse culto é também uma manifestação fetichista espiritualizando o objeto material pela recordação que ele evoca.<sup>167</sup>

Diante da secularização do conhecimento, era inadmissível ao Estado não se laicizar, pois diferente de outras instituições sociais, como por exemplo, a Igreja, ao Estado não cabia o julgamento das crenças religiosas das pessoas, visto que tanto a religião católica quanto às de origem africana estavam passíveis da mesma lógica

É um direito acreditar em tais efeitos, como outros acreditam nas maravilhosas curas da água de Lourdes, nas velas bentas, orações milagrosas, nos passos prodigiosos das mãos magnéticas, nas revelações dos espíritos bemfazejos, enfim todas essas ilusões de fé no sobrenatural<sup>168</sup>.

Contudo, mesmo sendo a liberdade religiosa um direito estipulado por lei, e reforçado pelo juiz que deu o parecer sobre este caso, durante o final do século XIX e, principalmente, no início do século XX, as práticas médico-terapêuticas pertencentes à cultura afro-popular foram depreciadas em favor de um saber médico-científico, com seus representantes perseguidos. Isto pode ter como explicação o fato dessas práticas terem se constituído enquanto elemento de resistência, luta social dos afro-descendentes ou de concorrência por melhores posições na divisão do trabalho no contexto do projeto de reforma urbana da cidade da Bahia, à cuja memória de um “passado a ser reconstruído” não era permitido tais habitus fazerem dele parte.

Por isso muitas vezes, os artigos da Constituição Republicana não impediram que os terreiros de candomblé fosse invadidos pela polícia ou indivíduos como “Antonio Alves Araújo” fossem presos, como parte de um conjunto de medidas de caráter “jurídico-policia e ideológico”, que visavam reprimir as expressões culturais que reforçavam uma identidade afro-descendente. Segundo Corrêa (1893: 40),

no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda a sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do “real” [e nós acrescentamos, da legislação] que melhor reforce o seu ponto de vista. Neste sentido é o real que é processado, moído até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência.

---

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> Idem.

Tais medidas de retaliação, no entanto, não foram extensivas ou freqüentes a todas as práticas culturais dos afro-descendentes, como por exemplo, aos clubes carnavalescos de pretos, pois aparentemente demonstravam ter absorvido os elementos da cultura branca dominante, mas constituía-se uma forma silenciosa de resistência, pois fantasiados de africanos lhes era permitido circular pela cidade, negociar a construção de identidades e acessar a sociedade em construção.

Segundo Leite (1996: 124), no contexto da remodelação material, o entrudo fora substituído pelo carnaval, havendo a introdução de uma nova forma de divertimento. Como mostra Albuquerque (2002), as manifestações carnavalescas constituíram situações por meios das quais os agentes reconstruíam diversas imagens da África na Bahia, procedendo a uma racialização positiva. As performances dos blocos carnavalescos colocavam em evidência o desmonte da sociedade escravista e os arranjos culturais e políticos dos afro-descendentes em construção no pós-abolição. Fantasiar-se de africano era o jeito mais divertido da população de cor participar da festa, retomando um dos princípios das manifestações festivas que era a inserção social de indivíduos marginalizados socialmente. Dessa forma, eles enfatizavam e subvertiam o lugar de marginalidade que lhe cabia na estrutura social, à medida que atualizavam os vínculos, mantidos enquanto comunidade.

Esses grupos de afro-descendentes fantasiados de africanos eram bem quistos pela imprensa e polícia, cuja mesma tolerância não era observada para agrupamentos sem fantasia durante os festejos momescos (p. 220)

Em relação às troças e batuques a perambular pelas ruas sem qualquer disfarce, sem nenhuma fantasia, não havia tolerância, ainda que clubes e batucadas fossem igualmente identificados às cerimônias da religião afro-brasileira que se ouvia por toda cidade, as mal faladas algazarras da gente de cor.

Se para a polícia era a possibilidade de controle que fazia a diferença, para a imprensa, os batuques eram inadequados (p. 220)

À estética carnavalesca, mas o que ficava amostra era o medo dos ajuntamentos de negros a tocar pandeiros, beber e circular livremente pela cidade. (...) Os batuques, tidos como perigosos, difíceis de serem controlados, eram africanismos – como costumava qualificar a imprensa – a pôr em risco a ordem e o sossego.

Como argumenta Reis (2000c), havia uma grande preocupação da população branca, tida por “superior”, em relação ao crescimento numérico dos povos

“inferiores”, que poderiam tomar o poder e substituí-los no domínio mundial. Havia por parte da imprensa baiana uma consciência segundo a qual o mundo estava mudando e nesse percurso os brancos pareciam ter seu poder ameaçado, mesmo que de modo sutil.

Albuquerque (2002; 220) descartando, por um lado a proposta de Fry, conforme a qual os grupos carnavalescos se distinguiam entre os “negros de alma branca” e os que parecem simbolizar o negro que está preocupado com os valores brancos da classe dominante, ou para os quais esses valores não fazem sentido”. Por outro, a abordagem de Butler, entre os que utilizava “o carnaval para promover a acomodação racial nos mesmos moldes que os clubes brancos” e os que contestavam “contra a perseguição às suas tradições religiosas”. Ela procura pensar como o passado africano estava compondo a experiência dos que herdaram estigmas e desafios da escravista na condição de liberdade, através das mensagens cifradas, traduzidas no interior da própria comunidade afro-descendente. No contexto pós-escravista, a população de cor, sugere a autora, poderia estar buscando livrar-se de marcas escravistas e sua inserção na tão menos excludente e hierárquica sociedade em formação, isso envolvia a atualização de memórias da África e da escravidão.

Corroborando com o argumento da autora, retomamos mais uma vez as contribuições de Balandier (1976:301), para as situações nas quais ocorrem os chamados “empréstimos culturais”, a partir de encontro de grupos distintos. Do lado de dentro, são as práticas dos atores sociais que “interpretam” e solicitam, utilizam e manipulam, tentam orientar, segundo seus interesses e seus valores, os sistemas de relacionamento sociais de que participam. Do lado de fora, é a interferência “daquilo que rodeia a sociedade” no plano internacional que engendra pressões (e dominações) e contaminações, favorecendo, também, o aparecimento de novas alternativas. Eram processados no interior desses grupos de afro-descendentes estratégias, por meio das quais acessavam a sociedade cujas práticas eram orientadas no sentido de se adequarem às situações por gestadas. Logo, para estes grupos os sentidos podem ser outros, para além daqueles esperados pela elite, como veremos adiante, ao abordarmos a venda de alimentos nas ruas baianas.

Além da proibição de festas populares e as constantes batidas policiais, a preocupação com as condições de higiene dos alimentos levou as autoridades a regulamentar a comercialização de comidas pelas negras nas ruas da cidade da



Bahia. Retomadas com fôlego no Governo de Góis Calmon (1924-1928), as medidas implementadas no primeiro governo de J. J. Seabra (1912-1916) procuraram coibir a venda de alimentos sem os devidos cuidados higiênicos, pelas ruas da cidade da Bahia, como nesta postura municipal que regulamentava a venda de carne

Art. 2º Só poderão ser vendidas em carrocinhas revestidas com tampas de ferro batido e grades de ferro zincado e em tabuleiro revestido, igualmente de folhas de ferro, cobertos com toalhas alvas<sup>169</sup>.

Anteriormente, nos artigos da Postura n.º 37ª de 26 de março de 1904, a Intendência Municipal procurou regulamentar a venda de doces e guloseimas

Art. 01 Ficam expressamente proibidos as vendagens de doces em bandejas e tabuleiros, podendo somente estes serem vendidos em caixas de folhas de flandres ou em caixinhas envidraçadas;  
Art. 02 Ficam igualmente proibida a iluminação das mesmas com candeeiros de querosene sem cúpula<sup>170</sup>;

Esses eram “velhos costumes coloniais”, que deveriam ter sido remodelados com as reformas urbanas, ficando restritos a estabelecimentos como cafés e pastelarias, mas como veremos isso não ocorreu. A presença de mulheres mercando na rua continuava, como “a mulata dos pasteis da Secretaria de Polícia” e outras mulheres que procuram conseguir o sustento para si e sua família

FIGURA XVI



Fonte: APEB, A Tarde, 24 de abril de 1916. p 01

<sup>169</sup> <sup>169</sup> AHPMS, Livro de Posturas Municipais: Postura n.º 177, p 50.

<sup>170</sup> AHPMS, Livro de Posturas Municipais: Postura n.º 37A, p 3v.

E outros vendedores ambulantes, que mercadejavam por toda cidade, fazendo expandir o negócio dos tabuleiros e caixinhas, tão combatidos pelas autoridades sanitárias

São Francisco, meu santo que me benze? Cocadinha quente!  
Tapioca está quentinha...<sup>171</sup>

Na reportagem intitulada “Aspectos urbanos: os velhos costumes da cidade colonial – [que] a avenida não conseguiu ‘remodelá-los’”, publicada no jornal A tarde de 24 de abril de 1916, o repórter procura as razões que motivavam a permanência de tais hábitos “incivilizados” entre a população da cidade. Ele identifica os locais de mercância, principalmente próximos às repartições públicas (Tesouro do Pão de Lot, no do Município e na Secretaria de Segurança); os vendedores, mulheres negras; a clientela, em sua maioria os funcionários daqueles órgãos públicos e; suas preferências. Fica evidente, na solidariedade entre fornecedores e clientes, expressões quanto ao grau de intimidade das relações travadas entre estes agentes

Todos querem ser despachados a tempo e a hora, enquanto os doces estão quentinhos.  
- Agora eu, **meu bem**.  
- Mulata, **olha seu caboclo**, despacha-o logo. (Grifos meus).

Marcadas estavam por um traço que permanece até hoje não somente entre os baianos como no povo brasileiro: o provincianismo. Como bem observou Espinheira (1999: 63/4), essa Bahia provinciana tão presente

Não era apenas a cidade da intimidade de habitantes com seus lugares, a vivência particular desses lugares e pessoas que se conheciam pela proximidade da vizinhança, do bairrismo, o que levava à solidariedade e á intriga. O provicianismo estava, sobretudo, na legitimação institucionalizada da apropriação do público pelo privado, na dominação do campo político como negócio de família e de compadrio político; do exercer a vontade gerencial a partir de interesses particulares, tal como costumavam ser as formas de proceder de políticos em todas as esferas e instâncias do poder público...

Traço, que assim como outros herdados dos portugueses, encontrou terreno fértil no período da escravidão, vincejando nas relações escravistas, permanente na forma de tratamento usada pela vendedora para com as autoridades e os clientes:

---

<sup>171</sup> A Tarde, 24 de abril de 1916. p 01

- Então gostou da permanência do dr. Cova na polícia?
- E então? Yô Cova é pai de nós todos (salvo seja), não faz mal a ninguém, se não compra em minha mão é por causa das visitas.
- (...)
- Qual os doces preferidos?
- Diversos. Yô Horácio, yô Heraclio e outros “gosta” de queijadinha e bolinho de goma; yô Theobaldo é só nos suspiros e outros “come” tudo.

#### Características sustentadas na (DaMatta, 1987: 76)

ausência de valores igualitários, onde cada coisa tem um lugar demarcado e, como colorário, cada lugar tem sua coisa, índios e negros têm uma posição demarcada num sistema de relações sociais concretas, sistema que é orientado de modo vertical: para cima e para baixo, nunca para os lados. É um sistema assim que engendra os laços de patronagem, permitindo conciliar num plano profundo de individuais e pessoais, com uma totalidade francamente dirigida e fortemente hierarquizada.

Traço presente também na incorporação do discurso segundo o qual uma das vendedoras entrevistadas pelo reporte procurou demonstrar quão bem quista era por todos: “querida por todos desde de pequena” por ter sido bem “criada no meio dos brancos”. Apesar do ônus, fica perceptível uma reelaboração ao discurso higienista feita por “Clara”, revelada aqui, talvez subentendida, na variação da expressão “sou negra, mas sou limpinha”. Primeiro, porque em sua fala está presente não somente a oposição entre “negros” e “brancos” enquanto grupos sociais distintos, mas também que ser branco é sinônimo de ser bem criado, ao passo que ela, embora negra, incorporou práticas de pessoas bem criadas por ter crescido entre eles, os brancos e não entre os negros. Segundo, as práticas culturais de “brancos” e “negros”, dentro do contexto de remodelação urbana, são vista dentro da hierarquia que opõe brancos civilizados e negros incivilizados. E, terceiro, porque como vimos no contexto de remodelação urbana as práticas de afro-descendentes foram associadas à falta de higiene, à sujeira em contraposição aos costumes tidos por higiênicos e adequados ao novo contexto, proveniente dos grupos da elite “branca”.

Esse costume “colonial”, embora não faltasse leis e preleções médicas que o condenasse, permanecia pela larga aceitação por parte da população, mas também porque as medidas não estavam assentadas em bases sólidas, não sendo criados espaços salubres para o pequeno comércio, cujos baixos lucros continuavam a afastar seus agenciadores do novo mercado (Ferreira Filho, 2003: 11), se comparado ao comércio nos estabelecimentos dominados por estrangeiros.

Com se pode perceber a lógica própria, não somente do comportamento popular, como também de uma freguesia oculta de pessoal de categoria elevada, ocupante de altos cargos no setor público, passava ao largo da assepsia sanitária, como bem observou Ferreira Filho (2003: 112) nas memórias de Antonio Vianna: “A comida é boa? Bem feita? Como as de Eva? De Pompilia? De Vicência? Da Clementina? De Miquelina? De Mãezinha? De Dou? Vai adiante. Se não presta o pitêu despe-se sumariamente a intrusa.” E, mesmo depreciado enquanto costume ante-higiênico, a venda de comidas pelas ruas da Bahia contava sempre com fregueses certos e cativos,

Os empregados, tristes, lastimavam a sua ausência [de Antonia, vendedora que fazia ponto próximo ao Tesouro Municipal], estava doente, obrigando-os a cair na mão dos espanhóis da pastelaria. Confiavam em Deus que em breve estaria ela de volta<sup>172</sup>.

Como também não deixou de ser tributado pela legislação municipal, que “orçava anualmente na sua receita a cobrança de taxas sobre o comércio volante” (Santos, 2001: 27), atingindo todo comércio varejista de variados artigos: vendedores de frutas e verduras, peixeiros, artesanato feminino, meio encontrado pela maioria das pessoas em ocupações autônomas para prover sua “subsistência ou o recurso pelo qual complementavam regularmente o orçamento” (p. 27)

Outros agentes cujo cotidiano era marcado pelas relações estabelecidas no universo das ruas foram os capoeiras, freqüentemente, perseguidos pelas autoridades policiais. No período republicano, a capoeira foi criminalizada (cerceada e punida, mesmo que sob a forma de simples demonstração pública) como consta no artigo 402, 403 e 404 do código penal de 1890. Mas ao contrário do que ocorrera no Rio de Janeiro, onde havia diversas posturas municipais voltadas à repressão direta dos grupos de capoeiras, na Bahia, não se fazia referência direta aos capoeiras, geralmente, eles eram enquadrados segundo o código penal de 1980, nos artigos 303, por crimes de lesão corporal; 399, por vadiagem. Mesmo assim, esses indivíduos não deixaram de praticá-la.

Tanto Pires (2001: 149/54) quanto Oliveira (2004: 34/45) identificam as ruas dos distritos centrais da cidade como áreas de maior reincidência de conflitos e atuação dos capoeiras. Marcadas durante o dia pelo trabalho e a movimentação de transeuntes essas ruas se transformavam, ao cair da noite, em espaço privilegiado

---

<sup>172</sup> Idem.

para o lazer do trabalhador em pequenos estabelecimentos comerciais, residências, casas de jogos e bordéis. Elementos ligados às práticas lúdicas e de entretenimento das camadas populares afiguravam a seguinte combinação música-bebida-mulher. Era o capoeira (Oliveira, 2004: 30)

Um elemento das ruas, pois nela estava o seu sustento e o seu lazer. Era um personagem do cotidiano urbano que tinha que respeitar as regras do mundo que o subordinava e lhe era subordinado, o mundo das ruas. O tipo social de rua, ao qual pertencia o capoeira até meados do século XX, na capital baiana, não só seguia as regras de sobrevivência desse mundo indisciplinado, mas também as determinava.

Muitos deles tinham estreitas relações com autoridades baianas, pois no mundo das disputas políticas era uma figura que se fazia necessária. Desempenhavam a função de capanga, demarcando seu espaço não somente nas rodas de capoeiras como também nas pugnas eleitorais. Utilizados como capangas em disputas eleitorais, eles ganhavam imunidade perante autoridades policiais (Oliveira, 2004: 87/102)

Uma vez efetuada a prisão de Duquinha [participante do violento conflito político-partidário, em fevereiro de 1920, um dos que tinham atirado sobre o povo], os soldados receberam ordens superiores para o libertar. A indignação do articulista não era menor que a dos soldados que tiveram que cumprir as ordens a eles delegadas. (...) A ordem para libertar o estivador Duquinha vieram do subdelegado Raul de tal. Entretanto, passados alguns momentos da agitação, rondava pela localidade um automóvel conduzindo o próprio chefe de polícia Álvaro Cova e o tenente Lustosa de Aragão. A libertação de Duquinha era um evidente caso de proteção, envolvendo o nome de Álvaro Cova e, conseqüentemente, Antonio Muniz e J. J. Seabra. (...) Duquinha era, sem dúvida, uma peça indispensável nos pleitos eleitorais. Mas não era o único, agia conjuntamente com seu irmão Escalvino, o qual era considerado como possuidor de um maior grau de periculosidade. Os irmãos Duquinha e Escalvino são lembrados nos registros de memória [manuscritos de Mestre Noronha e no trabalho de Mestre Pastinha] como exímios capoeiras. À sombra dos capoeiras, muitos políticos assumiram o poder na Bahia da Primeira República.

Embora muitos fossem apadrinhados de algum político, alguns não deixaram de responder processo criminais, encontrando em Cosme de Farias um defensor perante o júri. Considerado o último rábula da Bahia (tinha apenas o curso primário), Cosme de Farias, advogado interino, ganhou muitas causas consideradas perdidas. Começa a praticar advocacia a partir de um fato inusitado (Celestino, 2002: 10)

Certo dia, o juiz Vicente Tourinho perguntou à platéia quem poderia defender um ladrão abandonado pelo advogado à beira do júri. Um rapazola mulato, traços grosseiros e cara de menino ergueu-se e respondeu: "Eu". O voluntário não conhecia o processo e nunca encontrara o réu - negro e pobre, acusado de roubo de 500 réis - mas não concordava em vê-lo sem dar a sua explicação sobre os fatos. Aceitou o desafio, passou os olhos nos autos e livrou Abel Nascimento da prisão argumentando que a falta de oportunidade na vida o conduziu ao crime.

Segundo Oliveira (2003: 108), muitos capoeiras foram defendidos por Cosme de Farias, dentre eles Bastião, Pedro Porreta, Escalvino, Chico Três Pedacos, dos quais alguns se encontravam envolvidos em questões, diretas ou não, com o líder político J. J. Seabra e seus parceiros.

Temos que ressaltar também a inserção de um indivíduo, proveniente das camadas populares, com baixo nível de escolaridade, no campo institucionalizado como o jurídico, que como vimos, procurava excluir de seu interior os agentes cuja trajetória não atendiam a um dos pré-requisitos necessário para atuar: formação acadêmica. Por fim, fechamos essa janela com duas imagens que retratam tão bem a luta dos afro-descendentes por sua sobrevivência e permanência no cotidiano e na história da cidade da Bahia. A primeira tem como personagem uma mulher, posicionada como se realmente a razão da foto fosse ela, embora o fotógrafo não tivesse tomado o devido cuidado de retratá-la como figura central, coisa que o fizemos. A segunda refere-se a um indivíduo encostado em um poste a olhar o movimento dos transeuntes na rua. Sua atitude poderia ser interpretada como descaso com agitação da "moderna vida urbana" voltada para o trabalho, mas também como a construção de uma estratégia para se inserir nesse mundo, que lhe parece tão "estranho", tão "desafiador".

Bahia: negra, mas limpinha.

Figura XVII



Fonte: AHPMS, Praça da Sé. Pasta 591, Foto 8921.

Figura XVIII



Fonte: AHPMS, Praça da Sé, Pasta 591, Foto 8923.

## ... MAS EU ESTOU AQUI.

A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculo e do pitoresco. Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta (Lefebvre, 1991a: 104/5).



Sobre si adormecida, a cidade da Bahia lutava, através das práticas culturais de seus habitantes, contra o inevitável. Incapacitado de um gesto para alcançar um melhor lugar, posto ou posição na sociedade, seu centro se diluía, deixando o tempo correr. Desintegrava-se social e materialmente o seu antigo *status*. Em pouco tempo estaria morta. E o aspecto mais dramático dessa morte foi a perda de significado dos lugares e das expressões da cultura de seus habitantes (Espinheira, 2002: 90). Uma força extraordinária de renovação urbana e tecnológica movia-se no sentido da domesticação dos costumes, de sua desafricanização. Como resultado temos, a perda da centralidade que a definia e a expansão de sua realidade urbana para além de seus limites, incorporando outras áreas para então formar um todo sem começo, meio ou fim: uma região metropolitana.



Após as intervenções ofensivas de Joaquim José Seabra (1912-1916 e 1920-1924) e o de Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1928) ao Centro Antigo da Cidade, afim de, através da remodelação material, empreender ações de controle social, justificadas pelas teorias higienistas em voga na época, foi realizada, na cidade da Bahia, entre 20 e 27 de fevereiro de 1935, a “I Semana de Urbanismo”, promovida pela Sociedade de Amigos de Alberto Torres, com a colaboração da Comissão Organizadora do Plano da Cidade do Salvador (OCEPLAN. PLANDURB, 1976: 21/2). Por meio da análise dos diversos aspectos da problemática urbana e delineamento de algumas diretrizes gerais ao desenvolvimento urbano da cidade, os conferencistas e participantes da semana tinha por finalidade a criação de uma consciência urbanística por parte dos habitantes da cidade, bem como lhes mostrar o caminho para torná-la uma cidade modelo. Dentre as preocupações elencadas (reedições das reformas urbanas empreendidas), as novidades foram com a deteriorização do patrimônio artístico (a preservação do patrimônio histórico e cultural), a defesa de um plano global (regulação do crescimento e expansão numa visão de conjunto), a explicitação do urbanismo como campo de conhecimento e área de atuação (Sampaio, 1999: 174).

Anos depois, em 29 de outubro de 1942, era sancionada, segundo Decreto Lei n.º 20, a contratação do Plano de Urbanismo da Cidade, sob a coordenação do engenheiro Mario Leal Ferreira, cuja proposta, encaminhada a Prefeitura em 03 de julho de 1942, tinha por objetivo (apud OCEPLAN. PLANDURB, 1976: 24)

Corrigir os defeitos de uma cidade, ou lhe projetar o desenvolvimento, deve ser, antes de tudo, motivo de perscrutação do passado, visando identificar através de investigação histórica e científica os fatores que influíram na sua evolução, marcando-lhe a fisionomia atual; deve ser também motivo de análise rigorosa das razões responsáveis pelo desfiguramento das primitivas características; deve ser motivo de profunda meditação sobre os novos fatores operantes na evolução da humanidade, capazes de produzir inflexões maiores nos tempos a vir. Só deste modo é possível a realística compreensão dos complexos fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos operantes no passado, aos quais se acomodou a cidade na sua evolução até agora, e que, ativos no futuro, exercerão incontestavelmente influência predominante no seu ulterior desenvolvimento.

Firmado o contrato entre a Prefeitura da Cidade do Salvador e o engenheiro sanitaria Mario Leal Ferreira em 03 de novembro de 1942, passando a vigorar em 1º de janeiro de 1943, começou a funcionar efetivamente em abril deste mesmo ano o Escritório do Plano da Cidade do Salvador (EPUCS), transformado em Comissão

do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (CPUCS) em 29 de janeiro de 1948. Algumas de suas propostas foram retomadas e levadas a efeito pelo Estudo de Uso do Solo e Transportes (EUST) da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e pelo Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador (PLANDURB).

Embora fosse contemplada pelos projetos, a preocupação com a questão da moradia na cidade, sobretudo, pelas camadas populares, desde as primeiras intervenções de caráter higienista, o planejamento não conseguiu dar conta da necessidade de morar da população soteropolitana, visto o aumento demográfico por conta dos fluxos migratórios para a cidade. Houve o aumento da demanda por moradia, sem o devido provimento ou condições necessárias para as habitações. Autores como Simões (1985) e Moura (1990) colocam em evidência a expansão do tecido urbano a partir da década de 1940 através do surgimento de novos bairros e o deslocamento das camadas mais pobres para periferia, pelo surgimento de “invasões”.

De acordo com Moura (1999: 27), “[o] acúmulo de famílias que necessitavam prover a moradia de modo rápido e pouco dispendioso e as restrições à continuidade do antigo sistema de ocupação configuram o quadro onde rebenta a instituição da invasão”. A invasão passou a configurar como único recurso para resolver o problema do habitar, pois os “membros de sustentação não consegu[ia]m se colocar em alguma ocupação cujo rendimento lhes possibilit[asse] comprar ou alugar um alojamento”. Por meio de estratégias adequadas às condições sócio-econômicas, surgem em meados dos anos de 1940, movimentos coletivos voltados para ocupação do solo para prover a necessidade de moradia: Gengibira (entre o largo do Tanque e o bairro Guarani), o Corta-braço (Pero Vaz), Massaranduba, a primeira parte dos Alagados e invasões em Itapagipe, Santo Antônio (Liberdade), Campinas e Pirajá. Algumas delas foram até incentivadas pelos proprietários, seja vendendo, aforrando ou alugando, interessados em benfeitorias (instalação de rede elétrica, por exemplo) para valorização das áreas.

Segundo Santos (1959), as invasões se concentram inicialmente nos distritos de Santo Antonio além do Carmo, Penha e Mares. Em levantamento feito pelo EPUCS, estes eram áreas com maior concentração de prédios por km<sup>2</sup>, mais de 3000 prédios por km<sup>2</sup>. Produzindo espaço urbano, estas ocupações consumiram terras de vales e baixadas no seu caminho para a periferia, principalmente em áreas

perigosas como encostas, fundo dos vales e margens dos rios, expostas a inundações e/ou deslizamento de terras. Elas se consolidaram formando uma periferia ao centro tradicional, bem como nas últimas décadas do século vinte a um novo centro que tem como referência a estação rodoviária e duas vias de tráfego, a BR-324 e a Avenida Paralela, no que convencionou a chamar de “miolão”, que compreende bairros como Cabula, Pernambués, Tancredo Neves, Jardim Santo Inácio, Mussurunga, Sussuarana, Valéria, Cajazeiras, etc. Em contraponto, estariam a localização das áreas ocupadas pela elite e a classe média na orla. Um processo que como vimos começa a se efetivar com a migração da população abastada para a Vitória e a urbanização da Pituba.

Além do crescimento demográfico, ocorre no espaço da cidade o deslocamento de certas atividades, através da descentralização (Carvalho 1997). Como vimos no segundo capítulo, a cidade era definida por sua centralidade, espacial, político-administrativa, comercial e cultural. Segundo Santos (1959: 195/6), até a primeira metade do século XX, a cidade desempenhava estas mesmas funções “transformadas em virtude de sua importância cada vez maior”, bem como incorporou funções mais recentes (bancária e industrial), mas que resultavam diretamente e dependiam das antigas. A Cidade Baixa encontrava-se o comércio atacadista e o centro financeiro e na Cidade Alta, o comércio varejista, a administração pública estadual e municipal, profissionais liberais e consultórios médicos. Todas as atividades terciárias se desenvolviam nesta área central (Carvalho, 1997: 25).

A partir da segunda metade do século XX, sobretudo as décadas de 1960 e 1970, verifica-se um deslocamento sucessivo das áreas de maior dinamismo econômico, representado pelos setores modernos e vinculados a elite. O setor terciário cresce e, paralelamente, ocorre sua expansão na área por ele ocupada, sucedendo uma relativa transformação da estrutura funcional dessa área ocupada, dando origem a espaços que se desintegravam social e materialmente em contraposição aos de maior dinamismo. Há uma intensificação da mobilidade dos setores sociais. Era urgente a necessidade de delimitar espaços e suas funções, pelas condições para sua ocupação, uso e desestimulação de atividades indesejáveis. A partir do zoneamento institucionalizado, a área urbana foi dividida em doze setores: central, portuário e comercial, industrial, dois setores de transição

e sete setores residenciais classificados de acordo com a densidade ou características de sua população.

Nesse momento, houve a industrialização da Região Metropolitana de Salvador (RMS - formada pelos municípios desmembrados de seu termo desde o século XVII, constituindo-se numa “espécie de transbordamento da Cidade do Salvador e se movimenta, em grande medida, a partir do que tecem as forças políticas e econômicas concentradas nesta cidade metrópole” - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1999: 05), exigindo o desenvolvimento de um setor de serviços (limpeza, segurança, alimentação, etc) voltado ao apoio desta atividade. Tem prosseguimento a expansão viária iniciada na década de 1950, as avenidas de vale, a Av. Paralela e suas ligações com a orla marítima e a nível federal e estadual, são realizadas a duplicação da BR-324, construção das rodovias CIA-Aeroporto, Parafuso e do Acesso Norte. Foram implantados também o Centro Administrativo da Bahia (CAB) e o Terminal Rodoviário. A expansão da infra-estrutura e dos serviços urbanos possibilitou a valorização dos terrenos e orientou a ocupação urbana. E, por fim, temos a construção de espaços de concentração das atividades terciárias: os shoppings centers.

Com o crescimento demográfico e o deslocamento das atividades terciárias, a realidade urbana da cidade se generaliza sem controle, sem planejamento, infra-estrutura e condições básicas mínimas. O modo de vida gestado por esta realidade urbana suscitava transtornos e misérias, dentre os quais “o que mais parecia perturbar mais os espíritos era justamente o seu ineditismo que transformava os indivíduos envolvidos perplexos e destituídos de recursos para entender e enfrentar uma situação completamente inesperada” (Sevcenko, 1984/85, 71). Embora, inúmeras cidades tivessem sido submersas pela industrialização, ocorrendo uma ampliação maciça da realidade urbana e uma urbanização, no caso da cidade da Bahia, embora ocorram efeitos induzidos, observa-se inexpressividade no seu processo de industrialização.

A herança de sua estrutura de velha cidade-fortaleza combinada com projetos de urbanização mal-sucedidos ou que apenas atendiam a áreas de moradia das classes médias e altas contribuiu ao longo dos anos para que a cidade conservasse uma aparente mistura social, mas que na verdade revela a segregação espacial: as pessoas de menor renda ficaram limitadas a habitar as encostas abruptas, onde os

perigos de deslizamentos são constantes e os ricos encontram-se em posições elevadas e firmes. Sitiada e transformada pela modernidade e pós-modernidade, como as outras cidades brasileiras, não consegue absorver os pobres, os sem-terra e sem-teto, os indigentes, os vendedores ambulantes, os trombadinhas. Há um fosso entre os moradores enclausurados em condomínios fechados e aqueles moradores das invasões, do subúrbio ou mesmo que dormem embaixo das pontes e no meio fio das calçadas (Sangodeyi-Dabrowski, 2003). A cidade configura-se, nas palavras de Ventura (2002), uma “cidade partida”.

A vida cotidiana de muitas de suas comunidades, como é o caso do Calabar (exemplo de resistência e luta pelo direito à cidade desde a década de 1970), as oprime, expressão de uma cotidianidade, com sua pobreza e miséria, estão entregues a marginalização (Lefebvre, 1991b, 07). Há uma super-lotação nas habitações construídas com diferentes materiais, transformando o sonho de mora num pesadelo sem fim, (Conceição, 1984: 20)

As residências, que abrigam às vezes mais de dez pessoas, geralmente só têm quarto e sala e são construídas dos mais diversos materiais; blocos e tijolos de argila, com reboco bem preparado, ou de taboas já gastas, conseguidas de favor em algum prédio em construção em fim de construção ali por perto; ou ainda de papelão, zinco, ou simplesmente de pano amarrados em estacas bichadas. Não é de se estranhar que qualquer chuva derrube algum desses casebres – no outro dia se ergue outro no mesmo lugar ou mais adiante, e vai-se vivendo.

O viver citadino para essas comunidades se compõe de ciclos e entra em ciclos mais largos. Começar configura-se como recomeço e renascimento (Lefebvre, 1991b: 11).

Mesmo diante de todas as adversidades essas comunidades, como o Calabar, Unhão, Gamboa e entre outras, vem se manifestando contra a sua remoção para áreas distantes da cidade para ceder lugar à especulação imobiliária. As comunidades têm se organizado para lutar por seu direito à cidade. Já outras têm-se deixado submergir pela violência, e ao serem violentadas, dão como resposta a própria violência. Não é à-toa que tem aumentado o número de assaltos na cidade, principalmente a transportes coletivos. Mas também é alarmante o número de mortes denunciadas nas páginas dos jornais em circulação na cidade, sendo as maiores vítimas, jovens do sexo masculinos entre 16 e 28 anos, em sua maioria de áreas em situação de risco.

Essa segregação espacial em Salvador pode ser lida pela violência no subúrbio como resultado de sua sujeira e feiúra, que são decorrentes da política de esquecimento e da cegueira, ou seja, da segregação física dessa parte da cidade e de seus habitantes por parte das políticas públicas e do imaginário urbano (Espinheira, 2003). Assim com Sangodeyi-Dabrowski (2003), Espinheira procura mostrar a cruel combinação entre segregação física e discriminação social, o que vem a favorecer o aumento da violência por toda cidade, pois “a configuração urbana de uma cidade é responsável pela forma como as pessoas vivem e devem ser vista por este ângulo de violência brutal e disseminada”. A formação dos subúrbios para longe/dentro da cidade de Salvador rompe com a noção de habitar, enquanto participação da vida social da cidade, pois, mesmo urbanos, eles perdem sua consciência urbana, ocorrendo uma urbanização desurbanizante e desurbanizada (Lefebvre, 1991a: 18).

Salvador se configura nas palavras do jornalista Haroldo Aquiles como “uma cidade de duas faces: (...) a Salvador “vitrine” e a Salvador periferia, pois

As políticas públicas têm [apenas contribuído para aumentar] o fosso que separa a Salvador dos ricos da Salvador dos pobres. Os que residem na orla oceânica e nos chamados bairros classe A, os que moram na outra Salvador, interiorizada e periférica, onde vive a maioria de sua população, seguem vidas e rotinas diferentes<sup>173</sup>.

Essa “cidade [oblíqua e] dissimulada” se apresenta vitrine e periférica, “desigual e conflituosa. Alegre e triste, rica, pobre e miserável. Bonita e feia, constituída de dias gordos e de quaresmas mirradas e mesquinhas, longas às vezes por demais. E, nesse ambiente, vive o seu povo e, entre a sua gente, os que a visitam” (Espinheira, 2002: 82). Depois de querer ser uma cidade fortaleza, e em seguida uma cidade moderna, a cidade de São Salvador quer se tornar turística. Sem, contudo, deixar de ser madrasta para seus filhos e mãe para seus visitantes (gringos de todo o mundo), como bem já observava o poeta Gregório de Matos, no século XVII

Senhora dona Bahia,  
nobre e opulenta cidade,  
madrasta dos naturais,  
e madre dos estrangeiros:  
dizei-me por vida vossa  
em que fundais o ditame  
de exaltar os que aqui vêm,  
e abater os que aqui nascem?

<sup>173</sup> Local. A Tarde, 16 de junho de 2003, 03.

Nega-se aos habitantes da cidade, sobretudo, os da periferia, o direito à cidade, e com ele o direito à terra, aos meios de subsistência, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente sadio, ao saneamento, ao transporte público, ao lazer e à informação, bem como, o direito à liberdade de reunião e organização, o respeito às minorias e à pluralidade étnica, sexual e cultura; a garantia da preservação da herança histórica e cultural.

O direito à cidade não pode ser considerado apenas por seu lado instrumental, passivo e individualizado, Isto prescinde que haja o diálogo entre o "pedaço" (no âmbito da periferia) e outros espaços da cidade que abre, através dos "trajetos", o particularismo da experiência local para outras vivências, em outros locais: é o "direito à vida urbana" (Lefebvre,1991a), o que significa acesso a espaços, equipamentos, instituições, serviços que transcendem os limites da vida cotidiana no bairro. O direito à cidade somente pode ser formulado não como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais, mas sim enquanto direito à vida urbana, transformada, renovada. Como resgate da função de habitar como uma forma de participação na vida social desses centros. Pois, a realidade urbana de Salvador sobrevive dos fragmentos de uma vida social anterior, que são recriados para preencher o vazio. Vazio esse que denuncia a ausência de um valor de uso em favor de valor de troca.

A violação do direito à cidade se coloca na contra mão das conquistas sociais que contribuem para a formação do seu elemento estruturante: o capital social. Isso tem favorecido o aumento do quadro de exclusão social nas últimas décadas, fazendo com que a pobreza urbana se concentre majoritariamente nas regiões metropolitana dos grandes núcleos, a exemplo de Salvador (nascido dos restos mortais da cidade da Bahia), conforme estudo divulgado em 2001 no Congresso Nacional pelo direito à cidade, realizado em São Paulo entre 15 e 17 de outubro. No presente estudo, a cidade de Salvador apresenta índice de 33% da população morando em áreas invadidas.

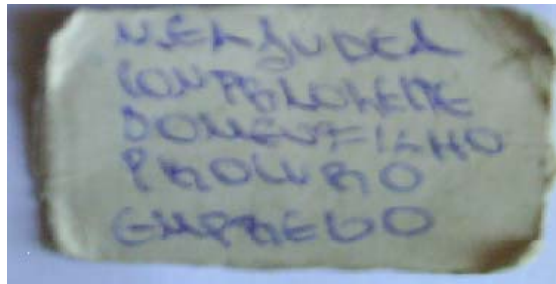
As políticas públicas têm se configurado em lesão ao direito à cidade, pois as ações e omissões, medidas legislativas, administrativas e judiciais, e práticas sociais, por elas desencadeadas, na maioria das vezes, resultem em violação, impedimento, dificuldades para a manutenção das identidades culturais, formas de convivência pacífica, da produção social do habitat, bem como, as formas de

manifestação, organização e ação dos grupos sociais e dos habitantes das cidades, em especial, os vulneráveis e desfavorecidos com base nos seus usos e costumes (In: Carta Mundial pelo direito à cidade).

Após um longo período em tramitação na Câmara

Boa noite, pessoal! Desculpe está interrompendo o silêncio da sua viagem, mas estou trazendo pra vocês as deliciosas balas de goma “docile”. Se fossem comprar em qualquer supermercado, vocês pagariam a quantia de R\$ 0,50 (cinquenta centavos), mas, na minha mão, vocês vão adquirir uma por apenas trinta [centavos], duas por cinquenta, quatro por um real e cinco é um vale.

O que acabamos de presenciar, caro leitor, não é senão uma das formas da manifestação da pobreza no cotidiano da cidade. Vendedores ambulantes a mercadejar pelos transportes coletivos de Salvador. Vendendo de um tudo, alimento, agulhas, materiais escolares, uma infinidade de produtos. Além destes indivíduos que mercadejam, encontramos homens, mulheres, jovens, velhos e crianças, em sua maioria afro-descendentes, realizando a mendicância, como por exemplo uma mulher, acompanhada por duas crianças, uma de colo, que encontramos no ônibus linha São Gonçalo-Pituba. Diferente dos vendedores, estes indivíduos entregam papéis solicitando ajuda, como este que conseguimos daquela mulher



Fonte: “Panfleto” conseguido no dia 04 de janeiro de 2006, ônibus linha São Gonçalo-Pituba, com a seguinte mensagem: “Me ajude a comprar o leite do meu filho[, ] procuro emprego”.

Encontramos também muitos que solicitam contribuições para entidades assistenciais em troca de canetas ou lápis, como aqueles do “Manasses”, entidade voltada para o tratamento de indivíduos envolvidos com as drogas. Outros, com instrumentos musicais, emocionam os passageiros com belas canções. E, pelas ruas da cidade, encontramos moradores de rua, denominados de “vadios”. Se, em tempos remotos, era possível traçar um itinerário da pobreza (Fraga Filho, 1996), atualmente temos uma “pobreza itinerante”, a percorrer a cidade por meio do



transporte coletivo. Indivíduos que procuram comover o público com suas performances e cujas estratégias para sobreviver continuam as mesmas desde os tempos coloniais, a mercância, a caridade, a mendicância, a vadiagem. Agentes, do cotidiano da cidade, que fazem os produtos chegarem às mãos dos consumidores: alimentos, utensílios diversos, piedade. Esta nos faz tão humanos, mas não serve para diminuir o grande fosso social e sim alimentá-lo. Isto não quer dizer que não devemos ser solidário para como o próximo.

Segundo dados do jornal A Tarde de 15 de janeiro de 2006, existem 3.809 (três mil, oitocentas e nove) pessoas vivendo nas ruas de Salvador, das quais 1.859 (mil, oitocentas e cinqüenta e nove) não tem onde morar ou seja 48,8%. Embora na cidade existam 446 vagas em abrigos públicos, esta quantidade é insuficiente para atender ao contingente que perambula pelas praças e avenidas. Muitos destes, acostumados a viver de esmolas, teme ir para aqueles abrigos por conta da “violência dos viciados em drogas que moram nesses locais”. Essa problemática urbana torna-se mais agravante em relação as mais de 100 famílias. A cada dia cresce a pressão popular pela moradia. Pela cidade, 18 (dezoito) imóveis públicos e particulares encontram-se ocupados pelo Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB). São indivíduos que, como já dissemos, não conseguem se colocar em alguma ocupação cujo rendimento lhes possibilite comprar ou alugar um alojamento<sup>174</sup>.

E, como estávamos dizendo: após um longo período em tramitação na Câmara e no Senado, foi sancionada em 10 de julho de 2000, entrando em vigor em outubro do mesmo ano, a Lei n.º 10.257, mais conhecida como “Estatuto da Cidade”, “que estabelece diretrizes gerais da política urbana”. Essa lei tem por preocupações “o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades” e a garantia do direito à cidade sustentável em sua plenitude conforme supracitado. A lei também se propõe ordenar e controlar o uso do solo de forma a evitar a deteriorização das áreas urbanizadas, a poluição e a degradação ambiental, ou seja, chama a propriedade privada à responsabilidade. Isso vem a romper com a concepção posta desde o processo de colonização, de independência da propriedade privada para o conjunto da sociedade.

---

<sup>174</sup> A Tarde, 15 de janeiro de 2006, p. 03, 04, 10 e 11.

O Estatuto também propõe a gestão participativa, como pode ser observado no seu capítulo III,

Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação das populações e de associações representativas dos vários seguimentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e pleno exercício da cidadania.

Freitag (2002: 187/8) evidencia o caráter positivo e promissor do “Estatuto da cidade”, pois segundo a autora, estaríamos diante de “uma lei admiravelmente progressista, arejada, com vocação democrática, autenticamente preocupada com o futuro de nossas cidades e das novas gerações de moradores que as habitarão”. Volta-se a preocupação para a função de habitar, de participação da vida social das cidades. Mas, entretanto, adverte ela, tendo em vista seu caráter utópico no sentido conferido por Tomas Morus, essa lei não existe em lugar nenhum e dificilmente poderá vir a ser realizável no Brasil. Mesmo assim, argumenta a autora, ele deve ser mantido como princípio norteador da ação social.

As lutas sociais vêm gerando a necessidade de incluir no sistema internacional dos direitos humanos o direito à cidade, compreendido como um direito coletivo dos habitantes das cidades em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos que lhes confere a legitimidade de ação e de organização com base nos seus usos e costumes para obterem o pleno exercício deste direito. Tais lutas favorecem conquistas sociais, por meio das quais o direito à cidade seja garantido, favorecendo assim como os demais direitos humanos a formação de capital social a ser gasto em novas lutas até que a exclusão social nas cidades seja de fato reduzida e seus efeitos sejam minimizados.

Começa a chover, por isso tenho que fechar a janela do ônibus. Nesse momento, nos damos conta, leitor, que durante todo esse percurso outras janelas estiveram abertas, outros indivíduos nos acompanharam durante o percurso. Indivíduos que também estavam lendo a cidade, cada um a partir de sua visão de mundo, dos interesses que os impulsionavam. Uma realidade paradisíaca para uns e purgatório para outro. É noite. São 19:01, como nos informa o relógio em frente à Uneb. Estamos de volta. Mas amanhã é um novo dia. Um novo recomeço. Novas possibilidades de leitura não de ser possíveis.



# FIGURAS, MAPAS, QUADROS E TABELAS

## FIGURAS

<b>FIGURA I</b>	A cidade da Bahia, núcleo primitivo	p. 31
<b>FIGURA II</b>	A cidade-fortaleza: o “castrum”; c. 1551.	p. 47
<b>FIGURA II</b>	A cidade-fortaleza: expansão norte; c. 1556.	p. 47
<b>FIGURA IV</b>	A cidade-reticulada: “o xadrez”; c. 1580.	p. 48
<b>FIGURA V</b>	A cidade da Bahia: expansão norte e sul; c. 1650.	p. 48
<b>FIGURA VI</b>	Planta de Mendonza, Argentina, em 1562 – exemplo de traçado geométrico rigoroso.	p. 49
<b>FIGURA VII</b>	Litoral Brasileiro com as Capitânicas Hereditárias.	p. 54
<b>FIGURA VIII</b>	As sedes da Escola Politécnica da Bahia e das Faculdades de Medicina e Livre de Direito da Bahia.	p. 111
<b>FIGURA IX</b>	Os futuros cirurgiões.	p. 161
<b>FIGURA X</b>	Os bacharéis em direito de 1916.	p. 162
<b>FIGURA XI</b>	Título de uma notícia de jornal.	p. 174
<b>FIGURA XII</b>	Planta de arruamento de uma Cidade Nova na Pituba – Cidade Luz.	p. 177
<b>FIGURA XIII</b>	Companhia do Queimado	p. 193
<b>FIGURA XIV</b>	A última casa de vender água, a rua das vassouras, que resta a cidade.	p. 195
<b>FIGURA XV</b>	Quarteirão completo da planta de arruamento da Pituba.	p. 212
<b>FIGURA XVI</b>	A mulata dos pastéis.	p. 248
<b>FIGURA VII</b>	Foto Praça da Sé I.	p. 254
<b>FIGURA XVIII</b>	Foto praça da Sé II.	p. 254
<b>FIGURA XIX</b>	Panfleto solicitando ajuda.	p. 263

## MAPAS

<b>MAPA I</b>	Recôncavo Baiano.	p. 32
<b>MAPA II</b>	Os sítios: Barra, Centro Antigo e Itapagipe.	p. 40
<b>MAPA III</b>	O termo da cidade da Bahia.	p. 56
<b>MAPA IV</b>	Recôncavo em 1630.	p. 97
<b>MAPA V</b>	Reformas do porto, Cidade Baixa.	p. 206

## QUADROS

<b>QUADRO I</b>	Diferenças entre homens e mulheres	p. 144
<b>QUADRO II</b>	Resumo dos dados sobre o arruamento da nova cidade na Pituba	p. 213
<b>QUADRO III</b>	Relação dos prédios visitados pelo dr Pedro Autran, durante o mês de maio	p. 218/20

## TABELAS

<b>TABELA I</b>	Distribuição dos engenhos 1807 -1872	p. 98
<b>TABELA II</b>	Distribuição dos engenhos – comarca da Bahia	p. 99
<b>TABELA III</b>	Distribuição dos engenhos - freguesias da cidade da Bahia	p. 100
<b>TABELA IV</b>	População da cidade da Bahia em 1775	p. 108
<b>TABELA V</b>	População da cidade da Bahia em 1807	p. 109
<b>TABELA VI</b>	Crescimento populacional das capitais brasileiras e do distrito federal	p. 184

## **FONTES**

### **MANUSCRITAS**

#### **LEIS**

Leis do Poder Legislativo e Decretos do Poder Executivo do Estado da Bahia do Ano de 1912. Bahia, Typographia Bahiana, 1913.

#### **REGISTRO DE POSTURAS MUNICIPAIS**

Código de Postura do Município da cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia. 05 de novembro de 1920

Livro de Posturas Municipais: Postura n.º 30-A de 20 de janeiro de 1899.

Livro de Posturas Municipais: Postura n.º 177, p 50.

Livro de Posturas Municipais: Postura n.º 37A, p 3v.

### **IMPRESSAS**

#### **ANAIS, RELATÓRIOS E REGULAMENTOS**

Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil In: Annaes do Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

RELATÓRIO: dos esgotos projetados para o 2º distrito da cidade da Bahia, apresentado à Intendência Municipal pela firma contratada Theodoro Sampaio & Paes Leme In: A Bahia, 04, 05 e 06 de abril de 1906.

Regulamento do Serviço Sanitário do Estado da Bahia pelo decreto nº 479 de 22 de julho de 1907, In: A Bahia, 05, 10, 13, 26 e 27 de agosto de 1907.

#### **ELETRÔNICAS**

Ordenações Filipinas (1603), L.V.T. XXXIV, p. 1184. In: [www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1184.htm](http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1184.htm).

#### **JORNAIS**

A Bahia, 13 de julho de 1899.

A Bahia, 28 de setembro de 1899.

A Bahia, 28 de outubro de 1899.

A Bahia, 05 de janeiro de 1905.

A Bahia, 28 de janeiro de 1905.

A Bahia, 18 de fevereiro de 1905.

A Bahia, 22 de fevereiro de 1905.

A Bahia, 12 de janeiro de 1906.

A Bahia, 27 de agosto de 1907.

A Bahia, 13 de agosto de 1907.

A Tarde, 11 de abril de 1916.

A Tarde, 16 de setembro de 1916.

A Tarde, 24 de abril de 1916.

A Tarde, 25 de junho de 1915.

A Tarde, 25 de novembro de 1916.

A Tarde, 27 de novembro de 1916.

A Bahia, 04 de abril de 1906.	A Tarde, 16 de junho de 2003.
A Bahia, 05 de abril de 1906.	A Tarde, 15 de janeiro de 2006.
A Bahia, 06 de abril de 1906.	Alabama, 14 de janeiro de 1877.
A Bahia, 22 de dezembro de 1906.	Correio da Bahia, 10 de agosto de 1976.
A Bahia, 24 de dezembro de 1906.	Correio da Bahia, 11 de agosto de 1876.
A Bahia, 06 de maio de 1907.	Correio da Bahia, 16 de junho de 1871.
A Bahia, 08 de maio de 1907.	Diário de Notícias, 09 de março de 1872.
A Bahia, 11 de maio de 1907.	Diário de Notícias, 23 de abril de 1912.
A Bahia, 14 de maio de 1907.	Diário de Notícias, 25 de fevereiro de 1916.
A Bahia, 16 de maio de 1907.	Diário de Notícias, 25 de junho de 1912.
A Bahia, 14 de junho de 1907.	Diário de Notícias, 26 de maio de 1888.
A Bahia, 17 de junho de 1907.	Diário de Notícias, 26 de maio de 1888.
A Bahia, 05 de agosto de 1907.	Diário de Notícias, 27 de fevereiro de 1912.
A Bahia, 10 de agosto de 1907.	Diário de Notícias, 27 de fevereiro de 1912.
A Bahia, 13 de agosto de 1907.	Jornal de Notícias, 17 de outubro de 1890.
A Bahia, 26 de agosto de 1907.	

## MEMÓRIAS

OLIVEIRA, E. S. (1992) Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.

TEIXEIRA, R. (2001) Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia do Terreiro de Jesus (1943/1995). Salvador: EDUFBA.

## REGISTRO DE POSTURAS MUNICIPAIS

INTENDENCIA MUNICIPAL DO ESTADO DA BAHIA. Código de Posturas Municipais: cidade de Salvador. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, W. R. (2002) "Esperanças de Boaventuras: construções da África e africanismos na Bahia (1887/1910)" In: Estudos Afro-Ásiáticos, Ano 24, n.º 02, p 215/45.
- ALENCASTRO, L. F. (2000) O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras.
- AMARAL, R. (1998) Festa à Brasileira: sentidos do festejar no país que "não é sério". São Paulo: USP.
- ANTONIL, A. J. (1982) Cultura e opulência do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- ARAUJO, E. (1993) O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio.
- ARAUJO, M.<sup>a</sup> S. T. (1970) Os núcleos urbanos do recôncavo colonial. Tese para concurso de Assistente. Salvador : UFBA.
- AUGEL, M. P. (1975) Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- AVÉ-LALLEMANT, R. (1980) Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- AZEVEDO, C. M.<sup>a</sup> M. (1987) Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- AZEVEDO, F. (1976) A transmissão da Cultura. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL.
- AZEVEDO, F. (1996) A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. Brasília: UNB.
- AZEVEDO, T. (1969) Povoamento da cidade de Salvador. Salvador: Itapuã.
- AZEVEDO T. (1985) A francesia baiana de antanho. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia.
- AZEVEDO, T. (1996) As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio. Salvador: EDUFBA; EGBA.
- BAHIA. SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO. COORDENAÇÃO DE CULTURA (1998) Guia cultural da Bahia. Salvador: A secretaria.
- BALANDIER, G. (1971) Sociologie actuelle de l'Afrique noire: dynamique des changements sociaux en Afrique Centrale Paris: PUF.
- BALANDIER, G. (1976) As dinâmicas sociais: sentido e poder. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel.
- BARICKMAN, B. J. (2003) Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780/1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BARRETO, M.<sup>a</sup> R. N. (2000) Nascer na Bahia do século XIX: Salvador (1832/1889). Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- BENJAMIN, W. (1994) Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e historia da cultura. São Paulo: Brasiliense.



BESSE, S. K. (1999) Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: EDUSP.

BIBLIA SAGRADA (1995). Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil.

BIRMAN, J. (1995) "Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise" In: VERAS, R. (org.) Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro. Rio de Janeiro: Relume-Dumerá.

BOSI, A. (1992) Dialética da colonização. São Paulo: Cia das Letras.

BOURDIEU, P. (1979) O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva.

BOURDIEU, P. (1987) A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva.

BOURDIEU, P. (1990) Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense.

BOURDIEU, P. (1996) Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus.

BOURDIEU, P. (1997) "As contradições da herança" In: LINS, D. S. (org.) Cultura e subjetividade: saberes nômades. Campinas: Papirus.

BOURDIEU, P. (2003) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes.

BRAGA, J. (1995) Na gamela do feitiço: repressão e resistência dos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA.

BRANDÃO, C. R. (1989) A Cultura na rua. Campinas, Papirus.

BUENO, E. (1999) Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva.

BURKE, P. (1997) "Inevitáveis empréstimos culturais" In: Folia de São Paulo. São Paulo, 27 de julho de 1997. Caderno Mais!

CALASANS, J. (1984) A faculdade livre de direito da Bahia: sucúdios para sua história. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia.

CALMON, P. (1949) História da Fundação da Bahia. Salvador: Secretaria de Educação e Saúde, 1949.

CALVINO, I. (1990) As cidades invisíveis. São Paulo: Cia das Letras.

CAMÕES, L. V. (2003) Os Lusíadas. São Paulo: Nova Cultural.

CAMPOS, J. S. (2001) Procissões tradicionais da Bahia. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo; Conselho Estadual de Cultura.

CONCEIÇÃO, F. (1984) Cala boca Calabar. Salvador.

CARDOSO, C. F. S. (1980) "As concepções acerca do sistema econômico mundial: a preocupação obsessiva com a extração do excedente" In: LAPA, J. R. A. (org.) Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes. p. 109/32.

CARDOSO, C. F. S. (1988) O trabalho na América Latina colonial. São Paulo: Ática.

CARDOSO, C. F. S. (1995) Escravo ou camponês?: protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Ática.

CARDOSO, L. A. F. (1991) Entre vilas e avenidas: habitações proletárias em Salvador, na primeira república. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

CARVALHO, I. M.<sup>a</sup> M. (1997) A centralidade em Salvador: parâmetros para um debate. Salvador: UFBA.

CARVALHO, J. M. (1987) Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Cia das Letras.

CARVALHO, J. M. (2003) A construção da ordem. Teatro das sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CASTELLUCCI, A. A. S. (2001) Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919 na Bahia. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.

- CASTRO, D. d'A. B. (1977) Cartas sobre a educação de Cora do dr. Lino Coutinho. Bahia: Beneditina; Universidade Católica do Salvador.
- CELESTINO, M. (2002) "Cosme de Farias: advogado dos pobres" In: Memórias da Bahia. Salvador: Empresa Baiana de jornalismo S. A.
- CENTUREIÃO, L. R. M. (1999) A cidade colonial no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- CERTEAU, M. (1994) A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes.
- CHALHOUB, S. (1986) Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense.
- CHALHOUB, S. (1996) Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras.
- CHALHOUB, S. (1998) Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras.
- CHARTIER, Roger. (1991) "O mundo como representação" In: Estudos Avançados. São Paulo. v.5, n.11. p.173-191.
- CHAUÍ, M. S. (2001) O que é ideologia? São Paulo: Brasiliense.
- CLAVREUL, J. (1983) A ordem médica: poder e impotência do discurso médico. São Paulo: Brasiliense.
- COELHO, E. C. (1999) As profissões imperiais: medicina, advocacia e engenharia no Rio de Janeiro (1822/1830). Rio de Janeiro: Record.
- CORRÊA, M. (1983) Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal.
- CORRÊA, M. (1998) As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF.
- COSTA, E. V. (1977) Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Editorial Grijalbo.
- COSTA, E. V. (1998) Da senzala à colônia. São Paulo: Fundação editora da UNESP.
- COSTA, I. S. (1997) A Bahia já deu régua e compasso: saber médico-legal e questão racial na Bahia, 1890/1940. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- COSTA, J. F. (1979) Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal.
- COSTA, L. A. M. (2003) O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886/1903). São Carlos: RiMa; Fapesp.
- DAMATTA, R. (1987) Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco.
- DAMATTA, R. (1997a) Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco.
- DAMATTA, R. (1997b) A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco.
- DARTON, R. (1986) O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal.
- DAVID, O. R. (1996) O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX. Salvador: EDUFBA; Sarah Letras.
- DEL PRIORE, M. (1994) Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense.
- DEL PRIORE, M. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio.
- DIAS, M.<sup>a</sup> O. L. S. (1984) Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense.

- DURKHEIM, E. (1947) La educación moral. Buenos Aires: Editorial Losada.
- DURKHEIM, E. (1996) Formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes.
- DUVIGNAUD, J. (1983) Festas e civilizações. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- EISENBERG, P. L. (1989) Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séculos XVIII e XIX. Campinas: UNICAMP.
- ELIAS, N. (1994). O Processo Civilizador: uma história dos costumes, Vol. I Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, N. (1999). Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições-70.
- ELIAS, N. (2001) A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. (2000) Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ESPINHEIRA, C. G. d'A. (1997) Mal-estar na racionalidade: os limites do indivíduo na medicina e na religião. Tese de doutorado. São Paulo: USP.
- ESPINHEIRA, G. (1999) "Salvador: a cidade das desigualdades" In: Cadernos do CEAS, n.º 184, (nov/dez).
- ESPINHEIRA, G. (2002) "Mal-estar na baianidade: perdas e danos" In: Cadernos do CEAS, 200: 79/98 (jul/ago). Salvador: Centro de Estudos e Ação Social.
- ESPINHEIRA, G. (2003) "Imagem da cidade feia e desumana: Salvador vista no subúrbio ferroviário". In: ESTEVES JUNIOR, M & URIARTE, U. M. (orgs) Panoramas Urbanos: reflexões sobre a cidade. Salvador: EDUFBA.
- EVAN PRITCHARD, E. E. (1978) Os nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva.
- FAORO, R. (1977) Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo.
- FERNANDES, F. (1978) A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática.
- FERREIRA FILHO, A. H. (1994) Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- FERREIRA FILHO, A. H. (1998/9) "Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890/1937)". Revista Afro-Ásia, 21/2.
- FERREIRA FILHO, A. H. (2003) Quem pariu e bateu, que balance!: mundos femininos, maternidade e pobreza – Salvador; 1890/1940. Salvador: Centro de Estudos Baianos.
- FLEXOR, M.<sup>a</sup> H. O. (1974) Oficiais mecânicos na cidade de Salvador. Salvador: Museu da Cidade.
- FONSÊCA, H. J. (1993) Mentalidade Senhorial no Brasil Colonial (Ensaio de Interpretação Histórica). Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- FONSECA, R. N. S. (2002) "Fazendo fita": cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897/1930. Salvador: EDUFBA.
- FORACCHI, M. M. (1972) A juventude na sociedade moderna. São Paulo: Pioneira.
- FOUCAULT, M. (2001) História da sexualidade: a vontade de saber. Vol. I. São Paulo: Graal.
- FOUCAULT, M. (2002) Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, M. (2003) Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, M. (2004) Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FRAGA FILHO, W. (1996) Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA.

FRANCO, M.<sup>a</sup> S. C. (1997) Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Fundação da Editora UNESP.

FRANCO JR., H. (1994) O feudalismo. São Paulo: Ática.

FREITAG, B. (2002) Cidade dos homens. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

FREYRE, G. (1962) Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre - aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre - Monarquia para a República. Rio de Janeiro: José Olympio.

FREYRE, G. (1977) Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL.

FREYRE, G. (1995) Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro, Record.

GIDDENS, A. (1991) As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora da UNESP.

GILROY, P. (2001) O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência, São Paulo; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

GORENDER, J. (1985) O escravismo colonial. São Paulo: Ática.

GRAHAM, M. (1990) Diário de uma viagem ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da universidade de São Paulo.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HERNANDEZ, M.<sup>a</sup> H. O. (2000) O patrimônio territorial do mosteiro de São Bento da Bahia. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.

HERSCHMANN, M. & PERREIRA, C. A. M. (org.) (1994) A invenção do Brasil moderno: medicina, edicação e engenharia nos anos 20/30. Rio de Janeiro: Rocco.

HOLANDA, S. B. (1995) Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras.

HABSBURGO, M. (1982) Bahia 1860: esboço de viagem. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia.

JACOBS, J. (2001) Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes.

KOWARICK, . (1987) Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense.

LANDES, R. (2002) A cidade das mulheres. Rio de Janeiro: UFRJ.

LAPA, J. R. A. (2000) A Bahia e a carreira da Índia. São Paulo: Hucitec; UNICAMP.

LAPA, J. R. A. (1991) O sistema colonial. São Paulo: Ática.

LEFEBVRE, H. (1983) La revolución urbana. Madrid: Alianza Editorial.

LEFEBVRE, H. (1991a) O direito à cidade. São Paulo: Moraes.

LEFEBVRE, H. (1999b) A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática.

LE GOFF, J. (org.) (1996) História e Memória. Campinas: UNICAMP.

LE GOFF, J. (1997) Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrum São Paulo: UNESP.

- LEITE, R. C. N. (1996) E a Bahia civiliza-se...: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador, 1912/1916. Dissertação de mestrado. Salvador; UFBA.
- LIMA, L. C. (2003) O redemunho do horror: as margens do Ocidente. São Paulo: Planeta do Brasil.
- LINHARES, M.<sup>a</sup> Y. (1979) História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530/1918). Brasília: Binagri.
- LUZ, A. C. (1996) Mulheres e doutores: discurso sobre o corpo feminino. Salvador, 1890/1930. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- LYRA, H. J. B. (1980) Colonos e colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- MACHADO, M.<sup>a</sup> C. T. (1987) “A questão urbana: parte da estratégia da dominação burguesa” In: Revista do Departamento de História, n.º 04, Departamento de História – FAFICH/UFMG.
- MACHADO, R. (et al.) (1978). Danação da norma: a medicina social constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal.
- MADEIRA, M.<sup>a</sup> A. & SANTOS, M. V. M. (1999) Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra.
- MAFFESOLI, M. (1985) A sobra de Dionísio: contribuição a sociologia da orgia. Rio de Janeiro: Graal.
- MALINOWSKI, B. K. (1978) Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural.
- MANNHEIM, K. (1928) “O problema das gerações”. In: \_\_\_\_\_ . Sociologia do conhecimento. Porto: Res Editora.
- MATTOSO, K. M.<sup>a</sup> Q. (1978) Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- MATTOSO, K. M.<sup>a</sup> Q. (1992) Bahia no século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MATTOSO, K. M.<sup>a</sup> Q. (1996) “O filho da escrava” In: DEL PRIORE, M. (org) História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto; Cedhal.
- MATTOSO, K. M.<sup>a</sup> Q. (2003) Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense.
- MOURA, M. (1999) “Notas sobre o verbo invadir no contexto social de Salvador” In: Caderno do CEAS, n.º 125, ((jan/fev).
- MAUSS, M. (1974) Sociologia e antropologia. São Paulo: EPU.
- MAUSS, M. (2001) Ensaio sobre a dádiva. Lisboa: Edições – 70.
- MENEZES, E. L. S. (2002) O processo de modernização de Salvador no início do século XX: transformações urbano-sociais impostas à cidade entre 1900 e 1930. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- MODESTO, G. F. (1982) O instituto de advogados da Bahia. Salvador: [s.e.].
- MODESTO, G. F. (1996) Bacharéis, mestres e doutores em direito. Salvador: UFBA.
- MONTEIRO, H, M. (1986) O feudalismo: economia e sociedade. São Paulo: Ática.
- MOREIRA, V. C. Entre a baía e os sertões: a dinâmica comercial do Recôncavo baiano: São Felix (1857/1889). Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- MUNFORD, L. (1998) A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes.

- NABUCO, J. (1999) O abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- NARDI, J. B. (2002) Sistema colonial e tráfico negreiro: novas interpretações da história brasileira. Campinas: Pontes.
- NASCIMENTO, A. A. V. (1986) Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: FCEBA/EGEBA.
- NEEDELL, J. (1993) Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Cia das Letras.
- NOVAIS, F. A. (2001) Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial. São Paulo: Hucitec.
- OCEPLAN.PLANDURB (1976) EPUCS: uma experiência de planejamento urbano. Salvador: [s.e.].
- OLIVEIRA, F. (2003). O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Perseu Abramo.
- OLIVEIRA, J. P. (2004) Pelas ruas da Bahia: criminalidade e poder no universo dos capoeiras na salvador republicana (1912/1937). Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- OTT, C. (1981) A casa da câmara da cidade do Salvador. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia.
- PECHMAN, S. & FRITSCH, L. (1984/5) "A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In: Revista Brasileira de História, vol. 5, n.º 08/9, set. 84/abr. 85.
- PEREIRA, P. T. (1980) Pequeno dicionário dos municípios baianos. [s.l.]: [s.e.]
- PERES, F. R. (1999) Memória da Sé. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado.
- PESAVENTO, S. J. (1995) "Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário" In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH; Contexto, vol. 15, n.º 29. p. 09/27.
- PESAVENTO, S. J. (2001) Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- PIERSON, D. (1971) Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial. São Paulo: Nacional.
- PIERUCCI, A. F. (2003) O desencantamento do mundo: todos os passos de um conceito. São Paulo: 34.
- PINHEIRO, H. P. (1988) Europa França y Bahia: la difusion y adaptacion de los modelos urbanos europeos. Tese de doutorado. Barcelona: Universidad de Cataluña.
- PINHEIRO, E. P. (2002) Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA.
- PINHO, W. (1961) A abertura dos portos: Cairu, os ingleses e a independência. Salvador: UFBA.
- PINHO, W. (1968) História social da cidade do Salvador: aspectos da história social da cidade (1549-1650) – evolução da história social da cidade do Salvador. Salvador: PMCS.
- PINHO, W. (1970) Salões e damas do segundo reinado. São Paulo: Livraria Martins.
- PINHO, W. (1982) História de um engenho no Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia (1554/1944). São Paulo: Nacional; [Brasília]: INL.
- PIRES, A. L. C. S. (2002) Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP.
- PRADO JR., C. (1979) História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense.

- PRADO JR., C. (1999) Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense.
- REIS, A. D. (2000) Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX. Salvador: FCJA/Centro de Estudos Baianos.
- REIS, I. C. F. (2001) História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX. Salvador: Centro de Estudos Baianos.
- REIS, J. J. (1991) A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia das Letras.
- REIS, J. J. (1993) “A greve negra de 1857 na Bahia” In: Revista da USP: dossiê Brasil/África. N.º 18. p. 06/29.
- REIS, J. J. (2000) “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição” In: Afro-Ásia, n.º 24. Salvador: Centro de estudos Afro-orientais/FFCH/UFBA. p. 199/242.
- REIS, J. J. (2003) Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835.
- REIS, M. L. A. (2000) A cor da notícia: discurso sobre o negro na imprensa baiana, 1888/1937. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- REIS FILHO, N. G. (1968) Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500/1720. São Paulo: USP.
- RIBEIRO, J. U. (1984) Viva o povo brasileiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- RIOS, V. D. B. (2001) Entre a vida e a morte: médicos, medicina e medicalização na cidade do Salvador – 1860/1880. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- RODRIGUES, J. (2000) O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800/1850). Campinas: Editora da Unicamp; Cecult.
- SAMPAIO, A. H. L. (1999) Formas urbanas: cidade real & cidade ideal – contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto Editora; PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA.
- Sampaio, T. (1910) “Abastecimento de água da cidade da Bahia”. In Separada dos números 27, 28, 30 da Revista Politécnica de São Paulo, 1910. IGHBA.
- SAMPAIO, T. (1919) “Relatório e projeto para uma cidade nova (A cidade luz) Na Pituba, nos terrenos de propriedade do sr. Manuel Dias da Silva pelo eng.º Theodoro Sampaio”. Salvador: Imprensa Oficial do Estado. IGHB.
- SAMPAIO, T. (1949) História da fundação da cidade do Salvador. Salvador: Tipografia Beneditina.
- SANGODEYI-DABROWSKI, D. (2003) “As raízes ideológicas da segregação no Brasil: o exemplo de Salvador” In: ESTEVES JUNIOR, M & URIARTE, U. M. (orgs) Panoramas Urbanos: reflexões sobre a cidade. Salvador: EDUFBA.
- SANTANA, M. C. (2002) Alma e festa de uma cidade: devoção e constituição da colina do Bonfim. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- SANTOS, M. A. (2001) A república do povo: sobrevivências e tensões, Salvador (1890/1930). Salvador: EDUFBA.
- SANTOS, M. (1959) O centro da cidade de Salvador. Salvador: Universidade da Bahia.
- SARDENBERG, C. M. B. (1994) “Repensando sexo e gênero a partir da sócio-antropologia da menstruação. Trabalho apresentado no Encontro Nacional: enfoques feministas e as tradições disciplinares nas ciências e na academia; desafios e perspectivas. Rio de Janeiro; Niterói, 16/9ago.
- SCHWARCZ, L. M. (1993) O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870/1930. São Paulo: Cia das Letras.

- SCHWARCZ, L. M. (2001) Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia das Letras.
- SCHWARTZ, R. (2000) Ao vencedor as batatas. São Paulo: 34.
- SCHWARTZ, S. B. (1979) Burocracia e sociedade no Brasil colonial. São Paulo: Perspectiva.
- SCHWARTZ, S. (1998) Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia das Letras.
- SCHWARTZ, S. (2001) Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: EDUSC.
- SCOTT, J. (1990) "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" In: Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 16, n.º 2, jul/dez. p. 05/22.
- SERRA, O. (1999) Rumores de festa: o sagrado e o profano na Bahia. Salvador: EDUFBA.
- SEVCENKO, N. (1984) A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense.
- SEVCENKO, N. (1984/5) "Perfis urbanos terríveis em Edgar Allan Poe" In: Revista Brasileira de História: cultura e cidades. Vol. 5, n.º 8/9. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, (set/abr).
- SILVA, E. (1997) Dom Oba II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Cia das Letras.
- SILVA, R. T. C. (2000) Os escravos vão a justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade, Bahia, século XIX. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- SIMÕES, M.<sup>a</sup> L. (1985) "Invasões: agentes de produção da cidade do Salvador" In: Caderno do CEAS, n.º 99, (set/out)
- SOARES, C. M. (1993) A mulher negra em Salvador no século XIX. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- SOARES, G. S. (1974) Notícias do Brasil. São Paulo: Livraria Martins Editora.
- SOUSA, A. P. (1996) Poder local e cotidiano: a Câmara de Salvador no século XVIII. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- SOUZA, L. M. (1986) O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo; Cia das Letras.
- STRENGER, I. (1999) Da dogmática à jurídica: Contribuição do conselheiro Ribas à dogmática do direito civil brasileiro. 2. ed. São Paulo: LTR
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. (1998) Mudanças sócio-demográficas recentes: extremo sul da Bahia. Salvador: SEI.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. (1999) Mudanças sócio-demográficas recentes: região metropolitana de Salvador. Salvador: SEI.
- TAVARES, L. H. D. (1981) História da Bahia. São Paulo: Ática.
- THOMAS, K. (1991) Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra – séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das letras.
- THOMPSON, E. P. (1981) A miséria da teoria ou o planetário dos erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar.
- THOMPSON, E. P. (1987) A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TRINCHÃO, G. M.<sup>a</sup> C. (1999) "O Parafuso": de meio de transporte a cartão postal. Dissertação de mestrado, UFBA.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITETURA NA BAHIA. FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. (1998) Evolução física de Salvador. Salvador: Pallotti.

UZÊDA, J. A. (1992) A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1980/1930). Dissertação de mestrado. Salvador. UFBA.

VENTURA, Z. (2002) Cidade partida. São Paulo: Cia das Letras.

VERGER, P. (1981) Notícias da Bahia – 1850. Salvador: Currupio; Fundação Cultural da Bahia.

VERGER, P. (1987) Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. São Paulo: Currupio.

VERGER, P. (1997) Orixás: deuses iorubas na África e no Novo Mundo. São Paulo: Currupio.

VILHENA, L. S. (1969) A Bahia no século XVIII. Salvador: Itapuã.

WEBER, M. (2002) Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Martin Claret.

WEBER, M. (2003) A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret.

WOLFF, P. (1988) Outono da Idade Media ou primavera dos tempos modernos. São Paulo: Martins Fontes.

WIRTH, L. (1976) “O urbanismo como modo de vida”. In: VELHO. O. G. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)